

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS,
DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA

DISSERTAÇÃO

REFORMA AGRÁRIA E CONTRA-REFORMA:
A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA A PARTIR DE JK

PEDRO VILELA CAMINHA

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS,
DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA**

**REFORMA AGRÁRIA E CONTRA-REFORMA:
A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA A PARTIR DE JK**

PEDRO VILELA CAMINHA

Sob a orientação do professor
Raimundo Nonato dos Santos

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
título de **Mestre em Ciências** no
Curso de Mestrado de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2008

Ficha catalográfica

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

PEDRO VILELA CAMINHA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em 30 / 01 /2009

Raimundo Nonato dos Santos, Doutor, UFRRJ
(Orientador)

Aloísio Teixeira, Doutor, UFRJ

Georges Flexor, Doutor, UFRRJ

Agradecimentos

Ao CNPq, pela bolsa que apoiou esse estudo.

Ao CPDA, por toda sua história de debate em torno do desenvolvimento da agricultura brasileira.

A minha mãe, que deu tanta força especialmente nesses momentos finais, ao meu pai, com seus questionamentos perturbadores, e à minha irmã, com sua preocupação singela.

A Carol, cuja simpatia tornou esse trabalho mais agradável.

Ao Márcio, Erison, Nilson, Débora, Jac e outros amigos que incentivaram a continuidade de uma dissertação que não acabava nunca.

A vó Olga, primos, tios e demais parentes, que de um modo ou de outro também se viram envolvidos nesse trabalho.

Aos colegas da revista IDEAS, pelo debate de idéias, métodos e experiências.

Aos amigos do grupo do prof. Raimundo, em especial à prof. Ana Lúcia, que sofreu de perto as angústias e aflições deste trabalho que ora se encerra.

Ao prof. Aloísio Teixeira, por ter me iniciado nesta seara de debates e, ainda assim, ter aceito participar dessa banca.

Ao prof. Georges Flexor, pela disposição em ajudar.

E especialmente ao prof. Raimundo Santos, meu orientador, com que compartilho as esperanças e as dúvidas que permanecem neste estudo.

Resumo

A presente dissertação trabalha alguns autores expressivos da bibliografia especializada no tema da reforma e contra-reforma agrária. Seu escopo narra como, a partir do “divisor de águas” da segunda metade da década de 1950, a proposta de democratização do mundo rural brasileiro mediante o reformismo agrário ia adquirir nova conotação. A partir do emblema da presidência de Juscelino Kubitschek, se esboçou um modelo que não só desativou o reformismo agrário, como sugeriu padrão diverso de modernização agrícola em relação ao imaginário precedente. A dissertação chama a atenção sobre os mecanismos modernizadores alternativos desse novo tempo, fazendo considerações sobre a pertinência da democracia liberal ao reformismo agrário.

Área do Conhecimento - Economia Política, Sociologia Rural e História do Brasil

Palavras-Chave - Reforma Agrária, Modernização Agrícola, Juscelino Kubitschek

Abstract

The present paper works some authors expressive of the literature on the topic of reform and counter-agrarian reform. Its scope narrates how, from the second half of the 1950's on, the proposal of democratization of Brazilian rural world acquires new connotation facing the agrarian reformism. From JK's government, it was sketched a model which not only defused the agrarian reformism but also suggested diverse pattern of agricultural modernization in relation to the imaginary precedent. The paper offers suggestions about the alternative modernizer mechanisms of this time, creating considerations about the pertinence of liberal democracy on agrarian reformism.

Knowledge areas: Political Economy, Rural Sociology and Brazil's History.

Keywords: Agrarian Reform, Agricultural Modernization, Juscelino Kubitschek

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo I. O nascimento da proposta nacionalista: Coronéis e empresários - 1

1.1 - A República dos “Coronéis”	2
1.2 - A tentativa liberal ruralista na presidência Dutra.....	10
1.3 - A tentativa nacionalista industrial na presidência Vargas.....	15
1.4 - A montagem das bases do industrialismo e do reformismo.....	24

Capítulo II. O crescimento do projeto reformista: diagnóstico, sentido e vertentes

2.1 - O diagnóstico da interpretação nacionalista industrial.....	37
i) <i>espécie de meio produtivo</i>	38
ii) <i>ordem de reprodução do trabalho</i>	44
iii) <i>classe de trabalho</i>	56
2.2 - O sentido lógico da proposta reformista democrática.....	63
2.3 - As três vertentes de “reforma agrária” democrática, a corrente de política industrial agrícola e o Plano de Metas de JK	69
2.3.1 - a vertente imobiliária de “reforma agrária”	70
2.3.2 - a vertente trabalhista de “reforma agrária”	73
2.3.3 - a vertente não propriamente agrária de “reforma agrária”	75
2.3.4 - a corrente industrial agrícola de mudança agrária nacional.....	80
2.3.4.1 - o nacionalismo democrático da presidência JK.....	83
2.3.4.2 – a consolidação do industrialismo nacional.....	88
2.3.4.3 - a fonte orçamentária da política industrialista	97
2.3.4.4 - o feito global da política industrialista de JK... ..	106
2.3.4.5 - a política de preços da presidência JK	117

Capítulo III. A morte da proposta reformista agrária: o efeito do “fato novo” e as críticas posteriores - 130

3.1 - A consolidação da indústria nacional sem reforma agrária.....	143
3.1.1 - a tentativa nacionalista subsequente ao Programa de JK (1958-1963/1964).....	155
3.1.2 - a normatização do industrialismo (1964-1966/1966).....	165

3.1.3 - o desaparecimento da representação reformista democrática (1967/1968-1974).....178

3.2 – O efeito do Plano de Metas sobre a mudança da relação entre Agricultura e Indústria.....191

Considerações Finais – 194

Adendo Anexado: apresentação da dissertação à arguição - 202

Referências Bibliográficas – 214

Introdução

O objeto dessa dissertação é o processo de “modernização agrícola” brasileira que ocorreu sem que houvesse “reforma agrária”. Para estudá-lo, a dissertação assume que o “divisor de águas” da proposta agro-reformista que aspirava “modernizar” as relações rurais foi o Plano de Metas da presidência Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). A partir dessa hipótese, se estuda a referida proposta reformista agrária e seu contraponto agrícola antes, durante e depois da intervenção juscelinista, procurando compreender sua especificidade para a inviabilização da proposta de reforma agrária então presente no seio da vida nacional.

Este trabalho faz parte do interesse despertado há cerca de oito anos, quando fazia graduação em economia. Durante esse período, a prevalência liberal era praticamente inquestionável, ainda que encontrasse resistências múltiplas. Em meio à restauração da cultura liberal ruralista, mantive-me fiel à crença reformista focalizando o estudo na época de consolidação do planejamento industrialista. Examinando a contradição industrialista – para o que os diversos estudos posteriores são de enorme valia, por fornecerem uma fonte empírica já trabalhada com louvor – a dissertação espera contribuir para o encontro de um consenso reformista, presente em parte das classes brasileiras ainda em debate.

A ênfase no debate, ao mesmo tempo em que ambiciona a esperança por um consenso, também nutre uma dúvida produzida de modo semelhante ao comentário de Galileu sobre o Sr. Sarsi, acerca de que este autor

escreveu para o vulgo, para ensinar-lhe com suas explicações aquilo que sozinho não poderia compreender. Mas o Sr. Mário escreveu para os mais sábios que nós, e não para ensinar, mas para aprender, e por isso apresentou sempre em forma de dúvida e não doutrinariamente, fazendo referência às doutrinas dos mais sábios (Galilei, 1623, p. 168)

A ênfase no debate, em aprendizado contínuo com os diversos autores, se traduziria na mudança constante sobre, afinal, qual seria a conclusão deste trabalho que finalmente se encerra (para desespero do orientador). Mudando, refazendo e fazendo tudo de novo, a partir de um trabalho de citações bíblicas de 508 páginas, se passou para de escrito próprio com 374 páginas e, finalmente, o número que se encerra, após outras tantas revisões. Peço, pois, desculpa encarecidas ao leitor pela quantidade despropositiva de páginas, que, se espera, contenha ao menos uma história interessante.

Refeita mais ou menos cinco vezes, esta dissertação pode, assim, ser classificada quase que como um programa de pesquisa pessoal (começado há oito anos, ao início da monografia de graduação) que agora se encerra. Insistentemente, mudando de conclusão com o próprio desenrolar do trabalho, em aprendizado constante para, em torno do reformismo agrário, poder chegar finalmente à sua própria congruência, a presente dissertação também pode, ao mesmo tempo, ser classificada como um romance: uma narrativa da história da “reforma agrária” na passagem da vida brasileira da cultura ruralista liberal até o planejamento industrialista, passando pela democracia inicial, a intervenção juscelinista e, por fim, o arbítrio final, em simultâneo ao nascimento, crescimento e morte de tal representação nacional que ainda pulsa paixão.

Para a construção deste trajeto, a presente dissertação se guia por diferentes representações que, imbuídas pelo sentimento de época presente em argumentos liberais e nacionalistas, propuseram forjar instrumentos de intervenção pública, tanto em torno da “reforma agrária” quanto da “modernização agrícola”. Estes meios de intervenção, fortemente relacionados às duas correntes, apenas com o tempo poderiam concluir se privilegiavam este segundo caminho “modernizante” em detrimento do primeiro, reformista.

A presente dissertação, guiando-se pelo sentimento de época, primeiro descreve a vida brasileira, seguida pelo debate em três ciclos (um em cada capítulo) que, nesse sentido, distinguir-se-iam entre si, em sua essência, quase apenas pela nova direção forjada sobre a participação pública em cada um desses momentos assim recapitulados. O detalhamento de cada classe de atividade nacional, assim, é descrita na medida em que a mesma se torne objeto de políticas públicas; o leitor, guiado pelo sentimento de época com suas interpretações em debate forjando suas respectivas intervenções públicas, experimenta o mesmo sentido do momento em exame, sendo assim direcionado para os mesmos fortúnios e infortúnios do reformismo; com uma certa dosagem de paciência, o caminho que apenas ao fim explicita sua conclusão poderá, finalmente, sugerir acerca da prudência necessária a qualquer tentativa de mudança agro-reformista.

Principalmente, para a conclusão da história brasileira durante o período da tentativa de implementar uma “reforma agrária” para impulsionar a “modernização agrícola” nacional, se mostraria de atenção primordial não seu fim, mas sobretudo o meio, mediante o qual tal processo transcorreria; dissertando sobre nossa “modernização agrícola” sem “reforma agrária” a partir do Plano de JK mediante o

sentimento de época, a conclusão final de tal tarefa eminentemente descritiva, precisamente, em razão da própria “modernização inconclusa”, se vê assim também sem uma conclusão definitiva. Esta ausência, contudo, não anula a problemática levantada na interrogação inicial da presente dissertação, a respeito de que o debate atual – pelos relatos de movimentos sociais, acompanhado por análises teóricas – não especificar o valor da intervenção “modernizante” do Plano de Metas de JK sobre o reformismo agrário. Tratando tal intervenção pública como o “divisor de águas” do sentimento de época, procurar-se-á mostrar que a modificação promovida sobre a “estrutura” brasileira, a partir do programa eleito democraticamente em 1955, seria unicamente oficializada após o marco “conjuntural” de 1964, ambas produzindo conseqüências fatais para o reformismo agrário, inviabilizando-o.

Assim, trabalhando com o debate raríssimo em torno do nascimento, crescimento e morte do reformismo agrário (e seu contraponto industrialista), estuda-se aqui o caso brasileiro desde o começo da República até o encaminhamento para a crise da década de 80. Parte-se das classes de atividades, representações e mecanismos de intervenção pública presentes na vida brasileira neste período, apresentando uma descrição econômica, social, cultural e política para a compreensão do debate sobre a formulação, mediação e consecução de projetos públicos, aparecendo aqui com suas associações de classe, as inquietações e as aspirações representativas do sentimento presente em tal época em torno do agro-reformismo e do contra-reformismo. Neste ensaio sobre quase um século de Brasil, em meio à passagem da cultura ruralista liberal para o planejamento industrialista, estudar o debate em torno do reformismo agrário (atualmente dado por desaparecido) enriquece o conhecimento não só de Brasil como de mundo; seu valor em retomá-lo significa que ele aqui não é considerado nem exausto tampouco superado, procurando, justamente, resgatá-lo, com o olhar do século XXI, para as próximas gerações.

Não se trata de um trabalho exaustivo, algo simplesmente impossível até em virtude de, mesmo trabalhos dos mais atuais, permanecerem fazendo referências – ao menos implícitas – ao debate que ainda assombra, apaixona e ensina. O tamanho desproposital deste trabalho atrapalha sua leitura no sentido de abordar pontos relevantes que, todavia, somente muitos “quilômetros” mais tarde se iria esclarecer seu sentido; de todo modo, esta sensação também ocorre mais ou menos também como no sentimento de época em foco.

Para isso a própria definição da “vocação” agro-exportadora apresentada em Bresser-Pereira (1982 e 1997) foi assumida como pertencente àquilo que se poderia designar por cultura ruralista liberal, tanto por seu enfoque territorialista agrário (o que o insere como ruralista) e por sua assumida “vocação”, como se dizia, “para fora”, o que o classifica ideologicamente como liberal. Esta cultura ruralista liberal brasileira, finalmente, foi sendo contraposta ao planejamento industrialista cujas diversas correntes e específicas vertentes, por seu valor para o próprio trabalho que ora se encerra, são abordadas ao longo da história aqui dissertada. Guiado metodologicamente pelo sentimento de época impresso na literatura especializada, estas e outras definições aspiram apresentar sua definição ao longo do próprio texto, ao que se pede desculpas ao leitor caso não tenham sido redigidas com sucesso.

Ao reler a literatura que debate o tema da história brasileira da época em estudo, a mesma foi fundamentada na interpretação caiopradiana, de método marxista-leninista, enfocada na produção, distribuição e consumo da população nacional. O pouco que se pode considerar de originalidade na releitura aqui apresentada foi, assim, levar-se às últimas conseqüências – procurando de sua última incongruência explicitar seu sentido ainda verossímil – não o produtivismo quanto menos o consumismo, mas sim o distributivismo, circulacionista, que qualifica a interpretação de Caio Prado Junior acerca da circunstância especificamente brasileira e – principalmente – sobre o método de nela intervir (cf. Santos, 2001).

A leitura de quase um século de Brasil, feita sob o enfoque da produção, distribuição e consumo da população brasileira, carrega um sentido abstrato, geral e universal. Embora tal enfoque só possa ser apreendido em um sentimento de largo horizonte, de longo prazo e que tenha sua profundidade impressa no que é o consenso comum na literatura, daquilo que não é consensual, o ambíguo e o contraditório, é expresso os detalhes particulares que, justamente, fazem aflorar as aspirações por reformá-los. Esta reforma daquilo que esta fora do normal, nos detalhes contraditórios, inclui a própria releitura que é feita da literatura ou, ainda mais profundamente, na própria linguagem com que a presente dissertação é escrita. Partindo de um sentimento de horizonte largo, muitas vezes as palavras não são redigidas com base no detalhe de sua expressão vulgar, mas sim em sua profundidade etimológica, única que generaliza a impressão da vida urbana imediatamente como a da política, da cidadania e da civilidade.

Com o objetivo de reunir um debate de certa maneira desaparecido, parte-se, assim, da coleção analítica riquíssima já feita por variados autores (como a organizada com maestria por Boris Fausto), procurando sistematizá-la. A presente dissertação, pois, consiste basicamente dum exercício rescensivo da bibliografia pertinente que realça a correlação do tema da reforma e contra-reforma agrária ao longo da “modernização” da vida rural brasileira.

Recorrendo aos autores centrais para a construção do arcabouço de cada capítulo, no primeiro, foi apresentada uma variedade de autores (como Camargo, 1986, Cardoso, 1963, e outros) que auxiliaram o desenvolvimento axial da interpretação do Brasil Republicano de Singer (1986). No capítulo seguinte, pela abrangência de temas, se recorreu a uma gama um tanto dispersa de autores como, por exemplo, na transformação do mundo rural, inicialmente apresentada em Kageyama et ali. (1990), Fernandes (1973), Ianni (1967) e Medeiros (1982); após apresentar o debate sobre as vias de transformação em Santos (2001), se estuda as diferentes vertentes de “reforma agrária” fazendo uma resenha basicamente da leitura de Leite & Palmeira (1995), na qual se inclui alguns autores expressivos da época. Ao fim dessa seção se registra, centralmente, o resumo dos textos de Lessa (1963) e Limoeiro (1972) com aportes de outros especificamente agrários, reconstruindo a problemática apresentada no “divisor de águas” da segunda metade da década de 50.

O capítulo 3 traz vários autores (como Linhares & Teixeira, Delfim Netto e outros) centrando-se, no entanto, nos argumentos de alguns intérpretes mais contemporâneos das transformações no meio rural brasileiro, particularmente, na análise de Delgado (1985), Baiardi (1996) e Maluf (1992), que completam o tema proposto na presente dissertação. Observa-se, por fim, a recorrência de Prado Jr., Paiva (1953) e Martins (1981) em todos os capítulos, o que os qualificou a serem tratados de modo específico.

Este é, pois, um estudo sobre um debate de interesse sobre a vida nacional – a reforma no meio rural – cuja fonte foi a pesquisa na biblioteca Ivan Ribeiro (CPDA/UFRRJ) o sentimento de época constituído na leitura de livros diversos. Nada melhor para respirar o ar dos anos desenvolvimentistas, suas expressões, representações e parte de suas incongruências que tratar o debate teórico recortando-o como um estudo específico, donde se explica a necessidade de guiá-lo pelo sentimento de época, que une tanto a vida como a representação e, finalmente, é impressa na intervenção pública.

Para essa tarefa a biblioteca Ivan Ribeiro (CPDA/UFRRJ) se mostrou excelente, pois possui praticamente todo o material que pesquisadores de excelência internacional já leram, investigaram e publicaram, coleção que permitiu, também, acompanhar o debate dentro do próprio CPDA – que, como percebi quando fechava a monografia de graduação, estava em parte inserido na “institucionalização” do debate em 1978, ou seja, há 30 anos atrás – na mesma ebulição do *Cativeiro da Terra* e da *História do Abastecimento*, obras que podem sintetizar o primeiro e o segundo debate agrarista. Não foi, infelizmente, possível consultar o Centro de Documentação em Movimentos Sociais, mas em grande medida esta restrição pôde ser compensada pelos debates com os professores do CPDA, a quem cabe aqui mencionar especialmente a professora Regina Bruno na introdução à sociologia, o professor Roberto Moreira na problemática territorialista, a professora Leonilde Medeiros na sociologia política, a professora Eli Napoleão pela relação entre história e literatura, o professor Hector Alimonda na política ambiental, o professor Peter May na economia ecológica, o professor Sérgio Leite nos comentários ao pré-projeto de mestrado, na economia brasileira e aos demais contatos cotidianos, o professor John Conmefford aos comentários na apresentação do projeto de dissertação, o professor Moacir Palmeira na entrevista à Revista IDEAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, a professora Ana Célia Castro pelo estímulo inestimável à pesquisa, a professora Verónica Sécreto pela metodologia de síntese e pelas interrogações na apresentação do projeto de dissertação, o professor Flávio Carvalho pela metodologia de análise e pelos comentários adicionais na apresentação do projeto de dissertação que, sentidos na pele, estavam absolutamente corretos, além, é claro, dos demais professores e, principalmente, o professor Raimundo Santos que, em meio a inúmeros outros afazeres, sofreu junto toda essa transformação.

*João amava Teresa que amava Raimundo
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém.
João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento,
Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia, Joaquim suicidou-se e Lili
casou com J. Pinto Fernandes que não tinha entrado na história.*
(Carlos Drummond de Andrade: *Quadrilha*, 1954)

Capítulo I. O Nascimento da Proposta Nacionalista: Coronéis e Empresários

Desde o início da República, a composição que a dirigia terminaria mostrando que, da simples dialética entre trabalho primário e secundário, a síntese normalmente estava no terciário. A redefinição do estatuto do trabalhador nacional, em 13 de maio de 1888, generalizava as relações da parceria rural entre a população brasileira, ao mesmo tempo em que rearticulava a própria classe dirigente nacional. Exploradas sob o mando dos “coronéis” municipais ligados à “política dos governadores”, as relações de parceria eram generalizadas com a própria proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 (Martins, 1981, p. 31).

Assentado na parceria experimentada desde o início da República dos “coronéis” municipais ligados pela “política dos governadores” à vida nacional, o estreito horizonte rural brasileiro, permanecia mais ou menos do mesmo modo até pelo menos o “divisor de águas” na década de 50 do século passado (Moreira, 1995, p. 30; Camargo, 1986, p. 131). Feita por meio da parceria sob comando dos “coronéis” locais, e direcionada para o comércio agro-exportador cosmopolita, em quase total ausência de intercâmbio entre a própria população brasileira, a produção nacional que triunfava na “política dos governadores” da República, sequer contava com integração física em si – mas sim, apenas fictícia (Singer, 1986, p. 234).

O breve panorama extraído da bibliografia já “clássica” procurará expor abaixo o domínio exclusivo da classe dos “coronéis” nas primeiras décadas da República, estudando a seguir sua “*perda de exclusividade*” mas que, todavia, mantinha predomínio sobre a vida nacional, mesmo no primeiro decênio após 1945. Ao começo do “divisor de águas” da década de 50, tal classe de domínio passava a conviver com uma nova representação nacional (pesquisada no terceiro item do presente capítulo), responsável, em medida ímpar, pela montagem das bases do industrialismo e do reformismo (descrita no último item).

1.1 - A República dos “Coronéis”

Segundo observa Martins (1981, pp. 45-47), a alteração processada pela redefinição do estatuto do trabalhador brasileiro, em 13 de maio de 1888, generalizava as relações de parceria, concomitantemente à mudança no interior da classe dirigente nacional, mediante o próprio triunfo da República, em 15 de novembro de 1889. Federalizada na “política dos governadores” ligados às municipalidades dos “coronéis” com seus jagunços, a ampliação do sufrágio por meio do “voto de cabresto” do “curral” eleitoral distrital, o tornava dote tão comercializável como qualquer outra posse, produzida na triunfante República agro-exportadora, ávida participante do comércio internacional.

Já Moreira (1995, pp. 35-36) e Medeiros (2002, p. 15; 1995, p. 63) lembram que, valorizando o número de moradores assegurados pelo “voto de cabresto” dos “coronéis” com seus jagunços, tanto o domínio da lavoura de exportação, quanto seu comércio, assegurava a exploração contínua de mais e mais famílias de parceiros. Ao mesmo tempo em que o voto era verbal e a problemática eleitoral resolvida à bala, a própria definição dicionarizada de “coronel”, faz referência ao seu modo de exploração como o controle sobre o sufrágio (Lima Sobrinho, 1975, introdução em Leal, 1949; Buarque de Holanda, 1975).¹ O controle praticamente absoluto do “curral” eleitoral do “coronel” local, era razão do seu domínio tanto da lavoura de exportação (de café, cana, cacau, borracha, mate, tabaco etc.), quanto de seu próprio comércio. Por conseguinte, o horizonte de liberdade que restava ao parceiro, era compreendido somente como a liberdade de ir e vir – para poder comercializar, livremente, o fruto cultivado com seu trabalho (Martins, 1981, p. 49; cf. Candido, 1954 e Furtado, 1959).

Entretanto, triunfando a República mediante a “política dos governadores” ligados às municipalidades dos “coronéis”, a política de subsídio à imigração estrangeira para a cafeicultura, restringia por completo a livre mobilidade dos escravos brasileiros da lavoura canavieira, armando coalizão federativa representada na

¹ Destacado no próprio título – e reforçado no subtítulo – do clássico *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, o “curral” distrital de “clientes” do “coronel” estava traduzido em sua exploração eleitoral – nas palavras do próprio Victor Nunes Leal (1949, pp. 21-23), como um “*feudo*” eleitoral.

política do “café com leite e açúcar” (Camargo, 1986, p. 129; Medeiros, 1995, p. 55).² Mediante a política do “café com leite e açúcar”, era interiorizada na população brasileira, a representação da República descentralizada na “política dos governadores” para, sob a parceria, se comercializar “livremente” a lavoura de cada estado federado (Mantega, 1984, p. 178; Martins, 1978, pp. 60-62). Triunfando desde o início da República dos “coronéis” ao fim do século XIX, a parceria rural brasileira persistia predominando na cultura liberal nacional, mesmo ao “*perder exclusividade*” após a década de 30 (Bresser-Pereira, 1981, p. 272; 1997, p. 3).

Seguindo a bibliografia, é possível descrever a vida brasileira como caricatamente cordial, maravilhosa e com “vocação” rural; o único problema vislumbrado na República dos “coronéis” era o clima, para o qual se sugeria que, partícipes do livre-comércio exportador de frutos tropicais, seríamos “o país do futuro”, convivendo harmonicamente em presente sempre fraterno – graças   interven o da polícia estadual (Bresser-Pereira, 1997, p. 3; Ramos, 1938, cap. Cadeia). Sempre ao lado do arbítrio da polícia estadual, o presente perfeito comungava a popula o nacional, divindade em sua plenitude já consagrada na Constitui o brasileira, liberal, federativa e cristã – graças aos negócios espúrios dos “coronéis” (Bresser-Pereira, 1981, p. 272; 1997, p. 4; Perocci et ali., 1986, pp. 348, 354 e 350).

Bresser-Pereira (1963, p. 16) caracteriza essa interpreta o ruralista observando que a liberdade de comércio produzia futuro esplendoroso, a “voca o” agro-exportadora apresentava rela o linear entre a lavoura nacional e o consumo brasileiro. Sendo praticamente toda a popula o nacional direcionada para o livre-comércio internacional de café, cana, cacau, borracha, tabaco, mate etc., de um lado, e para a produ o doméstica para o próprio consumo familiar, de outro, o mínimo comércio intra-nacional era razão do mesmo comércio internacional de gêneros primários, sem intercâmbio de produtos propriamente exclusivos   popula o brasileira, aut nomos e – sobretudo – em escala nacional (Singer, 1986, p. 215).

Acerca do ponto mencionado na “voca o” rural, Dean (1976, em Suzigan, 1986, p. 21) interpreta que, de um lado, a vantagem comparativa no próprio livre-comércio agro-exportador, induzia cada lavoura estadual a permanecer aut noma em

² A propósito, a bibliografia se ret m na correla o de que, enquanto, por um lado, a política imigratória estrangeira restringia a mobilidade do trabalhador brasileiro, por outro e mais decisivo lado, igualmente induzia que sua luta fosse projetada em horizonte estreito, quando não paroquial ou até meramente pessoal e anárquico (Camargo, 1986, p. 131; Medeiros, 1995, p. 53; Pochmann & Cardoso Júnior, s/d, p. 5).

relação às demais – quando não em atrito aberto com as unidades concorrentes. De outro lado, o produto normalmente consumido pela família brasileira, ou vinha do estrangeiro, ou era produzido domesticamente, quando muito, comercializado esporadicamente em escala municipal ou estadual.

Segundo proposto em Kageyama et ali. (1990, pp. 116-117), para mudar este estreito horizonte rural nacional, seria vital constituir meio de transporte unificado entre cada lavoura exportadora, sem ser, como era, somente de modo complementar ao mesmo transporte da monocultura regional. Entre a indução à autonomia de cada lavoura exportadora para o vantajoso comércio internacional, o que unificava a população nacional – guardando relativa autonomia em si – era apenas o paciente comércio interno por meio do tropeiro na vasta hinterlândia brasileira, bem como, o comércio hidroviário pela bacia hidrográfica nacional, e o de cabotagem seguindo o litoral atlântico (Candido, 1954, pp. 141-142; Singer, 1986, p. 215; Vaz Sampaio, 2008). Ambos, não obstante, sofriam tendência de expansão não por virtude própria, mas sim, em razão do mesmo comércio internacional litorâneo – embora outra tendência estivesse começando a contrabalançá-la.

Esta contra-tendência é fixada em Singer (1986, pp. 213-215) enfatizando que, em razão do próprio livre-comércio agro-exportador, parte deste mínimo comércio interno em pequena tendência de expansão não era saciado pelo comércio internacional, em virtude tanto do diferencial no preço do transporte segundo carga específica, quanto na rotatividade, circulação e variação de cada produto particular. No longo processar dos persistentes contratempos registrados no comércio internacional durante toda a primeira metade do século XX, diante da contínua queda livre do comércio exportador estreitamente monocultor de frutos primários, a política federal de manter o consumo brasileiro, sustentava aumento vegetativo da produção nacional que, debilmente, “substituía” específicas importações, acontecendo incremento do comércio interno.

Vários autores como Prado Jr. (1954, p. 78, citado em Santos, 2001, p. 90), Linhares & Teixeira (1981, p. 38) e Szmrecsányi (1986, pp. 114-115) registram que, aumentando a produção nacional para saciar o consumo pré-estabelecido, a cultura agro-exportadora era redirecionada apenas superficialmente, mudando somente a aparência da vida da população brasileira que, continuando a exportar velhos frutos agrícolas (como café, cana, cacau, borracha, tabaco, mate etc.) para importar novos artigos industrializados (como automóveis, tratores, frigoríficos, combustíveis, fertilizantes, fármacos etc.), permanecia com domínio liberal profundo até o “divisor de

águas” durante a década de 50. Conforme indicado em Mantega (1984, p. 185) e Singer (1986, p. 217), continuamente consumindo novos produtos industrializados mas produzindo praticamente os mesmos gêneros agrícolas, a alteração apenas aparente na vida da população brasileira, era razão de que o parco aumento da produção nacional (que podia acontecer por meio da intervenção pública para conservar o normalmente consumido), era expediente improdutivo, que contrariava a cultura liberal ruralista.

Segundo Szmrecsányi (1986, p. 116), contando com consumo garantido em razão da interferência federal no livre-comércio internacional, o aumento da produção nacional ocorria por meio da expansão de mais tempo de trabalho, estendendo a atividade previamente estabelecida, pouco ou nada a alterando, fazendo variar praticamente somente o seu valor absoluto. Na sucessão de oscilações no comércio internacional durante toda a primeira metade do século XX, a produção agropecuária brasileira estava sendo mantida – o que vinha mudando era sua relação com o comércio industrial. Completando o consumo pré-estabelecido em contínuo crescimento vegetativo durante praticamente toda a primeira metade do século XX, a supressão das tarifas aduaneiras entre os diferentes estados da República confirmava este modo de aumentar a produção nacional que, aos poucos, visibilizava a tendência ao incremento da especialização do trabalho, da comercialização da produção e, finalmente, da elaboração de nova indústria em escala nacional.

Em contínuo incremento vegetativo durante a primeira metade do século XX, a nova produção industrial nacional reproduzia, em escala crescente, o modo de trabalho normal à vida agrária brasileira: improdutivo, extensivo e predatório (Cardoso, 1963, p. 170; Castro, 1969, pp. 112, 129, 133 e 143; cf. Szmrecsányi, 1986, p. 172). Depreciado como quase um escravo, o valor ínfimo do trabalho brasileiro – conforme estimado em Martins (1978, p. 74), que correspondia “*inteiramente*” ao aumento do valor da produção nacional – possibilitava sobrenatural valorização de constante extensão da cultura monopolística para novas fronteiras – feito que a liberdade de comércio, apenas agravava (Szmrecsányi, 1986, p. 158; Contador, 1968, pp. 90-91). Ruy Miller Paiva (1953, p. 8) indica que, reproduzindo o modo de produção agropecuário brasileiro no trabalho industrial nacional, havia uma tendência de que, migrando para novas fronteiras produtivas, o aumento da distância entre o produtor e o consumidor, tornasse vantajoso incrementar a produtividade, inclusive, procurando praticar novos meios produtivos. O mesmo Paiva (1953, pp. 126-127), no entanto, aponta que a tendência espontânea ao incremento da produtividade sob tal novo modo “industrial” era,

entretanto, contrabalançada por outra tendência, na qual o incremento da produtividade, aumentava o valor produzido que, sem correspondente aumento no valor consumido, apenas agravava o desequilíbrio distributivo prévio – acento por fim refletido na grande variação nos preços nacionais, durante praticamente toda a primeira metade do século.

Paiva (1953, p. 127) conclui que, reproduzindo o modo de produção agropecuário no nascente trabalho industrial nacional, o aumento no tempo de trabalho brasileiro que mantinha o consumo motivava que, caso a interferência federal no comércio internacional deixasse de ser feita, o desequilíbrio seria claramente agravado. Segundo sugerido em vários autores, direcionado para o interior brasileiro de modo predatório, a contínua oscilação do consumo nacional em razão das sensíveis variações no comércio internacional, por um lado, e do preço do transporte, por outro, permitia ao grande produtor brasileiro enfrentar pouca concorrência, expandindo o valor dos produtos comercializados livremente no “mercado” interno nascente, mudando não o produto, mas sim seu preço (Martins, 1978, p. 74; Malan, 1986, p. 62; Cardoso, 1963, pp. 136-137).

Em particular, é indicado em Cardoso (1963, pp. 138-139 e 116-117) que, em razão da oligopolizada distribuição da produção nacional que era comercialmente transportada até o consumidor nacional, o nascente trabalho “industrial” reproduzia, pois, o modo predatório de extensão da atividade agropecuária. Segundo Cardoso (1963, p. 137), a possível mudança na relação agricultura-indústria nacional, que se refletia na alteração da relação entre os preços brasileiros, primeiro era “*amortecida*”, para a seguir, “*distorcida*”, em razão da liberdade de comércio interno ser praticada em horizonte oligopolizado.

A síntese do processo é exposta em Cardoso (1963) e Paiva (1965), quando o primeiro aponta que a nascente ordem de trabalho “industrial”, cativada pelo mesmo modo extensivo de produção agropecuária, alterava apenas superficialmente a vida nacional em razão do preço do frete estar sendo oligopolizado na “infra-estrutura” de transporte, armazenagem e comunicação (Cardoso, 1963, pp. 135-139). O segundo nota que apenas o desequilíbrio crescente entre a necessidade de expandir a produção, estendendo a atividade para novas fronteiras produtivas cada vez mais distantes do consumidor, podia tornar vantajosa a tentativa de elaborar novas práticas (Paiva, 1965, p. 127). Migrando do comércio agro-exportador entre as diferentes lavouras regionais de café, cana, cacau, mate, borracha, tabaco etc. – em intervenção federal sob os variados Institutos protetores de cada uma – para o livre-comércio interno de dois ou

três gêneros primários produzidos do mesmo modo extensivo, duas tendências contrárias normalizavam a crescente marginalidade em que vivia esmagadora maioria da população nacional (Cardoso, 1963, pp. 135-136).

A essa interpretação Singer (1986, pp. 234-235) tece comentário acerca da primeira tendência, representada no liberalismo comercial agro-exportador que ostentava consumo cosmopolita e produção improdutiva, razão pela qual era mantido o consumo normal brasileiro, para conservar tal comércio, aceitando a expansão do trabalho industrial como expediente subsidiário, temporário e parcial, sempre secundário à vida nacional. Em virtude do preço de transporte de produtos consumidos pela generalidade da população com elevada circulação no processo de produção brasileiro, trabalhos como os destinados a alimentação, manutenção do transporte e meios de abrigo, podiam aumentar a especialização na comercialização de definida atividade “industrial”, principalmente quando próxima das aglomerações consumidoras paulista, carioca e algumas outras.

Consultando autores que sugerem elementos que começavam a aflorar no profundo domínio ruralista expressando tendência contrária à liberal em virtude do mesmo aumento nos preços da nutrição, locomoção e abrigo, é registrada a ocorrência de uma greve de trabalhadores urbanos brasileiros. Segundo Linhares & Teixeira (1979, pp. 18-19), em 1917 paralisando quase em escala nacional a nova classe de trabalho brasileiro em expansão, tal abalo resultava em imediata intervenção no preço dos alugueis das maiores aglomerações populacionais nacionais, tabelando-o. Por outro lado, Cardoso (1963, pp. 143-144) observa que, no tocante à nascente “indústria” têxtil, de alimentação e de transporte, o acentuado desequilíbrio entre tal produção e consumo colocava em evidência que a mediação – manipulada pelo “açambarcador” – era mais valorizada que a produção ou até o consumo de tais artigos.

Segundo Linhares & Teixeira (1979, pp. 40-43), violando a liberdade de comércio, desequilibrando a produção e o consumo e trazendo aguda carestia para a família brasileira, o comerciante nacional preferia perder o produto que comercializá-lo – especulando a alta. Monopolizando o livre-comércio intra-nacional, o comerciante, diferia do produtor – sendo esta a razão, da sugestão de confiscá-lo.

A proposta confiscatória contrariava, no entanto, a cultura liberal ruralista, para a qual não era necessário ferir o livre-comércio com medidas coletivistas. A representação liberal ruralista interpretava que o desequilíbrio entre a produção e o consumo de tal artigo ora em carência, refletido na variação no preço do mesmo,

valorizaria o aumento da produção em escassez. Seguindo o discurso liberal ruralista, caso a variação no preço não fosse resultante de desequilíbrio temporário entre produção e consumo de artigo específico, a mesma estaria relacionada à intervenção pública na liberdade de comércio internacional (Linhares & Teixeira, 1979, p. 43).

Conforme interpretado na cultura ruralista, a interferência pública na liberdade de comércio internacional aumentava a quantidade de moeda em circulação, distorcendo os preços e tornando desvantajosas as atividades mais produtivas – desequilibrando, enfim, a produção e o consumo (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 25-27). Aspirando o equilíbrio entre a produção e o consumo, a cultura ruralista prescrevia aumentar o vantajoso comércio agro-exportador que, assentado em atividades globalmente mais produtivas, incrementava tanto a produção quanto o consumo. É possível concluir a interpretação liberal citando Gudin (1945) e Dean (1976) em Suzigan (1986, p. 31) como intérpretes de que, em suma, o ruralismo concluía ser a lavoura exportadora vantajosa para todos, sendo qualquer desequilíbrio particular, no máximo temporário.

Outros elementos presentes na cultura ruralista são expostos em autores como (Limoeiro, 1972, p. 313), ressaltando que a queda do comércio agro-exportador (e não a diminuição do comércio interno – que aumentava visivelmente) expressava o declínio apenas relativo da produção agropecuária brasileira, acontecido ao longo da primeira metade do século passado, expressando o apoio arraigado ao discurso liberal. Em si, a produção agropecuária possivelmente havia sido incrementada – mas, agora, convivía com o relativo aumento do trabalho industrial, ambos crescentemente destinados ao comércio interno. Mesmo com o relativo aumento do trabalho industrial destinado ao comércio interno, portanto, o comércio agro-exportador permanecia predominando na vida nacional – inclusive, para propor qualquer mudança no modo como a produção brasileira vinha sendo alterado (Programa do BNDE-CEPAL, 1955, p. 17, citado em Limoeiro, 1972, p. 319).

A questão também é notada em autores como Singer (1986, pp. 214-216) sobre que amortecido, distorcido e até depreciado perante o antigo domínio liberal ruralista do “café com leite e açúcar”, o nascente trabalho industrial continuava débil, sem produzir artigos industrializados como automóveis, tratores, frigoríficos, combustíveis, fertilizantes, fármacos etc., mas sim, importando tais novos produtos em geral graças ao rendimento da lavoura de exportação de café, cana, cacau, borracha, cacau, mate etc. Produzindo distintas representações em debate entre a população brasileira, a discordância entre a moribunda cultura liberal ruralista e o nascente projeto nacionalista

industrial, somente iria ser superada no “divisor de águas” da década de 50 (Mantega, 1984, p. 186; Bresser-Pereira, 1963, pp. 15-16; Bresser-Pereira, 1997, p. 2).³

Enfim, acontecia mudança visível na vida brasileira, embora essencialmente marginal, em razão da própria cultura liberal ruralista – de regra, complementando o normalmente consumido por meio da importação de novos artigos industriais graças à lavoura de exportação. Exceção à regra acima acontecia em ramos de atividades em que o preço do transporte valorizava a “substituição” da importação de específico produto “industrial”, pela tentativa de sua produção nacional.

Além dessa marca, a bibliografia se retém especificamente em que a valorização da “substituição” de tal importação acontecia, com vigor maior, em ramo de atividade de consumo generalizado, no qual o diferencial no valor do transporte para específico produto de alta circulação no processo de produção brasileiro tornava sua especialização visivelmente vantajosa, podendo, inclusive, procurar modificar seu modo de produzir. Em virtude da alteração que a política de manutenção do consumo brasileiro, valorizando o aumento da produção nacional, produzia na relação entre o comércio internacional e o comércio interno, a cultura liberal ruralista, ao livremente valorizar, em conjunto, o trabalho “industrial” nacional cuja produção passava a “substituir” aquela até então saciada com o estrangeiro, contraditoriamente produzia, em seu próprio seio, a representação nacionalista industrial (Furtado, 1959, cap. XXVI; Singer, 1986, pp. 214 e 216).

O aumento “substitutivo” da produção nacional que passava a ser permutada internamente, “*aparentemente simples*”, correspondia, porém, a mais da metade do valor normalmente comercializado com o estrangeiro (Singer, 1986, p. 213; Furtado, 1959, p. 169 e cap. XXXI). Comercializada internamente pelo liberalismo, esta vultuosa produção, era concentrada principalmente em produtos de elevada rotatividade, circulação e variação, cujo valor da carga transportada até as aglomerações consumidoras paulista, carioca e algumas outras, valorizava a “substituição” da importação de parte da produção de tal artigo (cf. Singer, 1986, p. 217; Szmrecsányi,

³ Até este momento a permanência do domínio liberal em mudança apenas superficial na vida da população brasileira, a manutenção do consumo nacional estendendo a fronteira produtiva, vantajosamente, mais próxima à aglomeração consumidora paulistana, crescia tanto sua população quanto sua influência sobre a República. Incluídas na mudança produzida com o aumento da especialização, comercialização e “industrialização” da lavoura paulista crescentemente direcionada para o livre intercâmbio interno, estavam não só o desbravamento do Paraná, mas igualmente a expansão da fronteira maranhense e a construção de Goiânia – processo que seria coroado, posteriormente, com a construção de Brasília (Szmrecsányi, 1986, pp. 130-132 e 136).

1986, pp. 114-115 e 136-137; Graziano da Silva, 1987, pp. 15-16; Furtado, 1959, cap. XXXIV; Gonçalves Neto, 1991, pp. 24-25).

Inserida na “substituição” parcial da importação acontecida na primeira metade do século XX, a variação no valor do transporte de passageiros valorizava a “substituição” de migrantes estrangeiros por nacionais, motivando a “importação” da Itália de nova definição do estatuto do trabalhador brasileiro. Restringindo a nova legislação sindical à atividade industrial, a esmagadora maioria da população brasileira, que cultivava a lavoura, era mantida marginalizada da nova definição do estatuto do trabalhador nacional. Até a metade do século passado reproduzindo, mediante a parceria, a produção que consumia sob modo de exploração estreitamente doméstico, permanecia igualmente normal à cultura rural, o voto “de cabresto” conjugado ao arbítrio da polícia estadual com a benção paroquial – ainda que o normal método liberal estivesse, debilmente, começando a ser “substituído”, pela “importação” da legislação sindical-fascista (Saes et ali., 1997, pp. 100 e 126; Ramos, 1938, cap. Cadeia).

1.2 - A Tentativa Liberal Ruralista na Presidência Dutra

Este tópico trabalhará uma bibliografia mais extensa, procurando contextualizar traços da chamada cultura ruralista liberal, ainda presente no período que se estende durante os meados do século passado. A cultura ruralista liberal, embora vivida fundamentalmente sob mesmo modo entre o triunfo da República, em 15 de novembro de 1889, e o Golpe de 1º de abril, em 1964, registrava uma mudança: com respeito à prática eleitoral. Mudança restringida, primeiro, pela própria razão internacional, que a marcava pela data de 1945. Em segundo lugar, pela manutenção da esmagadora maioria da população nacional, iletrada, sem direito a voto – cujo dote permanecia sob a tutela da “política dos governadores” ligados aos antigos “coronéis” com seus compadres (Camargo, 1986, p. 127; Almeida Júnior, 1986, pp. 227-228).

O general Dutra, primeiro presidente da República eleito no retorno democrático após 1945, representava a restauração da cultura brasileira anterior a 1930, obtendo absoluta maioria eleitoral – ainda que a representação comunista alcançasse a décima parcela, e a terça parte restante, ficasse com a empresa udenista (Almeida Júnior, 1986, p. 225). Constituída enquanto democracia liberal, em 1946 era assegurada a participação da população trabalhadora brasileira na vida nacional, ainda que em sua margem, acomodando novas representações debatendo em equilíbrio cada vez mais instável –

sobretudo, na relação acerca da “reforma agrária” democrática que, redistribuindo a produção nacional, fosse o meio de valorização da “modernização agrícola” que motivaria a “agroindustrialização” do trabalho na lavoura (Schwartzamn, 1975, citado em Almeida Júnior, 1986, p. 242; Cardoso, 1963, pp. 188-189).

Em 1945, a reacionária vitória liberal aceitava, pois, a participação comunista, representada na décima parte da constituinte, presente em amplos discursos da imprensa e, inclusive, no pretexto da “desapropriação por interesse social” instituída em 1946 (Costa, 1991, p. 14; Medeiros, 2002, pp. 14-15). Protegida contra a “subversão” comunista “*sob a benção de Deus*”, no imediato pós-1945, a legislação sindical fascista era acomodada em texto liberal – basicamente, conjugando-a com portaria do Ministério da Indústria, Trabalho e Comércio, sobre o vínculo municipal do sindicato, estadual das federações etc. (Almeida Júnior, 1986, p. 241; Medeiros, 1995, pp. 72-73). Em suma, no armistício entre 1946 e 1964, a democracia brasileira era uma democracia restrita, cujo constituinte federal, tentava liberalizar praticamente tudo – exceto, a legislação sindical-fascista (Draibe, 1985, p. 141).

Após 1945, a cultura liberal ruralista, portanto, retornava via Dutra, graças ao domínio dos parceiros dos antigos “coronéis” com seus afilhados, por meio da restrição do voto às letras, limitadas pela “política dos governadores”, de um lado, e da legislação trabalhista ao trabalho industrial-comercial, de outro (Camargo, 1986, p. 143; Martins, 1981, p. 64). A democracia liberal ruralista, possibilitando livre crescimento da especialização em trabalho industrial-comercial, produzia sobremaneira improdutivamente, em razão de que a mudança industrial era superficial, sem alterar o interior da nossa cultura liberal, que persistia praticada quase como crença (Bresser-Pereira, 1963, pp. 17-18).

O aumento da produção brasileira com o domínio liberal até a metade do século passado – “*objeto de excelentes análises*” – obviamente contrasta com o planejamento que iria ser assumido posteriormente – quando a programação de toda sorte de atividades brasileiras passava a ser identificada com “*parte integrante*” da própria vida nacional (Lessa, 1963, p. 11). Era possível interpretar a política pública como alheia à própria vida nacional, na qual a ação coletiva agia reativamente, geralmente mediante campanhas sanitárias ou pela polícia estadual com a benção do padre. A exceção ao normal método reativo liberal, por princípio parcial, provisório e depreciado, era a intervenção ativa dos Institutos de garantia das lavouras de exportação, da legislação sindical-fascista e do câmbio (razão de seus valores peculiares nos rumos da

“modernização agrícola” da “agroindústria” da lavoura brasileira). (Martins, 1981, p. 82; cf. Carone, 1981, p. 109; Lessa, 1963, pp. 11-16)

Particularmente no imediato pós 1945, quando o comércio de moedas possuía virtude decisiva sobre a vida nacional, a presidência Dutra liberalizava, “*sem cautela*”, o câmbio (Malan, 1986, pp. 64-65). Alheia, portanto, a que a manutenção do consumo brasileiro empreendida até o momento, aumentava a produção nacional que, por este caminho, estimulava novo crescimento do consumo e subsequente novo incremento da produção em círculo virtuoso. Mantendo o consumo brasileiro em instável equilíbrio com a produção nacional, a liberalização de parte do comércio internacional, no imediato pós 1945, rapidamente quebrava o cruzeiro, colocando em evidência a impraticabilidade da política liberal (Lessa, 1963, pp. 16-17). Mesmo com a libra esterlina falida, o dólar ianque pregava que a “responsabilidade fiscal”, com liberdade de comércio internacional e particularmente de moedas, valorizava o aumento da produtividade, incrementando a produção brasileira, requerida com vistas a saciar o consumo nacional em crescimento vegetativo (Draibe, 1985, p. 146).

Segundo consultado junto à Comissão bilateral da representação brasileira com a ianque, o diagnóstico apresentado em seu *Relatório* reclamava, dentre outros pontos, da ausência de transporte unificado, sugerindo modificá-lo (em Malan, 1986, pp. 66-68; Draibe, 1985, p. 159).⁴ Embora a sugestão do *Relatório* jamais tenha sido adotada por completo, o diagnóstico da Comissão bilateral traçava o horizonte posteriormente projetado em cada singular supremo mandatário federal após 1945 (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 128-129; Draibe, 1985, p. 160; Lessa, 1963, p. 160).

Em especial, diagnosticada e sugerida tal mudança na circulação da produção, da população e da representação brasileira projetada em cada específico presidente da República após 1945, o instrumento orçamentário prescrito pela Comissão para tal mudança, contaria com fonte liberal, por meio da criação do Banco Central do Brasil (Draibe, 1985, p. 160; Malan, 1986, p. 68). A mudança na política monetária brasileira forjada pelo legislador federal era resumida, todavia, à atribuição de competência cambial à Superintendência da Moeda e do Crédito, mantendo, portanto, o Banco do

⁴ Somente sob pressão continental, era criada a Organização dos Estados Americanos para a coordenação do planejamento industrial americano. Contudo, face a “*proeminência*” ianque, a relação interamericana somente terminava de ficar alheia ao continente ao ser acomodada, de um lado, nas diferentes Comissões bilaterais, de outro, na criação da Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina – cujo apoio europeu, não era mais decisivo que o próprio brasileiro – que se tornaria o único remédio contra a “*náusea*” liberal das Comissões bilaterais, da OEA e do também recém-criado FMI (Malan, 1986, pp. 66-67).

Brasil como emissor dos cruzeiros em circulação (Draibe, 1985, pp. 160 e 167; Vianna, 1990, pp. 112-113).

Carente de orçamento, instrumento e meta, o único programa apresentado na presidência Dutra, o “Plano Salte”, não era projeto nacional, mas sim plano orçamentário que, de alguma forma, se mostrava preocupado com a mudança no transporte, necessária ao incremento do comércio agro-exportador da lavoura de café, cacau, mate borracha etc. (Lessa, 1963, p. 159; Draibe, 1985, pp. 153 e 148-149). Nesse sentido particular, era forjado tributo específico sobre a quantidade consumida de combustível petrolífero, com orçamento vinculado aos repasses junto à “política dos governadores” ligados aos antigos “coronéis” com seus amigos (Draibe, 1985, p. 155; Lessa, 1963, p. 18). Sem orçamento em razão da “responsabilidade fiscal”, a restauração liberal, igualmente, destinava à Fábrica Nacional de Motores associar-se com o estrangeiro, para colaboração no fabrico nacional de motores de caminhões, tanques de guerra, tratores agrícolas, automóveis de passeio, ambulâncias, aviões e aparelhos mecânicos em geral (Draibe, 1985, p. 168).

Enfim, o aumento do trabalho industrial-comercial, saturava um desequilíbrio em dois ramos específicos: transporte e energia (Singer, 1986). Na indústria energética, o desequilíbrio na atividade química era virtude de, sem dotação orçamentária no “Plano Salte” em razão da “responsabilidade fiscal”, não mais era produzido salitre, semelhante acontecendo na siderurgia de ferro, aço e chumbo (Draibe, 1985, pp. 167-168). Com respeito à energia petrolífera, o aumento da atividade nacional era urgente, visto que o valor importado do combustível já superava o de veículos (Singer, 1986, p. 221). Sintetizando a ruptura que não houve em 1945, o “Plano Salte” expressava horizonte de decisiva definição nacional, no qual a presidência Dutra mostrava titubeante inércia sobre todos os setores da vida nacional (Draibe, 1985, p. 167). Continuando o aumento no trabalho industrial acontecendo por meio da liberdade de importação produtos industrializados como combustíveis, automóveis, tratores, frigoríficos, fertilizantes, fármacos etc., importados para saciar o consumo de particulares, o desequilíbrio nos ramos de transporte e energia era agravado ainda mais (Lessa, 1963, pp. 18-19).

Continuando o aumento na produção industrial a agravar o desequilíbrio em sua distribuição até o consumo pela família nacional sentido desde o início da República, começava o trabalhador brasileiro, igualmente, a manifestar-se não mais apenas com o messias, como bandido ou anarquicamente, mas sim, elaborando nova classe de

representação de modo elementar, atuando em associações rurais, irmandades católicas, sindicatos agrícolas etc., normalmente contra forte reação dos antigos “coronéis”, com pistoleiros auxiliados pela polícia estadual e abençoados pelo pároco (Martins, 1981, p. 67; Costa, 1991, p. 2). Por meio dos “currais” eleitorais dos afilhados aos antigos “coronéis” ligados à “política dos governadores” da República federativa, a cultura liberal continuava a predominar na vida rural brasileira, mas havia visível tendência de declínio de sua representação no PSD, e crescimento do projeto nacionalista expresso em parte do PTB (Almeida Júnior, 1986, p. 239; Camargo, 1986, p. 126). Havia tendência a rupturas, mas, sobretudo, tendência a continuidades, em especial, pela acomodação das novas lutas em nascimento nas representações municipais, estaduais e federais (Draibe, 1986, p. 156).

Assim como no comércio de moedas e no trabalho industrial-comercial, a tentativa de liberalizar o comércio da lavoura canavieira – responsável por pouco mais da décima parte do comércio internacional brasileiro – igualmente era mostrada impraticável (Draibe, 1985, pp. 144-145; Lessa, 1963, p. 16). Profanando parte da liberdade no comércio de moeda, trabalho e frutos de exportação, o resto da produção nacional que continuava praticando o liberalismo apresentava alta aguda nos preços, agravando ainda mais o desequilíbrio brasileiro – culturalmente, interpretado como razão da intervenção pública no livre-comércio (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 148-149). Para estabelecer equilíbrio entre produção e consumo, a cultura liberal ruralista sugeria intervir priorizando a importação de gêneros definidos – particularmente, daqueles que aumentem a produção nacional – e não, na garantia de proteção do preço da lavoura exportadora de café, cana, mate etc. (Linhares & Teixeira, 1979, p. 148).

Refletindo a interferência pública no livre-comércio mediante excesso de cruzeiros em circulação, a alta nos preços nacionais, depreciava o valor do trabalhador brasileiro em emersão, fundamentalmente, por meio da atuação do “açambarcador” do cultivo de gêneros normalmente consumidos pela generalidade da família brasileira – colocando em evidência que o comércio era setor estratégico na relação do trabalho industrial com o agropecuário (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 149 e 78). O conjunto populacional, mediante política de garantia de preços ao produtor agropecuário, como alternativa “segundo melhor”, temporária e custosa, interferiria diretamente, não no preço, mas sim na quantidade do produto – armazenando estoques que equilibrassem a oscilação de seu valor, sem tabelar em um preço máximo, nem coletivizar kautskysticamente a produção – operando, justamente, na diminuição da exploração

comercial pelo “açambarcador”, tanto sobre o produtor, quanto o consumidor (Paiva, 1949, pp. 23-25; Duran, 1971, p. 143). Especificamente no programa de garantia de preços à produção agropecuária consumida pela família brasileira, a política de comercialização agrícola, definida em razão da “responsabilidade fiscal” determinava que o preço mínimo garantido ao lavrador nacional sempre era muito mínimo, reiteradamente inferior ao preço praticado – ou seja, sem interferir, efetivamente, no livre-comércio interno (Paiva, 1949, p. 28). A política de garantia de preços à produção agropecuária consumida pela família brasileira, no máximo, atuava em horizonte de colheitas imensas, que arriscava abaixar o valor da específica lavoura de consumo interno em demasiado nas próximas safras (Galé Johnson, 1947, citado em Lopes, 1978, pp. 10-11; Gordon Smith, 1966, pp. 73 e 75; 1969, p. 116; CFP, 1972, p. 137).

Essa extensa resenha da literatura realça que o negligenciamento da política de preços garantidos para a comercialização agropecuária de produtos consumidos pela família brasileira tornava relevante o Projeto de Lei Agrária apresentado na presidência Dutra, que almejava regularizar a posse de imóveis rurais – e recebia imediata reação anti-kautskysta (Draibe, 1985, p. 162). Seja na política de preços mínimos inoperante ou na de regularização fundiária fracassada, na presidência Dutra, a tentativa de “modernização agrícola” por meio da “agroindustrialização” da lavoura nacional e até de específica vertente de “reforma agrária” democrática era, enfim, mantida muito aquém, sem meta urgente. Em síntese, o casamento PSD-UDN em torno do comércio agro-exportador tentava agradar a crença comum, e terminava não contentando a quase ninguém (Draibe, 1985, pp. 163 e 157-158). Acentuando a proliferação de planos tópicos sobre os mais diferentes setores da vida nacional, a tentativa de restauração da cultura liberal ruralista no quinquênio pós 1945 terminava, por fim, corporificando o projeto nacionalista industrial no decênio seguinte (Draibe, 1985, pp. 157 e 174; Bresser-Pereira, 1981, p. 272; 1997, pp. 3-4).

1.3 - A Tentativa Nacionalista Industrial na Presidência Vargas

Outro conjunto de referências na bibliografia leva para o chamado período “desenvolvimentista” que era, em um panorama geral, fruto da oscilação constante no comércio interno durante toda a primeira metade do século XX, na qual a tentativa nacionalista presente na presidência Vargas era mera virtude da fracassada gestão Dutra (Bresser-Pereira, 1981, p. 273; 1997, p. 4). Face à primeira quebra do cruzeiro, a

resposta do general seguia o método normal da “vocação” rural, cosmopolita e liberal: saindo da inércia apenas reagindo com medidas de contenção da participação coletiva na vida nacional, elevando o tributo sobre o consumo – que proporcionalmente atinge mais os que menos gastam – e, em particular, valorizando a intervenção da polícia federal nos sindicatos, bem como, devolvendo o PCB à ilegalidade (Camargo, 1986, p. 143; Almeida Júnior, 1986, p. 243).

Ganhando corpo ao longo da década de 40 até alcançar plenitude no decênio de 50, a representação nacionalista industrializante estava fundamentada no ânimo, generalizado, observado entre a população brasileira, que não era mais contido pelo método liberal normal (Almeida Júnior, 1986, p. 246). Seja na fronteira estendida seguindo o Paraná ou rumo ao Maranhão, contingentes crescentes de retirantes, cultivando pacatamente, com a construção e pavimentação de rodovias que futuramente seriam consolidadas como a Rio-Bahia, Goiânia-Rio Branco, Curitiba-São Paulo etc., estavam sendo expulsos por pistoleiros de “grileiros”, generalizando gradualmente a luta contra tal processo não como classe, mas sim, saqueando comerciantes locais, normalmente compadres de antigos “coronéis” (Martins, 1981, p. 67). Fundamentada na “política dos governadores” da República, construindo rodovias comunicando as municipalidades dos antigos “coronéis” e seus amigos, a pavimentação de vias alargava o horizonte produtivo nacional, mediante a “grilagem” dos cultivos de retirantes, obrigados a tornarem parceiros – ou sofriam a represália dos jagunços, que queimavam tudo com a colaboração da polícia estadual e a benção eclesiástica (Costa, 1991, p. 27).

Ao mesmo tempo, a cassação do PCB o movia para o sectarismo espontaneísta, em formas de conflito pontuais, localizados e foquistas, de horizonte estreito (Costa, 1991, p. 17; Martins, 1981, pp. 73-74). Poucos dias após o *Manifesto* comunista de 1950 conclamar “*formas de luta mais altas e vigorosas*” contra “*governos de traição nacional*” (citado em Santos, 2002, p. 19), é apontado em Martins (1981, p. 81) que, reagindo de imediato à manifestação “subversiva” do Partido, “*a Igreja Católica, pelas mãos de D. Inocêncio [Engelke], bispo de Campanha, Minas Gerais, lançava a sua primeira pastoral sobre a situação no campo.*”

Seja pela vanguarda de um lado ou pela reação de outro, diferentes exemplos podem ilustrar a virtude que atraía a simpatia de parte do ânimo brasileiro generalizado com a nova “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicações que vinha sendo divulgada. Principal experiência comunista radicada no foquismo “campesinista”, em

Porecatu (oeste do Paraná) o movimento acabava isolado, esvaziado e finalmente derrotado, sobressaindo “*justamente o fato de ele ter tomado exclusivamente a luta armada como estratégia de mudança. Já em Formoso, poucos anos depois, a estratégia é mais ampla e abriga formas de luta mais diversificadas*” (Costa, 1991, p. 27; Lyndolpho Silva, entrevista em Costa, 1991, p. 17). Resistindo em Formoso (Goiás) por meio da legislação vigente, em comum com Porecatu, ambos os grupos de lavradores estavam sofrendo ameaça de despejo, em razão da construção de vias de rodagem dos novos veículos automotores que estavam alargando o horizonte produtivo nacional (Martins, 1981, p. 71).

O PCB, deste modo, agia principalmente em duas frentes. Por um lado, continuava migrando quadros, em direção às vias em construção e/ou pavimentação, para resistir lavrando a terra “*de espingarda na mão*”, ao mesmo tempo em que, por outro lado, divulgava a luta na imprensa escrita e radiofônica, bem como, entre os legisladores estaduais e federais (Lyndolpho Silva, entrevista em Costa, 1991, p. 28; cf. Esteves, 2007). Como resultado, exemplarmente em Formoso – diferente da derrota bélica em Porecatu – o movimento terminava em acordo, com o governador pessedista (Martins, 1981, pp. 72-73).⁵

Em sentido parecido à ambigüidade praticada em Formoso, era o voto comunista ao Getúlio: o PCB movimentava todos os meios, legais ou não, os centralizando em torno de reformar a ordem democrática liberal (Costa, 1991, p. 19). Enquanto na restauração liberal da presidência Dutra, o PCB, de imediato, respondia radicalizando – e, conseqüentemente, repulsando apoio – a experiência mostrava que, justamente quando contemporizava, alcançava vitórias parciais. Nesse sentido de luta parcial, mas contínua, o exemplo de Iputinga (bairro de Recife) é esclarecedor sobre a diversidade de caminhos experimentada pela comunidade brasileira em ânimo generalizado (Costa, 1991, p. 18).

Com a constituinte em 1945, horticultores, registrados em Cartório como associação civil, recuperaram o direito de, junto à prefeitura de Recife, arrendar terreno. Associados, conseguiram, também da municipalidade, feira local para a comercialização

⁵ Semeado no início da década de 50, o movimento goiano terminaria tornando Formoso “território livre”. Por sua vez, o governador goiano, pessedista Pedro Ludovico, se elegeria diversas vezes senador e governador, inclusive pelo Movimento Democrático Nacional (MDB) até quando, vice-presidente legislativo, seria cassado pelo Ato Institucional nº 5. Por seu lado, José Porfírio, um dos comunistas que, após o fracasso armado no Paraná, passava a trabalhar e viver em Goiás, a partir de 1960, chegaria a representar os lavradores e trabalhadores agrícolas como deputado estadual. Cassado em 1º de abril de 1964, José Porfírio desapareceria no Araguaia durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici.

do cultivo hortícola, feito que expandia a associação, atraindo novos horticultores (Costa, 1991, p. 19). Experimentando associação de horticultores cuja virtude de atração era justamente de tornar tudo público, a luta comunitária era construída de modo mais lento, mas com sedimento sólido (Costa, 1991, pp. 19-20).

Induzido pela prática cotidiana em Iputinga e outros sucessos experimentados entre a comunidade brasileira, começava-se a abandonar o método “campesinista”, radical, espontaneísta, imediatista e foquista, para partir para a aliança dentro da ordem liberal (Santos, 2002, p. 9). Abandonando lentamente a tática de construir sindicatos rurais paralelos, sem respaldo jurídico, os comunistas começavam a partir para o trabalho nas associações agrícolas legais, normalmente dirigidas por correligionários do PTB e do PSD (Santos, 2002, p. 17). Ainda que preso na viseira “campesinista” oficial, o PCB, com base no faro, iniciava lentamente a sancionar o quê o horizonte nacional da metade do século induzia a fazer: agir dentro da ordem democrática liberal, procurando reformá-la (Santos, 2002, p. 19; Costa, 1991, pp. 22 e 26-27).

O PCB, começando a atuar dentro da ordem constituída, apoiava as reformas propostas por Vargas, que também ganhava a “*concordata*” militar e eclesiástica, bem como e principalmente, apoio paulista (Almeida Júnior, 1986, p. 246). A vitória de Getúlio, em uma eleição difícil, em alguma medida também era virtude da guerra entre o povo coreano que, praticamente interrompendo o comércio internacional por horizonte indefinido, chegava a fazer o valor exportado brasileiro variar mesmo sem qualquer relação com a quantidade exportada, com escambos esporádicos, emergenciais e até de ordem nacional (Malan, 1986, p. 72). Tornando evidente que a vida nacional, dividida nas seculares lavouras de exportação de café, cana, cacau, borracha, mate etc. oscilava em razão do desequilibrado comércio internacional, apenas a expansão deste comércio internacional poderia reverter a tendência ao declínio da produção e do consumo brasileiro – mas o horizonte internacional, era de desequilíbrio cada vez mais apocalíptico (Limoeiro, 1972, p. 314).

Seguindo a exposição de Limoeiro (1972, p. 315), embora o incremento do comércio entre a população brasileira viesse acontecendo, em visível mudança de sentido internacional, o valor importado, em dólares, não só não diminuía como – pelo próprio crescimento vegetativo do comércio interno oriundo da manutenção do consumo e também da produção brasileira – chegava até a aumentar, em termos absolutos. Como visto, a debilidade da nova classe de trabalho “industrial” era razão de, mesmo contando com várias oficinas mecânicas de manutenção e até montagem de

máquinas industriais, a população nacional continuava importando combustíveis, automóveis, geladeiras, tratores, fertilizantes, trigo, fármacos e até esquis, evidenciando que o esforço de “substituição” de importados por nacionais, até a entrada da segunda metade do século, tinha sido “*mínimo*” (Programa BNDE-CEPAL, 1955, p. 17, citado em Limoeiro, 1972, p. 317).

Pior ainda, em razão da oscilação internacional entre os valores industrializados importados e agrícolas exportados, tal mudança tinha acontecido em horizonte descontínuo, aleatório e até alheio à própria vida nacional, na qual, enfim, a manutenção do consumo em crescimento vegetativo, tornava o incremento da produção tendendo para aumento cada vez menor (Limoeiro, 1972, p. 315). Nesta circunstância específica, Bresser-Pereira (1981, p. 274; 1997, p. 5) considera que a representação nacionalista principiava por uma “*crítica radical*” ao discurso ruralista.

Em horizonte de guerra entre o povo coreano interrompendo o comércio internacional, com subsequente agravamento do desequilíbrio cambial brasileiro, a presidência Getúlio apresentava proposta nacionalista “*simplificada... mas bastante correta... até então*”, planejando intervenção que, restringindo parte da liberdade de comércio, identificava a cultura nacional não com a “vocaçãõ” cosmopolita rural, mas sim com a família trabalhadora (Bresser-Pereira, 1981, p. 274; 1997, p. 5; Malan, 1986, p. 70). Atuando dentro da ordem democrática liberal, a presidência Vargas projetava valorizar o trabalhador brasileiro, formulando produção industrial nacional (Malan, 1986, pp. 61-62). Partindo do equilíbrio distributivo, tal produção passaria a crescer com base em várias pequenas empresas, concorrendo entre si para elevar o rendimento do trabalhador. O equilíbrio distributivo, valorizando o incremento do rendimento, do valor e da produtividade do trabalhador brasileiro, tornaria, por fim, vantajoso o empreendimento de novos labores industriais (Castro, 1969, p. 143; Bresser-Pereira, 1997, p. 6). Nesse sentido distributivo específico, era possível interpretar que, se a “vocaçãõ” liberal ruralista pregava a vantagem do comércio internacional, o projeto nacionalista industrial, planejava valorizar o intercâmbio entre a população brasileira (Guerreiro Ramos, 1954, em Linhares & Teixeira, 1981, p. 45; pp. 49-50; Singer, 1986, p. 218)

Voltando a Limoeiro (1972, pp. 325-326), o objetivo de aumentar a produção e o consumo por meio do incremento do comércio interno (inclusive, por meio de prioridades de importação) era vital para a vida nacional até em virtude de, em geral, a contribuição internacional é sempre pequena, ocasional e desequilibrada, agravando a

distribuição da produção brasileira, valorizando a ostentação do consumo de estrangeiros, generalizando a marginalidade de produtos de “segunda mão” sem qualquer trabalho, em prol do despejo generalizado de retirantes para alguns particulares contemplarem renda internacional. Em específico, Castro (1969, p. 144) indica que, mantendo o consumo em crescimento vegetativo por meio da intervenção pública no câmbio, na lavoura de exportação e no nascente trabalho industrial-comercial, mesmo dentro da ordem liberal dos antigos “coronéis”, a possibilidade de prosseguir o aumento da produção por parte dos novos empresários, ou se apoiava no trabalhador brasileiro – com risco de perder o domínio para o trabalhismo comunista – ou conservava a vinculação nacional ao comércio internacional, abençoado no liberalismo.

Mais precisamente, o empresário industrial nacional, débil, ou encaminhava a mudança pela via da Revolução Brasileira, ou permanecia no imobilismo com o domínio liberal do comércio agro-exportador. Enquanto para o primeiro caminho, era preciso projetar uma identidade nacional que transcendesse as novas classes em gestação, para o segundo era necessário rearticular a classe dirigente brasileira (Cardoso, 1963, pp. 186-190; Linhares & Teixeira, 1979, p. 127; 1981, p. 39).

Destacando a tendência ao agravamento da distribuição da produção nacional, o projeto nacionalista industrial começava a ser amplamente difundido entre a população letrada brasileira com os estudos da Cepal, as formulações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e os Congressos do Partido Comunista, congregando apoio entre diversas classes de trabalhadores, parte de empresários e até de alguns compadres dos antigos “coronéis” (Linhares & Teixeira, 1979, p. 127). Democrático e nacionalista sob a representação comunista, o projeto trabalhista industrial destacava, assim, o empresário produtivo brasileiro, mas quem o representava, era a classe rural, principalmente, a vinculada ao comércio interno – como o velho caudilho Vargas (Bresser-Pereira, 1997, p. 5).

De acordo com a representação nacionalista, o desequilíbrio sofrido pela vida nacional era virtude do próprio comércio agro-exportador, que valorizava o comércio internacional ao limite de tornar desvantajoso o trabalho, a produção e qualquer indústria propriamente nacional (Linhares & Teixeira, 1981, p. 39). Face a prevalência dos antigos “coronéis” na “política dos governadores” da República avidamente participante do comércio agro-exportador, o empresário “industrial” brasileiro, débil, era sempre mais moderado, que o projeto nacionalista desejava (Mantega, 1984, p. 187).

Não obstante a relativa moderação empresarial, em razão indireta ao declínio do comércio agro-exportador, a mudança na relação entre valores importados e exportados, valorizava a produção nacional destinada ao comércio entre a população brasileira (Linhares & Teixeira, 1981, p. 45). Valorizando o trabalho, a cultura e o entretenimento entre a população nacional, não apenas o empresário, mas sobretudo o trabalhador brasileiro, começava a se fazer visível, desligando-se dos antigos “coronéis”, de seus doutores e às vezes até de Deus (Perocci et ali., 1986, p. 356; Delgado, s/d, p. 6).

Constatando o ânimo generalizado presente entre a população nacional, em *Conosco, Sem Nós ou Contra Nós se Fará a Reforma Agrária*, Dom Frei Inocêncio Engelke (1951, citado em Camargo, 1986, pp. 145-146) pregava aos antigos “coronéis” e novos empresários atraírem os lavradores brasileiros, antes que a vanguarda pecebista os “subvertesse” com reformas na ordem divina (Martins, 1981, p. 88). Seguindo o Bispo de Campanha (Minas Gerais), face o desequilíbrio nutricional sofrido pela população brasileira – agora comunicada por novos modos de transporte, “*sobretudo os caminhões*” – nem seria preciso “*inventar nada*” para “subverter” a população brasileira. Procurando fazer a Revolução Brasileira antes da ameaça “subversiva”, Dom Inocêncio Engelke (1951) sugere aos antigos “coronéis” e novos empresários, estenderem a legislação trabalhista ao trabalho agropecuário, para “desproletarizar” o lavrador brasileiro.

Eleito como representante trabalhista, a presidência Getúlio planejava moderar o atrito entre as diferentes classes de trabalhadores, empresários e antigos “coronéis” (Camargo, 1986, p. 146; Martins, 1981, p. 88). Com Vargas, a presidência da República propunha estender a legislação trabalhista ao trabalho agropecuário, mediante a Carteira do Trabalhador Rural. Todavia, o legislador – pessedista e udenista – não obrigava o empregador a assinar a Carteira, dispersando tal requisito nos variados fóruns distritais (Camargo, 1986, pp. 147-148).

Na presidência Getúlio, era também elaborada as *Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil*, insistindo que o imóvel agropecuário, caso não estivesse atendendo a virtude comunitária estabelecida no artigo 147 da Constituição federal, seria passível de confisco sem indenização em dinheiro, conforme previsto no §16º do artigo 141 da mesma Carta. Para a constitucionalidade da medida proposta nas *Diretrizes*, desse modo, urgia emenda à Constituição. Assim, a presidência propôs projeto de Lei Agrária, para desapropriar imóveis improdutivos em títulos da dívida pública, e não em dinheiro

– adendo que o legislador (majoritariamente pessedista e udenista) sequer cogitava colocar em pauta.

Rechaçada proposta de norma agrária na presidência Dutra como kautskysta, no governo Vargas, a oposição – seja de antigos “coronéis” e novos empresários, seja de radicais comunistas – logo começava a se organizar em torno da necessidade, efetiva, de alterar a relação agrária prevalecente entre a população nacional. Na procura efetiva de implementar tal reforma acomodando atritos em conflito crescente, a presidência da República forjava aparelho para tentar equilibrar a colonização da fronteira agropecuária nacional, democratizando a “marcha para o oeste” brasileiro (Camargo, 1986, pp. 152-153; Draibe, 1985, pp. 218-219).

Conforme apresentado em *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*, a tentativa de intervir na exploração comercial do cultivo familiar, democratizado a extensão da fronteira produtiva, procurava valorizar o produtor nacional, equilibrando-o com o consumidor brasileiro (Delfim Netto et ali., 1966, p. 12; Castro, 1969, p. 96; Linhares & Teixeira, 1979, p. 144). Pesquisando a composição do consumo brasileiro, era nítida a debilidade em equilibrar o orçamento familiar frente à aceleração na alta dos preços dos alimentos – item que chegava a representar mais da metade orçamento familiar (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 144-145). Particular desequilíbrio nutricional era evidenciado no consumo de carne, restrito à população sulina, e no qual a própria cultura nordestina reproduzia o esporádico consumo protéico, ilustrado nos personagens de Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos, a Baleia e o papagaio que não falava (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 145-146; Ramos, 1938, cap. Mudança).

A desequilibrada distribuição da produção agropecuária direcionada para o consumo nutricional da população brasileira refletia que, face ao aumento do orçamento familiar, havia crescimento no consumo de alimentos – contrariando a própria definição de atividade agropecuária em geral e de produção de alimentos em particular, de serem “inelásticos à renda” (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 146-147; Delfim Netto et ali., 1966, Delgado, 2007, p. 201). Por um lado, o ínfimo incremento do orçamento familiar registrado era razão principalmente da generalização do trabalho feminino e infantil. Por outro lado, como a alta no preço dos alimentos consumidos pela família brasileira era repassada continuamente do agricultor para o consumidor, havia tendência de contrair ainda mais o comércio nacional (Linhares & Teixeira, 1979, p. 147).

Procurando reformar a distribuição de alimentos consumidos pela família brasileira equilibrando a oscilação de seu valor, a presidência Vargas forjava a

Comissão Nacional de Abastecimento e Preços (Draibe, 1985, p. 182). Com representação tripartite, o legislativo pessedista e udenista selecionava as possíveis reformas na política não propriamente agrária de comercialização agrícola, apenas tabelando o valor de trigo e petróleo, produtos importados e destinados à panificação e locomoção, principalmente de trabalhadores industriais e comerciais (Draibe, 1985, p. 220).

Para os demais produtos consumidos pela família brasileira, a Conep era “*inoperante*”, “*fraca*” e atuando “*muito mal*”, garantindo, enfim, “*pouca proteção aos fazendeiros*” (Smith, 1966, p. 75). Além da política de comercialização agropecuária, o Banco do Brasil não possuía aparelhos específicos para atuar na retenção, manipulação e liberação de estoques, sem contar com armazéns, transporte e comunicações entre as diferentes praças (Smith, 1966, p. 75). Ademais, o preço garantido para a comercialização era direcionado não para o produtor, mas ao distribuidor (Duran, 1971, p. 144; Lopes, 1978, p. 13).

A política de preços garantidos, insignificante, quando presente, agravando o desequilíbrio distributivo, colocava em evidência que, antes de sua formulação, era necessário estudar o oligopólio de comercialização dos produtos agropecuários em apreço, acionando tanto medidas policiais quanto de valorização de cooperativas de produtores (Paiva, 1949, p. 39). Por um lado, a cooperativa de produtores, não obstante, explorando ela a comercialização da própria produção, até poderia equilibrá-la, mas não eliminá-la; isto é, a cooperativa até equilibraria a comercialização do agricultor junto à indústria, ao grande comerciante e ao consumidor, mas não os contraporía (Maluf, 1992, pp. 168-169 e 189). Por outro e mais decisivo lado, a principal razão da política não propriamente agrária de comercialização agrícola não afetar o agricultor brasileiro (ou desequilibrá-lo ainda mais), era virtude da falta de definição efetiva do programa, forjando muitas mudanças sem imprimir qualquer diretriz consistente (Smith, 1966, p. 76; Fox, 1978, p. 194).

Mais produtivo que importar do estrangeiro produtos consumidos pela família brasileira, para que o novo modo de produção em nascimento unisse os diferentes estados agro-exportadores da República, era vital constituir meio de transporte e comunicação próprio, para o qual a “marcha para o oeste” apenas começava a valorizar. Não era, portanto, “*nada fortuito*”, que, entre 1937 e 1951, a emblemática frota de caminhões circulando no horizonte brasileiro, quadriplicasse seu número. Contudo, além de quase nove em cada dez circulassem entre cariocas, paulistas e sulinos, todos

eram importados, agravando o desequilíbrio na distribuição nacional (Singer, 1986, p. 218).

Com objetivo de minimizar o desequilíbrio, na distribuição de produtos, produtores e representações, propagado pela importação de produtos da indústria automobilística, era iniciada a participação pública em diferentes ramos de produção da indústria procurando generalizar a “substituição” de importações de tal atividade (Singer, 1986, p. 224). Procurando generalizar a “substituição” de importações vitais para a sobrevivência nacional, a presidência da República planejava uma política pública para intervir em bloco na ordem de distribuição nacional. Segundo indicado em Draibe (1985, pp. 182-183), o bloco de medidas propostas na presidência Vargas planejava reformas na vida agrária e urbana, bem como, a reforma trabalhista e educacional.

Segundo Draibe (1985, p. 183), o objetivo de consolidar a produção industrial nacional era explicitado de modo compatibilizado entre diferentes ramos de atividades, projetando-o para ser alcançado, em primeiro lugar, por meio do aumento da produção agropecuária brasileira, equilibrando o transporte de sua distribuição até o consumo nacional. Em particular, tal aumento da produção equilibrada ao consumo familiar, seria direcionada por meio de bancos públicos, aumentando o orçamento federal mediante a expansão da base de arrecadação.

Finalmente, com respeito ao comércio internacional, eram, por um lado, priorizadas as importações de definidos produtos, particularmente, aqueles direcionados para o aumento da produção agropecuária, como tratores, fertilizantes e adubos. Por outro lado, era planejada disciplinar a remessa de dólares, motivando a reação imediata da representação liberal, mesmo após tal proposta ser revogada (Draibe, 1986, p. 183; Malan, 1986, p. 73). Enfim, equilibrando democraticamente a distribuição da produção brasileira mediante as medidas distributivistas supracitadas, o projeto de reformar a vida agrária nacional direcionaria o aumento da produção assim obtido para a valorização da indústria própria de “infra-estrutura” e às ligadas à de “base”, tema tratado a seguir.

1.4 – A Montagem das Bases do Industrialismo e do Reformismo

Neste último tópico do presente capítulo, será apresentada bibliografia variada que apresente tanto o impasse, os traços e mecanismos suscitados pela “virada” reformista presente na vida nacional, quanto as contradições que eram produzidas no

período “desenvolvimentista” da década de 50 e seriam levadas ao colapso no tempo novo seguido nos anos 60.

Com respeito à indústria própria de “infra-estrutura”, contra o velho desequilíbrio no ramo de energia e transporte, a presidência Vargas planejava meta ambiciosa, só alcançada a partir do “divisor de águas” da segunda metade da década de 50.⁶ Com respeito à “*preocupação predominante*”, a “infra-estrutura” na indústria do ramo de transportes, era diagnosticada que seu desequilíbrio desvalorizava a produção agropecuária comercializada pela família brasileira. Contra o desequilíbrio no ramo de transporte, a presidência Vargas propunha priorizar a unificação do meio ferroviário – em plena propagação da indústria automobilística – em virtude de tal modo poupar dólares: a indústria nacional já fabricava trilhos, em breve poderia fabricar locomotivas (Draibe, 1985, pp. 184-189).

De acordo com Draibe (1985, pp. 192 e 121) e Singer (1986, p. 224), planejando constituir um modo de transporte unificado, era começada a fabricação nacional de motores, missão traduzida na reativação da Fábrica Nacional de Motores, que passava não apenas a montar as peças importadas, mas também a fabricá-las. Seguindo Draibe (1985, pp. 191-193), estabelecendo que a fabricação de caminhões, tratores, locomotivas e mecânicos em geral seria feita com material brasileiro, era forjado o marco da indústria nacional: a especialização na elaboração de autopeças da indústria metal-mecânica.

No tocante à “infra-estrutura” da indústria de energia petrolífera, a participação pública para começar a atividade era razão do empreendimento particular no ramo não ser comparativamente vantajoso. Conseguindo aprovar esta mudança na “infra-estrutura” da indústria “de base”, a representação da República rompia com a cultura liberal ruralista frontalmente: uma vez forjada a Petrobrás, a empresa pública brasileira – mediante um bloco compatibilizado de programas, empreendido em horizonte amplo

⁶ O primeiro obstáculo identificado como debilitando o crescimento da produção nacional direcionada ao comércio interno para suprir o normalmente consumido pela família brasileira, era a carência na “infra-estrutura” da indústria no ramo de energia elétrica. A meta de universalizar a eletrificação entre a população brasileira, ao valorizar a conservação do aumento da produção agropecuária no tocante ao pequeno cultivo familiar de alimentos, também condicionava todo o aumento previsto na produção industrial nacional. Contudo, apenas em 1954 a proposta presidencial era enviada ao legislador federal majoritariamente pessedista e udenista, sendo recusada (Lessa, 1963, p. 21; Draibe, 1985, pp. 193 e 184-185). Com relação à “infra-estrutura” da indústria do ramo de comunicações, era visível o desequilíbrio entre o correio aéreo internacional, enquanto as remessas postais entre brasileiros persistiam sendo a cavalo. Não obstante tal desequilíbrio no ramo, o legislador federal, majoritariamente pessedista e udenista, aprovava apenas o Plano Postal, e o de concessão de transmissão televisiva (Draibe, 1985, p. 189).

– passava a procurar aumentar a produção petrolífera antes do crescimento, até então vegetativo, do seu consumo. Dentro do programa de intervenção pública neste sentido pioneiro, estavam incluídas a Cia. Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, bem como, a Usiminas e a Hidrelétrica do São Francisco que, dentre outras empresas abandonadas na gestão Dutra, voltavam com grande atuação. Emblematicamente, o desequilíbrio acentuado na indústria nacional de “infra-estrutura” no ramo da energia petrolífera, colocava em evidência a ciência nacional sobre tal desequilíbrio particular brasileiro, motivando ânimo, generalizado, em torno do monopólio estatal, para começar a produção do combustível automobilístico (Draibe, 1985, p. 121, 185 e 190; Lessa, 1963, p. 22).

Não obstante a firme intervenção planejada na presidência Getúlio, Draibe (1985, pp. 185 e 180) observa que a mudança programava uma transformação em horizonte amplo, enquanto que o rompimento com a cultura nacional de então, de imediato, acentuava a resistência tanto dos antigos “coronéis” quanto dos novos empresários liberais. Em conjunto, no entanto, é possível concluir que o governo Vargas estava mais próximo da presidência JK que da cultura brasileira anterior, particularmente representada em Dutra.

De acordo ao sintetizado em Serra (1982, p. 21), a década seguinte a 1945 era crucial para a decisão da população brasileira na transformação de parte da cultura ruralista em uma atividade industrial, trânsito que vinha sendo processado aproximadamente desde o início da República. Mais valorizado que forjar o Fundo Rodoviário, a Petrobrás e a Hidrelétrica de São Francisco etc., bem como, a reativação da FNM, da CSN, da Vale etc., era, enfim, a própria indução à decisão nacional – não sem reveses, atritos e descontinuidades – em prol da vital participação federal no planejamento democrático dos desígnios da vida brasileira.

Observada em conjunto, a presidência Getúlio forjava a luta industrialista, que Kubistchek iria ganhar; mas, ao entregar a indústria nacional ao comércio internacional, Juscelino perderia a luta nacionalista, que a presidência Vargas representava. Em suma, a presidência Getúlio Dornelles Vargas forjava o fundamento da ampla intervenção juscelinista, enfatizando um planejamento industrial que, todavia, só alcançaria a plenitude com o Plano de Metas (Lessa, 1963, pp. 13- 14).

Especialmente forjado para operar o planejamento orçamentário da mudança vital na “infra-estrutura básica” em torno da indústria de energia e transporte, o maior banco público do continente – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico –

apenas com o Plano de JK, passaria a destinar seu orçamento para a produção industrial propriamente dita, uma vez que, durante a primeira metade do decênio de 50, ainda estava direcionado para a montagem dos ramos “básicos” das indústrias supracitadas (Draibe, 1985, p. 197). Em poucas palavras, a presidência Getúlio representava a “*primeira aproximação*” ao planejamento nacional, na circunstância em que era formulada a primeira interpretação global da vida brasileira, que a seguir alcançaria o “coroamento”, com a intervenção de Kubitschek (Lessa, 1963, p. 21; Linhares & Teixeira, 1979, p. 126).

O significado das conseqüências do novo modo de intervenção pública que ia se afirmando na vida brasileira, apresentado em autores como Lessa (1963, p. 24), indica que, carente de orçamento federal face ao agudo desequilíbrio na “infra-estrutura básica” em torno da indústria de energia e transporte, o aumento da produção só era possível ou redistribuindo o consumo, ou elevando os preços. A presidência Vargas, sofrendo resistência para alterar a distribuição da produção e do consumo brasileiro, para compensar a alta dos preços, partia para a valorização da família trabalhadora, corroborando o generalizado ânimo nacional.

Em horizonte em que a guerra entre o povo coreano mantinha o comércio agro-exportador turbulento, a presidência da República passava a forjar novos aparelhos de planejamento federal. Primeiro de tudo, era forjada uma reforma cambial que – mediante os dólares obtidos com a exportação da lavoura de café, borracha, mate etc. – passava então a priorizar a importação de produtos específicos, como o trigo, máquinas e outros equipamentos industriais, inclusive, para a produção agropecuária como tratores, máquinas agrícolas e fertilizantes (Malan, 1986, p. 73; Lessa, 1963, pp. 21-24).

Por um lado, a prioridade de importar tais artigos, reservava o consumo para parte da produção nacional correspondente. Por outro, o Tesouro Federal, operando pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil junto à Superintendência da Moeda e do Crédito, ganhava no diferencial de câmbio (Malan, 1986, p. 74).

De ainda maior valor para a mudança em curso sobre a vida brasileira, com tal instrumento cambial forjado na presidência Vargas, passava a ser possível planejar o aumento global da produção nacional, manipulando a prioridade de dólares para definidos produtos importados, e não de outros. Outrossim, a prioridade de importações intervinha saciando a classe comerciante, feito que mostrava já haver algum projeto nacional programando tal política interventora, contra a liberalização do comércio

internacional, com o objetivo de não comprimir o consumo, o comércio e o trabalho familiar (Lessa, 1963, pp. 17 e 24;).

Por sua vez, é destacado em Limoeiro (1972, pp. 321-323) que, com as elevadas colheitas esperadas para a próxima safra tornando nova baixa do valor exportado nítida, o declínio no comércio exportador de café, cacau, borracha etc. ameaçava retrair novamente o consumo normalmente importado pela família brasileira. Em virtude das prioridades de importação, a única exceção à regra de perspectiva queda do consumo normal da família brasileira, era a dos ramos ligados à indústria automobilística – o meio com que vinha sendo estendida a fronteira produtiva nacional.

Segundo Limoeiro (1972, pp. 323 e 321), em outros termos, em caso de restauração da liberdade de comércio internacional, continuava não só visível a tendência de contrair ainda mais o consumo normal de importados pela família brasileira, como também, não seria o método liberal usual que equacionaria tal desequilíbrio. Fenômeno sentido desde o início da República, a novidade era que na safra de 1954/1955, o comércio da lavoura exportadora agora voltava a crescer mais, em comparação ao cultivo para o comércio interno – exatamente, em virtude do declínio do crescimento da produção industrial e comercial em geral, que atingia o nível mais baixo do século.

Após a última tentativa de incrementar o orçamento público destinado às prioridades de importações, elevando o tributo sobre a quantidade consumida de combustível automobilístico, a presidência Vargas partia para elevar o consumo nacional, valorizando o trabalhador industrial e comercial brasileiro. Sofrendo imediata reação, que exigia a demissão do chefe da pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart, a “*gota d’água*” foi quando a presidência Getúlio Vargas aceitou dobrar o salário mínimo, fazendo a representação liberal exigir a sua imediata renúncia (basicamente, procurando angariar mais sufrágios no pleito municipal próximo, que definiria o parâmetro nas composições a serem arranjadas para a decisiva eleição presidencial de 1955). Completamente desgastado, Vargas renunciava à vida visibilizando, na vida nacional, em definitivo, a população trabalhadora, que a sua pessoa representava: o trabalhismo já era parte integrante da própria cultura brasileira (Almeida Júnior, 1986, pp. 253-255).

Segundo Limoeiro (1972, pp. 329-330), imediatamente após a morte de Getúlio, em 1954, durante o gabinete Café Filho, o Ministério Gudin, forjava uma nova política cambial. Face o secular desequilíbrio cambial, a liberalização do comércio

internacional, tentada na nova política liberal, podia durar um tempo, não muito – seria especificamente contra esta breve tentativa de retorno liberal que o planejamento central, finalmente, ascenderia à direção federal.

Ainda segundo Limoeiro (1972, pp. 323-324), retraindo o consumo, a participação pública na vida nacional que daí sobressaía – mediante a prioridade cambial, os Institutos de garantia de proteção da lavoura exportadora, o voto restrito à população letrada e a legislação sindical-fascista limitada ao trabalhador industrial-comercial – tornava a intervenção federal proporcionalmente maior, que o declínio da produção. A tentativa inicial de intervir na liberdade de comércio apenas para conservar o consumo normal da família brasileira, tornava a participação pública na vida nacional – com as prioridades cambiais, a Conep, o Fundo Rodoviário etc. – de valor central. Os primeiros diagnósticos globais sobre o planejamento nacional, feitos em horizonte de compressão do consumo e agravamento do desequilíbrio da distribuição da produção brasileira, não obstante, eram reiteradamente mais liberais, em comparação às elaboradas na Cepal.

Diminuindo o crescimento da produção industrial nacional, aumentava proporcionalmente mais o valor da lavoura exportadora – comparação que só podia ser compreendida posteriormente. O aumento do desequilíbrio cambial, sobretudo na da medida discrepante entre o valor da lavoura exportadora e o do cultivo direcionado ao comércio interno, valorizava uma recuperação rápida do comércio internacional, ainda que com sustentação extremamente débil (Limoeiro, 1972, pp. 317-318).

O aumento vegetativo do consumo, que vinha tornando a ampliação de alguma espécie de trabalho “industrial” comparativamente vantajosa, valorizava em proporção sempre maior a produção agropecuária: desde o início da República vinha acontecendo aumento do trabalho industrial, mas sempre menor que o da lavoura cultivada. Mais uma vez, mesmo o declínio da lavoura exportadora (e não da produção agropecuária em conjunto) era apenas relativo, e não absoluto; quando da reforma cambial forjou a prioridade de importações, a produção em torno da atividade automobilística brasileira aumentava, enquanto caía o trabalho industrial nacional em conjunto. Por sua vez, com a prioridade de importações, o crescimento do cultivo voltado ao comércio interno, passava a ser menor, que o da lavoura exportadora. Finalmente, a possível valorização do trabalhador nacional, projetava alta constante no preço pago pelo consumidor brasileiro, enquanto que o incremento no comércio da lavoura exportadora, representa baixar o preço pago pelo consumidor liberal (Limoeiro, 1972, pp. 320-321).

Enfim, o ano de 1954 é classificado em Lessa (1963, p. 25) como de “*transição*” final até o planejamento federal, por meio do “*tateio*”, quando mais uma tentativa de restaurar parte maior da liberdade de comércio internacional, no Ministério Gudin, do gabinete Café Filho, não durava sequer três meses (Vianna, 1990, p. 151). Em conjunto, o ano terminava colocando em evidência a colisão “*latente*” entre a cultura liberal ruralista e o projeto nacionalista industrial, no qual o horizonte de queda no consumo brasileiro aumentava a tendência à diminuição da produção (Lessa, 1963, pp. 25-26).

De acordo com Lessa (1963, p. 26), qualquer que fosse o horizonte do consumo brasileiro, havia tendência de diminuição, relativa, da produção nacional feita para o comércio interno; a diferença específica da projeção para 1955 era que a restauração da liberdade de comércio nada resistiria – obrigando a plena ciência nacional sobre os desígnios da vida brasileira. Em uma frase, o ano de 1954 afirmava o caminho que viria a ser adotado com o Plano de JK em 1955. Inclusive a tentava liberal de comprimir o consumo para, mediante a prioridade de importações, programar aumento da produção (e, por este modo heterodoxo, reequilibrar o consumo) em uma “*simbiose colidente de propósitos*”, é precisamente o caminho que viria a ser consolidado com a intervenção juscelinista.

Fracassando a restauração da representação liberal ruralista com a aceitação do projeto industrialista nacional, a transição final em 1954 abria o caminho para a interferência de Juscelino, rejeitando parte da liberdade de comércio, mediante o próprio sentido brasileiro (Lessa, 1963, p. 12). Segundo exposto em Malan (1986, p. 74), a restauração liberal fracassada no Ministério Gudin possuía, no entanto, um sucesso: a nova política cambial forjada com a Instrução nº 113 da Sumoc. Até então, o planejador federal priorizava importações específicas, das quais algumas podiam ser subsidiadas; em 1954, a prioridade de importação passava a poder ser “sem cobertura” cambial, que já era autorizada como uma forma emergencial de subsídio específico, mas requeria aprovação central do órgão; a partir da presidência Kubitschek, tal ferramenta de intervenção pública sobre a vida nacional passaria a ser de uso generalizado (Vianna, 1990).

Decisivo na transformação industrial por vir, o principal instrumento de interferência pública sobre a vida nacional era, por conseguinte, forjado pelo maior liberal brasileiro, Eugênio Gudin. Como fazia entre as populações de diferentes nacionalidades, o FMI aprovava “*entusiasmado*” o meio de intervenção forjado, até em

razão de que três em cada quatro “divisas” que continuavam sendo acumuladas eram as podres libras-esterlinas (Vianna, 1990, p. 161; Malan, 1986, pp. 74-76).

Somente nos anos 60, a Europa recuperava o comércio de moedas, mas protegia ainda mais o de produtos, com o objetivo de aumentar sua produção agropecuária, que passaria a concorrer com a das colônias. Apesar da mudança no comércio internacional, a recuperação europeia seria vital para o caminho assumido pela alteração industrial nacional a partir de 1955 (Malan, 1986, pp. 75-76).

O ano de 1954 destacava, em síntese, uma renovada feição brasileira que, em virtude da população nacional começar a descobrir a si própria, diminuindo a representação elaborada por estrangeiros, podia vir a apoiar a “subversão” de uma Revolução Brasileira. Direcionando tal atração com vistas à nova ordem distributiva entre o produtor e o consumidor brasileiro, a liberdade da população nacional poderia passar a ser apoiada na coesão educacional, e não, no arbítrio da polícia estadual (Bomfim, 1929, pp. 555-556).

Atuando dentro da norma legal constituída sob a ordem democrática liberal, por meio do sindicalismo rural, os comunistas deixavam o conflito foquista disperso, para centralizarem seus esforços no principal estado agropecuário da República, São Paulo (Santos, 2002, p. 20). Alcançando repercussão nacional, o PCB começava a deixar de ficar à margem da transformação por que passava a vida brasileira. Lentamente, o Partido começava a redefinir a orientação central, valorizando os meios constituídos de luta, seja de sindicatos, associações profissionais, representações civis ou simples comitês reivindicatórios. Com a *Resolução Sindical*, de 1952, e o IV Congresso, em 1954, o PCB fazia uma autocrítica de parte do sectarismo radical anterior, partindo, durante esse mesmo tempo, para a organização das I e II Conferências Nacionais dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, movimento que culminava na constituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Costa, 1991, pp. 28 e 30).

Em seu documento final, a representação constituída na Ultab (1954) priorizava, em primeiro lugar, diminuir a “renda da terra” para valorizar o trabalhador brasileiro; em segundo lugar, generalizar a política de garantia de comercialização do cultivo brasileiro e, por fim, eliminar o cambão (citado em Costa, 1991, pp. 32-33). Divulgando em escala nacional a luta dos lavradores e trabalhadores agropecuários brasileiros, no final do mesmo ano, o IV Congresso do PCB priorizava, em primeiro lugar, diminuir a “renda da terra” para valorizar o trabalhador brasileiro. A política de garantia de preços ao pequeno produtor agropecuário nacional – a grande maioria da população brasileira

que cultivava para o próprio consumo, mas crescentemente direcionando-se para o comércio – aparecia apenas em oitavo lugar (citado em Carvalho Costa, 1991, p. 24).

Ilustrada no Fabiano de *Vidas Secas*, a esmagadora maioria da população brasileira chegara à fazenda abandonada, cambaleando “*como um judeu errante*”, mas vencia o horizonte hostil, vivendo longe da gente, só se dando bem com animais, sem falar, apenas grunhir. Quando o menino mais velho começava a fazer interrogações, Fabiano não entendia e, vexado, o repelia (Ramos, 1938, cap. Fabiano).

Entre a parcela expressiva da população brasileira com cada vez mais ciência sobre a vital transformação industrial por vir, a tendência de uma mudança profunda inevitável, podia ser percebida em razão da limitação dos fatos, frente ao específico caminho a ser decidido. Exemplarmente, com respeito à inovação na política educacional formulada durante a primeira metade da década de 50, a instrução de adultos, elaborada pelo método Paulo Freire, era prática que já estava muito mais à frente da restrição eleitoral, acordada em 1946 (Beisiegel, 1986, pp. 413-416).

A Ultab, como tantas empresas que tentavam atuar em escala nacional, sem “infra-estrutura” própria de transporte e comunicações, possuía constituição frágil, sendo rapidamente dissolvida pelo arbítrio da polícia estadual, durante o breve retorno liberal que se seguiu à morte de Getúlio; não obstante, a luta da classe lavradora brasileira, construída em sedimento sólido, rapidamente confluiria para a organização da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (Contag), sob nova definição do estatuto do trabalhador rural brasileiro, que “completava”, finalmente, a Lei Áurea. A partir do fim de 1954, todavia, era a própria vanguarda comunista que entrava em profundo debate interno, que só encontrava termo anos mais tarde.

A interpretação geral nacionalista, de que a elaboração industrial brasileira, mesmo quando inovadora, não conseguia ser efetiva em razão do próprio horizonte oligopolizado na distribuição da “infra-estrutura” nacional de energia, transporte e comunicações, podia precisá-lo observando-se as múltiplas particularidades de específicos ramos de atividades normalmente apreciados entre a generalidade da população brasileira (Cardoso, 1963, pp. 151 e 183 e 194). A difusão da mudança, sendo procurada para valorizar o trabalho nacional, a cultura brasileira e particularmente o entretenimento, podia precisar tal obstáculo à nova indústria ilustrando a dificuldade observada na produção cinematográfica (cf. Sá Earp, 2002).

Segundo pode ser resumido em Galvão & Souza (1986, pp. 473-474), “substituindo” a festividade religiosa como principal meio de entretenimento

comumente apreciado pela população brasileira, a primeira grande empresa nacional no novo ramo industrial, a Cinédia Estúdios Cinematográficos, era fundada na década de 30 como uma sociedade de ações com expresso propósito industrialista. Importando máquinas fotografadas ansiosamente, a empresa principiava a produção cinematográfica brasileira em modo industrial, mas não contava com “infra-estrutura” própria de energia, transporte e comunicações para a distribuição e exibição dos seus novos produtos.

Sem orçamento frente a tal desafio comum a diferentes pequenas indústrias, manufaturas e oficinas artesanais brasileiras que tinham sua produção valorizada pela transformação em curso, a empresa obtinha equilíbrio aumentando a quantidade de filmes em circulação, de modo mal-feito, rápido e mal-acabado. Contando com consumo garantido entre a população nacional monoglota, a Cinédia, desta maneira, era responsável pela elaboração de novo gênero caracteristicamente brasileiro: a chanchada. Em que pese a empresa ter “vocação” industrialista explícita, ser acionária e contar com equipamento industrial importado, seu equilíbrio era razão da alta rotatividade dos produtos em circulação, produzidos rapidamente e consumidos de maneira extensiva em diferentes praças. Sem cuidado sistemático tampouco acabamento próprio, permanecia a produção da Cinédia uma “indústria” cinematográfica feita praticamente de modo artesanal, manufaturado ou manual. Mesmo com aparência industrialista, a primeira grande empresa cinematográfica nacional, atuava, pois, em horizonte profundamente rural, se equilibrando, instavelmente, mediante a produção de filmes carnavalescos e alguns sucessos ocasionais (Galvão & Souza, 1986, pp. 476-477).

Com a missão de produzir em série, com continuidade e regularidade, na década de 40 era fundada a Atlântida Cinematográfica que, já em um de seus primeiros lançamentos, o *Moleque Tião*, protagonizado por Grande Otelo, apresentava novo método de trabalho (Galvão & Souza, 1986, p. 480). Filme “*simples e despretensioso*”, o método marcava a produção cinematográfica nacional mediante a apresentação de produto de baixo custo que – justamente por essa virtude – podia alcançar algum rendimento, dentro do estreito horizonte nacional. Em outras palavras, a fortuna da Atlântida era virtude da empresa carioca, de um lado, trabalhar com a cultura rural mambembe itinerante, de outro, se direcionar para a esmagadora maioria da população consumidora brasileira, de orçamento ínfimo (Galvão & Souza, 1986, pp. 481-482).

Exibindo os filmes produzidos despretensiosamente pela Atlântida nas salas de Severiano Ribeiro, a empresa distribuidora cearense aumentava o valor de tais produtos

em sua comercialização, não em combinação com outros artigos produzidos por outras empresas cinematográficas, cênicas ou de entretenimento em geral, mas sim, expandindo a exibição dos mesmos filmes por meio do arrendamento de novas salas em várias aglomerações populacionais, sempre com vistas a “fechar” toda e qualquer possível concorrência no ramo de atividade. Com sucesso no empreendimento comercial, o maior distribuidor cinematográfico em escala regional, expandia o método de trabalho para as principais aglomerações brasileiras até, por fim, comprar as ações da principal indústria produtora nacional, a Atlântida, que deste modo passava a contar com consumo garantido em escala nacional (<http://www.gsr.com.br>, em 7 de setembro de 2007).

Em horizonte monopolizado pelo distribuidor, a indústria cinematográfica obtinha a continuidade de produção em escala nacional sem mudar o gênero do produto, deste modo tornando a chanchada parte da cultura brasileira. Em suma, enquanto a Cinédia elaborara novo gênero caracteristicamente brasileiro, a Atlântida o interiorizava, por meio da distribuição em escala nacional nas salas exibidoras de Severiano Ribeiro (Galvão & Souza, 1986, p. 483).

Por fim, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz S.A. era fundada na entrada para a década de 50 repudiando, explicitamente, o gênero vulgar da chanchada da Atlântida. Contratando europeus para trabalharem em sua indústria, a nova empresa paulista se aparelhava como a de Hollywood mas, sem conseguir nem salas de projeção tampouco distribuição própria em escala nacional, tentava distribuir as películas para os exibidores europeus. Sem sucesso, a Vera Cruz passava a aumentar a rotatividade dos seus produtos em circulação, produzindo filmes de baixo custo (Galvão & Souza, 1986, p. 486). Mesmo passando a se inspirar na chanchada carioca (inclusive contratando os principais trabalhadores da Atlântida, para atrair consumidores brasileiros), a indústria paulista – sem contar com distribuição própria de seus filmes, face a prática monopolista das salas de Severiano Ribeiro – não conseguia honrar os compromissos assumidos para começar a produção cinematográfica aspirada, e falia (Galvão & Souza, 1986, pp. 488 e 491).

Em 1954, sua bancarrota colocava em evidência para cada ramo inovador da indústria que, mais decisivo que a meta em si – contribuir para a produção industrial nacional – era o meio (o como) o novo artefato caracteristicamente brasileiro podia congrega o sentido comunitário (Galvão & Souza, 1986, p. 492). Mesmo com uma meta industrialista comum já mais ou menos definida entre parcela expressiva da

população, na ausência de acordo a respeito do meio específico, a tendência industrial era amortecida, distorcida e até eliminada mediante a própria “infra-estrutura” nacional de energia, transporte e comunicações da cultura ruralista liberal, que valorizava a comercialização de produtos previamente elaborados, em detrimento de sua própria produção e até do consumo de novos gêneros. Segundo Bresser-Pereira (1997, pp. 18-19), a partir de 1955, o “divisor de águas” emblemático de toda essa transformação em curso reequacionaria os termos tanto da cultura liberal ruralista quanto do projeto nacionalista industrial até então em colisão latente porém, antes de entrar nesse novo debate, o capítulo seguinte trabalhará a bibliografia procurando efetuar uma possível síntese teórica da proposta reformista acima descrita, com atenção específica para o seu diagnóstico, sentido orientador e prescrição empírica, bem como, suas vertentes políticas.

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.
(Carlos Drummond de Andrade:
No meio do caminho, 1928)*

Capítulo II. O crescimento do projeto reformista: diagnóstico, sentido e vertentes

Neste capítulo, mais extenso, será usado largamente os autores de modo um tanto linear – e às vezes repetitivo, com citações seguidas do mesmo autor para realçar a problematização que é objetivo do capítulo.⁷ No meio do caminho até a “modernização” da lavoura brasileira, havia um obstáculo tão simples como decisivo. Esta metade do caminho entre a cultura rural que lavrava a terra com predomínio da tração animal, muscular e extensiva, até o desencadeamento da produção industrial especializada no aumento intensivo do valor da atividade agropecuária mediante trabalho com instrumentos “para trás” (tratores, fertilizantes etc.) e “para frente” (beneficiamento, processamento, classificação etc.), é o tema do presente capítulo.

Em um primeiro momento, junto ao próprio triunfo da República capitaneada pela “política dos governadores” dos antigos “coronéis” com seus comparsas, se iniciara o desequilíbrio entre a produção estreitamente cativa à lavoura exportadora, e os novos produtos que vinham tendo consumo generalizado entre a população (com a exceção no transporte de alta circulação, rotação e variação de produtos consumidos pela generalidade da população). O agravamento crescente do desequilíbrio produzido a partir da “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicação passava a definir, em um segundo momento, um período de mudança decisiva que, consolidando a indústria nacional, impulsionasse o terceiro e último passo, completando a “modernização agrícola” da “agroindústria” brasileira (Kageyama et ali., 1990).

⁷ Notando que faltou em parte tempo para diminuir o capítulo e circunstanciar mais as argumentações dos autores trabalhados. O presente capítulo trata tanto do reformismo agrário quanto do contra-reformismo, razão de seu tamanho também em virtude, por sua vez, da intervenção pública monumental feita na presidência JK a título de combate à “subversão” agro-reformista.

Dividindo a temática dessa passagem em três tópicos, primeiro será analisado o diagnóstico da interpretação nacionalista industrial, acerca das relações prevalecentes entre a família brasileira até o “divisor de águas” da década de 50; o segundo, apresentará a lógica prática da reforma democrática na vida agrária brasileira prescrita na representação nacionalista, para a alteração de tais relações expostas no tópico anterior. Por fim, o último tópico do presente capítulo analisará três vertentes de implementação da “reforma agrária” democrática com a hipótese de que, até então, todas eram, igualmente, capazes de impulsionar a mudança na vida nacional descritas no tópico 2.2, que levasse até a “agroindústria”. Finalmente, tais vertentes propostas serão contrapostas com a mudança promovida com a política industrial agrícola que imprimiria o singular “divisor de águas” ao debate anterior, em razão do meio de transformação industrialista consolidado na política industrialista contida no Plano de Metas da presidência JK. Representando o caminho por meio do qual se trilharia, este último item de mudança na vida agrária nacional será subdividido em cinco subitens, apresentando a consolidação do industrialismo para, só então, abordar suas críticas posteriores, já no capítulo e que encerra a presente dissertação.

2.1 - O Diagnóstico da Interpretação Nacionalista Industrial

Embora de razão alheia à população nacional, a transformação industrial era sentida no interior da família brasileira, que passava, debilmente, de uma reprodução extensiva para outra, mais ou menos, intensiva. Durante o trajeto industrialista brasileiro, ocorria desequilíbrio familiar em virtude da primeira variável a cair era a mortalidade, com o símbolo de Oswaldo Cruz; só em um terceiro momento, cairia a fertilidade, com o símbolo de Leila Diniz. Entre tal mudança industrial, o desequilíbrio era minimizado em virtude da queda na mortalidade tornar vantajoso, para manter o consumo familiar normal, se induzir a diminuir a produção extensiva e incrementar o trabalho intensivamente, pelo menos até a fertilidade cair sensivelmente (Patarra, 1986, 249-251 e 255-256).

De acordo ao formulado em Marx (1867, cap. X), Cardoso (1963) e Castro (1969), o trabalho que aumenta o valor produzido relativamente de modo intensivo, é distinto do que o expande em absoluto, de modo extensivo. Intensivo, sem razão da indústria humana, o artifício tendia a aparecer associado com o cenário de possível mudança no meio de trabalho, e não simplesmente, pela extensão do tempo de trabalho

familiar sob o mesmo modo de sempre. Conforme suposto na hipótese de trabalho da presente dissertação, até o “divisor de águas” sentido após 1955, não havia aumento intensivo generalizado do valor do trabalho brasileiro, sensação diagnosticada, primeiro, no gênero do modo produtivo mediante o qual a população brasileira trabalhava; segundo, na ordem de relações de trabalho com que tal atividade se reproduzia; terceiro, na classe de trabalho com que o consumo de tal produção era representado, diagnóstico analisado a seguir a partir da narrativa bibliográfica apresentada sobre o reformismo agrário e seu contraponto industrialista agrícola.

i) *espécie de meio produtivo*

Segundo Patarra (1986, pp. 256-257), até o “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, o modo de produzir normal da população em estudo ocorria expandindo a atividade de maneira extensiva, por meio da associação de mais famílias de trabalhadores que alargava o tempo de trabalho, em absoluto, normalmente, com a concorrência de mais membros familiares como mulheres e crianças, usualmente fora da escola e com mais tempo de vida, associada ao símbolo sanitarista de Oswaldo Cruz. Conforme lembrado em Linhares & Teixeira (1979, p. 133), o aumento extensivo do valor produzido por meio da exploração infantil e feminina era generalizado em razão da política pública de manter o consumo pré-estabelecido que, em crescimento vegetativo, vinha, por seu turno, se acelerando em virtude do maior tempo de vida, possibilitado com o símbolo de Oswaldo Cruz.

De acordo com Szmrecsányi (1986, p. 190), reproduzido continuamente, a extensão do horizonte produtivo por meio da simples associação de novas famílias de trabalhadores, acabava produzindo uma nova divisão do trabalho brasileiro. Em conjunto, a população paulista se especializava na produção agropecuária e “industrial” para saciar o consumo pré-estabelecido em escala nacional, em troca de minério, gado e gente dos demais estados da República (principalmente, por meio do transporte de cabotagem, o comércio continuava centralizado entre a população carioca, embora em concorrência crescente com vistas ao transporte terrestre centralizado na praça paulista).

Embora visível, a transformação em curso era apenas superficial, mostrado no fato da própria política pública terminar valorizando a conservação da fertilidade extensiva entre famílias rurais. Mesmo com o agravamento do desequilíbrio familiar em virtude da queda na mortalidade brasileira, somente a partir do “divisor de águas” da

década de 50, este declínio passaria a diminuir – principalmente, em razão do próprio agravamento da distribuição da produção até o consumo nacional. Até este momento, o agravamento da distribuição da produção nacional estava sendo traduzido em sua aglomeração crescente entre a população consumidora paulista e, especificamente, a partir da fronteira desbravada a partir do Paraná, bem como, retirando-se desta concorrência rumo ao oeste maranhense. A mudança modificava apenas a aparência da vida agrária nacional estendendo o tempo de trabalho da família brasileira em métodos rurais, com predominante auxílio animal ou “natural”, como a coivara, o estrume e a enxada (com sua especificidade, esta última ferramenta é o meio que unifica o título de *Coronelismo, Enxada e Voto*). (Szmrecsányi, 1986, p. 190)

Destacada no título de Leal (1949), Sabóia (1978, pp. 10-11) conta que a quantidade de enxadas correspondia ao número de votos que os “coronéis” distritais podiam comercializar com as famílias de seus parceiros – visto que com 16 anos o menino que trabalhava na lavoura desde os cinco já aparentava muito mais de vinte. Além do quê, a extensão do voto à população feminina, também concorria para depreciar os estudos das crianças, e não a enxada (como teria valorizado a extensão do voto à esmagadora população brasileira, sem contato com as letras).

Antes do “divisor de águas”, até havia algum aumento do trabalho agropecuário com máquinas e equipamentos industriais, em intercâmbio setorial “para trás” (como com tratores, colheitadeiras, fertilizantes etc.) ou “para frente” (como com frigoríficos, “agroindústrias” processadores, classificadoras etc.), mas Ruy Miller Paiva (1953, p. 7) ressalta que todos estes novos meios produtivos eram importados, restritos a produtos de consumo generalizado com alta circulação, rotação e variação. Conforme elaborado em Paiva (1965, pp. 118-119), a difusão limitada de novos meios de produção entre as famílias rurais era razão do valor do fertilizante, trator, colheitadeira etc. ser muito elevado, comparado ao da enxada, do trabalho brasileiro e da extensão da fronteira com mais tração animal. Enfim, sendo o aumento no valor da enxada (equivalente próximo ao do valor de expandir novas fronteiras apenas estendendo o tempo de trabalho agropecuário) menor que a alta no preço dos produtos primários em geral e alimentares em particular, comparativamente ao sempre elevado custo do trator mecânico, pesticida químico, semente selecionada etc., era comparativamente vantajoso aos antigos “coronéis” e novos empresários rurais conservarem o crescimento da produção nacional simplesmente estendendo o tempo de trabalho do lavrador brasileiro.

Segundo Ianni (1967, p. 40), por conta própria reproduzindo tal modo de exploração extensivo no seio familiar, o resultado era, claramente, que o modo industrial não era o meio de produzir trabalhado normalmente. De acordo com Novaes (1998, p. 4) e Graziano da Silva (1987, p. 19), desde o início da República identificada com a manutenção da própria cultura ruralista liberal, este modo de reprodução até alterava o *que* produzir, mas não o *como* produzir. Sem mudar a ordem familiar do trabalho brasileiro em razão da expansão da fronteira produtiva, o pequeno aumento da produção por meio do novo modo industrial, tornava sua generalização comparativamente desvantajosa. Segundo Delgado (1985, pp. 33-34), debilmente, era induzido o primeiro momento de “industrialização da agricultura” rumo à “modernização agrícola” com a “agroindústria” da lavoura brasileira, por meio da importação dos novos artifícios, que começava a ser subsidiada. O desencadeamento da grande transformação em curso, não obstante, só se sucederia a partir do momento em que o “Departamento I da agricultura” fosse consolidado, com a indústria de tratores, fertilizantes e processadores, projetada unicamente ao final do “divisor de águas” da década de 50.

A partir dessa consulta bibliográfica, é possível enunciar a proposição de que com tal “divisor de águas” emblemático – que já era sentido anteriormente e seria radicalizado posteriormente – parcela expressiva da produção nacional passaria a ser destinada ao consumo brasileiro, transformando a relação entre trabalhadores, métodos e produtos agropecuários de escala nacional, essencialmente em razão do caminho que a intervenção juscelinista consolidava – segundo apresentado em Lessa (1963, p. 85), se não em sua completude, ao menos em sua “*principal*” parte: a indústria metal-mecânica especializada na comercialização “para frente” e “para trás” da cultura rural (Graziano da Silva, 1987, p. 12; Patarra, 1986, p. 264).

A partir deste momento quando a consolidação do chamado “Departamento I para a agricultura”, da indústria produtora de máquinas produzidas pela atividade metal-mecânica “para trás” (como tratores, colheitadeiras, fertilizantes etc.) e “para frente” (como a indústria processadora, beneficiadora, classificadora etc.) da cultura rural, a comercialização crescente entre a produção agropecuária e o trabalho industrial nacional, mostrava estar também identificada com a necessidade de alguma ordem de mudança não só no meio produtivo brasileiro, como também em sua classe de representações familiares. Segundo Graziano da Silva (1987, p. 20), desde o começo da República, vinha acontecendo alguma mudança na relação entre a produção

agropecuária brasileira e o trabalho industrial nacional, por meio da comercialização de alimentos, abrigo e locomoção de insumos de consumo generalizado com alta circulação, rotatividade e variação. No entanto, apenas com a consolidação do “Departamento I para a agricultura”, a mudança “*deslancharia*”, caracterizando o momento da grande transformação na vida nacional. Desde a CSN, a Vale e a Petrobrás, a Conep, o BNDE e a Sumoc, a mudança no meio produtivo brasileiro vinha sendo observada, mas apenas seria “coroadá” a partir de 1955. A partir da presidência Juscelino Kubitschek, o comércio de trabalho, produtos e representações entre a população brasileira seria consolidado, concluindo a mudança na distribuição familiar, setorial e espacial da produção consumida nacionalmente (Novaes, 1998, p. 5).

Segundo Delgado (1985, pp. 19-20), ainda que propagada desde o princípio do século, somente a partir de 1955 o fundamento metal-mecânico para a indústria especializada em máquinas e processamentos agropecuários ia se consolidar. De valor ainda maior, sua consolidação emblemática após 1955 implicaria em subsequente reordenamento das relações então trabalhadas na reprodução da família brasileira.

Conforme periodizado em Graziano da Silva (1987, pp. 23-24), a partir da consolidação da indústria na segunda metade da década de 50, poder-se-ia desencadear a “modernização” da “agroindústria”, que diminuiria expressivamente o emprego familiar extensivo da tração animal, da enxada e do braço. Não obstante o êxito na meta de fertilizantes (equipamento de alta rotatividade no processo de produção), a produção de máquinas agrícolas como tratores e colhedoras, de processamento e classificação, da indústria metal-mecânica em geral – cujos equipamentos não circulam no processo de produção – iria sentir “*arranque extremamente lento*”.

Seguindo o autor, a partir da consolidação industrial, somente após o subsequente reordenamento da reprodução nacional nos anos seguintes, se “*desencadearia*” o trabalho rural com tal novo meio produtivo (Graziano da Silva, 1987, p. 20). Em suma, a partir do “divisor de águas” da segunda década de 50, seria consolidado o desencadeamento do empreendimento “agroindustrial” nacional que, até então, mesmo visível, não podia deslanchar em profundidade em razão do maquinário ser praticamente todo importado a valor subsidiado, oscilando em razão da lavoura exportadora (Graziano da Silva, 1987, p. 32; Kageyama et ali., 1990, p. 128; cf. Marx, 1867, cap. XIII) Mais precisamente, este “divisor de águas”, mediante a atividade metal-mecânica consolidada com a emblemática indústria automobilística, montaria o fundamento para a “agroindústria” brasileira fomentando a “infra-estrutura básica” de

transporte, circulação e armazenagem da lavoura, da população e dos valores (Kageyama et ali., 1990, pp. 114-115; Castro, 1990, p. 35).

A literatura exposta permite concluir portanto que, a partir 1955, a consolidação da indústria processadora e de máquinas para a produção agropecuária brasileira, embora não eliminasse a atividade familiar braçal na enxada com tração animal, mantendo a expansão extensiva da fronteira produtiva predatória com a cultura da coivara, passaria a intensificar o próprio valor do trabalho nacional. Ou seja, tanto a indústria especializada na produção de fertilizantes, tratores, máquinas agrícolas etc., quanto a processadora, beneficiadora, classificadora etc., da produção agropecuária, ambas relacionadas à indústria metal-mecânica de automotores, só seriam consolidadas na presidência Juscelino Kubitschek (Kageyama et ali., 1990, p. 115). Segundo Guimarães (1982, pp. 149-150), a mudança na relação entre agricultura e indústria, em molde primário, para em modo secundário, resultaria na “agroindústria”, em crescente expansão após o “divisor de águas”. A partir da segunda metade da década de 50, a produção agropecuária não seria mais consumida diretamente pela família rural e esporadicamente comercializada local ou estadualmente: passaria a ser beneficiada pela indústria processadora e comercializada em escala nacional. Indubitavelmente, o agricultor familiar se reproduziria com relação à “agroindústria” de sementes, fertilizantes etc.

Voltando a Kageyama et ali. (1990, pp. 119-120), consolidando a produção metal-mecânica, inevitavelmente seria modificada, em primeiro lugar, a relação setorial entre as atividades primárias e secundárias, delimitando a periodização adotada em virtude da generalização da produção mediante novos modos: de importados, comparativamente caros e restritos, passariam a ser nacionais, relativamente baratos e generalizados. Em segundo lugar, a mudança na relação setorial que intensificaria o trabalho familiar rural, a modo “agroindustrial”, seria igualmente expressa na intensificação do comércio. A relação entre as atividades primárias e secundárias, com o trabalho especializado no trator “substituindo” o trabalho familiar braçal na enxada a tração animal, mudaria quando as empresas industriais passassem a comercializar com a família rural em conjunto, do plantio à colheita, do transporte ao cultivo, do beneficiamento ao adubo, etc.

Conforme apresentado em Graziano da Silva (1987, p. 31), desde o começo da República iniciada pela importação, a “agroindústria” brasileira partiria da produção da indústria de “base”, com a metalurgia, petroquímica etc., que possibilitaria a posterior

montagem da “infra-estrutura” para a produção da indústria metal-mecânica de máquinas e processamento da atividade agropecuária. Diferenciando o comércio entre a população nacional com o estrangeiro, a consolidação da produção industrial brasileira voltada para a atividade agropecuária, a “agroindústria”, expressaria uma mudança não apenas na relação setorial, como também maior especialização, comercialização e – em alguma medida – valorização do trabalho brasileiro, mediante a mudança no modo produtivo familiar. Enquanto oscilasse em razão do comércio da lavoura exportadora, a indústria nacional especializada na produção agropecuária era restrita à produção de consumo generalizado com alta circulação, rotação e variação, generalizando-se a partir da consolidação da emblemática indústria metal-mecânica, produtora de máquinas “para frente” e “para trás”. A mudança em tal ramo de atividade “agroindustrial” nessa atividade “quebraria” parte da vida rural, identificada estreitamente com o comércio internacional, em virtude de consolidar – ao menos uma parcela – seu comércio com a atividade industrial brasileira (Kageyama et ali., 1990, p. 122).

Não obstante a mudança no comércio internacional que seria produzida pela mudança intersetorial, a representação de uma produção nacional – seja do ramo “agroindustrial” ou de qualquer outro ramo de atividade – comercializada exclusivamente para o consumo brasileiro, será sempre apenas um modelo teórico, impraticável (cf. Marx, 1867, p. 440). Outrossim, não era suficiente divulgar o trabalho com tais novos equipamentos para que o Fabiano de *Vidas Secas* empreendesse empresa “agroindustrial”: a experiência mostra que o vaqueiro fixaria tais móveis como abrigo para a Baleia. Segundo Graziano da Silva (1987, p. 4), em medida ímpar, a “agroindústria” não seria traduzida apenas na mudança no meio produtivo; relacionada a tal mudança no modo de produzir, estaria também na ordem de reprodução e particularmente na classe de trabalho.

Passando o meio de trabalho, de genérico na mesma enxada para lavrar cultivos diferenciados subjetivamente, a ser específico, exemplarmente no trator específico para cada cultura, a intensificação no valor do trabalho brasileiro era preciso, mas insuficiente, para diagnosticar a generalidade da população nacional como especializada em atividade industriosa. Complementando a mudança familiar para o trabalho industrial, a ordem de distribuição da produção, passaria a ser reproduzida por meio do dinheiro para obter mais dinheiro. Para isso se recorrerá a uma bibliografia complementar à da economia de Campinas citada acima, com destaque para a contribuição da sociologia paulista na interpretação da mudança na vida brasileira

designada como Revolução “Burguesa” a partir da leitura de autores como Marx, Weber e Lênin, conforme observado em Santos (2008) na cadeira “Tópicos Especiais: Leituras de Sociologia Rural”.⁸

ii) ordem de reprodução do trabalho

Até o “divisor de águas” sentido a partir de 1955, a produção nacional, além de não ser trabalhada objetivamente por meio de “máquinas” produzidas por meio de “máquinas”, também não era distribuída abstratamente por meio do “dinheiro” para obter mais “dinheiro”, ordem reprodutiva exclusiva à reprodução industrial – enquanto na reprodução agropecuária e comercial de então, a distribuição ocorria concretamente: por meio do produto para obter mais produto (cf. Marx, 1883, caps. II, III e IV). A ordem de distribuição específica do empresário industrial brasileiro classificada em Fernandes (1973, p. 3) como do “burguês” nacional, expressaria na Revolução Industrial “Burguesa” o momento de “*clímax*” da transformação sob a exploração de tal ordem de reprodução.

Desde o início da República, todavia, Fernandes (1973, pp. 203, 227 e 229) indica que em razão do “*leve impulso*” sentido ao longo movimentar do processo débil de modificação nas relações de intercâmbio propriamente nacionais, tal “*clímax*” industrial não tendia para o caminho da Revolução Brasileira. O aumento no trabalho industrial vinha ocorrendo vegetativamente, em razão proporcional ao incremento demográfico; segundo Patarra (1986, p. 255) e Fernandes (1973, p. 225), com o declínio da mortalidade registrado a partir do marco sanitário de Oswaldo Cruz, mantendo-se a fertilidade praticamente constante, o incremento demográfico redistribuía a população setorialmente, permitindo agravar o desequilíbrio da produção nacional em razão da conjugação do aumento permanente da fronteira produtiva, com a marginalização de parcela crescente de brasileiros, cuja atividade era depreciada mediante a concorrência da própria exploração familiar. Conforme notado em Martins (1978, p. 77), crescendo a extensão do tempo de trabalho familiar para aumentar a produção nacional valorizada

⁸ Um registro alusivo ao inovador tema enunciado na sociologia paulista aparece no texto do mesmo professor em *Política e inovação social no agrarismo brasileiro*, disponível na página eletrônica do 32.º Encontro Nacional da Anpocs, no “Grupo de Trabalho 41: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do rural”.

pela manutenção do consumo em demográfico crescimento vegetativo, mas alto, era também conservada a mesma ordem reprodutiva, assentada na parceria rural.

A reprodução da exploração dos antigos “coronéis” sobre a família do parceiro rural é classificada em Martins (1978, p. 77) como de ordem “*essencialmente comercial*”. De acordo ao apontado em Martins (1978, p. 79) o lavrador era especializado na própria circulação da lavoura, permutando os diferentes frutos em uma operação de “*crédito e débito, uma relação de contas correntes, como se o próprio trabalhador fosse outro comerciante.*” Objetivada na caderneta do lavrador como uma conta corrente de débito e crédito, a exploração do trabalho do parceiro rural pelos antigos “coronéis” aparecia como uma relação de haveres e deveres, mediada não por um valor abstrato (o conto de réis), mas sim, por um objeto concreto: o próprio produto (desde café, cana, tabaco, borracha, cacau, mate etc., até gado, trigo, sal, enxada, parte da plantação etc.). Ou seja, Martins (1978, pp. 79-80) indica que não era o trabalho brasileiro que era comercializado pelo abstrato “dinheiro” (em uma troca pelo “equivalente geral”), por meio de acordo prévio ao processo produtivo, mas sim, permutado era o produto do trabalho, concretizado na lavoura cultivada, em uma troca de desiguais, a ser acertada ao fim do processo produtivo, na colheita.

Em Medeiros (1982, pp. 28-29 e 33; 1995) é notado que, do ponto de vista da família rural brasileira, a parceria do café era comparativamente vantajosa à da cana, lavoura na qual “*tudo*” era dos antigos “coronéis”. Na cultura canavieira, os antigos “coronéis” unicamente “cediam” parte dos seus dotes familiares – de animais, benfeitorias até a dívida pessoal – para seu parceiro, em ordem de redistribuição que ao fim de cada ciclo produtivo era refeita novamente. Praticando toda ordem reprodutiva definida por estes, o cambão definia a prestação de vários trabalhos gratuitos, inclusive no sufrágio.⁹

Seguindo Medeiros (1982, pp. 31-33), em geral, mesmo o pequeno agricultor familiar, cultivador de alimentos para o próprio consumo com alguma margem de comercialização municipal ou estadual própria, permanecia explorado pela classe comerciante, normalmente ela mesma também uma grande empreendedora da lavoura exportadora. Em suma, desde o início da República até o “divisor de águas” na década

⁹ Semelhante à corvéia, o cambão era a “*peça de madeira com que se unem duas juntas de bois ao mesmo carro ou ao mesmo arado*”, também utilizado como um “*pedaço de pau que se dependura ao pescoço da rês bravia para impedi-la de correr*”; como brasileirismo, a mesma palavra era designada como a “*obrigação do parceiro (arrendatário ou morador) de trabalhar de graça, em determinados dias da semana para o proprietário da terra*”, conotação vulgarizada na relação de “*estar preso a algo ou alguém; submeter-se.*” (*Grande Enciclopédia Larousse-Cultural*; Buarque de Holanda, 1975)

de 50, a ordem reprodutiva da exploração dos “coronéis” sobre a família rural brasileira permanecia definindo o quê, quando e como o parceiro plantaria, cultivaria e colheita. De acordo com Candido (1954, p. 269), relativamente diferente do pequeno agricultor familiar, por exemplo, os parceiros em Rio Bonito (SP) também precisavam transportar a lavoura nas carroças dos compadres dos antigos “coronéis”, perdendo a safra em caso do patrão ter outra prioridade para o uso de tal meio de transporte.

Voltando a Medeiros (1982, p. 26), é registrado que, cativo do comércio da lavoura, a “extrema mobilidade” do trabalhador rural normalmente era sazonal, sobretudo, na época da colheita. Nas demais épocas de extensão, plantação e cultivo da lavoura, a fazenda era “*fechada*”, impedindo a movimentação de lavradores pelos antigos “coronéis” brasileiros que contavam uma “*legião de capangas*” particulares, o auxílio da polícia estadual e a benção eclesiástica. Carvalho (1978, pp. 164-165) lembra que desde o início da República até o emblemático “divisor de águas” juscelinista, a ordem de reprodução da produção nacional, descrita acima, não sentia alteração substancial.

Segundo Medeiros (1982, p. 17), aflorando secularmente na vida nacional, na década de 50 o questionamento explosivo de tal modo de distribuição da produção e do consumo familiar imprimia, no debate entre as diferentes classes brasileiras, a possível existência de um problema – que não o clima tropical: a ordem de exploração agrária. Excluindo explicitamente da legislação trabalhista a esmagadora maioria da população nacional que cultivava a lavoura, colocava-se em evidência a debilidade do empresário industrial, perante o apoio atraído pelo comércio agro-exportador.

Ainda segundo Medeiros (1982, pp. 81-82), embora ocorresse o declínio da produção agropecuária em comparação com o débil crescimento do trabalho industrial, aquela permanecia dominando a vida nacional como um todo. A combinação de tendências requeria uma inevitável recomposição setorial, mas não havia concorrência imediata entre o comércio agro-exportador dos antigos “coronéis” com o novo empresário brasileiro, como aliado necessário para a Revolução Industrial, em razão da classe de exploração dos antigos “coronéis”, arraigada na cultura brasileira, haver perdido a exclusividade para a representação nacionalista, convivendo com novos modos “industriais”, mas conservando o domínio liberal – ainda que de ordem cada vez mais ambígua, contraditória e desequilibrada.

Conforme escreve Martins (1978, pp. 92-93), a tendência à contradição da classe agro-comercial com o empresário industrial era parcialmente acomodada pela própria

ordem reprodutiva liberal, na medida em que era “*expelida*” continuamente para o aumento da atividade “industrial” nacional, traduzido na extensão do tempo de trabalho da família brasileira. De acordo com Patarra (1986, p. 268), estendendo o tempo de trabalho direcionado para o comércio por meio do incremento demográfico que diminuía a mortalidade conservando a fertilidade praticamente constante, a redistribuição da população mais ou menos especializada entre a produção agropecuária e o trabalho industrial, resultava, todavia, no agravamento do desequilíbrio distributivo brasileiro.

Fernandes (1973, pp. 238-241, 229-230) observa que, em conjunto, a mudança visível na relação entre a produção agropecuária e o trabalho industrial, agravava a distribuição da produção, da população e dos valores brasileiros; a extensão do tempo de trabalho “industrial”, acontecendo de modo mais ou menos elementar, sem qualquer coordenação central, conservava, em síntese, a representação liberal da classe agrocomerciante brasileira como o valor a impulsionar – sob a mesma ordem reprodutiva desde o início da República – tanto a lavoura exportadora arraigada na cultura nacional, quanto o trabalho industrial débil. A consolidação da produção de “máquinas” por meio de “máquinas”, impulsionando a troca de “dinheiro” por mais “dinheiro”, valorizava, em medida ainda maior, a classe comerciante brasileira que, de trabalho essencialmente familiar, com o agravamento da distribuição populacional que vinha acontecendo desde o começo da mudança industrial, passava a tornar ainda mais vantajosa alguma mudança na ordem de reprodução do trabalho. A extensão da atividade comercial, ocorria em medida mais generalizada que o aumento do trabalho agropecuário e industrial, pela simples razão de estes dois estarem, como visto, somente em crescimento vegetativo “substitutivo”, enquanto a primeira, em alta geométrica multiplicadora; todavia, apenas o crescimento do trabalho industrial valorizava o incremento ainda maior da ordem comercial, diferindo do impulso comercial produzido pela lavoura agro-exportadora em virtude de visibilizar, na vida nacional, o trabalhador. Atraindo uma união antes impossível entre a população nacional, a explosão comercial produzida de modo antes “*inimaginável*” atuava como um “*vulcão em ebulição*” que animava as diferentes classes brasileiras para a colisão latente.

Segundo Ianni (1967, p. 13), simultaneamente ao relativo declínio na ordem de reprodução da exploração dos parceiros dos antigos “coronéis”, o crescimento extensivo da nova produção empresarial nacional, sobretudo direcionada para o comércio entre a população brasileira, animava o debate entre a representação ruralista e o projeto

reformista.¹⁰ De acordo com Medeiros (1982, pp. 32-36), esse movimento que teria como “divisor de águas” a década de 50 – o despejo generalizado de parceiros pelos pistoleiros dos antigos “coronéis” com auxílio da polícia estadual e abençoados pelo pároco, sem horizonte de trabalho industrial, e culturalmente explorado comercialmente – passaria a animar novas ordens de reprodução e classes de representação entre a população nacional. A partir da década de 50, o trabalhador rural passaria a reagir ao despejo, aos jagunços dos antigos “coronéis” e ao arbítrio da polícia estadual, não mais apenas crendo no messias, como um bandido ou, enfim, anarquicamente, mas sim, tendendo a cooperar entre si em algum modo elementar de associação, unificando em irmandades católicas os diferentes trabalhadores e representando-se enquanto classe sindical. Reagindo contra a ordem de reprodução secular, estava sendo, definitivamente, colocado na vida nacional, o objeto a ser reformado: a exploração agrária.

Seguindo Medeiros (1982, pp. 32-33), como emblema desse momento de passagem da cultura rural para o trabalho industrial, os lavradores e trabalhadores agropecuários de Irajá, Porecatu, Formoso e de diversos outros pontos da República, estavam sendo despejados em razão da expansão da fronteira produtiva nacional. A extensão da fronteira, colocando em evidência o gênero de ordem democrática liberal da República, era a atração normal ao choque entre as diferentes classes brasileiras. Rasgada pelas novas vias de rodagem para os novos caminhões e tratores importados, a extensão da fronteira fazia, reiteradamente, os pequenos agricultores familiares, já explorados comercialmente, serem despejados para a formação da pastagem – ao menos até quando a grande lavoura da ocasião ficasse vantajosa. Resistindo para se conservar enquanto pequeno agricultor familiar com auxílio da vanguarda comunista, o atrito entre as diferentes classes da população brasileira era generalizado mediante a “grilagem”, o despejo, o assassinato e outros métodos normais praticados a mando dos antigos “coronéis”, com auxílio da polícia estadual e a benção do padre.

¹⁰ Conforme pode ser resumido de Medeiros (1982, pp. 26-31), refletindo o relativo declínio rural, os tribunais já caminhavam no sentido da extensão da legislação trabalhista ao trabalho agropecuário, principalmente contra a prática do cambão. O relativo declínio da reprodução da parceria rural, migrando para a nova ordem industrial, aumentava a exploração do trabalhador agropecuário nordestino, produzindo elevada resistência contra a mudança. Desde a redefinição do estatuto do trabalhador nacional, em 1888, era sentida alguma mudança na ordem de reprodução do parceiro nordestino em particular e no brasileiro em geral, mas seria sobretudo na década de 50, que sua produção e seu consumo ficariam totalmente desequilibrados. Explorado secularmente como um animal doméstico, o horizonte de liberdade que restava ao trabalhador agropecuário o familiarizava a valorizar sua mudança da vida rural, não para o trabalho industrial em particular, mas, em geral, para o comercial. Em geral, a cultura liberal ruralista, portanto, reproduzia a própria ordem de exploração do trabalhador rural pelos antigos “coronéis”, pelo menos até quando, generalizando a “substituição” da lavoura por pastagem, o parceiro passasse a ser despejado em massa e sem horizonte de trabalho urbano.

Como ensina Wanderley (1978, pp. 33-38) e Medeiros (1982, p. 2), a expansão da fronteira produtiva por meio das novas vias de rodagem, era a razão de parcelas antes inimagináveis do território brasileiro estarem sendo fortemente valorizadas. O pequeno produtor familiar, como proprietário de imóvel que não contabiliza o valor do espaço que deve a si próprio em seus custos de produção, não valorizava a “terra” própria como meio de produção, tratando-a apenas como meio comum de vida. A confusão entre o valor da posse e o de seu uso, comum entre pequenos produtores, não fazia desaparecer a contabilização do corpo mesmo em comunidade de posse familiar, caso em que seu valor passava a ser o de simples meio de consumo.

Segundo Wanderley (1978, p. 37), expandindo continuamente a fronteira produtiva por meio das novas vias de rodagem, a “natureza” brasileira era negada enquanto meio de produção, estendendo o valor da produção praticamente apenas em absoluto, sem intensificar a produtividade relativa do trabalho nacional. Entretanto, a ampliação da fronteira produtiva, mesmo que desvalorizasse antigos cultivos, ao menos em um primeiro momento aumentava a produção, a produtividade e a rentabilidade. Ademais, a limitação à reprodução extensiva predatória, podia ser suspensa temporariamente pela intervenção pública de modos dos mais variados, em especial, manipulando a política referente à “infra-estrutura” de energia, comunicações e transporte. Como aponta Ianni (1967), a participação pública ativa na “infra-estrutura” da energia petrolífera, aumentando a produção na indústria “de base”, aparecia articulada com a mudança na própria ordem reprodutiva nacional. Ainda que representada de maneira mínima entre as diferentes classes da população brasileira, esta espécie de trabalho tendia a multiplicar-se expressivamente, impulsionando novas transformações de ordem ainda mais colossal.

Minúscula mas imperativa, a nova ordem reprodutiva que impulsionava a manifestação “*mais brutal*” da luta entre as diferentes classes brasileiras desde a redefinição do estatuto do trabalhador nacional, em 1888, ao aproximar-se do “divisor de águas” da década de 50, estava, enfim, se tornando um “*verdadeiro vulcão em ignição*” segundo Fernandes (1973, p. 277). Seguindo Fernandes (1973, pp. 213-217), o crescente desequilíbrio entre as diferentes classes brasileiras, por esta via, colocava em evidência que a tentativa de conservar o mesmo modo de vida prevalecente desde o início da República estava, contraditoriamente, tendendo para a constituição de uma nova ordem reprodutiva.

De acordo com Medeiros (1982, pp. 17-18, 1 e 37), paradoxalmente, era no horizonte da passagem decisiva para uma nova ordem industrial que emergia, definitivamente, o problema a ser reformado na vida nacional: o modo de exploração predominante, agrário. Na ordem do dia, a reforma na exploração agrária nacional era apoiada por diferentes classes brasileiras, sendo específica ao horizonte constituído durante o “divisor de águas” da década de 50 (Carvalho, 1978, pp. 163-164).

Segundo Ianni (1967, pp. 43-44), para consolidar o objetivo comum de transformação industrial nacional, a produção agropecuária brasileira haveria, portanto, que mudar inevitavelmente. No meio dessa mudança, entretanto, estava que, enquanto a lavoura brasileira era direcionada para o comércio internacional (à exceção dos valores de alta circulação, rotatividade e variação no circuito produtivo, como visto no capítulo anterior), a atividade industrial precisaria, de algum modo, se fundar no comércio interno.

Não obstante a rota de colisão secular entre a agricultura internacional em que se apoiava a vida rural, e a indústria nacional que aspirava a proposta reformista, Ianni (1967, p. 44) sugere que não só o princípio do desequilíbrio entre o setor primário e o secundário residia na classe comerciante brasileira como, principalmente, na mesma habitava o seu meio de equilíbrio. Como enfatiza Fernandes (1973, pp. 245-246), a restrição à continuidade de crescimento no trabalho industrial, em razão da oscilação no comércio agro-exportador, operava mudança apenas superficial na produção brasileira. Sem atingir a cultura nacional, a alteração na relação entre a o comércio agro-exportador e o trabalho industrial permutado internamente, não produzia nem desequilíbrio distributivo geral – mas somente restrito ao ramo de energia, transporte e comunicações, como visto no capítulo anterior.

A bibliografia fixa o problema da mobilidade trazido pela importação do novo modo de transporte automobilístico indicando que o novo horizonte migratório valorizava não só a continuidade do incremento extensivo da população brasileira, como a comercialização de seu trabalho, produtos e elaborações em escala nacional, minimizando a possibilidade de desequilíbrio geral. Segundo Carvalho (1978, pp. 165-167), a modificação na relação entre agricultura e indústria, processando alteração apenas aparente na vida nacional, não minava o comércio agro-exportador, embora valorizasse o comércio interno. A reprodução da modificação na relação entre o trabalho industrial brasileiro com o comércio agro-exportador não vinha alterando a atividade brasileira, não por inércia própria do empresário industrial, do trabalhador

brasileiro e da agremiação comunista, mas em razão da fragilidade de sua projeção nacionalista, em relação ao sólido liberalismo da representação agro-comercial.

Com respeito ao tema presente na Revolução Industrial “Burguesa” brasileira, a mudança que desde o início da República vinha acontecendo no valor da população, da produção e da “natureza” brasileira, conservava a cultura ruralista embora em modo cada vez mais frágil que, sob a liberdade de comércio, a expunha a oscilações turbulentas. Não era, portanto, o trabalho industrial – débil, mas crescente – que mais precisava pactuar com o comércio agro-exportador oscilante, mas sim, o contrário. Acomodando a produção secundária crescente com o comércio primário-exportador oscilante (e não o contrário) por meio da restrição da mudança industrial ao modo de transporte automobilístico, era colocado em segundo plano, o projeto de reformar a distribuição agrária nacional: exatamente em razão da prioridade industrialista em detrimento da agrarista, no mesmo momento em que a valorização do trabalho industrial brasileiro atingia o apogeu, ela seria rapidamente “*solapada*” (Fernandes, 1973, pp. 247-248).

Como nota Ianni (1967, pp. 218-219), a ordem democrática constituída em 1946, combinando a indústria nacional com a agricultura internacional em um industrialismo “liberal”, no preciso momento quando atingia o auge em 1955, ao acomodar as novas representações parlamentares, jurídicas e executivas em crescimento entre a população brasileira, reproduzia – a partir do mesmo “divisor de águas” – o seu sintoma inicial no próprio gênero da transformação industrial final. Para Fernandes (1973, pp. 244-245 e 231), o ânimo generalizado nacionalista em torno da CSN, da FNM, da Petrobrás etc., por um lado, mostrava como a interferência nacional na vida brasileira passava a ser vital, mesmo contra o atrito com a cultura liberal ruralista. Por outro lado, para continuar o aumento do trabalho industrial, tornava-se necessário que a alteração quantitativa, produzida parcialmente com a participação pública no ramo de energia e transporte, fosse convertida em uma transformação qualitativa, reformando o modo de exploração predominante na generalidade da vida agrária nacional; em outros termos, passado o momento pioneiro processado ao longo da primeira metade do século XX, era possível a vida brasileira “*sucumbir*” à transformação industrial, em virtude desta mudança requerer decisão propriamente nacional – que não era específica a nenhuma das múltiplas camadas da população.

De acordo com Carvalho (1978, pp. 168-169), o emblema que “divide as águas” da passagem da cultura ruralista para a produção industrialista – o auge da ordem

democrática liberal constituída em 1946 – seria atingido a partir da presidência Juscelino Kubitschek de Oliveira, em contradição paradoxal entre o industrialismo e o liberalismo, explorada tanto pela lavoura, quanto pelo estrangeiro, por meio redirecionamento do comércio. Sendo uma decisão nacional, tateada, farejada e sentida entre contingente crescentemente expressivo da população brasileira, o industrialismo “liberal”, paradoxalmente, difundiria, em definitivo, a reforma democrática no modo nacional de exploração agrária.

Ainda segundo Ianni (1967, p. 157), a distinção axiomática entre um e outro momento dividido pelo emblema de 1955 é que, enquanto o projeto nacionalista presente na presidência Vargas entrava em uma inédita encruzilhada entre trabalhadores e empresários, sob a direção de JK a indústria nacional seria, decididamente, entregue ao comércio internacional. Seguindo Ianni (1967, p. 28), embora, em razão da monocultura exportadora, a produção industrial nacional sempre haja sido vinculada ao comércio internacional, até o “divisor de águas” de 1955, ela continuava especializada em produtos de elevada rotatividade segundo a carga transportada. Conforme observa Fernandes (1973, pp. 255-256), desde antes da República, o comércio com estrangeiros por meio de filiais estrangeiras (como concessionárias públicas no loteamento da lavoura exportadora), até podia valorizar a vida brasileira, mas seria apenas a partir da segunda metade da década de 50 que o “divisor de águas” decidido democraticamente passava a tornar vantajosa a própria produção industrial – quando a atividade nacional passava a ser a que mais era valorizada em todo o globo.

Ianni (1967, p. 130) lembra que desde o imediato pós-1945 na restauração da cultura liberal com a gestão Dutra, ou no gabinete Café Filho em 1954, ou nas missões bilaterais, todos os esboços industrialistas anteriores, de cunhagem liberal, apenas seriam consumados a partir do Plano de Metas de Juscelino. Segundo Fernandes (1973, p. 257-258), mesmo a cultura brasileira sendo “*prematuramente*” liberal ruralista, a decisão de planejar a nova ordem de reprodução industrial, por ser propriamente nacional, seria “*central*” na passagem da cultura ruralista para a industrialista; cristalizada lentamente desde o início da República, a decisão industrialista iria sendo propagada extensivamente na ordem liberal constituída em 1946, até aparecer como a “*única solução*” no “divisor de águas” emblematizado em 1955 e imediatamente como seu “*corolário inevitável*”, em 1964.

Sintetizando os argumentos de Ianni (1967) e, sobretudo, Fernandes (1973), em outras palavras, a presidência Kubitschek estaria mais próxima da ordem militar, do que da trabalhista de Vargas.

Conforme pesquisado em Ianni (1967, pp. 45 e 9-10), o projeto nacionalista brasileiro presente em Vargas seria abandonado a partir da presidência Juscelino, em razão do industrialismo “liberal” deste conduzir não à reforma democrática, mas sim, à imediata reordenação da classe agro-exportadora, redirecionando-a para a indústria internacional. O industrialismo de JK, reencontrando a agricultura e a indústria no comércio, por conseguinte, imediatamente inviabilizava o projeto reformista, que previa alterar o modo de exploração agrário para poder desencadear uma nova indústria brasileira; mais ainda, com o industrialismo “liberal” a partir da presidência Kubitschek, não apenas o projeto reformista ficaria imediatamente inviabilizado, como também, a própria ordem democrática liberal seria rapidamente liquidada. Consolidando a passagem do ruralismo para o industrialismo por meio da associação, contraditória, do trabalhismo brasileiro com a indústria internacional, o antagonismo – absolutamente desequilibrado – entre as partes, em rota de colisão ainda mais latente, produziria como seu “corolário inevitável”, o Golpe de 1º de abril.

Em suma, Ianni (1967, pp. 176 e 30) observa que o caminho redirecionado a partir da presidência JK, abandonaria o projeto nacionalista de indústria brasileira, ao conciliá-lo com destreza com a democracia liberal, entregava a produção industrial nacional, decididamente, ao comércio internacional. Em medida peculiar, o específico caminho de mudança industrialista, que consolidaria a indústria brasileira contemplando com o comércio agro-exportador, seria razão do próprio gênero de complementaridade da indústria internacionalizada brasileira com a atividade agropecuária e comercial: a metal-mecânica.

Em Cardoso (1963, pp. 115-117) é notado que seja pela ruptura que não houve no imediato pós-1945 (em razão da restauração da cultura liberal com a gestão Dutra), seja no retorno liberal em 1954 (com o gabinete Café Filho e o Ministério Gudin), o desequilíbrio em transporte, comunicações e energia era o diagnóstico comum que, não obstante, somente a partir da intervenção juscelinista, conseguiria consolidar a intensificação no valor do trabalho brasileiro. Anteriormente ao “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, esta intensificação não era generalizada, ou melhor, ocorria praticamente apenas na CSN, na Petrobrás e, claro, nos ramos ligados à indústria automobilística.

Segundo Cardoso (1963, p. 135), uma vez consolidada a passagem da cultura ruralista para a produção industrialista com o Plano de Metas da presidência Juscelino Kubitschek, estaria lançado o fundamento para reordenar o modo de exploração do trabalho nacional: após a intervenção juscelinista, ou a classe empresarial brasileira mudava de prática, ou era eliminada. A decisão nacional de migrar do ruralismo para o industrialismo, consolidando o modo de produção industrial brasileiro acomodando-o com o domínio da cultura ruralista, representaria, por fim, o auge que mediaría o sintoma terminal da ordem democrática liberal constituída em 1946.

De acordo ao apontado em Patarra (1986, p. 255), a viabilidade de tal caminho assumido pela política industrialista “liberal” brasileira na presidência JK, seria razão desta intervenção ser focalizada na política de transporte, até então comandada pela “política dos governadores” propagando a frase que via Washington Luiz, “*governar é abrir estradas*” (em Linhares & Teixeira, 1979, p. 17). Segundo Fernandes (1973, pp. 279 e 238), a transformação industrialista “liberal” específica consolidaria a indústria brasileira na medida em que, mediante a nova “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicações, obrigava os produtores nacionais a deixarem de ficar cativos de alguns poucos consumidores mais próximos, para alcançarem escala nacional – ou pereceriam. Decidido com o domínio ruralista, a mudança industrialista produzindo “máquinas” por meio de “máquinas” teria como “divisor de águas” a política industrialista “liberal”, emblemática no Plano de Metas de JK. Após esta modificação emblemática, programada democraticamente mediante a mudança decidida focalizada no meio de produção do novo modo de transporte brasileiro, a síntese na alteração da relação entre agropecuária e indústria aprofundar-se-ia, decididamente, na atividade comercial mediante a troca de “dinheiro” por mais “dinheiro”.¹¹

¹¹ De acordo com Marx (1883, pp. 55-56), diferente tanto da reprodução rural quanto da industrial, a ordem comercial não possui ramo de atividade próprio, mas apenas em relação com os demais setores de produção. O único trabalho, cuja reprodução pode ser propriamente particular ao setor terciário, é o de transporte, isto é, a atividade especializada na exploração da circulação, seja de carga, seja de passageiros. A ordem reprodutiva do ramo de transporte, no entanto, embora aparecendo como pertencente ao setor comercial, ou seja, de modo a trocar um produto para obter mais produtos, possui especificidade em razão do primeiro deste “produto” ser – especificamente como na reprodução da atividade agropecuária – objetivizada no próprio trabalho, no caso, de transporte. Conforme observado em Petty (1690, pp. 115 e 120-121), o trabalho particular de transportar valorizava a atividade em geral, especificamente, em respeito à ciência que a especialização no transporte mediava comunicações – fazendo circular não apenas cargas e passageiros, mas também representações. A classe comerciante, especializada no transporte de carga, passageiros e representações, tende, deste modo, a possuir grande ciência acerca do constante desequilíbrio global entre produção e consumo, se atraindo para trabalhar nos ramos de atividade temporariamente mais vantajosos, procurando explorá-los, monopolizá-los e, quando a prática predatória já não for mais vantajosa, abandoná-los.

Conforme observado em Cardoso (1963, pp. 196-197), a política industrialista nacional, focalizada no modo de transporte que vinha sendo propagado desde o início da República, ia ser consolidada sobremaneira no meio de circulação, rotação e variação da produção, da população e da representação brasileira, produzindo uma nova relação entre a produção, a distribuição e o consumo nacional que passaria a se fundar em novo meio produtivo – por conseguinte, também em nova ordem reprodutiva e nova classe representativa; enfim, em nova vida. Como lembra Medeiros (1982, pp. i-ii), crescendo com a mudança no horizonte internacional processada desde a redefinição do estatuto do trabalhador nacional, em 1888, o projeto de reforma na democracia liberal brasileira com o domínio ruralista brasileira debatia qual podia ser a virtude da participação pública na transformação industrial que ocorria, especificamente, no tocante à intervenção na ordem de distribuição da produção, do comércio e da reprodução agropecuária, presente no primeiro decênio pós-1945.

Segundo Ianni (1967, pp. 176-177), acima de toda a transformação por que ia consolidar o industrialismo brasileiro, esta passagem seria decidida dentro da democracia liberal constituída em 1946. Decidida em equilíbrio aparente entre as distintas representações debatidas pelas diferentes classes da população nacional, a valorização da produção industrial trabalhista, acomodada com o comércio agro-exportador, não liquidava, de imediato, a democracia liberal, assentada na aliança conflituosa entre PSD e PTB contra o golpismo da UDN. Contudo, a política industrialista decidida, ao consolidar o divórcio entre o meio produtivo nacional (industrial) e a representação brasileira (liberal), transformaria a própria ordem democrática liberal em empecilho à continuidade do programa de crescimento no trabalho industrial.

Enfim, a débil democracia liberal brasileira vigente entre 1946 e 1964, não só atingia o apogeu na exata metade, em 1955, como imediatamente entraria em colapso (Ianni, 1967, p. 219). Seguindo Ianni (1967, pp. 161 e 28), em equilíbrio instável pelo menos desde 1946, a ordem democrática liberal possibilitaria que a grande transformação, programada em 1955, rapidamente tivesse seu desfecho em 1964: o caminho de passagem da cultura ruralista para a produção industrialista, consolidado a partir da presidência Kubistchek, era unicamente “*oficializado*” no Golpe de 1º de abril. Segundo sugere Fernandes (1973, p. 256), em poucas palavras, seria o maior obstáculo aparente à mudança no modo de trabalho brasileiro (a cultura “liberal”

brasileira) que, rapidamente, ia viabilizar a grande transformação industrialista – seja a partir do Plano de JK, seja com o Golpe de 1964.

Anteriormente ao “divisor de águas” de 1955, o novo meio produtivo industrial, tampouco tal nova ordem reprodutiva, eram generalizados na vida nacional. Embora a legislação trabalhista industrial-comercial estivesse em caminho de aceitação nos tribunais com respeito à sua extensão ao trabalhador agropecuário, e mesmo com a decisão pelo industrialismo já interiorizado na cultura brasileira, possibilitando ampla ciência sobre a grande transformação de toda a vida nacional, permanecia a classe de representação de trabalho, extensiva, eminentemente cativa da cultura liberal ruralista, como o cambão que prendia Fabiano à Sinhá Vitória, os meninos e a cachorrinha Baleia (Ramos, 1938, cap. Mudança).

Uma vez admitida a falta de domínio do trabalho por nova espécie de meio de produção, diante da exclusão, da grande maioria da população nacional, da nova ordem de reprodução, ainda não era possível, igualmente, considerar a nacionalidade brasileira como mediada por meio artificial. Em termos grotescos, por exemplo, se o Fabiano trabalhasse com o novo meio produtivo metal-mecânico mas continuasse a “coçar os cotovelos” contra o “patrão invisível” e o “Governo, longe e distante” (Ramos, 1938, cap. Mudança), é possível pensar acerca da necessidade na universalização da representação civil entre a população, inclusive, no interior da própria classe de trabalho que tentará ser estudada a seguir, procurando preservar sua falta de consenso no debate.

iii) classe de representação do trabalho

A contradição entre a valorização do território brasileiro e seus frutos em detrimento do próprio trabalho nacional, produzida na espécie de relação praticada com o novo meio produtivo industrial e não resolvida na ordem de relação reprodutiva agro-transportadora, era, por fim, expressa na classe de representação brasileira, síntese em discórdia no debate entre a cultura ruralista e o projeto reformista. Conforme diagnosticado nos anteriores itens (i) e (ii) do presente tópico, o aumento da especialização agropecuária, o crescimento da atividade comercial entre a população nacional e, finalmente, a extensão de novo gênero de trabalho “industrial”, produzia tendência, não apenas a nova ordem reprodutiva, como também a nova classe de trabalho (Novaes, 1998, p. 7; cf. Marx, 1867, p. 542). Para isso, tal classe tentará ser

esboçada a partir da narrativa bibliográfica recorrendo à leitura marxista de diversos autores ligados à sociologia paulista, bem como, da economia de Campinas.

De acordo ao lembrado em Marx (1867, pp. 539-541), trabalhadas de acordo com a legislação trabalhista vigente, eram produzidas grandes máquinas fabris que, produzindo pequenas máquinas têxteis, eram exploradas pelos “*consumidores coloniais*” – como a população brasileira – sem qualquer acordo que não o verbal, em paralelo a crescente desequilíbrio nutricional nacional. Conforme manifestado em Marx & Engels (1848, caps. I, II e IV), a produção de novas máquinas têxteis por meio de máquinas, ao difundir a produção destas em escala ciclópica, resultava no desemprego de velhos artesãos talentosos, que passavam a concorrer com a exploração animalesca de mulheres e crianças. Segundo Marx (1867, p. 543), no tocante à “infra-estrutura” de energia, a eletricidade – começada a difundir-se pouco antes da República – dava “*o golpe final*” no modo de produção rural global.

Particularmente na importação brasileira de máquinas de costura, o *Anuário Estatístico* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrava, até 1952, seu valor em peso: quanto maior o peso, maior era a máquina, por conseguinte, maior sua produção. Após 1952, a importação brasileira de máquinas de costura passava a ser contada por cada máquina específica: ou seja, sua produção passava a ser razão da composição do artefato, e não da sua simples quantidade bruta. A mudança registrada pelo IBGE no *Anuário Estatístico* – instituto subordinado ao legislador federal e à presidência da República – traduzia o descompasso crescente entre o valor do extrato primário ferro e o de sua elaboração secundária em máquina de costura. Um desequilíbrio semelhante havia no tocante do preço do algodão e o valor da roupa, desconexão praticamente absoluta na relação entre o valor da lavoura de café, cana, borracha etc., e de máquinas como automóveis, frigoríficos, tratores etc.

A mudança na relação intersetorial internacional não atingia apenas um ramo de atividade meramente complementar à reprodução nacional como a indústria têxtil e demais meios de abrigo familiares, mas sim, afetava o próprio sentido da “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicações da lavoura exportadora brasileira. Mudança que para uma República primário-exportadora era trágica, apenas em 1952, no entanto, o legislador federal e a presidência da República alteravam a definição das máquinas segundo peso no *Anuário Estatístico* do IBGE.

Segundo Graziano da Silva (1987, pp. 4 e 11-12), a máquina de costura têxtil, contudo, era um mero detalhe que complementava a classe de trabalho industrial

brasileiro, permanecendo a “indústria” de instrumentos destinados à produção agropecuária (o “Departamento I para a agricultura”) assentada em atividade artesanal, rural e manufatureira. Por outro lado, a atividade do trabalhador, somente então começava a apresentar tendência a passar do trabalho genérico (expresso na prática do cambão), para o especializado, impresso na prática civil.

Segundo Graziano da Silva (1987, p. 17), normalmente, a especialização do trabalho acontecia em “indústrias” cujo consumo era de alta rotatividade, especificamente em atividades nas quais o valor do transporte tornava a produção vantajosa (como de alimentos, meios de transporte e de abrigo). Segundo Sabóia (1978, pp. 11-12) e Medeiros (1982, pp. 134 e 33-34), o antagonismo entre a produção agropecuária e o trabalho industrial, acentuado na reprodução nutricional da família brasileira e de seus meios de abrigo no ramo de transporte, afetava ambos os lados. O aumento da escala produtiva, ocorrendo extensivamente, não só era contrabalanceado pela diversificação da produção nas atividades “antigas”, como ambos estavam sendo redirecionados para incrementar o comércio entre a população brasileira. Conservando a produção agropecuária reproduzida sob mesmo modo, o próprio comércio interno em crescimento assumia classe estreitamente pessoal, para a qual era normal recorrer aos antigos “coronéis”, “*em casos de doença, acidente ou morte*” a classe de representação que assegurava a própria continuidade da reprodução sobre os parceiros, mascarando sua exploração enquanto classe trabalhadora.¹²

Expelida da lavoura, era a mesma reprodução dos parceiros pelos “coronéis” que permitia não se valorizar em demasia o trabalho industrial, diversificando o cultivo da lavoura para pastagens improdutivas (Martins, 1978, p. 88). Contra a classe agro-comercial, portanto, não era a classe dedicada ao trabalho industrial, a que podia dirigir a futura Revolução Industrial (Medeiros, 1982, p. 136).

Transformando continuamente a lavoura em pastagem, a reprodução da produção nacional normal era vantajosa comparativamente, mas não, coletivamente

¹² Na principal lavoura exportadora brasileira, a cafeicultura era conjugada ao cultivo para o próprio consumo do lavrador, possibilitando sua “*fartura*”. Em especial, a ordem reprodutiva da parceria representava classe de trabalho na qual, “*quanto mais o colono trabalhava para si mesmo – duplicando a jornada de trabalho, subtraindo os filhos à escola, antecipando a exploração do trabalho infantil, intensificando o trabalho da mulher pela sua absorção no cafezal – mais ele trabalhava para o fazendeiro.*” (Martins, 1978, p. 86; cf. Ianni, 1967, pp. 79-80) Segundo Martins (1978, pp. 89-90), valorizando a reprodução da produção para o próprio consumo, na colheita da lavoura exportadora – o momento principal para os “coronéis” – o parceiro raramente paralisava o trabalho. Medeiros (1982, p. 135) acrescenta ainda que, sendo o trabalho familiar, pessoal e desvalorizado, a classe de exploração era “*mascarada*” por relações concretas, como a que relacionava a enxada ao voto no “coronel” distrital.

(Paiva, 1953, p. 8). Sem reformar a distribuição da produção e do consumo, a transformação do cultivo em pasto não apenas estava relacionada ao aumento extensivo do trabalho feminino e infantil, como também “*amansava*” o trabalhador masculino grevista, valorizando sua migração ou para a lavoura, ou para a pastagem, ou para depreciar ainda mais a indústria e o comércio (Paiva, 1953, p. 47; Ianni, 1967, pp. 79-80).

De acordo com Ianni (1967, pp. 80, 57 e 90), não havia, enfim, uma nova classe de trabalho propriamente nacional. Outrossim, o crescente trabalhador industrial possuía cultura familiar à do parceiro rural, manifestando sua insatisfação de modo igualmente estreito, por meio da anarquia, de classe de valores umbilicalmente pessoais e/ou do mero fatalismo cristão. Por um lado, a diminuição da produção agropecuária por meio da contínua extensão da fronteira, agravava o desequilíbrio distributivo, alargando a exploração extensiva de mulheres e crianças; por outro lado, o declínio da classe liberal ruralista não produzia uma nova classe de representação do trabalho, que persistia sendo representada enquanto uma pessoa particular, e não, enquanto classe universal. Em síntese, não havia horizonte revolucionário entre a população nacional, mas apenas, desequilíbrios localizados: segundo o conservador Padre Melo, o lavrador era tão ignorante que, por si próprio, sequer podia fazer associações gerais, quanto mais a Revolução Brasileira.

Seguindo Ianni (1967, pp. 89 e 57), entre o grosso da população trabalhadora brasileira, a foice não era instrumento revolucionário, mas sim anárquico. Como o trabalho brasileiro era comercializado concretamente por meio de produto específico, ou diretamente trocado por outro trabalho, e não permutado pela abstração da moeda nacional, a população nacional, não representava horizonte de classe de trabalho universal, mas sim, de classe estreitamente pessoal.

A classe de trabalho nacional, debilmente, começava a aparecer na vida brasileira impulsionada pela vanguarda pecebista, a moderação trabalhista e a reação eclesiástica. Desde a redefinição do estatuto do trabalhador nacional em 1888, a greve de 1917, a Semana de 1922 e chegando até a criação da Universidade de Brasília em 1960, apenas em público a população nacional conseguia assumir direção própria, abrindo o debate para propostas que as classes particulares não podiam colocar. Desde o projeto de reformar a distribuição agrária brasileira, até a própria renovação cultural sentida no período, a população nacional descobria nova representação de si, começando a mudar sua classe de trabalho em virtude do secular declínio da cultura

liberal ruralista, de um lado, e o crescimento do projeto nacionalista industrial, de outro (Ianni, 1967, pp. 82, 58, 9, 123-124 e 44).

O desequilíbrio nacional, redefinindo as representações debatidas entre as diferentes classes da população brasileira, as confundia entre os trabalhistas e os comunistas, identificando, ambos, ao planejamento industrial nacional e a própria comunhão brasileira. Apesar da legislação trabalhista explicitamente não ser aplicada ao trabalhador agropecuário (portanto, reconhecendo implicitamente tal classe de trabalho como existente), o voto restrito à política educacional da “política dos governadores”, a intervenção no câmbio, os Institutos de garantia de proteção das lavouras de exportação e, finalmente, as prioridades de importação, o projeto nacionalista nunca teve diretriz única, vacilando em razão da mesma ordem estreita que caracterizava a cultura liberal ruralista – com o agravante, de sequer contar com definição homogênea entre a população brasileira. Com seus vícios e virtudes, florescia uma cultura propriamente nacional em torno do crescimento da nova classe de representação do estatuto da população trabalhadora, no justo momento em que, finalmente, emergia o problema brasileiro: reformar a exploração agrária brasileira (Ianni, 1967, pp. 45, 55 e 14; Medeiros, 1982, p. 37).

Ou seja, não era apenas o crescimento do trabalho industrial nacional em novos meios produtivos que colocava em debate as distintas representações das diferentes classes da população brasileira; a reprodução contínua da nova classe de trabalho entre a dos antigos “coronéis” e dos novos empresários, com o impulso comunista, a moderação trabalhista e a reação católica introduzia no debate, por meio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), o tema da reforma agrária. A Ultab, em que pese sua predominância paulista, procurava pela primeira vez desde a redefinição do estatuto do trabalhador nacional, unificar os lavradores e trabalhadores agropecuários para romper com a relação até então normal entre a população brasileira (Medeiros, 1982, pp. 133 e 38-39 e 27). Todavia, permanecendo o voto limitado às letras da “política dos governadores”, e a legislação trabalhista restrita ao trabalho industrial-comercial débil, o crescimento da nova classe de representação do trabalho brasileiro era amortecida pela própria ordem democrática liberal (Ianni, 1967, pp. 33 e 91).

Conforme interpreta Fernandes (1973, pp. 260, 262-263 e 267), em permanente atrito, desgaste e impotência frente às demais classes constituídas entre a população brasileira, a classe industrial receava sair da inércia, em razão de, qualquer que fosse sua

atitude, arriscaria sacrificar a sagrada liberdade de comércio. Se não fizesse nada, no entanto, a representação comunista, por meio da aliança “operário-camponesa” iniciada a partir da Ultab, podia assumir a condução da futura Revolução Industrial Brasileira. A classe industrial, reproduzindo a representação ruralista liberal, não produzia nova cultura própria para si – a ela se adaptava. Sem classe própria, a Revolução Industrial Brasileira não “rompia” caminho próprio, mas sim, somente se reproduzia em um novo ramo específico de produção para si.

Ainda segundo Fernandes (1973, pp. 264-268), redirecionada lentamente desde a redefinição do estatuto do trabalhador brasileiro, em 1888, a cultura liberal, seria rapidamente abandonada a partir do “divisor de águas” na década de 50. A partir da política industrialista de Juscelino, seria, finalmente, consumado o desequilíbrio entre a representação liberal e o novo horizonte industrial nacional. Sob a ordem democrática liberal, a mudança industrial, sem nunca chegar a um desequilíbrio generalizado que fermentasse a Revolução Brasileira, mantinha a premissa de que, no caso de desequilíbrio crítico, a contestação podia ser dominada prontamente, pelo arbítrio militar.

Voltando a Ianni (1967, p. 211), a democracia liberal brasileira, que tinha experimentado a primeira vida partidária em escala nacional, com o PTB e o PCB, o PSD e a UDN, dentre outras agremiações, a partir da decidida política industrialista contra-nacional de Kubitschek, seria liquidada rapidamente. Segundo Ianni (1967, pp. 213 e 215), absolutamente, estes não eram os melhores partidos a se tomar; entretanto, não só representavam parte do sentimento nacional da época como, principalmente, expressavam-no com diversidade, multiplicidade e debate.

Para Ianni (1967, pp. 222-224), enquanto do ponto de vista de antigos “coronéis” e novos empresários a Revolução Industrial inevitável significaria sair da inércia liberal, do ângulo do trabalhismo, a reforma significava controlar mais sindicatos, trabalhadores e votos, na mesma medida que a decisão por qualquer gênero de política industrial. Somente do ponto de vista da representação comunista, justamente por abrir o debate em que ela poderia se incluir, o caráter de classe de trabalho nacional significaria levar o lavrador brasileiro a conduzir a futura Revolução Industrial Brasileira.

Explicitamente contra essa ameaça por vir, a partir da presidência JK a relação do trabalhismo com o lavrador passaria a sofrer pronta reação militar, procurando “purificar” a legislação trabalhista. Segundo Fernandes (1973, p. 271), a partir da reação contra o agrarismo trabalhista que alcançava repercussão nacional com a Ultab, a

política industrialista conduzida decididamente por meio do planejamento central, somente por meio do arbítrio militar, poderia se conciliar com o sagrado “liberalismo”. A partir daí, a nova produção industrial não seria mais identificada com o florescimento da cultura nacional, mas com sua exploração “total”.

Como sentia Fernandes (1973, pp. 270-275), contudo, em razão do crescimento da produção, do trabalho e do valor industrial, o novo caráter de classe contra a qual se reagia, novamente obrigaria a própria classe industrial a lutar contra o mesmo arbítrio central que a atraía. Outrossim, com o aumento da produção industrial continuamente agravando a distribuição da produção e do consumo nacional, a Revolução Industrial iria – possivelmente – produzir um novo sindicalismo, que impediria o equilíbrio temporariamente alcançado pelo arbítrio militar de sustentar-se infinitamente.

Enfim, a partir da Revolução Industrial Brasileira, não seriam só as classes industrial, comercial e agrária que seriam mudadas: principalmente, o trabalho, a cultura e o entretenimento também seriam transformados. Em especial, com a nova representação de classe trabalhadora, a partir da decidida industrialista política, se assumiria – possivelmente – um novo partido dos trabalhadores brasileiros (Fernandes, 1973, p. 279). Isto é, a partir da Revolução Industrial Brasileira, o gênero de luta entre as diferentes classes da população brasileira produziria aquela nova classe de representação que eliminaria não só o modo de exploração industrial, como também, a especialização do trabalhador nacional, por caminho democrático e nacionalista. Em síntese, em razão de mudança no horizonte brasileiro produzido a partir da futura Revolução Industrial Brasileira, a nova classe de trabalho nacional impulsionaria – possivelmente – a construção de um novo partido dos trabalhadores renovando, enfim, a vida nacional (Ianni, 1967, p. 225; Fernandes, 1973, pp. 280-283).

Entre a representação comunista, a moderação trabalhista e a reação católica, o debate inconsensual em reformar a distribuição agrária nacional, ainda que sobremaneira expressivo, era restrito, paroquial e até pessoal, em razão da própria vida brasileira de então. Possivelmente, a partir da Revolução Industrial Brasileira, o novo partido dos trabalhadores passaria a ampliar o próprio debate democrático nacionalista (Fernandes, 1973, pp. 283-286).

Diagnosticando as três relações – o meio, a ordem e a classe do trabalho – de luta entre as classes brasileiras, é possível classificá-la, enfim, por pessoal, violenta, particular e esporádica, e não parlamentar, legal, universal e contínua. Mesmo que a guerra nada mais seja que a liberdade de competir por outros meios, esta espécie de

guerra, totalmente indefinida, também prejudica o comércio “de sempre”. Sem meio de produção industrial, sem ordem de reprodução monetária, igualmente sem classe representativa do trabalho nacional, o partido que a população nacional assumisse para abrir o caminho de reformar a distribuição agrária brasileira, era o objeto lógico da proposta reformista. Este tema será abordado a seguir partindo da sugestão trazida no debate clássico entre Kautsky e Lênin, qualificados pelos autores brasileiros resenhados a seguir.

2.2 – O Sentido Lógico da Proposta Reformista Democrática

Diagnosticada a ausência (i) de “máquinas” produzidas por meio de “máquinas” com carência lógica de (ii) ordenar a reprodução de tal modo de produção por meio do “dinheiro” para obter mais “dinheiro” e subsequente (iii) falta de representar o atrito entre as classes com trabalho civilizado, em razão da cultura liberal ruralista, o valor do trabalho nacional não era identificado com o da indústria brasileira, assim como, a classe industrial identificava-se mais com a atividade comercial, do que com qualquer ordem própria de mudança. A classe industrial fazer a Revolução Industrial contra a classe agrária não era atributo universal, exatamente em razão da reforma na distribuição rural equilibrar um específico gênero de comércio, propriamente brasileiro.

A especificidade do caso de um conjunto populacional predominantemente agrário, relacionado por meio do comércio internacional com estrangeiros industrializados, composto por uma classe industrial débil, comparativamente à classe agrária, assim como, com poucos trabalhadores sindicalizados em relação à grande maioria da população desamparada, assume feição peculiar no debate acerca das duas vias de Revolução Industrial travado entre Kautsky (1898) e Lênin (1905). Embora concordem que a carência de relações industriais deveria ser objetivo de combate partidário, os autores discordam acerca do meio para alcançar tal fim.

Segundo Cardim (1978, p. iii), em síntese, a questão é se uma nova distribuição da produção valorizaria ou não a generalização de novo meio de produção. Nesse debate, a Revolução Industrial entre específica população tendia a agravar a distribuição da produção, que só podia ser contraposta por uma outra tendência: a aliança “operário-camponesa” isto é, a associação da população trabalhadora sindicalizada, especializada em alguns débeis ramos de atividade industrial e comercial, com a esmagadora maioria da população, desagregada entre si como um “saco de batatas”. Enquanto a acomodação

das classes agrária e industrial conservaria as relações então presentes, a luta da classe “operário-camponesa” poderia reformar a ordem de exploração e, por este meio, transformar o modo de produção nacional e até global.

Conforme notado em Cardim (1978, p. iii), “*tanto em Marx, como em Kautsky*”, se valoriza que a transformação no modo de produção, reproduzida em grande escala, produziria a representação de nova classe de trabalho. Esta, por fim, revolucionaria a vida partidária nacional, até atingir a completa cooperação entre trabalhadores, em comunidade de valores (Cardim, 1978, pp. v-vii; Kautsky, 1898, p. 151). Mais precisamente, a partir do manifestado em Marx & Engels (1848, cap. I) e estudado em Marx (1863, cap. XXIV), Kautsky (1898, cap. VI) enfatiza que uma política industrial revolucionária, ao valorizar que novo meio produtivo passasse a ordenar as relações de trabalho, igualmente impulsionaria a transformação da classe de trabalho, desequilibrando a luta em prol da classe trabalhadora.

Por sua vez, a partir do manifestado em Marx & Engels (1848, caps. II e IV) e estudado em Marx (1852), Lênin (1905, p. 407) expõe que, sem se livrar de imediato das velhas ordens de classe, neste primeiro caminho se processaria a “*via das dilatações, dos adiamentos, da agonia dolorosa e lenta das partes apodrecidas do organismo popular. Os que sofrem mais e em primeiro lugar com esta putrefação são o proletariado e os camponeses.*” O caminho de mudança kautskysta, pela via de alteração coletiva na arte e na ordem de trabalho, para deste novo modo transformar a classe de trabalho, considera que a mudança só é possível com tal novo meio de produção. A tendência de mudança, por conseguinte, estaria sendo bloqueada

pelo trabalhador, pelo camponês, que ergue sua resistência à expropriação..., porque fazê-lo seria o mesmo que opor resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação e do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento... . Seria, entretanto, pura imbecilidade tentar convencer o camponês que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, de que deve aceitar tal fato como uma contingência histórica, como ocorrência que é ruim para ele, mas que é boa para a humanidade. (Martins, 1981, p. 13)

Interessado especificamente na história russa, Lênin (1905) discorda do sugerido em Marx & Engels (1848, cap. I) e pregado em Kautsky (1898) assinalando que, quando a classe de trabalho em novo meio produtivo industrial ainda não havia transformado a vida agrária nacional, seria possível reformar esta – dentro da ordem democrática liberal – para valorizar aquela (em Medeiros, 1982, p. 3). Em outras palavras, a formulação leninista enfatiza a luta em prol da transformação industrial, não

em seu meio produtivo mecânico, tampouco em sua ordem de distribuição monetária, mas em sua representativa classe de trabalho: civilizada, cidadã e democrática (Lênin, 1905, p. 406; Medeiros, 1982, p. 4). De acordo com Santos (2001, pp. 19-20), realçando a “*dimensão fundamental que a democratização política tinha para o desdobramento bem-sucedido desse processo*” de transformação industrial por meio da “*visão leniniana sobre o conteúdo da democracia*”, a elaboração democrática nacionalista lutava não apenas para conservar uma legalidade aparente e pontual, mas para reformá-la em sua profundidade universal como o caminho equilibrado de qualquer mudança. Não se tratava, enfim, de conservar uma democracia qualquer, mas uma redirecionada no sentido da reforma distributiva.

Ao invés de lutar pela ampliação da totalidade das relações “burguesas”, privilegiando as referentes à ampliação do meio de produção industrial ou das relações de trabalho monetárias, a estratégia apontada em Lênin (1905, p. 399) procura simplesmente ampliar a norma democrática liberal, levando-a mais longe que interessa à própria classe industrial. Por meio da aliança “operário-camponesa”, o objetivo – a classe de trabalho civilizada, liberal e “burguesa” – seria generalizada mais do que interessa à própria classe industrial. De acordo com Lênin (1905, p. 404), sendo a classe “operária” minúscula, mas representativa, enquanto a “camponesa”, a esmagadora maioria da população, mas desagregada, mediante a unidade de ambas alcançar-se-ia o objetivo de fazer a Revolução Industrial por meio da democratização da cidadania “burguesa” industrial liberal.¹³

O atrito entre a aliança “operário-camponesa” e a acomodação “latifundiário-burguesa” seria definido não apenas em virtude da luta entre as diferentes classes, mas, sobretudo, pelo partido assumido pela população. De acordo ao formulado em Lênin (1907, p. 28) e apresentado em Medeiros (1982, pp. 4-5), a possibilidade de um partido

¹³ De acordo ao ressaltado em Lênin (1905, pp. 405-406), a limitação da luta à reforma na ordem democrática liberal era a razão de, mesmo que a classe de aliança “operário-camponesa” projetasse reordenar totalmente a distribuição da produção e do consumo, o meio produtivo permaneceria “industrial”, reproduzido por meio do “dinheiro” e representado civilizadamente. No máximo, a nova representação de classe industrial a reordenar a distribuição da produção nacional em torno de novo modo de vida, poderia universalizar a cidadania entre a população e até mudar o mundo, mas conservaria o modo de exploração industrial (Lênin, 1905, p. 411). Nas palavras apresentadas em Lênin (1905, p. 408), se não era possível ultrapassar tais limites industriais, monetários e civilizados, “*podemos ampliar em proporções colossais estes limites*”. A ampliação de tais limites seria não só possível, como necessária, em razão da classe de trabalho industrial, ao mesmo tempo que identificava o sentimento que transcendia as diferentes classes da população nacional, desequilibrava sobremaneira a ordem de exploração normal (Lênin, 1905, p. 406). A aliança “operário-camponesa”, logo, não era como a “latifundiária-burguesa”, inconseqüentemente industrialista, mas sim, conseqüente acerca da mudança em curso, unindo-se em torno da universalização da cidadania liberal (Lênin, 1905, p. 414).

comum conduzir as diferentes classes em luta, era razão da virtude universal do trabalho humano (representado no “proletário”) democratizar a cidadania (liberal “burguesa”) entre a generalidade da população (desagregada como “camponês”); a redistribuição da exploração agrária, valorizando o trabalhador agropecuário, permitiria que este alcançasse nova modo de trabalho, cultura e entretenimento, com sua própria pequena produção industrial.

De acordo com Santos (2002, p. 12), todavia, uma vez que o trabalhador tendia, assim, a procurar com base no espontaneísmo a sua própria prática “burguesa” liberal, o partido comum aos trabalhadores só podia ser trazido “*de fora*”.

No caso do interregno democrático que vigoraria entre 1946 e 1964, Martins (1981) ressalta no tópico *O Camponês nos Projetos dos Outros* que

a canalização da revolta camponesa através das ligas, ou de outros grupos, através da tutela e do paternalismo de um Francisco Julião, não se confunde obviamente com a dominação de um coronel sertanejo. A mediação política a que nos referimos dava um novo sentido à reivindicação camponesa, situava o camponês numa perspectiva mais ampla, recuperava e trazia à luz as dimensões mais profundas da expropriação, da exploração e da violência que ele sofria sob a tutela do coronel. A diferença de situação foi tão radical que, com o golpe de Estado, velhos e empedernidos coronéis sobreviventes de tempos muito recuados na história da opressão sobre o campesinato foram revitalizados para construir uma precária legitimidade para a ditadura militar, enquanto que muitos dos que nas Ligas, no Partido Comunista e no governo deposedo disputaram a definição do teor da palavra e da luta dos camponeses, amargaram o exílio, a tortura e as câmaras da morte. O desfecho dos acontecimentos estabeleceu o critério das diferenças. (Martins, 1981, p. 82)

Inspirado no marxismo-leninismo com o diagnóstico e o sentido aqui apresentados, o projeto reformista propunha à população brasileira assumir partido na Revolução Industrial em curso, intervindo para, mediante a reforma na ordem democrática liberal, ser alcançado o objetivo comum, de valorizar a mudança na vida nacional. Por este raciocínio, a universalização da democracia liberal entre a população, cuja esmagadora maioria então estava à margem, seria capaz de trazer mudanças renovadoras sobre a vida nacional. A universalização da democracia liberal mediante a reforma na exploração agrária brasileira, garantindo direitos para a esmagadora maioria da população nacional então à sua margem, alteraria a distribuição da produção e do consumo nacional. Uma reforma democrática dessa classe, ao alterar a distribuição da produção e do consumo brasileiro em prol da esmagadora maioria da população nacional, indiretamente, também seria capaz de valorizar o trabalho com uma nova cultura industrial (Linhares & Teixeira, 1981, pp. 49-50 e 45).

Sob impulso guiado pelo igualitarismo, o planejamento de tal mudança poderia chegar a, inclusive, assegurar a unidade nacional; com isso e com apoio de outros povos, finalmente seria possível mudar o mundo.

Seguindo o raciocínio reformista às últimas conseqüências, este projeto enfatizava que o único caminho para superar a inércia da República – relacionada ao impasse latente colocado à indústria brasileira na década de 50 – seria o de universalizar a fórmula democrática que, por conseguinte, era também nacionalista. Seguindo a lógica presente na interpretação democrática, a nacionalidade brasileira era identificada com sua população trabalhadora – seu povo – enquanto o trabalho industrial se referia ao sentimento de união do país, que o move ou morre. Em virtude dessa dupla identificação, a representação nacionalista industrial era democrática e patriótica; no entanto, a dimensão referente aos aspectos democráticos e nacionalistas – respectivamente, coração e cérebro do projeto em exame – foge do escopo do presente exercício dissertativo.

A presente dissertação, focada na relação da “modernização agrícola” com a tentativa de “reforma agrária” assumindo como “divisor de águas” a segunda metade da década de 50, realça o indicado em Bresser-Pereira (1981, p. 274; 1997, p. 6) acerca da interpretação nacionalista “burguesa” identificar o industrialismo, em larguíssima medida, com o interesse nacional.¹⁴ Mediante a aliança entre empresários e trabalhadores industriais com “coronéis” voltados para o comércio interno, o processo de consolidação da “tardia” indústria brasileira estava relacionado a se fazer prevalecer “*como não-atores, os trabalhadores rurais e os marginais urbanos*”, dominados por

¹⁴ A força desta identidade chegava inclusive a determinar que a falta de uma prevalência industrial na nacionalidade brasileira seria capaz de, por distintos motivos, colocar em risco a própria unidade nacional. Atraindo o sentimento da nacionalidade brasileira em torno de uma missão conjunta, além do “protagonista” empresário industrial – conforme expresso na *Declaração de Março* de 1958 do PCB – as demais classes da população brasileira que apoiariam este projeto seriam, especialmente, os trabalhadores industriais, além de parte dos comerciantes e até de antigos “coronéis”, que sofriam com a concorrência externa e/ou produziam para o comércio interno. Além de representantes partidários entre ilegais comunistas, parte do PTB, alguns udenistas e representantes do PSD, a interpretação industrializante era personificada no engenheiro Roberto Simonsen – histórico defensor de criarmos um “capitalismo” no país como numa estufa, mediante o protecionismo, o controle sobre estrangeiros e o planejamento público, em prol do livre desenvolvimento da indústria nacional – ou melhor, paulista (Bresser-Pereira (1981, p. 274; 1997, p. 5). No interregno democrático entre 1946 e 1964, alguns empresários industriais – como Simonsen – tinham se aliado em torno do trabalhismo, junto a trabalhadores especializados, pacto que era uma união desses atores “*com os trabalhadores urbanos, sob a égide do latifúndio voltado para o mercado interno*”, este último, finalmente, corporificado em Vargas. Segundo o autor, a classe industrial nacional tinha começado a ser visível durante a primeira metade do século, “*mas sempre em uma posição claramente subordinada.*” Após 1945 se acomodando com as classes agrárias e comerciais; somente a partir do “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, “*depois de um contínuo e explosivo aumento do poder material da burguesia industrial, esta inicia um projeto de hegemonia política.*” (Bresser-Pereira, 1981, pp. 270-271)

meio de exploração mantida fundamentalmente à margem da democracia liberal, seguindo a ordem dos antigos “coronéis” e seus comparsas (Bresser-Pereira, 1981, p. 270).

Como aponta Bresser-Pereira, (1981, p. 271), sendo os atores das duas representações resumidos a “coronéis”, comerciantes, empresários e trabalhadores industriais, os autores presentes no debate, pertencentes a tais classes, como assinalado em Bresser-Pereira (1997, p. 2), lutavam em virtude dos mesmos sentimentos, desejos e sentidos classificados aos seus personagens mesmo sem querer. Ainda conforme o sugerido em Bresser-Pereira (1981, p. 271), os autores, nunca primando pelo consenso científico, dialogavam entre si tendo em vista sempre intervir no sentido da história que interpretavam, especificamente, sobre o caminho pelo qual a indústria nacional vinha se relacionado com a agropecuária brasileira.

Tempo de colossal utopia, nunca antes na história desse país a população nacional estava cada vez mais convencida que, por exemplo, democratizando as práticas prevalentes entre a generalidade da vida brasileira, seria possível alterar nossa cultura perante todo mundo, completando a Lei Áurea. Interligada intimamente a esse desejo de mudança, estava a possibilidade de alterar a distribuição da produção e do consumo brasileiro, em prol de seu equilibrado compartilhamento para o pleno desenvolvimento do conjunto nacional em respeito ao mundo.

Das dimensões nacionalistas, industrialistas, reformistas e democráticas apresentadas em Bresser-Pereira (1963, pp. 15-16) responsáveis por distinguir a proposta distributivista da sua adversária, a agro-exportadora, a ênfase na consecução de um plano que visasse “reformular” a distribuição da produção nacional seria, por conseguinte, a principal utopia a diferenciar um ideário do outro. A dimensão reformista do projeto nacionalista industrial, por isso, era como seu pulmão, que lhe fornecia oxigênio para continuar a viver.

Com finalidade eminentemente prática, universal e política, a discussão em torno da formulação de um plano de distribuição da produção brasileira para, assim, valorizar a indústria nacional, era, portanto, a principal expressão do debate em foco – embora, é claro, não o resumisse. Todavia, aceita a legitimidade de implementação da intervenção distribuidora, diversas seriam as vertentes – legais ou não – pelas quais a reforma democrática poderia ser atingida – cada uma, por seu turno, com suas próprias esferas de “legitimação”.

Segundo apresentado em Medeiros (1995), especificamente na década de 50, procurando unificar tal mecanismo de distribuição da produção e do consumo nacional em prol de uma virtude industrialista comum, a palavra-de-ordem produzida foi a luta pela “reforma agrária” democrática, assim integrando-se à latino-americana, e se diferenciando da *land reform* anglo-saxônica. Procurando redistribuir a produção brasileira em benefício do conjunto nacional, dentro desta palavra-de-ordem chegava a ser aglutinado relativo consenso, em torno da necessidade de tal mudança na exploração agrária do país. Pertencentes a essa mesma unanimidade, distintas vertentes de autores interpretam múltiplos processos experimentados ao se tentar implementar tal intervenção distributivista, alguns dos quais serão apresentados no tópico seguinte.

2.3 – As três vertentes de “reforma agrária” democrática e a corrente industrial agrícola (o Plano de JK)

Até agora a presente dissertação vinha tratando do processo histórico de mudança que poderia ser desencadeado a partir de uma “reforma agrária” democrática, sem problematizar a quê intervenção específica a mesma teria correspondido. Este será o assunto do presente tópico, assumindo, assim, que qualquer uma das vertentes de políticas de democratização da exploração agrária brasileira a seguir abordadas, todas traduzidas na emersão de nova distribuição da produção e do consumo nacional, seriam igualmente capazes de produzir o processo de mudança na vida brasileira, descrito no tópico anterior.

Para tentar estimar a possibilidade de simpatia, por um lado, e aversão, por outro, entre as diferentes classes da população por cada uma das medidas preconizadas pelas distintas vertentes de “reforma agrária” democrática, a corrente dissertação buscará indicar a atração para o apoio de cada vertente por meio de medidas semelhantes a cada, narrando os sucessos e insucessos registrados em torno da “reforma agrária” nos primeiros dez anos seguintes a 1945, bem como, as lutas entre as classes diretamente interessadas em uma e/ou outra política. Em especial, a chamada *Declaração de Março* de 1958 do PCB, durante a presidência Juscelino Kubitschek, será estudada para cada vertente de “reforma agrária” representando parte das experiências manifestadas ao longo do processo de movimentação dos lavradores e trabalhadores agrícolas brasileiros em torno de uma plataforma única.

Segundo Leite & Palmeira (1997, p. 95) apresentam no tópico *Revisitando um Debate*, colocada atualmente nos termos ou da “reforma social” como um fim em si mesma, ou da política focalizada, pontual e fragmentada (ou uma combinação das duas), na década de 50 a “*ingênu*a” discussão sobre a “reforma agrária” democrática gravitava em torno do parâmetro, trabalhado até hoje, acerca da necessidade de universalizar o valor civil entre a população brasileira, ainda mantida à sua margem. Ou seja, a despeito dos distintos meios possíveis em que podia ter sido consubstanciada uma política de “reforma agrária”, nenhum dos autores em debate questiona sua legitimidade em incorporar a parcela majoritária de brasileiros à cidadania “burguesa” – de acordo com o visto no item anterior – justamente como parte da proposta reformista democrática projetava, valorizando o processo de mudança na vida brasileira, descrito no tópico 2.2.

2.3.1 – A vertente imobiliária de “reforma agrária”

Conforme exposto no capítulo I, o trabalho agropecuário nacional não contava com legislação específica, que garantisse jurisprudência própria. Apenas no início da década de 50, os comunistas, sindicalistas e trabalhistas descobriram brecha na legislação federal, e passaram a trabalhar com a vertente de que, no Código Civil brasileiro, a Lei do Inquilinato – a partir do qual, em 1917, havia sido forjado o tabelamento do preço dos aluguéis nas maiores aglomerações populacionais – poderia ter seu uso universalizado para, nos variados fóruns distritais, defender a posse do imóvel agropecuário pelo lavrador nacional. A reforma democrática problematizava, portanto, nessa primeira vertente de política agrária que alcançava escala nacional com a Ultab, o enfoque da intervenção sob o realce da posse da “terra”, fundada em brecha de legislação imobiliária tipicamente urbana. Isto é, dentro do consenso sobre o projeto de reformar a exploração agrária que democratizasse a distribuição da produção e do consumo nacional, primeira vertente distributivista priorizava a intervenção na política de imóveis rurais.

Na *Declaração* comunista de março de 1958, no tocante à política de democratização da posse de imóveis rurais, são destacadas as medidas parciais de “reforma agrária”, primeiro, pela intervenção pública mediante sua regularização (Santos, 2001, cap. 3; Carone, 1981, p. 189-190). Embora meritória, esta vertente que movimentava a cultura brasileira com sua proposta nacionalista democrática era

limitada, em razão de não redistribuir a produção e o consumo (Biswanger & Elgin, 1989, citados em Leite & Palmeira, 1997, p. 97-98). Independentemente de sua virtude distributivista, a regularização tinha sido tentada na gestão Dutra – com imediata reação, que a acusava de kautskysta. Sem apoio legislativo, a política de regularizar a posse de imóveis rurais, por meio da Lei do Inquilinato urbano, pecava por ocorrer de maneira pontual, atraindo até algum apoio parcial nos variados fóruns distritais, mas sem ser generalizada em lei.¹⁵

Tratando do valor da “natureza” brasileira, a política de posse da “terra” opera como que na reprodução da vida nacional, interferindo no consumo dos valores familiares. Interferindo no valor da “natureza”, que é diretamente proporcional ao valor do meio de produção nacional, a política de regularização da posse, não só não alcança o equilíbrio na distribuição da produção como tende a agravá-lo (Muller, 1995, citado em Leite & Palmeira, 1997, p. 97). Independente de sua virtude distributivista, a política cambial proposta na presidência Dutra, tentava centralizar o comércio de moedas, meio que poderia – mediante o financiamento cambial prioritário ao pequeno cultivo, e não à grande lavoura, por exemplo – impactar a posse de imóveis rurais. Todavia, a proposta tinha sido em grande medida recusada pelo legislador, mantendo a política de comércio de moedas descentralizada entre a Superintendência da Moeda e do Crédito, o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil.

Também na presidência Dutra, durante os trabalhos na constituinte paulista, um dos representantes comunistas, Caio Prado Jr., havia apresentado o projeto de tributar, progressivamente, a posse do imóvel rural, para assim valorizar seu uso. Não obstante, a proposta não estava na pauta prioritária do seu PCB, que privilegiava o confisco desapropriatório da posse rural (cf. Prado Jr., 1960).

Além do historiador comunista, alguns representantes da classe industrial nacional apoiavam o manejo do Imposto Territorial Rural como meio de, democratizando o valor da posse, valorizar seu uso (Medeiros, 1982, pp. 82 e 87; Sampaio, 1988, citado em Leite & Palmeira, 1997, pp. 96-97). Como a Constituinte de 1946 atribuía o manejo do ITR aos diferentes estados da República, o governador paulista, Carvalho Pinto, eleito em 1958, apresentava o projeto de reformar a tributação da posse rural. Antes da proposta aprovada pelo legislador estadual entrar em vigor, contudo, a reação do legislador federal (majoritariamente udenista e pessedista) passava

¹⁵ Notando que a proposta de regularização fundiária seria acenada na campanha de Jânio Quadros, mas nada ocorreria em sua breve presidência, como tampouco acontecera em seu governo paulista.

o manejo do ITR para a competência municipal (Gomes da Silva, entrevista em Bruno & Carvalho, 1984, pp. 37-38).

Em síntese, a medida de confiscar, desapropriando a posse imobiliária rural, atraía relativo apoio somente do PCB. Por outro lado, a medida de regularização da posse acontecia parcialmente, com atrito pontual. A medida tributária, por sua vez, era medida geral, mas com resistência coesa. Finalmente, a interferência no comércio de moedas, pecava por permanecer descentralizada.

Outrossim, tanto a regularização quanto a tributação diminuem, mas não eliminam, a ociosidade do imóvel rural, deslocando o problema agrário nacional, do valor atribuído à posse da “natureza” brasileira, para o de seu uso, de sua produção e seu trabalho (Veiga, 1991, citado em Leite & Palmeira, 1997, p. 99). Procurando eliminar a problemática do imóvel rural ocioso para desencadear a mudança descrita no tópico 2.2, em Guimarães (1978) é sugerido confiscar os estabelecimentos com mais de 500 hectares, enquanto em Martins (1980) é proposto valorizar a cultura familiar da população à margem da transformação nacional.

Em consenso, todos concordam que havia a posse de imóvel rural ocioso na República; em conjunto, sugeria-se regularizá-la, tributá-la e, em caso crítico, confiscá-la, em prol de valor comum à família brasileira. Não obstante o texto constitucional estabelecesse que o confisco fosse efetuado em troca do seu valor em dinheiro, seria em torno de reformas na política imobiliária rural que se formaria a principal vertente acerca dos modos de redistribuir a exploração agrária nacional.

Mesmo atraindo parcela de comunistas e trabalhistas, e até de alguns udenistas, o problema prático da vertente focada na posse da “terra” era sua elevadíssima resistência: na democracia liberal brasileira, tal vertente reformista dificilmente podia ser concebida. Ademais, a vertente de democratizar a posse de imóveis rurais, interviria apenas na sua oferta, e não na demanda pelos mesmos (Graziano Neto, 1989, citado em Leite & Palmeira, 1997, p. 98). A vertente de “reforma agrária” que poderia ser designada como de política trabalhista agropecuária, priorizando, justamente, a intervenção na demanda por imóveis rurais, terá apresentada sua simpatia ou aversão a seguir, destacando a “conjuntura” em que possuía grande gravitação.

2.3.2 – A vertente trabalhista de “reforma agrária”

Uma vez que o comércio agro-exportador desvalorizava o trabalho industrial, a redistribuição da produção pela vertente da valorização do trabalhador nacional não procurava apenas aumentar o consumo ínfimo, mas sobretudo, valorizar o comércio entre a própria população brasileira e assim incrementar a produção em sentido sustentável, pois fundado em si mesma (Prado Jr., 1963). Segundo Santos (2001) e Leite & Palmeira (1997, p. 99), por fim, a redistribuição da produção na direção do trabalhador brasileiro, tanto valorizaria uma nova classe de trabalho, entretenimento e previdência, como também transformaria a vida e, sobretudo, a cultura nacional, de modo a, igualmente, impulsionar o processo de mudança na história brasileira, descrito no tópico 2.2.

Sendo a legislação trabalhista restrita ao trabalho industrial e comercial nacional, a esmagadora maioria da população brasileira, que cultivava a lavoura, se encontrava marginalizada de qualquer respaldo jurídico que não o verbal. Normalmente, as contas eram acertadas com a colaboração do doutor do antigo “coronel” municipal, com seus capangas e auxílio da polícia estadual. Na presidência Vargas, contra a brecha aberta na vaga parceria agropecuária que resultava no cambão, era proposta a Carteira do Trabalhador Rural, justamente como a Lei do Inquilinato, para defender o lavrador brasileiro de ter sua cultura queimada pelos jagunços dos antigos “coronéis”, com auxílio da polícia estadual e a benção eclesiástica. A luta trabalhista, à semelhança da resistência com base na Lei do Inquilinato, também acabava dispersada nos variados tribunais municipais, mas com a diferença nítida de possuir uma tendência geral de vitória, quando acionada em conjunto com outras representações estaduais e nacionais.

Vertente que priorizava valorizar o trabalhador nacional, sua cultura e seu entretenimento, era notada relativa vitória na construção das bases do sindicalismo rural brasileiro. Com atração ainda maior, era relativamente valorizada a instrução profissional e em Pesquisa & Desenvolvimento, forjando, na presidência Vargas, o reanimado das Universidades Federais Rurais e seus Colégios Técnicos, muitos dos quais de excelência internacional.

Articulada com a política trabalhista, a vertente da proposta reformista que priorizava utilizar parcela previdente dos recursos então disponíveis, para projetar equilíbrio na distribuição da produção nacional em tempo vindouro, terminava por relacionar a política tecnológica agrícola, também, à bancária (enquanto a fundiária,

como visto, ao âmbito financeiro, bem como, ao comércio de moedas). Segundo dissertado no capítulo I, na presidência Vargas era forjado o maior banco público do hemisfério, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com a missão de coordenar – junto a outros aparelhos – a execução orçamentária do projeto nacionalista industrial brasileiro em crescimento.

Conforme observado em Medeiros (1982, pp. 72-73), mesmo que cativa ao estreito horizonte rural da metade da década de 50, era sensível a tendência da mudança se generalizar entre a comunidade brasileira, que passava a crescentemente deixar de praticar culturas focalizadas para, cada vez mais, seguir um valor universal. A vertente de reforma na vida agrária nacional que priorizava a valorização do trabalhador brasileiro, embora entrasse em atrito com a classe industrial nacional, débil, atraía algum apoio de parcela da classe agrária nacional, predominante e em contestação explosiva.

Em medida específica, o relativo apoio agrário à vertente trabalhista era virtude da mesma significar tanto o aumento da produção brasileira quanto, em particular, da própria lavoura cultivada. Justamente, tal política era parte da medida sugerida pelo Bispo de Campanha, Dom Inocêncio, em reação à “ameaça subversiva”, representada no reformismo comunista, de levar a cabo a Revolução Brasileira.

Parte desse sentido conciliatório entre as distintas atrações e aversões que as diferentes vertentes de reforma na exploração agrária nacional podiam produzir, é sugerido em Graziano da Silva (1995) mediante uma estratégia próxima de uma “camponesa”-sindical, de tributar o valor da propriedade rural para valorizar a atividade brasileira, intervindo de maneira ampla na ordem distributiva da população brasileira, para alterar seu meio produtivo e sua classe de trabalho. Desse conjunto de relações referentes à reforma na vida agrária nacional, Leite & Palmeira (1995, pp. 106-107) notam que a intervenção distributivista sugere outra vertente que guarda relativa especificidade com respeito tanto à política imobiliária, quanto à trabalhista, afetando a vida agrária nacional, sem ser, não obstante, reforma propriamente agrária.

Apenas negar o valor de tais vertentes reformistas, seja sobre a “natureza”, seja sobre o próprio trabalho, todavia, não confere ciência acerca da vertente não propriamente agrária. A presente dissertação de mestrado necessita, pois, apresentar uma afirmativa positiva, classificando a própria distribuição da produção e do consumo nacional.

Conforme diagnosticado na representação reformista, a produção primária estava em equilíbrio que era relacionado ao débil setor secundário nacional. Logo, resta agora estudar a atividade terciária ressaltando que, se atualmente faz referência aos “serviços”, interessa aqui o trabalho terciário por excelência: a especialidade no comércio, na circulação e no transporte (cf. Rangel, 1962).

Nas próximas páginas, será apresentada a dimensão não propriamente agrária da reforma agrária brasileira, estudo para o qual se trará autores “clássicos” e mais recentes como Paiva (1953) e Duran (1971), retomados no capítulo seguinte. Conforme destaca Santos (2007), o texto de época de Rangel (1962) seria retomado na linha de pesquisa de Graziano da Silva em sua formulação de uma “reforma agrária não essencialmente agrária”, na segunda metade da década de 90.

2.3.3 – A vertente não propriamente agrária de “reforma agrária”

As vertentes imobiliária e trabalhista são completadas, por conseguinte, com a política de reformar a vida agrária nacional intervindo na atividade de comércio, ou seja, interferindo na atividade de armazenagem, transporte e comunicação do preço dos produtos agropecuários comumente consumidos entre a família brasileira, reformando a distribuição desde a produção original até o seu consumo final. Tanto quanto a valorização do trabalho, ou a tributação da posse da “natureza”, tal vertente política seria uma reforma na exploração agrária nacional que, embora não propriamente agrária, afetaria a distribuição da produção agropecuária e, por tal meio, valorizaria o trabalho, a cultura e o entretenimento, incrementando o valor produzido e democratizando a “modernização agrícola” com a “agroindustrialização” do cultivo, segundo descrito no tópico 2.2.

Segundo Lopes (1978, pp. 14-15), a política de garantia de preço para o setor agropecuário, vertente agro-reformista que podia valorizar o trabalhador brasileiro direcionando seu cultivo para o comércio entre a população nacional, até o “divisor de águas” da década de 50, estava restrita à lavoura agro-exportadora. De acordo com Paiva (1953), se a intervenção no comércio internacional estava sendo capaz de elevar a animação entre as classes brasileiras, a vertente de reforma comercial, equilibrando a elevada oscilação no valor do cultivo explorado pelo grande comerciante, poderia valorizar – tanto quanto a vertente imobiliária e a trabalhista – o trabalho, a cultura e o

entretenimento brasileiro, impulsionando o processo histórico de mudança descrito no tópico 2.2.¹⁶

Ao invés de coletivizar a produção, tabelar o preço máximo do produto ou conter o consumo, a política de garantia de preços mínimos, operando na distribuição da produção em sua estocagem, transporte e comercialização, iria reformar a liberdade de comércio intervindo não no produtor nem no consumidor, mas sim, no próprio distribuidor; talvez exatamente por essa razão, a política de garantia de preços ao produtor, embora com consenso relativo entre a representação nacionalista, não estava entre suas prioridades, restritas à prioritária política de preços da “responsabilidade fiscal” do legislador federal (majoritariamente udenista e pessedista).

A política de preços de produtos primários consumidos pela família brasileira aprovada pelo legislador federal era restrita ao tabelamento do preço máximo da panificação do trigo, bem como, do combustível automobilístico. Procurando um possível ramo de intervenção na vertente comercial, entre o criativo debate da política comercial em Rangel (1962) e Paiva (1966), e a originalidade caipradiana, a chave é encontrada em Guimarães (1960): a intervenção no comércio de produtos agropecuários consumidos pela família brasileira, interferindo no comércio internacional, valorizaria o intercâmbio entre a população brasileira.

À sua maneira, Guimarães (1960) concorda, portanto, com os autores citados enfatizando a etapa do armazenagem, transporte e distribuição interna de produtos – enfim, a circulação comercial – que relaciona a produção agropecuária à industrial. Semelhante a Guimarães (1960), Martins (1978) destaca o valor da intermediação comercial de produtos agropecuários, chegando a classificar o típico empresário “burguês” brasileiro não como industrial, conforme enfatizado em Marx (1867, cap. XIII; 1883, cap. II), mas como comerciante.¹⁷

¹⁶ Segundo Lopes (1978, p. 15) e Duran (1971, p. 131), a vertente comercial, propondo estender a política de preços garantidos para a comercialização do cultivo destinado ao consumo interno, equilibraria a oscilação de seu valor junto ao “açambarcador”; equilibrando sua exploração comercial, a reforma não propriamente agrária na política de comercialização agropecuária poderia redistribuir a produção nacional, valorizando-a. Conforme sugere Duran (1971, p. 131-132) e CFP (1972, p. 138), a política de preços de comercialização garantida, portanto, equilibrando tanto a produção agropecuária quanto a industrial, contra a desequilibrada exploração comercial do cultivo brasileiro, seria uma reforma não propriamente agrária na vida agrária nacional; sendo a distribuição da produção comercial agravada inerentemente pela passagem da vida rural para o trabalho industrial em ascensão, a política de garantia de preço do cultivo consumido pela família brasileira, equilibraria tanto a produção quanto o consumo nacional reformando a comercialização agropecuária.

¹⁷ Segundo o autor, a classe “*comercial também se personifica no burguês, que assume a sua racionalidade na busca incessante do lucro. Nessa condição é que o fazendeiro de café entrava na teia de relações produzidas pela sua mercadoria tropical.*” (Martins, 1978, p. 13)

Nesse sentido relativamente consensual no debate reformista, a contribuição de Guimarães (1960) reside em lembrar que a política comercial interna, que sofre elevada resistência por atritar com a cultura liberal comerciante, caso fosse implementada conjuntamente a uma intervenção no comércio externo seria capaz de reduzir aquela resistência a zero, de tão valorizada poderia ser – e até proporcionar “ganhos múltiplos”. A combinação da política comercial interna com a externa, em circunstâncias definidas, poderia fazer da mesma política, contrária ao livre-cambismo, ser não só necessária, como sim imprescindível, para a própria sobrevivência nacional.¹⁸

Especializado na circulação comercial da produção agropecuária brasileira voltada para o consumo nacional, o chamado “capital comprador”, também designado por “capital mercantil”, estava personificado na prática monopolista do “açambarcador” presente em Guimarães (1962), Kageyama et ali. (1990) e Maluf (1992).¹⁹ Importa aqui que a classe de especialização principal em atividades do setor terciário (e não tanto no primário e, menos ainda, no secundário), era, enfim, decisiva na mudança em curso entre a produção agropecuária brasileira e o trabalho industrial nacional. Por um lado, a classe comerciante podia ter a virtude de aumentar a rotatividade, circulação e variação dos produtos ofertados, principalmente, dentro do estreito horizonte rural brasileiro, com sua característica oligopolizada “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicações que desequilibrava a vida nacional, animando o debate reformista.²⁰

¹⁸ Como visto em distintos autores, a partir da “Revolução” de 30 o Brasil passava a implementar, por conta própria, uma política de garantia do preço de produtos agropecuários voltados para o falido comércio internacional. Ao longo das três décadas seguintes, junto à intervenção no câmbio e no trabalho industrial-comercial, esta tinha sido a principal política pública – não apenas comercial – implementada pelo Estado-Nação brasileiro.

¹⁹ A classe comerciante, especializada na atuação entre os antigos “coronéis” e os novos empresários, mediando a produção e o consumo da população nacional como um todo, é classificada em Cardoso (1963) como o típico empresário inovador brasileiro, situando-se entre *Os capitães de indústria*. Ainda em Cardoso (1963, pp. 142-143), o típico exemplar de “industrioso” pioneiro empresarial brasileiro era encontrado na indústria de alimentos, no qual o empreendedor buscava, simplesmente, mensurar a extensão das plantações circundantes para açambarcar a constituição de estoques. Preferindo perder o produto que comercializá-lo livremente, a reforma na política de distribuição da comercialização da produção agropecuária, por conseguinte, democratizaria tal consumo, valorizando o trabalho, a cultura e o entretenimento brasileiro. Também em Fernandes (1974, p. 17), após observar que, “*assim como não tivemos um ‘feudalismo’, também não tivemos o ‘burgo’ característico ao mundo medieval*”, é notado que a específica classe de valor “burguesa” brasileira não era a do industrial, mas sim o do “*negociante*”, do representante do “*alto comércio*” ou, enfim, do simples empresário (Fernandes, 1974, pp. 18 e 20).

²⁰ Como se pode lembrar no exemplo que, sem mudar o gênero elaborado pela Cinédia, que valorizava o trabalho de artistas mambembes saltimbancos característicos da cultura ruralista brasileira, as chanchadas da Atlântida alcançavam a continuidade de produção cinematográfica, interiorizando-a na cultura nacional, em grande medida, em razão da “infra-estrutura” própria de energia, transporte e comunicações oferecidas nas salas de Severiano Ribeiro, principal distribuidor e exibidor do entretenimento cinematográfico. Por outro lado, em razão do acentuado desequilíbrio geral produzido nessa “infra-estrutura” oligopolizada, a prática monopolista do distribuidor amortecia, distorcia e até eliminava os possíveis novos empreendimentos no ramo cinematográfico, cênico e de entretenimento em geral, como

Possivelmente, a maior falha do PCB em torno da Revolução Brasileira era a de priorizar o veículo impresso, ao invés do radiofônico – este sim, justamente o motor da Revolução Cubana.²¹ De regra, a política de comercialização agropecuária, equilibrando o preço da produção, valoriza o aumento da quantidade produzida e enorme incremento do seu valor, deste modo reformista impulsionando a “modernização agrícola” com a “agroindústria” do cultivo; embora os documentos do PCB até destacassem a política comercial, a mesma não era prioritária em comparação à vertente imobiliária agropecuária, bem como, a vertente trabalhista.

Efetivamente, diversas experiências mostravam que a política imobiliária e a trabalhista direcionadas para o lavrador brasileiro reproduziam e produziam novas representações do trabalho brasileiro, mas, comum tanto à fortuna quanto ao fracasso, ou havia uma política imobiliária agropecuária, mas não havia aglomeração consumidora próxima, tornando ainda mais vantajosa a monocultura agro-exportadora, como em Formoso; ou havia aglomeração consumidora próxima, mas havia monopólio na distribuição da produção agropecuária, como em Porecatu. Ou ainda, a justa fortuna seria razão de contar com distribuição própria da produção agropecuária, como em Iputinga.

A política de comercialização da produção agropecuária nacional destinada ao consumo da família brasileira, não atraía apoio legislativo generalizado entre possedistas e udenistas; entre comunistas e trabalhistas; por sua vez, a política de distribuição da produção, por intervir diretamente apenas na exploração intersetorial (de modo que, somente indiretamente, poderia interferir na distribuição pessoal da produção), era comumente designada por política agrícola e não, pela cunhagem rangeliana de “não propriamente agrária”.²²

no caso da Vera Cruz. O monopólio concorria, ainda mais, contra as pequenas produções dos inúmeros artistas mambembes e saltimbancos, dispersos por diversas praças pela vida rural da República.

²¹ Dentro do horizonte estreitíssimo brasileiro, mesmo a postura caiopradiana, todavia, se veria compelida a fazer circular sua original elaboração como editor da *Brasiliense* com consumo praticamente garantido, enquanto a grande massa do Partido dos trabalhadores seguia o Luís. No setor comercial em geral, particularmente na “indústria” de transportes, até então com forte vínculo com a própria circulação de informações mediante as comunicações de cabotagem e do tropeiro, a partir do “divisor de águas” de 1955, consolidar-se-ia num ramo da “infra-estrutura” especializada, com a difusão do aparelho televisivo. Além do telégrafo internacional e de alguns telefones, a principal atividade especializada nas comunicações, até então, estava em desequilíbrio nítido face o correio aéreo internacional, e o nacional, a cavalo. No tocante ao rádio, em geral, a transmissão pública concorria com as particulares, até controlando-as diretamente; apenas a circulação de informações por meio impresso era relativamente mais livre, mas restrita para a minúscula parcela da população brasileira que lia.

²² A política de comercialização agropecuária seria uma reforma na exploração agrária por meio não propriamente agrário. Sem ser nem propriamente “agrária” tampouco industrial “agrícola”, a política comercial interfere na distribuição da produção, enquanto a industrial agrícola, no meio de produção.

Em momento de propagação de novo modo de transporte, enfim, a desequilibrada da política comercial de garantia de preço da produção agropecuária nacional destinada ao consumo da família brasileira, estava vinculada ao desequilíbrio nutricional sazonal entre a população brasileira. Ainda assim, não era na política de transporte da produção agropecuária nacional, o maior emblema da “modernização agrícola” sem “reforma agrária”. A despeito das diferenças no tocante às vertentes de reforma propriamente agrária, com respeito à vertente não propriamente agrária, tanto a elaboração caiopradiana quanto o expresso em Guimarães (1960), concordam com Rangel (1962), Paiva (1953) e até Martins (1981) quanto ao monopólio na comercialização do transporte de carga agropecuária. A partir do “divisor de águas” na segunda metade da década de 50, a mudança no ir e vir nacional guardava relativa especificidade em relação ao movimento geral, sendo tanto sua síntese, quanto o novo princípio da história brasileira.

Possivelmente, a maior falha da dissertação apresentada em Guimarães (1963) é que, dentro da viseira da feudalidade, praticamente não se vê a migração da população brasileira. Por sua vez, a elaboração caiopradiana assume a “*extrema mobilidade*” da população brasileira, na qual Martins (1978 e 1981), por fim, sugere que o trabalhador procura imóvel até na Lua.

Furtado (1959) já delimitara espacialmente a migração da população brasileira, destacando que sua mudança era direcionada para procurar algum trabalho, normalmente no comércio da lavoura exportadora da ocasião. Segundo observado em Rangel (1962), a perambulação contínua da população brasileira em torno de qualquer trabalho, normalmente, redundava em sua atração para a nova extensão da fronteira produtiva nacional, aliviando, ao mesmo tempo, o desequilíbrio presente na queda da lavoura exportadora de então para (mantido o conjunto do horizonte brasileiro constante), valorizando novos cultivos, impulsionar uma futura monocultura agro-exportadora.

A predação contínua que devorava o que a vida nacional criava, refletia valores inversos entre si. Enquanto intervir no trabalho era como interferir no estômago da vida nacional, meio de valor que transforma, elabora e produz sensações, a intervenção no imóvel era como intervir na epiderme, na reserva de valores que reproduz afetos,

Independentemente do rótulo, como, normalmente a “política agrícola” era tratada como uma postura conservadora, e a “agrária” como reformista, o debate entre as vertentes apenas colocava em evidência a confusão presente entre as diferentes classes brasileiras que eram atraídas para apoiar uma ou outra via de mudança (Delgado, 2007, p. 211).

sentimentos e consumos. Por seu turno, reformar na própria medida do valor em desequilíbrio, na própria armazenagem, transporte e comunicação, é como interferir na circulação sanguínea: pode definir a fortuna ou a tragédia da vida nacional.

Emblema da “modernização agrícola” com a “agroindústria” da lavoura nacional, a importação brasileira de “veículos de guerra, carga ou passageiros, caminhonetes e ambulâncias” era explosiva. Itens todos importados em razão da exportação da lavoura de café, tabaco, borracha etc., vinham alterando apenas superficialmente a população brasileira, ainda que cada vez mais visivelmente. A partir da mudança no modo de transporte nacional, a nova distribuição da população brasileira “dividiria” duas épocas.

A política comercial, indiretamente atuando na política de transporte de carga e passageiros, para mudar o modo de transporte, possui relação com a mudança no meio de produção em geral, que poderia produzir equipamentos de locomoção. Por este caminho, a política não propriamente agrária de comércio, associada à política industrial agrícola, podia, igualmente, impactar a vida agrária nacional.

Sugerindo semelhança ao caminho de “modernização agrícola” desencadeado a partir do “divisor de águas” da presidência Juscelino Kubitschek de Oliveira, ela, no entanto, também pertencia ao universo utópico presente na proposta reformista das décadas de 50 e 60. Com esse tratamento se espera colocar em evidência sua própria distinção ao apresentar, no tópico seguinte, de modo apenas sumário, a “estratégia” juscelinista, tema que será narrado com a vasta bibliografia exposta no capítulo III.

2.3.4 – A corrente industrial agrícola de mudança agrária nacional

Particularmente no ramo de transporte da lavoura exportadora, era visível a política pública na corrente de montagem da “infra-estrutura básica” da atividade em modo industrial, começando a produção brasileira da CNS e da Vale, da FNM e da Petrobrás. A corrente de política industrial agrícola, relacionando a mudança no gênero do meio produtivo com a universalização de seu trabalho, impactaria as três vertentes de reforma na vida agrária mencionadas acima, além da política de fronteira.²³

²³ Exemplo de mudança na política industrial agrícola poderia ser a política de difusão do trabalho com trator, que receberia adendos diferentes em cada vertente reformista: na vertente trabalhista, podia definir política específica de cooperativas rurais para o uso de tal maquinário, na imobiliária, em sua área plantada, e na comercial, de armazenagem, transporte e negociação do preço, até, por fim, valorizar nova extensão da produção, ou sua intensificação.

A vertente de mudança no meio de produção industrial utilizado pela atividade agropecuária, assim, podia aparecer como aparentemente “neutra”, ou até positiva, valorizando o trabalho, a produção e o consumo das diferentes classes brasileiras. Particularmente valorizando as Universidades Federais Rurais, a atividade de Pesquisa & Desenvolvimento assumia caráter interdisciplinar, inclusive de classe para que, planejada democraticamente segundo as vertentes reformistas, a mudança no meio produtivo equilibrasse a distribuição da produção agropecuária.

A democratização da exploração agrária por meio das reformas nas vertentes trabalhista, comercial e imobiliária, almejando uma política industrial agrícola para impulsionar a “modernização agrícola” da “agroindústria” brasileira, particularmente no tocante à “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicação da produção agropecuária, mostra que tal corrente agro-industrialista também afetaria todas as vertentes democráticas agro-reformistas. Sendo a “infra-estrutura” própria de transporte da produção agropecuária até então resumida ao tropeiro e à navegação de cabotagem, sua transformação industrial por veículos automobilísticos (como de passeio, carga, guerra, socorros etc.) seria semelhante à definição de Revolução leninista: eletrificar os *soviets* (citado em Arendt, 1968).

Como será visto em breve, o Plano de JK, com sua especificidade, fazia a Revolução por meio da comunicação da população brasileira entre si por modo automobilístico. Fazendo a Revolução Industrial Nacional, a presidência Juscelino Kubistchek impedia que a população brasileira virasse uma nova África: o declínio do comércio agro-exportador, para a população nele especializado, aparecia-lhe como absolutamente alheio, cuja queda era sofrida como um “*verdadeiro cataclisma*”. A tendência de cada lavoura exportadora, com parca relação entre si, entrar em conflito com as demais, estava marcada no próprio triunfo da República com a “política dos governadores”, em unidade cada vez mais frágil entre os variados estados federados (Furtado, 1959).

Refletindo parte expressiva do valor comum ao Brasil como nação, no dia 3 de outubro de 1955, nada menos que 3 milhões, 591 mil e 409 brasileiros votaram no filho de mascate, órfão que com muito disciplina se tornara médico-militar, ex-prefeito nomeado de Belo Horizonte e ex-governador eleito de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que tinha o projeto de executar um plano com uma meta clara: construir uma nova capital federal no Brasil Central mediante o largo emprego da indústria de veículos automotores.

Historicamente, a idéia de construir uma nova capital no Brasil Central tinha sido originada no ministério pombalino, constando na primeira Constituição brasileira e em todas as posteriores. Contudo, os projetos só tratavam do nome, do lugar, da necessidade etc., ninguém dizia o meio, o modo, o como – enfim, o caminho. Somente na campanha eleitoral de 1955, com o Plano de Metas, JK se comprometia a efetuar, nos “50 anos em 5” de seu mandato, tal secular plataforma, fundado no grande ânimo industrialista da época, capaz de atrair para si parcela sobremaneira representativa da população nacional – do PSD ao PTB, do PCB à ESG.

Apresentado plano tão simples quanto ousado, o ex-governador mineiro enfatiza ser

preciso que se compreenda, de uma vez para sempre, que o desenvolvimento do Brasil não é uma pretensão ambiciosa, um desvario, um delírio expansionista, mas uma necessidade vital. Desenvolver, para nós, é sobreviver, gravem bem os que estão em condições de colaborar conosco, que não necessitamos apenas de conselhos... mas de cooperação efetiva e dinâmica, e que essa cooperação é altamente rentável a quem se dispuser a ajudar-nos. (discurso proferido pela presidência Juscelino Kubitschek em 17 de junho de 1959, citado em Malan, 1986, p. 91)

JK unia opostos se comprometendo com plano tão simples quanto ousado: o objetivo de Brasília era a meta nacionalista para a qual se priorizava o meio, disponibilizado pela indústria. Contrapondo-se à restauração da cultura liberal ruralista representada na gestão Dutra, na presidência Vargas já haviam sido propostos diferentes planos industriais para cada ramo que estava enforcando a vida nacional, bem como, distintas vertentes de democratização da política agrária. Sob a condução de Juscelino, parte de tais programas era aceita, mas, principalmente, unificando-os em torno da decisão presidencial de, com a priorização de meio industrial específico, alcançar o objetivo nacionalista. Unificando meios e fins, o Programa de Kubitschek tornava ambos relativamente unânimes. A seguir, em cinco sub-itens demasiados largos será tratada a bibliografia especializada procurando “contextualizar” a configuração da corrente de política industrial agrícola referida acima. Serão feitas citações frequentes – às vezes seguidas – de um mesmo autor, como por exemplo na grande repetição de tópicos apresentados em Limoeiro (1972).²⁴

²⁴ Notando não haver sido possível reescrever todo o capítulo II como era a pretensão do autor e de seu orientador.

2.3.4.1 - o nacionalismo democrático da presidência JK

Segundo Limoeiro (1972, pp. 78-79), a presidência Juscelino Kubitschek representava a escala nacional a que chegara a aspiração brasileira pelo planejamento industrial. Reagindo contra o desequilíbrio relacionado à vida agrária brasileira, a necessidade de um Plano era virtude dos diferentes tempos requeridos para o começo das atividades das variadas indústrias, principalmente, tendo em vista o aporte monumental para a indústria nacional de “base” e de “infra-estrutura”, cuja produção seria programada para ocorrer em conjunto com as indústrias particulares. O Plano de Juscelino, induzido pela mudança que vinha acontecendo, focalizava ampliar a participação pública nas indústrias de “infra-estrutura básica” – mas que acabaria sendo obrigado a ampliar o intervencionismo.

De acordo com Lessa (1963), o êxito da intervenção industrialista era virtude do caminho pragmático, de menor resistência, baixo atrito e mínimo ruído, trilhado na presidência Juscelino. Kubitschek obteve uma vitória apertada,²⁵ o que o induza a precisar de apoio extra-parlamentar; sua candidatura, sua eleição, sua posse, sua política e até o fim de sua presidência foram questionadas constantemente pelo projeto nacionalista democrático e suas diversas novas interpretações que se transformavam pelo próprio Plano de JK, bem como, pela representação liberal ruralista que ameaçava com seu método golpista normal.

Conforme registra Benevides (1976) em *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, JK, eleito pela mesma aliança PSD-PTB de Dutra, representava que em 1955 o PSD se mostrava com sua ala moça, que até aceitava específicas mudanças na política industrial agrícola, desde que mantendo inalterado o restante da exploração agrária nacional.

O PTB, por sua vez, mais uma vez colocava em segundo plano as demais vertentes de reforma na distribuição agrária nacional para, apoiando a política industrial de JK, ampliar sua influência sindical. Enfim, a política industrialista da presidência Juscelino era programada sem reformar a exploração agrária nacional, caminho de mudança que ia persistir bloqueado pelo legislador, majoritariamente pessedista e udenista.

²⁵ Eleito com apenas 500 mil votos a mais que o candidato da UDN, Juarez Távora, e 700 mil a mais que o terceiro colocado, o ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, do PSP.

Se o trabalhismo era surpreendido com a ousadia do ex-governador mineiro, a representação comunista ficava ainda mais sem rumo. O PCB, na *Resolução sobre o XX Congresso do PCURSS*, de 1956 (em Vinhas, 1982, p. 166), trabalhava com a contradição inerente ao próprio plano industrialista representado em JK, e não mais com aquela que poderia ter sido conduzida pela própria reforma distributivista. Como será visto nas páginas seguintes, a partir do Plano de JK, a direção da política “à dianteira” dos fatos, definitivamente, pertenceria à presidência da República, em especial, deixando a proposta reformista “à reboque” das demais prioridades políticas.²⁶

A presidência da República, apoiada de modo contraditório por classes diferentes finalmente podia intensificar o extenso programa de planejamento governamental dentro do consenso razoável acerca da política industrial, com impacto em sua corrente agrícola e, finalmente, nas demais vertentes reformistas agrárias. Concentrando todo o esforço nacional nisso, o resultado estatístico da política industrial sob o nome de Programa de Metas traduziu-se em uma taxa de crescimento da produção, do comércio e do consumo brasileiro jamais registrada na história desse país em tempos democráticos. Tamanho crescimento permitia simplesmente negligenciar a política agrária, agravando o contraste entre a distribuição da produção entre a população empregada na agropecuária e na indústria.

A bem da verdade, designar por simples crescimento a Revolução Industrial vivida durante a presidência JK é relatar a parte insignificante do evento. Muito mais que expansão quantitativa monumental, o expressivo do Programa de Metas foi produzir mudança qualitativa na vida nacional, não apenas aumentando enormemente a atividade brasileira, mas, sobremaneira, transformando sua composição. Os “50 anos em 5”, portanto, não apenas transformaram a quantidade e a qualidade dos artigos produzidos pela população brasileira: a política industrial sob o nome de Plano de Metas transformava sobretudo o modo mediante o qual tal produção passava a ser feita – o *como* o trabalho brasileiro passaria a ser executado, transformação esta que só pode ser expressa sob o termo de Revolução Nacional (cf. Graziano da Silva, 1987). Mais ainda, segundo ressalta Limoeiro (1972, pp. 73 e 312), essa política industrial iria produzir mudanças não só no modo de produzir brasileiro: sobretudo, se transformava inclusive parte da cultura da população brasileira.

²⁶ Somente na *Declaração* de 1958 o PCB (em Carone, 1981, p. 180) interpretaria que a contradição presente na política industrialista, que então se estendia a glória em escala nacional pelo ex-governador mineiro, era razão da composição heterogênea que apoiava o Plano de Metas, “*com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista*” (cf. Santos, 2002, p. 19).

Segundo Lessa (1963, p. 27), o Plano de Metas programava uma ampla intervenção pública em horizonte estreitíssimo, inicialmente para 1956/1957, para o qual contava com supervisão, acompanhamento e revisão do BNDE, dos Grupos Executivos e demais aparelhos forjados no decênio anterior.²⁷ Para Limoeiro (1972, pp. 312 e 73), ano de eleição presidencial decisiva, 1955 representava, pois, o domínio da população brasileira pelo clímax industrial. De acordo com Lessa (1963, pp. 27-30), a ciência nacional, decidida pela ambicionada Revolução Industrial Brasileira, impermeabilizava a representação nacionalista contra uma nova restauração da cultura liberal, atraindo alto apoio para a política industrial juscelinista. Esta, programando uma produção sob novo modo, ambicionava consolidar uma produção industrial unificada, que continuasse a “substituição” de importações que vinha acontecendo desde início do século. Ia ocorrer, portanto, uma transformação “*vigorosa*” – em parte, graças ao apoio de “velhas” representações em prol da política industrialista inovadora.²⁸

Em virtude da ordem democrática liberal constituída em 1946, a definição por priorizar essa mudança específica tinha sido objeto de debate em rádios, jornais e TVs, no qual a representação juscelinista interpretava implementar apenas o que decidia o consenso nacional (em Malan, 1986, p. 88).

Possivelmente, a unanimidade relativa que apoiava a presidência contra a resistência antes e durante seu mandato “*constituíram sem dúvida uma das mais vigorosas afirmações da vontade popular registradas em nossa história.*” Com essa afirmação Prado Jr. (1956a, pp. 183-184) notava que a política industrial juscelinista podia ter “*restrições*”, “*vacilos*” e “*dubiedades*”, mas abria um horizonte novo para a

²⁷ Cabe lembrar, nesse período entre a morte de Getúlio, em 1954, e a posse de Kubistchek, em 1956, era sentido desequilíbrio “*impressionante*”, que justificava a política industrial com metas “*cientes*”, “*decididas*” e “*ambiciosas*” de “substituição” de importações. A intervenção industrialista, como visto, já sugerida nas Comissões bilaterais e tentada presidência Vargas, somente na presidência JK era, assim, não só decidida cientificamente, como programada em uma escala ainda mais ambiciosa (Lessa, 1963, pp. 28-29; Serra, 1982, p. 22). Na presidência Dutra, a tentativa de limitar a intervenção pública na vida nacional apenas ao trabalho industrial-comercial, ao comércio internacional e à polícia estadual, fazia que a liberdade de comércio, nos demais setores da vida nacional, produzisse um crescimento do trabalho industrial de modo desordenado, que estrangulava a própria reprodução nacional. O desequilíbrio propagado a partir do ramo de transporte, só começara a ser remediado, em 1948, com o Fundo Rodoviário, em 1952, com o BNDE, e em 1953, com a Instrução n° 70 da Sumoc; não obstante, em 1956, o desequilíbrio em tais ramos continuava profundo (Lessa, 1963, p. 31).

²⁸ Segundo Serra (1982, pp. 20-23), tal transformação se consolidava com vigor essencialmente em razão de contar com população consumidora relativamente extensa, suporte público na “infra-estrutura” de energia e transporte e subsídio nacional à indústria privada estrangeira. Em especial, a prioridade na consolidação da indústria automobilística ia possibilitar aumentar a produção agropecuária muito mais que o crescimento vegetativo demográfico, pela contínua extensão da fronteira.

vida nacional. O problema crítico da presidência, todavia, era sua política de comércio internacional, que atrelava a produção nacional ao seu “carro”.

Segundo Limoeiro (1972, pp. 157-159), a presidência Juscelino, todavia, identificava a unidade nacional com a indústria brasileira apreciando a participação estrangeira, que não explorava, apenas valorizava. De acordo com Serra (1982, pp. 19-21), a divisão do trabalho entre estrangeiros, brasileiros e entre os trabalhadores se traduzia no apoio público que, atraindo empresas internacionais, valorizassem a produção industrial nacional, assim forjando o “tripé”.

Segundo o mesmo autor, a divisão do trabalho neste “tripé” produzia alta complementaridade entre a participação pública como suporte a empresas privadas, particularmente, de motores. O Plano de JK, por conseguinte, consolidava a produção “para trás” (de equipamentos como tratores, colheitadeiras, fertilizantes etc.) e “para frente” (como a indústria processadora, beneficiadora, classificadora etc.) da atividade agropecuária, ainda que o deslanche da “modernização agrícola” sem “reforma agrária” seria mais complexo do que o programado na presidência. Outrossim, a indústria automobilística representava também a pavimentação das vias de rodagem pelo interior brasileiro, como a qual “marchando ao oeste” até a construção de Brasília, produzia-se crescimento extenso da fronteira agropecuária nacional.

Em conjunto, a presidência JK ia revolucionar a vida brasileira mediante uma nova direção que, “*se não em todo seu texto*”, no “*espírito*” correspondia à aspiração nacional (Prado Jr., 1956a, pp. 186-187).

Ainda mais, Juscelino Kubitschek, eleito democraticamente, seria o único presidente que terminaria o mandato no dia estabelecido na Constituição de 1946 (Malan, 1986, p. 78). Segundo Limoeiro (1972, pp. 93-94 e 81), não era o prazo constitucional, contudo, o mais valorizado na representação de Juscelino. Em sua interpretação, o valor da ordem democrática liberal estava representada pelo seu próprio trabalho, de um brasileiro órfão que, com disciplina, ascendeu de médico-militar para alcançar a presidência da República.

Segundo o presidente, a população brasileira tinha uma democracia desequilibrada por ser de predomínio agrário. Contra o desequilíbrio agrário que estava induzindo à “subversão” reformista, a presidência propunha uma intervenção pública que alcançasse o equilíbrio direcionando o ânimo nacionalista para dedicar mais tempo de trabalho à produção industrial. Uma vez que a presidência JK – com sua meta industrialista nacional – já estava eleita democraticamente, a agitação, além dos limites

da ordem, ia ser conservar sendo contida acionando a polícia estadual (Limoeiro, 1972, pp. 198-200).

Ainda em Limoeiro (1972, pp. 107-108, 81-85, 134-136 e 127-128), a presidência Juscelino, assim, programava aumentar o trabalho, a produção e o comércio brasileiro, sem colocar em debate a ordem de distribuição liberal. Pelo contrário, na representação de Kubitschek, para conservar a ordem de distribuição liberal, a mudança no meio de produção industrial nacional era imperativa.

Contra o desequilíbrio, em diferentes setores a intervenção juscelinista – nem continha o consumo quanto menos reformava a distribuição – propunha se engajar diretamente na produção. A solução da presidência Kubitschek para a animação reformista era intervir aumentando a produção, pois interpretava que tal “subversão” não agia apenas contra a ordem democrática liberal, mas, sobretudo, contra a produção. Entre a produção industrial e a representação democrática, a política juscelinista ia chegar, por conseguinte, a apreciar mais a primeira, em razão de eliminar a “subversão” à segunda.

Emblemática da Revolução Industrial Nacional Democrática Brasileira, a produção referente à construção da nova capital que atraía para o apoio democrático ao Plano de Metas de Juscelino parcela expressiva do ânimo nacionalista da população brasileira era dirigida pelo comunista Oscar Niemeyer. Com a imortalidade do traço comunista para a nova capital pessedista, a arquitetura “modernista” mostrava sintonia refinada com as obras da indústria de cimento e pavimentação, logo, igualmente afinada ao meio pelo qual o Brasil desbravava o oeste em marcha até Brasília: os veículos automotores.

Segundo justifica Lúcio Costa (1957), a ordenação da circulação da população crescente de automóveis era o eixo que unificava diferentes classes brasileiras na política industrial juscelinista, que ia impulsionar sua vertente agrícola, e assim também afetando os demais projetos reformistas. Em seu ordenamento, conservava-se uma parte da circulação destinada apenas ao local, circundada por outra para a de maior distância; a partir do eixo principal, outros setores laterais também iam ser acessíveis por autos, de regra sem cruzamentos entre si. A população era, assim, ordenada em razão do eixo rodoviário, “*entalada*” entre o trabalho e o transporte, e daí comunicando-se com o entretenimento, a Igreja, o trabalho etc.

O equilíbrio entre as classes brasileiras seria harmonizado em torno da política industrial de JK consolidando a indústria automobilística tanto em sua relação com o

comércio internacional (pela importação “sem licença cambial”), quanto para o comércio interno (pela valorização da atividade eletro-mecânica). Por sua vez, a indústria de transporte automobilístico podia transportar tanto a carga da lavoura de exportação quanto a da indústria brasileira, unificando neste modo de transporte o comércio brasileiro como um todo – em especial, de passageiros.

Ainda mais peculiar, a política industrial inovadora que, apoiada democraticamente por diversas classes nacionais, propunha a consolidação da indústria automobilística, era programada conservando inalterado todo o restante da vida nacional. A nova indústria de transporte, peculiarmente, programava comunicar a política juscelinista de transformação industrial ao restante da vida nacional valorizando, em especial, a extensão da fronteira das “*quadras contíguas à rodovia*”, que por sua vez “*permitirá as gradações próprias do regime vigente*” (Costa, 1957).

A gravitação unicamente em torno da unanimidade presente pode ser resumida em Lessa (1963, p. 34) apontando que representação de Juscelino programava transformar a vida brasileira focando sua intervenção no aumento da produção da indústria automobilística, contra qualquer “subversão” reformista à ordem democrática liberal. Em torno da consolidação da indústria automobilística, a intervenção de Kubitschek, para conservar a harmonia entre as diferentes classes brasileiras, programava uma transformação industrial profunda, Revolução que pode ser ilustrada com as metas e resultados da participação pública na vida nacional durante sua presidência, apresentadas a seguir.

2.3.4.2 - a consolidação do industrialismo nacional

De acordo ao exposto em Lessa (1963, pp. 161 e 34), a Revolução Industrial programada para o biênio 1956/1957 e evidentemente prolongada pelos anos seguintes, pode ser inferida pelo aumento da participação pública de 27 para 37% da vida nacional – incluídas as empresas estatais, o índice alcançaria 75%. Qualitativamente, a participação pública era extensamente dirigida para consolidar a produção industrial em sua completude de ramos de atividade eletro-mecânico, assim afetando intensamente a vida agrária nacional.

Segundo Lessa (1963, pp. 30 e 34-35), a partir do alargamento do atributo público direcionado para a política de produção industrial, as metas programadas podem sugerir as diferentes classes de apoio representadas no Plano de JK. O “tripé”

presidencial era unificado basicamente atraindo quatro tipos de simpatias ao Plano. Primeiro, a atração pelas atividades de “infra-estrutura” de energia e transporte em torno do modo automobilístico, em parte vinculado, mas guardando sua especificidade, com o segundo, a participação pública na indústria “de base” (com a CSN, Vale, Cosipa etc.), que se apoiariam no terceiro, a valorização da indústria de máquinas produtoras de produtos industrializados, três simpatias unificadas pela quarta, específica da presidência, a construção da nova capital, que integrava os diversos ânimos nacionalistas entre si de maneira a mais vulgar.

Seguindo Lessa (1963, pp. 37-38), na “infra-estrutura” de transporte, a política de JK intensificava a transformação anterior, “*herdada*” da cultura agro-exportadora. O orçamento público, intervindo na “infra-estrutura” nacional de transporte, programava “*reequipar*” ferrovias, “*ampliar e pavimentar*” rodovias, “*melhorar*” portos e “*planejar*” a frota mercante.

O conjunto de metas relativas à produção de máquinas e equipamentos industriais englobava a indústria automobilística, em torno da atividade eletromecânica.²⁹ Em medida ímpar, a decisão de privilegiar o modo automobilístico era, em parte, induzida pelo aumento da participação do transporte rodoviário no total da carga transportada, de cerca da quarta parte em 1948, para quase a metade em 1953.

A particularidade da “infra-estrutura” de transporte rodoviário era razão do valor da participação pública na pavimentação de vias, ao mesmo tempo que subsidiava fábricas automobilísticas estrangeiras, bem como, a indústria nacional de autopeças. Além de produzir sua própria “infra-estrutura básica” específica empreendendo atividades então desvantajosas com a Petrobrás, CSN, Vale etc.,³⁰ a especificidade da

²⁹ Na “infra-estrutura” de energia elétrica, na primeira metade da década, por meio de empresas particulares e pela Hidrelétrica de São Francisco, se havia duplicado a produção de watts. Todavia, tendo em vista o programado aumento monumental da produção industrial, o Plano de Kubistchek planejava aumentar a produção em 60%, que ia ser “*praticamente atingida*”. Embora houvesse obstáculo à difusão da eletricidade entre a população rural, o Plano valorizava a indústria de máquinas produtoras de aparelhos elétricos em geral, priorizando os sem especialização e com atuação em diferentes ramos de atividade eletromecânicas. Em consequência da extensa participação pública no ramo de produção e distribuição elétrica para valorizar sua atividade nos variados ramos mecânicos, ao começo dos anos 60 ia ser induzida a centralização de suas ações na Eletrobrás, empresa federal responsável por quase dois terços da produção nacional de watts (Lessa, 1963, p. 161, 35-37, 51 e 166). Com relação à “infra-estrutura” de energia petrolífera, o Plano de Juscelino também programava a “substituição” da importação de todo este ramo: a prospecção, o refino e a distribuição; por sua vez, com respeito à “infra-estrutura” do ramo de energia carbonífera – em desequilíbrio em razão da mudança para o petróleo – a presidência valorizava a indústria de termelétricas (Lessa, 1963, p. 37).

³⁰ Revolucionando a indústria brasileira de “infra-estrutura” no ramo de energia e transporte, o Plano também aumentava a produção de “base” – razão do segundo tipo de apoio alcançado ao menos ao longo do próprio Programa de Metas. Até 1955, a “substituição” das importações de aço, petróleo, fertilizantes etc. havia aumentado a produção “industrial” brasileira de modo extensivo, “*inflada*” e de modo apenas

“infra-estrutura” de transporte rodoviário pode ser emblematizada tendo em vista a “alta ponderação” do caminhão na meta automobilística, segundo Lessa (1963, pp. 47 e 161).

Prosseguindo a descrição de Lessa (1963 pp. 47-48 e 168), a política industrial de JK planejava uma meta de nacionalização de veículos valorizando a indústria “para trás” da atividade eletro-mecânica, com aplicação mais extensa em torno da consolidação da indústria automobilística.³¹ Tendo em vista a valorização da indústria “para trás” do modo automobilístico, o número de empresas brasileiras do ramo de autopeças ia duplicar; em horizonte de estagnação absoluta do comércio agro-exportador, o crescimento emblemático da frota brasileira de caminhões era o ponto central “inegável” do Plano de Metas: até 1955, a indústria automobilística brasileira

superficial. Mesmo com algumas empresas “de ponta” como a Petrobrás, o conjunto da vida brasileira não acompanhava a transformação industrial, conservando-se vulnerável à oscilação do comércio agro-exportador. A presidência Juscelino, intervindo na indústria de “base”, ia transformar a resistência liberal à participação pública em tal produção em apoio empresarial entusiasmado. Na atividade de “base” em torno do refino e fabricação da indústria da borracha, o sucesso no aumento da produção da Petrobrás foi tal que era revista, incluindo a construção de nova fábrica, “*em adiantada fase de montagem*”. Particularmente no aumento da participação pública na indústria “de base”, se produzia mudança na sua própria qualidade, por exemplo, com a produção de cimento. Até 1955, menos de 10% do consumo nacional era importado, ainda assim o Plano ia aumentar a produção mais do que o crescimento previsto do consumo. A meta de eliminar a importação de cimento, carga com elevada relação preço do frete/quantidade consumida, ia ser “*plenamente alcançada*”. Por sua vez, na siderurgia, a população brasileira ia continuar importando cerca de 20% do consumo nacional; o Plano tinha como meta apenas aumentar a produção mais que o consumo programado, objetivo alcançado com “*completo êxito*”. Uma vez que o maior valor da indústria extrativa mineral está em sua atividade de transporte, a meta de dobrar a exportação do débil ramo ia resultar que, ao fim da presidência Juscelino, as empresas públicas passavam a atuar em múltiplos ramos da indústria de aço, ferro, petróleo etc. No tocante a outros materiais “de base”, o problema era a escassa ciência do subsolo nacional; o resultado do Plano ia ser identificar novas jazidas, mas continuava sendo necessário recorrer a importações. A meta, pois, pode ser considerada “*satisfatória*”, uma vez que o Plano tinha iniciado projetos que iam alargar o horizonte para os anos 60. Outrossim, o aceite da participação pública neste ramo industrial era tal que a empresa federal de energia nuclear, já em 1956, monopolizava toda a operação de trabalho com o urânio (Lessa, 1963, pp. 31-32, 42-43, 45-46, e 166-167).

³¹ A indústria metal-mecânica aparecia como uma tendência induzida com vistas ao apoio anterior para consolidar a indústria de máquinas produtoras de máquinas e produtos industrializados em geral. Até 1955, restrita à manutenção industrial de aparelhos eletrodomésticos de consumo, “*esse panorama teria, evidentemente, que ser modificado*” pela consolidação da atividade eletro-mecânica requerida para todos os ramos “para trás” da produção automobilística prevista na política industrial juscelinista. Deste modo, o Plano programava a ampliação da indústria mecânica produtora de máquinas mecânicas, de material elétrico etc., sem contudo quantificar os objetivos a atingir. Como resultado, ia ser dobrada a produção mecânica e triplicada a de eletrônicos, “substituindo” toda a sorte de importados do ramo (Lessa, 1963, pp. 49-50). Na presidência JK, a produção industrial passava a participar em apenas mais a quinta parte da vida nacional, mas a indústria de eletricidade, metal-mecânica e transporte, tinham aumentado suas vendas em 38, 43 e 80%, passando de 12, para 38%, da atividade secundária brasileira (Serra, 1982, pp. 24-25). A indústria eletro-mecânica, não era uma intervenção “necessária” para a transformação industrial, como as anteriores na “infra-estrutura básica” de energia e transporte, mas apenas induzida. A aspiração nacional pela presença da artigos tipicamente ianques, bem como, a falta de concorrência interna no ramo que resistisse à política estrangeira, todavia, unificava diferentes classes da cultura exportadora pela valorização de tal produção, que tinha se mostrado empiricamente “*impossível*” de ser feita mediante “*a livre importação, fato este de inegável participação na formulação destas metas.*” (Lessa, 1963, p. 32).

estava restrita à Fábrica Nacional de Motores, sendo todos os veículos importados, graças à exportação da lavoura de café, borracha etc.; em 1956, a meta para a indústria era tanto de expandir a produção brasileira de veículos, quanto de nacionalizá-la, ambas com fortuna pois, ao fim da presidência Kubistchek, em 1961, a FNM já produzia mais de dois mil caminhões, sendo a maior produtora nacional.³²

O mesmo autor realça que os três atrativos para o apoio ao Plano de JK, a renovação da atividade de “infra-estrutura” de energia elétrica e transporte rodoviário, com a ampliação da indústria de “base” para tal, privilegiando a fabricação de suas máquinas produtoras por tendência induzida, diferiam do quarto, Brasília, comprometimento pessoal da presidência. Última mas não menos central atração para o apoio ao Plano, a construção da nova capital federal produzia um aumento monumental da produção brasileira. A meta de construção da nova capital no planalto central, correspondendo a 3% da atividade brasileira entre 1957 e 1961, ia interiorizar a transformação industrial com “*notável êxito*”. Talvez mais importante que os atrativos anteriores, a ênfase automobilística centralizada como uma cruz em Brasília ia consolidar a expansão da fronteira produtiva nacional tal como vinha acontecendo desde o início do século, comunicando por rodovias os variados municípios brasileiros (Lessa, 1963, pp. 32 e 53-54).

Conforme aponta Limoeiro (1972, pp. 193-197), na presidência JK a transformação industrial era apresentada como um destino promissor, sendo que sua extensão até a “agroindústria” mostraria que o desequilíbrio presente era passageiro. Especialmente, se interpretava que este desequilíbrio era de mudança, diferindo daquele apontado por parte da representação reformista “subversiva”, que seria de exaustão.

Na representação juscelinista, portanto, o desequilíbrio, passageiro, era até positivo, sendo mais produtivo apressá-lo, trabalhando mais, produzindo mais, consumindo mais, enfim, acelerando os “50 anos em 5”. Em certa medida, o feito do Plano de Metas pode ser ilustrado no horizonte ampliado dos meninos sem nome de

³² Com relação à “infra-estrutura” de transporte ferroviário, o Plano programava reequipar, renovar vias e trens, bem como, unificar as linhas agro-exportadoras. Mudando o combustível do carvão para o diesel e unificando o tráfego das diferentes linhas agro-exportadoras, o Programa ia aumentar a carga e os passageiros transportados em mais de 20%. Com respeito à “infra-estrutura” de transporte no modo rodoviário, a Meta era semelhante, mas “*mais modesta*”, que as das indústrias automobilísticas e ferroviárias. O Plano industrialista intervinha nos pequenos estaleiros de manutenção, programando transformá-los em grandes fábricas, unificando a “infra-estrutura básica” específica dos portos e renovando a frota. Finalmente, na “infra-estrutura” de transporte no modo aéreo, o Plano reequipava a operação aeroportuária brasileira e a própria indústria aeroviária, “*sem problemas*” (Lessa, 1963, pp. 38-39, 48, 40 e 42).

Fabiano, Sinhá Vitória e a cachorrinha que se perdera, vislumbrados com os novos valores, objetos e, sobretudo, nomes que, antes ignorados pela monotonia, agora lhes eram comunicados (Ramos, 1938, cap. Festa).

De acordo com Singer (1986, pp. 218-219), o Programa de Metas era uma política industrial ciente do desequilíbrio agrário nacional, contra o qual reduzia sua interferência na transformação monumental no consumo de toda sorte de aparelhos eletrônicos mecanizados, em circulação por meio da consolidação do modo automobilístico, que pavimentava o interior brasileiro com uma nova classe de valor. Possivelmente, a valorização pública dos múltiplos ramos da indústria automobilística era razão do preço da rodovia ser comparativamente menor que o da ferrovia, em virtude de ser distribuído entre mais empresas: a participação pública na construção de rodovias era restrita à sua pavimentação, que podia ser iniciada como uma simples trilha, gradualmente estendida e ser pavimentada apenas depois da intensificação da circulação de veículos automotores (ademais, o principal valor da indústria de pavimentação faz referência à construção de pontes, podendo o resto da rodovia ser apenas pavimentada posteriormente à sua “construção” inicial como uma trilha). O modo ferroviário, por sua vez, distribuía a atividade de modo comparativamente mais intenso, centralizando soma vultuosa de trabalho para a construção do trilho, das estações, de vagões, das locomotivas etc. em um número menor de empresas.³³

Lessa (1963, p. 39) indica que o “*notável êxito*” da pavimentação de rodovias já em uso ia motivar a revisão de sua meta de três mil para cinco mil quilômetros, novamente a revendo para quase seis e, finalmente, mais de sete mil quilômetros, objetivo final “*totalmente atingido*”. Enquanto a pavimentação das rodovias federais que já vinham sendo rasgadas complementando (longitudinalmente) as agro-exportadoras estaduais – latitudinais – obtinha êxito notável, a meta de construção de novas vias, que era revista de dez para doze mil quilômetros, não previa pavimentá-las e

³³ Outrossim, a transformação produzida pelo modo automobilístico propagava a indústria de autopeças, metal-mecânica, borracha, eletrônica, papel e papelão etc., Revolução Industrial inconcebível sob o modo ferroviário que valorizava praticamente apenas ferro e energia. A indústria automobilística, além da multiplicidade de empresas que valorizava em seu entorno, produzia uma vastidão de novos empregos que, quando não havia orçamento público para conservar rodovias, flexivelmente reproduzia multidões de novas ocupações (amortecedor, mecânico, biscateiro e inúmeros ambulantes), enquanto a má conservação de ferrovias significava, necessariamente, desastres. Finalmente, o aumento do número de veículos circulando e, por fim, o aumento da produção de dejetos sonoros, metálicos e respiratórios produziam, em conseqüência, inovadoras empresas no emprego médico, de reciclagem e limpeza para diferentes classes que passavam a se reproduzir em torno da cultura automobilística.

equivaleria à comunicação da nova capital até Goiânia e Belo Horizonte, ao sul, e até Fortaleza, Rio Branco e Belém, ao norte.

Em outras palavras, o orçamento do Plano de Metas tornava “*altamente rentável*” a indústria automobilística em conjunto e a pavimentação em particular, ambos concorrendo para alargar o horizonte produtivo nacional. A intervenção de Juscelino aumentava a produção industrial para conservar a unidade nacional: com a meta nacionalista de construir Brasília por meio da indústria automobilística, o Plano de Kubitschek abafava a possibilidade de desintegração dos diferentes estados da República agro-exportadora, que transformaria a população sul-americana em nova África.

Em especial, a construção da Belém-Brasília era obra tipicamente keynesiana de ordem nacional, em virtude de consolidar a nacionalidade brasileira em seu território, para a qual faltaria apenas alcançar a Amazônia. A ampliação do horizonte nacional via indústria automobilística, igualando a produção eletro-mecânica nacional à estrangeira rapidamente poderia ser completada com a Empresa de Pesquisa Agropecuária, de Aeronáutica, Nuclear etc., representando, enfim, o programa de alterar o trabalho agropecuário brasileiro, em uma segunda etapa da Revolução Democrática – programada para “JK 65” (Limoeiro, 1972, p. 181). O Plano de 1956/1957, não só ampliava a interferência pública como a intensificava monumentalmente. Valorizando o “Departamento I” de atividades produtoras de máquinas produtoras de máquinas, o Plano de JK, complementarmente, possibilitava a consolidação da produção do “Departamento I” especializado em máquinas e equipamentos industriais para a produção indústria e para a agropecuária (Graziano da Silva, 1987, p. 49).

Seguindo Lessa (1963, pp. 160, 48, 46, 35 e 54), a meta de aumentar a produtividade da lavoura, contando com menos de 3% do orçamento do Plano de Metas de JK, era restrita ao consumo de fertilizante, mesma proporção dirigida às outras políticas de Pesquisa & Desenvolvimento de novos métodos de cultivo. Além da meta, modesta, sobre a ampliação da frota brasileira de tratores não ter sido alcançada, mesmo o êxito da meta de fabrico de fertilizantes não aumentou o consumo da produção nacional, em comparação com o crescimento de importados “sem cobertura cambial” pela Instrução 113 da Sumoc. Por outro lado, não havia meta específica de comercialização, transporte e armazenagem de produtos agropecuários, tampouco de previdência, relações de trabalho, educação e saúde. A vertente de mudança na vida agrária nacional caminhada na presidência JK, apoiada na aliança PSD-PTB, aumentava

a produção agropecuária nacional para nutrir o trabalhador industrial, em valorização pela própria urbanização promovida pela política industrial. Programando incrementar a produção agropecuária por meio da comercialização da lavoura e do subsídio a tratores, face o predomínio da cultura rural na vida nacional, a meta era “*modesta*”, prevendo aumentar a importação de tratores em quase $\frac{3}{4}$.

Sem reformar as demais vertentes de política agrária nacional, segundo Delgado (1985, p. 45), o planejamento permanecia interferindo na produção agropecuária apenas de exportação. Para Lessa (1963, p. 54-55), tratada apenas marginalmente, a meta designada no item de “alimentação” familiar sequer podia ser considerada uma política industrial de fomento agrícola, em razão de não procurar aumentar a produção de alguns artigos de consumo interno, mas somente sustentá-lo. A meta sob a rubrica de “alimentação”, contando apenas com a meta de aumentar a produção nacional de trigo, não obtinha êxito, em virtude de acordo com a Argentina. Para a produção pecuária e de derivados, a presidência Kubitschek programava apenas a meta de armazéns, matadouros e frigoríficos que, “*modesta*”, também fracassou “*notoriamente*”.

De acordo com Kageyama et ali. (1990, p. 148 e 129), no tocante à indústria de máquinas agropecuárias, até 1955 era conservada a importação de tratores subsidiando-a e montando-os. A partir do Plano de Kubitschek, o subsídio passava a valorizar a importação de máquinas produtoras de tratores, mas que, todavia, só era deslanchada em escala nacional mais tarde, com sua complementaridade da indústria metal-mecânica. O Plano de 1956, consolidando a indústria de “base” da “infra-estrutura” de transporte, ao valorizar a produção de máquinas produtoras de artigos automobilísticos, fertilizantes, tratores etc., fundamentava o sucesso da “agroindústria” ao final dos anos 60, ainda que tal ocorreria com “*arranque extremamente lento*”. Na prática, portanto, a corrente de política industrial agrícola representada na presidência JK era a de consolidar a indústria automobilística para que, com a atividade metal-mecânica, fosse valorizada a produção de tratores, fertilizantes, colheitadeiras etc. Em outras palavras, o trator seria o primo rico do caminhão, assim como, a petroquímica e o fertilizante, a metal-mecânica e a “agroindústria” processadora etc.

Graziano da Silva (1987, pp. 12 e 48) observa que, a partir do Plano de Juscelino, a comercialização de artigos industriais, alimentos e de trabalho alcançava escala nacional, consolidando o “Departamento I” produtor de máquinas produtoras de máquinas e equipamentos industriais para o trabalho industrial que, por sua complementaridade, rapidamente se prolongaria para a atividade agropecuária. Segundo

Serra (1982, p. 26), a indústria especializada na produção para a atividade agropecuária, embora consolidada no Plano de Metas, só alcançaria repercussão posteriormente.³⁴

Em suma, Kageyama et ali. (1990, p. 149) consideram que “*o início do processo de industrialização dos tratores ocorreu nos primeiros anos da década de 60, no rastro do Plano de Metas implantadas pelo Governo Kubitscheck*”. Partindo da “substituição” de importações via Instrução 113 da Sumoc, a política industrial juscelinista não apenas se engajava no aumento da produção de tratores, fertilizantes etc., mas, pela nova relação entre agricultura-indústria em torno de “*ramo da mesma árvore genealógica*” da indústria metal-mecânica de autopeças, petroquímica etc., ia consolidar a “agroindústria” brasileira como a indústria nacional: nascendo monopolizada.³⁵

De acordo com Lessa (1963, pp. 70-71 e 103-104), a diretriz da política industrialista de chegar até Brasília valorizando as atividades de eletro-mecânica que alterariam a exploração agrária brasileira pela sua nova produção em modo industrial era alcançada manejando o comércio de moedas, focalizando a importação de tais novas máquinas industriais. Conforme destaca Limoeiro (1972, pp. 165 e 168), a participação pública na atividade de “infra-estrutura básica” que desencadeasse tal produção industrial, ao mesmo tempo que ficava limitada a essa atividade específica, não estava

³⁴ O sucesso do “Departamento I” produtor de máquinas produtoras de máquinas e equipamentos industriais para a produção agropecuária tinha começado na indústria de fertilizantes; no decênio anterior a 1955, a produção brasileira já era significativa, mas o produto apenas passava a ser de consumo generalizado a partir do Plano de Metas. Até 1955 conservando o consumo de fertilizante por meio do subsídio da sua importação, somente a partir do Plano de JK, passava a ser subsidiada “sem cobertura cambial” a importação de máquinas para a montagem de quinze fábricas produtoras de fertilizantes. Ao começarem os anos 60, o trabalho com tratores passaria a crescer em paralelo à expansão da lavoura de soja, induzindo também a “modernização” do cultivo de cereais, pastagens e laranjas, além de, mais tarde, também de arroz, cana e trigo. O aumento na frota de tratores e outros equipamentos industriais, utilizados na produção agropecuária, até os anos 60 era razão da importação, fruto da exportação da lavoura de café, tabaco, borracha etc. Já ao final da presidência Kubitschek, em 1961, a produção nacional participava em 20% das vendas do ano, para rapidamente alcançar, no ano seguinte, 80%; enquanto, em 1958, a população brasileira contava cerca de 50 mil tratores – todos importados – em 1978, havia mais de 500 mil – todos nacionais (Kageyama et ali., 1990, pp. 216, 132, 129 e 148-149).

³⁵ Segundo Kageyama et ali. (1990, pp. 151-152 e 155), a política industrial agrícola contida no Plano de Metas da presidência Juscelino Kubitschek consolidava uma indústria mecânica especializada na produção agropecuária que, como a de autopeças, valorizava uma atuação acentuadamente em torno do regionalismo rural, possibilitando proteger o começo da atividade e seu aumento rápido da produção de consumo santuário e cativo. Comparado à indústria de fertilizantes, em que a atividade pública nacional estava passando a ditar até as normas técnicas, na indústria de tratores, a participação continuava restrita ao subsídio para as empresas particulares. A inovadora política industrial agrícola juscelinista que consolidava a indústria mecânica especializada para a produção agropecuária, monopolizando o consumidor pelo valor intrínseco ao produto, regionalizado na cultura liberal ruralista, ia conservar a concorrência como dantes, apenas em sua margem, pelo preço; quanto mais regionalizada fosse a aplicação do produto rural, mais pequenos produtores podiam ser valorizados, e mais marginal passava a ser em comparação ao monopolista nacional. Como resultado da política industrial agrícola da presidência JK, o monopolista nacional passava a liderar a atuação no ramo a partir dos fatos dados, e não intervindo na mudança dos mesmos, tornando a produção monopolista, inclusive, mais vantajosa que a de equipamentos de transporte.

alheia à vida nacional; a presidência valorizava a mudança produtiva, desde que a participação pública reproduzisse tal mudança de modo complementar ao modo de vida brasileiro.

É apresentado em Limoeiro (1972, pp. 168-169) que, uma vez que o aumento no tempo de trabalho expandia a produção industrial em torno de tal política agrícola, na presidência Juscelino, a classe explorada ia participar da mudança trabalhando mais, assim incrementando o consumo das diferentes classes, distribuído segundo o mérito próprio – razão pelo qual ninguém ia ficar alheio.³⁶ Todavia, planejando a transformação industrial, protegendo, subsidiando e tornando novas atividades vantajosas, o Plano de JK tendia a passar a assumir ele próprio a reprodução da ordem distributiva nacional, incrementando a participação pública na vida brasileira; a extensão da participação pública na produção industrial, intensificando a valorização de uma nova atividade específica que atingia “ponto de escape” por meio do Plano de Kubitschek, infundia nova direção à vida nacional em sentido explicitamente circular: na representação juscelinista, o desequilíbrio agrário era constatado, diagnosticado e até objeto de intervenção indireta, mas sem diferenciar as distintas classes; a possível razão era que a indústria automobilística atraía apoio relativamente unânime, e não só aumentava a produção de diferentes classes, como podia ser consumida segundo o “mérito próprio”.

Segundo Limoeiro (1972, pp. 203-206), a política industrialista representada no Plano de Metas da presidência JK, aceitando a produção industrial como projeto cujos ônus e bônus diziam respeito à população em conjunto, sem diferenças de classe mas em razão de mérito próprio de cada indivíduo em particular, a paralisação do trabalho apenas desequilibrava a harmonia brasileira.

Em 1955, pois, ano decisivo, parte expressiva da população nacional se unificava em torno da valorização pública da transformação industrial; esta identidade era virtude de que, sem trabalho industrial, o desequilíbrio distributivo aproximava as diferentes classes brasileiras para a colisão.

Apoiada por diferentes classes, a intervenção de Kubitschek unificava a nacionalidade brasileira priorizando o trabalho em torno de atividade democraticamente

³⁶ Por um lado, enquanto a valorização de ramo de atividade específica fosse tornando vantajoso, a lavoura aumentaria o valor produzido incrementando sua especialização, sua comercialização e sua produção. Por outro lado, a mesma valorização também podia depreciar a mudança no modo de produção e distribuição. O equilíbrio entre ambas tendências apenas ia ser alcançado, assim, com a interferência pública, primeiro por meio do câmbio de moedas, e a partir do “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, partindo para a intervenção global (Kageyama et ali., 1990, pp. 158-159).

unânime. Lessa (1963, p. 55 e 81) sintetiza que, procurando alcançar em “50 anos em 5” esse relativo consenso eleito democraticamente, a fonte orçamentária manejada na presidência JK explicitava o caminho de baixo ruído seguido no Plano de Metas, estratégia que será descrita abaixo com o mesmo autor e outros estudiosos do período juscelinista.

2.3.4.3 - A fonte orçamentária da política industrialista

Segundo Lessa (1963, pp. 56-57) e Limoeiro (1972, p. 154), a mobilização orçamentária dirigida para consubstanciar tal transformação promovida na política industrial juscelinista era dividida em três ou quatro peças: a Instrução 113 da Sumoc, implantada no Ministério Gudin, em 1954; a conta corrente do Tesouro Nacional no Banco do Brasil; a orientação de ambas peças, no BNDE, em conformidade com a prioridade programada na presidência JK e, por fim, a política de preços, última mas grande linha de preocupação da política de mudança, vista depois como síntese do modelo de intervenção juscelinista.

A fonte orçamentária da política industrial juscelinista possibilitava a alta dos preços brasileiros em razão da valorização da produção eletro-mecânica mesmo sem correspondente incremento do consumo, o que, por um lado, atraía apoio tanto da classe industrial quanto da comercial; a alta dos preços assim consubstanciada, refletindo que a apreciação pública da produção não estava equilibrando sua distribuição ao consumo, por outro lado, atingia particularmente a atividade agropecuária que, deste modo redirecionada para o comércio interno, valorizava a parceria rural. A fonte orçamentária mobilizada na política industrial de JK, em síntese, equilibrava a alta dos preços brasileiros, por um lado, aumentando a produção industrial; por outro lado, redirecionando a produção agropecuária, evidenciando, em conjunto, a linha de mais apoio, menos atrito e mínimo ruído seguido na presidência.³⁷

A primeira peça de apoio orçamentário para a política industrial de JK, a Instrução 113 do Ministério Gudin, tinha sido manejada em razão do horizonte

³⁷ Outrossim, o próprio legislador federal ia consagrar o caminho de menor atrito perseguido pela presidência da República, ao forjar inovações tributárias que “suavizavam” a alta dos preços por um tempo, deslocando “para frente” o problema inflacionário. Este era “o que já se denominou, com razão, de páreo” orçamentário do Plano de Juscelino com a alta dos preços. A política industrial tinha que apresentar um “êxito diário”, aumentando o trabalho, a produção e consumo mais do que a alta nos preços que, “qual a espada de Dâmocles, lhe poderia a qualquer momento cortar o caminho” (Lessa, 1963, p. 57).

estreitíssimo do comércio agro-exportador sentido para a safra de 1955/1956. Enquanto o valor da exportação estava ou estagnado, ou em queda, o valor que podia ser importado em automóveis, frigoríficos, tratores, fármacos, fertilizantes etc. apenas podia conservar o trabalho, a produção e o consumo nacional, traduzindo uma pauta de comércio internacional “rígida”, com baixa margem de manobra presidencial, segundo Lessa (1963, p. 57).³⁸

A manipulação do comércio internacional pela 113, única medida arbitrada pela presidência da República, era a principal peça orçamentária da política industrial juscelinista para continuar a “substituição” das importações que vinham sendo apreciadas desde o início do século. A mudança no subsídio às importações feita pelo Ministério Gudin forjara a 113, que operava simplesmente sob o nome de comercializarem o cruzeiro com o dólar a título de serem “sem cobertura cambial” (Lessa, 1963, pp. 58-59).³⁹

Em termos concretos, a troca da garantia da presidência da República, as máquinas produtoras de veículos automobilísticos em Stuttgart, sede da Wolks, obsoletas pela recuperação europeia, simplesmente eram desmontadas, locomovidas até Hamburgo, de lá embarcadas até Santos e, transportadas em caminhões até então importados até São Bernardo, no ABC paulista, fabricavam o primeiro caminhão “brasileiro”, dirigido pela própria presidência da República que, ao lado do representante da empresa alemã, fazia questão de, claramente, emblematicizá-lo.

³⁸ Notando que em 1956 acontecia uma nova baixa no comércio agro-exportador da lavoura de café, cana etc., retraindo o trabalho, a produção e o consumo familiar, em tendência de queda ainda maior para os próximos anos. A intervenção de Juscelino, programava aumentar a produção nacional de modo a evitar redistribuí-la. Em 1957, a nova queda do comércio agro-exportador da lavoura de café, cana etc., produzindo retração ainda maior do consumo brasileiro, igualmente baixava o orçamento público. No horizonte estreitíssimo de 1956/1957, o manejo do comércio internacional mediante a Instrução 113 era fundamental, vista ser a única ministrada na presidência da República, visto que o legislador conservava a legislação sindical-fascista, os Institutos das lavouras de exportação de café, cana, borracha, mate etc. e a restrição do voto às letras comandadas pela política dos “governadores” ligados aos antigos “coronéis” municipais (Lessa, 1963, p. 58).

³⁹ Mediante a Instrução 113, a generalização da importação de prioridades definidas “sem cobertura cambial” consubstanciava componente “*estratégico, do ponto de vista qualitativo*” na Revolução Industrial Nacional Democrática, priorizando a importação de gênero definido de máquinas que, face o horizonte de queda do comércio agro-exportador, seria impossível (Lessa, 1963, p. 59). A Instrução 113, impedindo que a escassez de dólares cerceasse a mudança industrial, é, pois, considerada como a “*principal*” peça orçamentária para o Plano de Juscelino, “*central*” para sua intervenção, sem a qual “*não teria sido possível*” tal transformação (Malan, 1986, pp. 84 e 79; Lessa, 1963, p. 59; Limoeiro, 1972, pp. 153-154).



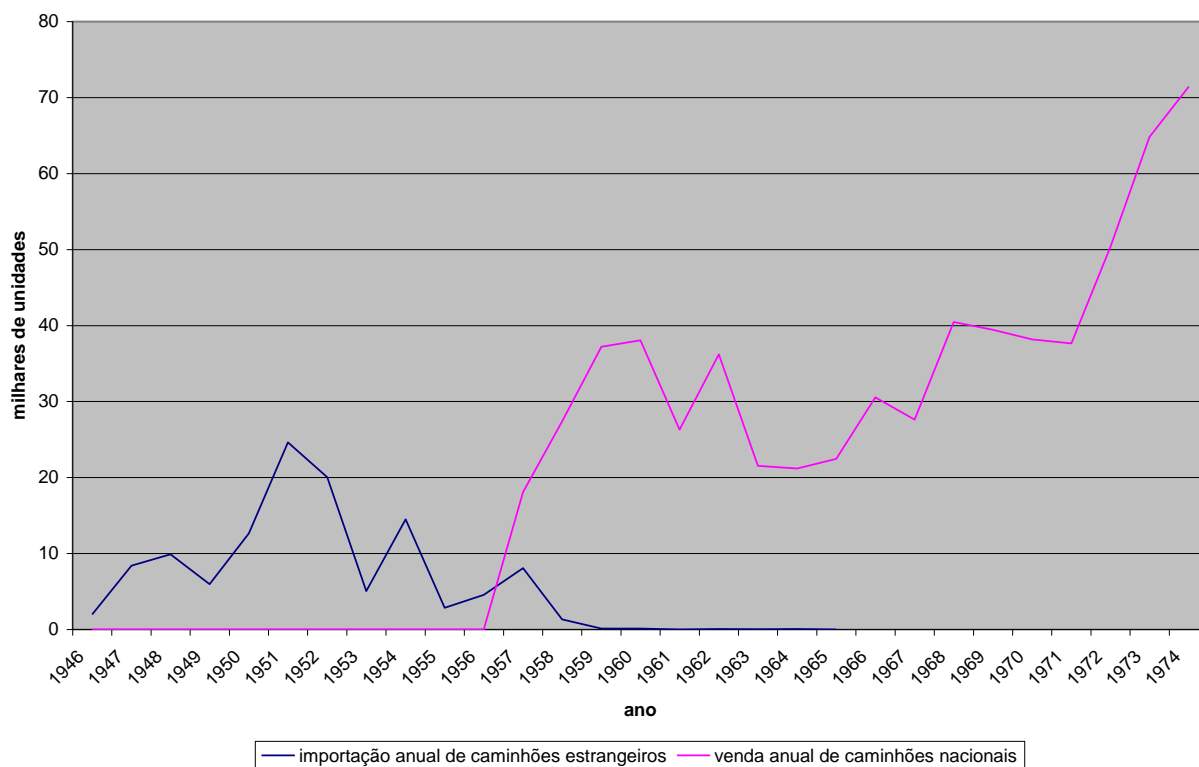
O Brasil acorda (28 de setembro de 1956)

No dia 28 de setembro de 1956, a filial da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo era inaugurada sob a aclamação da presidência Juscelino Kubitschek de que “*o Brasil acordou*”; nos anos seguintes, além da alemã ocidental, iam ser atraídas ao trabalho brasileiro empresas suecas, francesas e, mais tarde, ianques. Emblema da mudança na vida nacional, o número de caminhões circulando no Brasil, antes da presidência Juscelino Kubitschek, oscilava sensivelmente em razão da volatilidade no comércio internacional, atingindo o máximo de 23 mil unidades na euforia cambial do pós-1945 e apresentando tendência declinante no decênio seguinte. Na presidência JK, o teto atingiria marca próxima aos 40 mil veículos e, mesmo na estagflação da primeira metade dos anos 60, quando esta variável voltaria a flutuar expressivamente, passava a ocorrer o mais sensível: o piso da produção brasileira equiparar-se-ia ao teto de importações antes alcançado, mostrando que a cultura automobilística passava a estar, definitivamente, consolidada na vida nacional (Lessa, 1963, p. 48; Singer, 1986, p. 218-219).⁴⁰

⁴⁰ A partir do Programa de Metas, após a passagem pelos anos 60, por fim passaria a ocorrer arranque espetacular da indústria, que terminaria nos meados da década de 70 vendendo mais de 70 mil unidades, sendo que parte significativa para exportação, sobretudo, para sul-americanos. Com a alta do petróleo, o setor voltaria a declinar, gradualmente recuperando-se durante a década de 70 mas, na crise dos 80, voltava novamente à marca histórica das vinte mil unidades

nota: até
53, ...

Caminhões no Brasil, 1946 a 1974



Segundo Limoeiro (1972, pp. 150-151 e 153) e Malan (1986, p. 78), o objetivo de consolidar a produção industrial brasileira por meio do trabalho, cujo valor era razão do mérito próprio, postergava intervenção que reformasse a distribuição de seu consumo. Na presidência Kubitschek, a importação “sem cobertura cambial” de máquinas produtoras de veículos automotores aumentava o trabalho, a produção e o comércio em razão da colaboração entre as diferentes classes atraídas em torno da política industrialista do Plano de Metas. A presidência JK, precisando da classe empresarial para aumentar a produção, procurava atraí-la a qualquer preço, ciente de que o pioneiro rompia a barreira que dificultava a simpatia industrial inicial, após a qual seria possível impor controles: em 1956, a viabilidade do programa industrial era apenas uma possibilidade, cuja atração era precisamente o planejamento das empresas estrangeiras pela Instrução 113 da Sumoc, centralizado no BNDE, que as subsidiava.

De acordo com Lessa (1963, pp. 71-72), a presidência da República, ordenando a Revolução Industrial Brasileira de acordo com o apoio público segundo o mais consensual, que oferecesse menor resistência e mínimo ruído, manipulava as vantagens comparativas em torno das prioridades do Plano basicamente por três meios: a relação público-privado via Instrução 113, a relação com o estrangeiro, via alta dos preços que

aumentava o subsídio anterior e, finalmente, protegendo ambos, estrangeiros e nacionais. Por fim, se forjavam os múltiplos Grupo Executivo da indústria priorizada, aparelhos diretamente subordinados à presidência da República que, por um lado, subsidiavam pesadamente a importação de toda a sorte de máquinas requeridas nos diversos ramos da atividade, por outro, protegia o consumo destas novas atividades da concorrência estrangeira.⁴¹

Conforme ressalta Malan (1986, pp. 85 e 89), durante a curta defasagem temporal entre o subsídio à produção industrial estrangeira e o “deslanche” da indústria nacional, ia suceder um desequilíbrio cambial, já programado na política juscelinista. Em razão desse desequilíbrio temporário na política industrial, a presidência JK forjava a Operação Pan-Americana como um “*esforço diário*” da missão de operar entre a população americana em termos multilaterais. Aparecendo como novo marco, irreversível, na colaboração continental, o resultado da OPA ia ser forjar o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), essencialmente em razão da fundação de similar árabe.

Segundo Limoeiro (1972, pp. 142-143), a valorização da produção industrial estrangeira, consolidava o valor peculiar do comércio internacional entre a população brasileira. Esta atração pela transformação industrial nacional, valorizava o prosseguimento do Programa de Metas, caminho para o qual a população brasileira já estava “desperta” e contando com a colaboração militar ianque. A Operação Pan-Americana, que lançava a presidência JK como estadista internacional, responsável por unir o continente em torno da mudança industrial, todavia, não obtinha sucesso em aumentar o orçamento do BID, permanecendo a colaboração financeira “*incompreendida*” pelo público ianque.⁴²

Também Malan (1986, pp. 90-92) observa que a presidência Juscelino, sem sucesso na Operação Pan-Americana, ia responder procurando aproximar as relações bilaterais em torno de sua política industrial – abandonando, por conseguinte, o multilateralismo antes programado. Em desequilíbrio orçamentário, sofrendo uma nova

⁴¹ Até 1957, a “reserva de mercado” consumidor podia ser feita pelo manejo cambial; o “escape” da indústria automobilística brasileira ia motivar, em 1957, a Reforma Aduaneira, que passava a não só conservar a proteção, como torná-la mais produtiva.

⁴² Já na segunda seção do BID, em 1959, quando a presidência cubana reclamava pelo aumento do orçamento do banco, o chanceler ianque respondia que o mesmo já estava em crescimento, enquanto, repetia mais uma vez, os particulares podiam colaborar. Sintoma da náusea liberal no continente, o orçamento do BID seria sempre significativamente menor que o do BNDE (Malan, 1986, p. 90).

baixa no comércio exportador do café, em 1958, a presidência JK recorria ao FMI, que sugeria restringir a participação pública na vida nacional.

A presidência Kubitschek, comprometida com o Programa de Metas industriais que explodia o orçamento público, rompia com o FMI em gesto nacionalista, atraindo a solidariedade de todos: a intransigência do Fundo acabava, assim, sendo extremamente vantajosa para Juscelino que, em ano orçamentariamente delicado, forjava a simpatia que começava a repelir, em razão da aceleração na alta dos preços. Rompendo com o FMI, nos últimos meses a presidência enterrava o pouco que restava do plano de estabilização monetária – com apoio agradecido da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Segundo Limoeiro (1972, p. 147), a presidência JK, em síntese, dirigindo o conjunto das classes brasileiras sem diferenças, em razão da meta programada de aumentar a produção industrial ser eleita democraticamente, ia consolidar a indústria de máquinas produtoras de máquinas automotivas. O setor público produzia a “infra-estrutura básica”, subsidiando o estrangeiro, valorizando as atividades particulares que iam impulsionar a indústria eletro-mecânica; neste “tripé”, a cultura automobilística harmonizava as classes brasileiras definindo o caminho da passagem do comércio agro-exportador para a produção industrial: mera possibilidade até 1955, após a intervenção de Juscelino, o trabalho industrial ia passar a ser prática enraizada na vida nacional.

Conforme pesquisa Limoeiro (1972, pp. 157 e 162), na representação juscelinista, o desequilíbrio na distribuição do consumo que induzia à “subversão” era, sobretudo, uma advertência de que, se a produção não aumentasse, as diferentes classes iam sair em desvantagem. Caso a advertência fosse efetivada, quem não tivesse aumentado a produção, ia ser responsabilizado pela “subversão” que reformaria a ordem distributiva. Uma vez que nem todos são virtuosos, que produzem por valor comum, mas pelo contrário, trabalham em razão de vantagem particular, a representação juscelinista responsabilizava a atividade pública pelo aumento da produção industrial, para minimizar a “subversão” à ordem distributiva, possibilitando aos particulares que trabalhassem mais.

Segundo Limoeiro (1972, pp. 162-163), o pragmatismo da presidência Juscelino fortalecia-se em razão da atividade na “infra-estrutura básica” eletro-mecânica não era comparativamente vantajosa para empresas particulares, sendo viável apenas com apoio público. A colaboração entre as diferentes classes apoiava tal política por ela ser “*altamente rentável*”, sem mendigar e com ordem; ia ocorrer, enfim, em razão do

caminho eleito ser altamente vantajoso. Por conseguinte, como o crescimento da produção ia acontecer, era extremamente vantajoso participar da alteração industrial (Limoeiro, 1972, p. 144).

Na presidência Juscelino, a política pública fazia tudo para tornar todos os múltiplos ramos da indústria automobilística altamente vantajosos. O problema orçamentário, transposto temporariamente pela Instrução 113 da Sumoc, portanto, somente esbarrava na queda brutal na relação entre o comércio agro-exportador e o comércio importador. Termos em deterioração secular, a atividade pública tornava-se central para valorizar tanto o conjunto da lavoura exportadora, quanto a conclusão da transformação industrial até a “agroindústria”. Embora à primeira vista fosse insensato exportar café para importar máquinas produtoras de automóveis, na presidência JK havia a certeza de que o aumento da produção ia produzir incremento tal no comércio que supriria este desequilíbrio orçamentário; não era, pois, uma “*pretensão desvairada*”, era uma convicção com um fundamento definido: o comércio agro-exportador era apenas o meio de importação de novas indústrias, nas quais as classes colaboravam para o aumento do trabalho industrial, seja para expandir a produção (Limoeiro, 1972, pp. 141-142 e 138).⁴³

Para Limoeiro (1972, pp. 151 e 153), na presidência Kubitschek, o aumento da produção industrial, mediante a valorização estrangeira, não só podia impulsionar o crescimento de nova lavoura comercializável, como se interpretava ser mais vantajoso apreciar o comércio internacional, que incrementar o preço dos produtos nacionais, valorizando o trabalho brasileiro. A política pública nacional atraía empresas estrangeiras direcionando-as para o aumento da produção industrial que priorizasse a indústria de “infra-estrutura básica” de energia, transporte e comunicações; a maioria

⁴³ O aumento da atividade industrial nacional, incrementando seja o comércio interno, o internacional, e assim valorizando a produção agropecuária, era, enfim, o meio de superar o desequilíbrio sentido em 1955. Nesse caminho específico, a presidência Juscelino valorizava o comércio agro-exportador não aumentando a quantidade exportada, mas sim, incrementando o valor do produto pela sua industrialização “para frente” e “para trás” em torno da atividade metal-mecânica, petroquímica etc. Especialmente, tal mudança ia ocorrer por ser vantajosa. Na presidência Kubitschek, a política decidida democraticamente, ia equilibrar a exploração nacional em razão da produção industrial poder ser comercializada internacionalmente: como o aumento do valor produzido ia aumentar o comércio nacional, e assim o orçamento, seria possível depois honrar tais importações “sem cobertura cambial” em horizonte comparativamente vantajoso a todos (Limoeiro, 1972, pp. 138-142 e 147). A mudança da vida rural para a produção industrial, direcionada pela intervenção pública com a Instrução 113, tornava altamente vantajosas a produção de indústrias específicas; se escreveriam “*muitas páginas*” sobre a alienação da cultura brasileira para o estrangeiro via 113 agravar a desequilibrada ordem distributiva nacional; entretanto, o norte da política eleita democraticamente era, precisamente, valorizar a importação de máquinas (Lessa, 1963, p. 69).

destas metas do Plano de Juscelino, “*todo repousado*” no desequilíbrio orçamentário, dizia respeito ao estrangeiro.

A decisão pela política industrial não era restrita a classes particulares, mas sim, deliberação de variados segmentos da população. Como o desinteresse pela Revolução Industrial só era vantajoso a particulares, a generalização da Instrução 113 tinha sido a alternativa eleita na presidência Kubitschek; transformando a produção que tornasse “*altamente rentável*” a indústria automobilística, o desequilíbrio principal passava a residir não mais no câmbio de moedas para a importação de novos meios de transporte, mas sim, na aceleração da alta dos preços, em razão do desequilíbrio orçamentário (Limoeiro, 1972, pp. 206-207).⁴⁴

Conforme exposto em Limoeiro (1972, pp. 165 e 170-171), face à queda do comércio agro-exportador, a presidência Juscelino, por meio do manejo cambial, forjava a política que valorizava o comércio internacional mesmo que de culturas então desvantajosas. Nesta nova direção, não apenas diversificava a cultura exportadora, como também, intensificava o valor do trabalho brasileiro nela refletida. Apreciando o comércio internacional por meio do incremento do valor e não da quantidade do café, por exemplo, o Plano de Metas de Juscelino se mostrava industrialista mesmo na principal lavoura brasileira.⁴⁵ Como resultado da restrição da importação de novas máquinas concorrentes e da valorização da exportação (em transformação “agroindustrial”), o declínio relativo da classe cafeeira não diminuía o valor da cafeicultura, assim como, de todas as demais lavouras de exportação.

Segundo Lessa (1963, pp. 172 e 138-139), no bilateralismo que restava da Operação Pan-Americana, a política industrialista programava aumentar o valor do produto primário do continente, forjando conluio do café brasileiro com o colombiano para disciplinar a produção mundial. O conluio da cafeicultura era razão de que qualquer pequeno aumento da quantidade produzia uma queda sobremaneira maior

⁴⁴ O aumento da produção, do comércio e do consumo, sendo maior que a alta dos preços, podia atrair apoio ao Plano de Metas; na representação juscelinista, o maior problema para aumentar a produção industrial era desencadear a transformação, uma vez que o pioneiro ia empreender uma atividade desvantajosa enquanto os outros não fossem atraídos para tal. Somente a mudança na responsabilidade pública podia, por conseguinte, “substituir” a exploração particular. A presidência JK, como um pioneiro, apelava para as respostas mais imediatas, vantajosas e consensuais, que aumentassem a produção eleita. Por meio da valorização da “infra-estrutura básica” da indústria automobilística com o objetivo nacionalista, a programação da transformação em curso podia ser, enfim, antecipada, na análise da fonte orçamentária do Plano de JK (Limoeiro, 1972, pp. 148-150).

⁴⁵ Valorizando a cafeicultura destinada à industrialização, a presidência forjava a denominação de controle sobre a origem do produto exportado, bem como, valorizava a produção da indústria metal-mecânica produtora de máquinas “para trás” e “para frente” da lavoura exportadora.

sobre o preço que, na melhor das hipóteses, estancava o valor exportado pelos países exportadores de café. Valorizando diversificar a exportação, seja rural ou industrial, apreciando a “industrialização” da lavoura e, sobretudo, sua prática monopolista, o resultado da política industrialista de JK ia ser expandir a fronteira cafeeira em ciclo extensivo, fornecendo, ao mesmo tempo, dólares para importar máquinas, e direcionando antigas lavouras mais próximas a grandes aglomerações consumidoras para o cultivo de produtos agropecuários em apreciação pela mudança familiar em curso.

De acordo com Lessa (1963, p. 82), a presidência, sem exportar máquinas produtoras de máquinas e equipamentos industriais, mas sim exportando lavouras para importar máquinas, valorizava o conjunto do comércio internacional. De valor ainda mais especial, mesmo o aumento do comércio agro-exportador passava a ser entendido como fonte orçamentária para a política industrial, mudança que ia implicar, inevitavelmente, em nova ordem de distribuição da produção e do consumo brasileiro.

Conforme registra Lessa (1963, p. 139), em grande parte, possivelmente esta nova ordem ia ser virtude da própria Revolução Industrial. Entretanto, esta não ia mais contradizer a classe agrária, como ocorrera no crescimento industrial até 1955: a partir do Plano de JK, a classe agrária que ia passar a migrar – ressentidamente – para a nova ordem de distribuição industrial.

Segundo Limoeiro (1972, p. 172), em desequilíbrio orçamentário, a intervenção juscelinista programava conservar a ordem distributiva, redistribuindo o consumo especificamente daquele que valorizasse o aumento da produção. De acordo com Lessa (1963, p. 162), a presidência JK, sem propor inovações tributárias mesmo nas empresas públicas, ia prosseguir aumentando a produção pela conta corrente do Tesouro Nacional no Banco do Brasil. A observação mostra esta ter sido a “*linha intensivamente*” manejada para prosseguir a política industrial eleita (Lessa, 1963, p. 82).

Ambiguamente, portanto, a presidência Juscelino Kubitschek, colocava em debate na vida nacional o valor da atividade pública. Interferindo no interior brasileiro para conservar a ordem de distribuição com que vinham sendo consumidos novos produtos industriais, a mobilização colossal do orçamento público pelo BNDE para a política industrial eleita revolucionava a feição brasileira, e será descrita continuando a recorrer à narrativa de Lessa (1963) sobre a intervenção pública monumental sobre a vida brasileira produzida pelo Plano de Metas da presidência Juscelino Kubitschek.

2.3.4.4 – O feito global da política industrialista de JK

Segundo Lessa (1963, pp. 9-10), ao fim da presidência Juscelino Kubitschek, em 1961, a atividade industrial brasileira estava consolidada, em processo cuja “*substancial transformação*” tinha ocorrido após 1953. A Revolução Industrial não tinha sido produzida por um aparelho de planejamento total, quanto menos por uma decisão centralizada, mas fora uma resposta eleita com ciência de propósitos crescente, que atraía apoio com a consecução da própria política e, de imediato, tinha modificado o debate nacional: a partir da presidência JK, ia virar senso-comum a qualquer representação nacional propor políticas para mudar a vida brasileira.

Conforme nota Lessa (1963, p. 10), a relação da intervenção industrial brasileira da presidência Juscelino com diversas políticas se fez presente em variados momentos, como no episódio do rompimento com o FMI, bem como, na entrega militar de Fernando de Noronha aos ianques. Para Serra (1982, p. 27), em torno da política industrial, o apoio de diferentes classes brasileiras ao Plano de Kubitschek era razão da complementaridade entre os variados projetos, unidos em torno da construção da nova capital: a partir da intervenção juscelinista, por um lado, a produção de máquinas produtoras de artigos industrializados passava a crescer mais do que seu consumo até a década de 70; por outro, em razão da construção, pavimentação e especulação de rodovias em larga escala comunicando os variados municípios da República, o transporte automobilístico possibilitava que a produção agropecuária ficasse “à dianteira” do seu consumo interno.

Ainda mais substantivo, a Revolução Industrial Brasileira programada na presidência Juscelino tinha feito intervenção na “infra-estrutura” básica da indústria eletro-mecânica por meio do instrumental liberal constituído na década anterior, colocando em segundo plano – nunca é demais repetir – os desequilíbrios na distribuição setorial, populacional e orçamentária. O crescimento da produção industrial brasileira que vinha sendo induzido desde o início da República era, assim, coroado com o Plano de JK em aumento da produção com o esforço público monumental, que priorizava a “integração vertical” da atividade automobilística. O Programa não havia, evidentemente, montado a totalidade dos ramos de atividades eletro-mecânicas, permanecendo a indústria incompleta, mas “*o principal*” tinha sido feito, segundo Lessa (1963, pp. 10-12 e 85).

Seguindo Lessa (1963, pp. 85-86), a contínua oscilação declinante do comércio agro-exportador da lavoura de café, cana, borracha, mate etc., que houvera induzido o crescimento da produção industrial nacional sem reformar a vida agrária brasileira, chegava ao fim com o próprio Plano de Juscelino. Posteriormente à intervenção juscelinista, em razão da própria fortuna do Programa na “substituição” de máquinas produtoras de toda sorte de artigos industrializados como automóveis, tratores, frigoríficos etc., o desequilíbrio entre a consolidação da produção industrial e a conservação da vida rural, imediatamente colocava em urgência – quase unânime – a premência de mudar tal relação setorial, embora não mais com o reformismo democrático.⁴⁶

Ainda de acordo com Lessa (1963, pp. 87 e 92-93), no transcorrer do próprio Plano de consolidação da produção industrial, os acentuados desequilíbrios setorial, populacional e orçamentário eram combatidos forjando instrumentos de intervenção pública comprovadamente produtivos, ainda que manuseados de modo “*algo insólito*”. Ao longo do próprio Programa de Kubitschek, para coordenar as metas industriais de modo operacional, sem formalidade central, eram ajustados velhos instrumentos de intervenção e forjados novos, ambos manuseados mediante pragmatismo notável, pela linha que oferecesse menor resistência entre as diferentes classes então em colisão latente. Seguindo o caminho de menor atrito, o Programa de Juscelino utilizava o instrumental intervencionista agregado nas margens da democracia liberal de 1946, levando-o até o limite.

Observando cada instrumento em particular, o Plano de Kubitschek era, pois, insensível, esgotando o uso posterior de alguns dos seus principais instrumentos; observando o instrumental disponível ao planejador federal em 1956 como se fosse um conjunto, era, no entanto, compreensível o pragmatismo da presidência JK, contando com painel “*razoavelmente*” completo de intervenção pública, feito com o domínio

⁴⁶ A razão da fortuna do Plano de JK, a importação de máquinas produtoras de artigos industrializados “sem cobertura cambial”, no período, quantitativamente, passava de mais da metade do valor importado nacional, para menos da terça parte. Qualitativamente, tais máquinas eram “*versáteis*” e altamente subutilizadas, podendo “substituir” a importação de ainda mais gêneros nos anos 60. Colocando em evidência que a indústria brasileira já estava praticamente feita, este era o momento quando a classe industrial conquistava a representação nacional, com especificidade com respeito à agrária. Todavia, a classe industrial brasileira não alcançava uma representação nacional em equilíbrio – pelo contrário, em agravamento nítido do desequilíbrio anterior, justamente em razão de todo a política industrialista haver conservado à margem da mudança a atividade agropecuária. O feito global do Plano de Juscelino, conservando marginalizada da política industrial a maior parcela da população e, em especial, a rural, agropecuária e nordestina, portanto, acentuava o desequilíbrio na distribuição setorial, populacional e espacial já presente, e que até então atraía para a colisão latente as diferentes classes brasileiras (Lessa, 1963, pp. 86-87).

liberal. Ao longo da intervenção juscelinista, novos instrumentos eram forjados, agregados continuamente na margem do domínio liberal; logicamente, seria sensato mudar tudo, mas qualquer alteração conjunta podia provocar ruído entre as diversas classes brasileiras em profusão, compreendendo a razão das mudanças na margem do painel já constituído.

Ajustando velhos e forjando novos instrumentos de intervenção pública continuamente, o arranjo constituído em 1946 mostrava ser amplo, possibilitando o planejamento industrial em sua margem, acomodando a cultura liberal com o caminho pragmático da política juscelinista. O novo instrumental de política industrial forjado empiricamente na margem da cultura liberal ruralista não era “*orgânico*” entre si; as ferramentas, continuamente agregadas na margem do painel disponível, tornava suas convivências distorcidas, viciadas e desequilibradas. Não obstante, durante a Revolução Industrial feita na presidência JK, tal desequilíbrio podia ser apaziguado forjando novos instrumentos na margem da democracia liberal. Somente após a fortuna do Plano de Metas de 1956, quando a atividade industrial brasileira estivesse consolidada, essa mesma nova vida nacional recém-consolidada ia tornar premente reformar o instrumento de intervenção pública, de modo “*orgânico*” entre si, já sem tanto domínio liberal (Lessa, 1963, pp. 168 e 93-94).

Em medida ímpar, a fonte orçamentária que conduzia a política industrial era executada pela representação da Sumoc, pela presidência do Banco do Brasil e pelo Ministério da Fazenda, sem qualquer Banco Central. A política de Juscelino valorizava cada vez mais o arbítrio do juro da moeda brasileira pelo BB, forjando, durante o Plano de Metas, também a Caixa Econômica Federal e a Companhia Brasileira de Resseguros, igualmente manejadas em torno da política industrial automobilística (Lessa, 1963, p. 94).

Prosseguindo com Lessa (1963, pp. 95-96), a centralidade da política cambial possibilitava que o aumento da participação pública na vida brasileira transcorresse em ambiente de “*ganhos múltiplos*” que podia ser produzido pela mudança industrial – principalmente ao que interessa para a presente dissertação – em virtude de reformas agro-distributivistas. O manejo do comércio de moedas que se seguia no “*divisor de águas*” da segunda metade da década de 50 era idêntico à manipulação da tarifa aduaneira, porém – face o domínio liberal – esta era competência legislativa, enquanto aquele, executiva. A generalização do uso do instrumento de intervenção pública no câmbio até o limite de seu desgaste absoluto ia ser o exemplo “*conspícuo*” da linha de

menor resistência que guiava a presidência Juscelino, que “*sacrifica à operacionalidade a elegância teórica*”. Usando o manejo cambial até o limite de seu desgaste, o resultado ia ser esgotar tal instrumento de interferência na vida nacional, motivando o legislador a implementar a Reforma Aduaneira, em 1957-1958, que induziria ao fim do câmbio múltiplo, em 1961, durante a rápida passagem do então governador paulista Jânio Quadros na presidência da República.

Em alguma medida, o uso até o limite de tal instrumento era razão de não haver, na democracia liberal, um aparelho de planejamento central. Além do câmbio, os instrumentos arbitrados na presidência eram os forjados na margem do domínio liberal no início da década de 50, como o BNDE, a Petrobras, a FNM etc., bem como, a reativação da CSN, da Vale e as operações das empresas federais de eletricidade, que em 1962 passavam a constituir a Eletrobrás (Lessa, 1963, p. 98).

Os aparelhos de política industrial forjados na primeira metade da década de 50 minimizavam a resistência contrária ao Plano de JK – que os generalizavam. Essência da intervenção juscelinista, o caminho de menor resistência que “*sacrifica à presteza a eficiência milimétrica*”, tornava a indústria decidida altamente vantajosa, basicamente, mobilizando os tributos vinculados: por exemplo, o tributo sobre o combustível automobilístico, era para pavimentar rodovias e/ou “substituir” as ferrovias. A “*principal*” ferramenta da política industrial juscelinista era, assim, manejar a produção das empresas federais (como de eletricidade, petróleo, aço etc.) em torno da prioridade eleita democraticamente (Lessa, 1963, pp. 98-99 e 102).

Segundo Lessa (1963, pp. 163-164) e Serra (1982, p. 21), o tributo sobre o combustível, forjado na presidência Dutra, apenas com a política de Juscelino passava a mobilizar uma vinculação orçamentária vultuosa. Legalmente, o Fundo Automobilístico destinava 90% do tributo arrecadado com combustíveis para a pavimentação de rodovias estaduais e municipais, porém os vinculava para as vias definidas no Plano Legislativo Federal – margem que passava a ser objeto de acomodo no Grupo Executivo da Indústria Automobilística, diretamente subordinado à presidência da República.⁴⁷ De acordo com Lessa (1963, p. 164), a empresa pública de petróleo, com alta arrecadação,

⁴⁷ A vinculação vultuosa do tributo sobre o combustível destoava do Fundo Ferroviário, forjado apenas em 1963, e participando em menos de 3% do orçamento federal; semelhante acontecia com o Fundo Portuário da Marinha Mercante, forjado só em 1958. Ambos diferiam do Fundo Aeroviário, forjado já em 1957 (Lessa, 1963, p. 164).

não precisava de Fundo, mas mesmo assim ia contar com tributo sobre a comercialização de veículos automobilísticos.⁴⁸

A vinculação crescente de tributos a aplicações específicas, por um lado, tornava o orçamento federal cada vez mais fixo: ao fim da presidência JK, mais da metade já estava com destino comprometido. Por outro lado, a vinculação tributária induzia a intensificar o planejamento global por via “*da mais empírica*” que, se não era a mais harmônica, era a possível (Lessa, 1963, pp. 164 e 102-103).

Continuando a resenhar Lessa (1963, pp. 100-101 e 103), na consolidação dos múltiplos ramos de atividades da indústria automobilística, o Plano de Metas suportava a produção inicialmente desvantajosa da CSN, da Vale e da Petrobras, bem como, com as empresas de produção e distribuição de eletricidade, subsidiando a indústria eletromecânica, importando “sem cobertura cambial” máquinas européias etc. Em paralelo à própria intervenção juscelinista, portanto, era ampliada notavelmente a participação pública na vida brasileira, forjando aparelhos para intervir na produção de eletricidade, em atividades do ramo de transporte, no juro bancário etc. A ampla participação pública na produção de toda sorte de artigos industriais comparativamente desvantajosos, em grandes empresas de variados ramos de atividade como a de Rodovia, Ferrovia, Hidrovia, Eletricidade, Petróleo, de Motores, “*a curiosa NovaCap*” etc., eram apresentadas em circunstância de uma intervenção pragmática para fazer a Revolução Industrial Brasileira, e não, forjadas em virtude da direção de uma classe particular. Em poucas palavras, o “*alicerce*” da política industrial juscelinista era a participação pública, que suportava as empresas particulares produzindo um mínimo ruído entre as classes.⁴⁹

⁴⁸ Por sua vez, o Fundo de Eletricidade, forjado em 1954, contava com orçamento vultuoso, mas que permanecia insuficiente (Lessa, 1963, p. 164; Serra, 1982, p. 21). Somente em 1962, todavia, o tributo passava a ser sobre o valor, e apenas em 1963, o Fundo passava a ser também vinculado ao tributo sobre o orçamento familiar (Lessa, 1963, pp. 150-151).

⁴⁹ Na indústria de transportes, até 1955, o modo automobilístico era consumido e mantido, mas não produzido, pela população brasileira. A participação pública na atividade tinha passado das prioridades de importações para incluir o manejo da produção e da distribuição da CSN, da Vale e da Petrobrás, bem como, das elétricas, além do juro bancário manipulado pela Sumoc, o BB e a Caixa, tanto para a produção quanto para a distribuição e, sobretudo, o consumo dos novos veículos automotores. Finalmente, a vinculação dos tributos sobre o orçamento familiar, a importação de combustível e comercialização de autos, somados às atividades das empresas federais supracitadas, conjugaram a Instrução 113 com um instrumental altamente produtivo de política industrial (Lessa, 1963, pp. 103-104). Antes da política industrial da presidência Juscelino, cada ramo de atividade e até setor era tratado isoladamente entre si; mesmo que com consulta conjunta ocasional, a intervenção era reativa à produção específica. Se o Plano de JK procedesse assim reativamente, haveria consubstanciado uma política errática, sem consolidar a atividade industrial brasileira. O Plano atuava como pioneiro, em ramos de atividades desvantajosos, complementares e consensuais, manipulando o juro bancário com o BNDE. A partir da política industrial de Kubitschek, o Banco – o único credor brasileiro de longo prazo – passava a atuar no ramo de ferrovia e

Segundo Lessa (1963, pp. 59, 105, 99-100), o BNDE, a “*peça fundamental da fisiologia do Plano de Metas*”, centralizava informalmente a análise dos variados programas públicos e privados, ferramenta mediante a qual podia ocorrer a política industrial juscelinista na vida brasileira; a partir da prioridade de importar máquinas pela Instrução 113, o Banco programava a atividade industrial nacional, tornando empreendimentos particulares vantajosos, os conjugando com as vinculações estatais. A seguir, as metas de aumento da produção de empresas particulares eram articuladas pelos múltiplos Grupos Executivos diretamente subordinados à presidência Kubitschek, que coordenavam as ferramentas tanto do BNDE quanto da Sumoc e do Ministério da Fazenda junto ao BB.⁵⁰

A Instrução 113 da Sumoc, atraindo toda cópia de empresas estrangeiras, conjugada com a intervenção do BNDE, direcionando toda sorte nos juros de longo prazo, eram coordenadas nos múltiplos Grupos Executivos. Estes, atuando desde a definição de quais máquinas importadas eram prioritárias, até nas normas técnicas de sua produção, coordenavam a atuação empresarial com os respectivos aparelhos públicos, em horizonte de “ganhos múltiplos”. Proliferando durante a política industrial de JK, os múltiplos Grupos Executivos “*substituíam parcialmente*” a intervenção de um aparelho de planejamento central (Lessa, 1963, p. 109).

Segundo Benevides (1976), mesmo que em apoio contraditório de diferentes classes, a proliferação dos múltiplos Grupos Executivos possibilitava a presidência se esquivar de atributos legislativos, ao mesmo tempo que “substituíam” parte de seu apoio na representação pública propagada por meio de jornais, rádios e televisores consolidados pela indústria eletro-mecânica, de papel e papelão etc. Sem a passagem legislativa, o parecer científico emitido para a política industrial coordenada nos Grupos

hidrovia; eletricidade e água; produção de máquinas da indústria de “base”; armazéns e indústria metal-mecânica de beneficiamento da produção agropecuária; indústria metal-mecânica, petroquímica etc. de máquinas e equipamentos industrializados para a atividade agropecuária. Talvez mais importante, o Banco passava a avaliar a dívida em dólar contraída pela empresa solicitante, acompanhando sua viabilidade, prioridade e até controlando o empreendimento, assim disciplinando o aumento da produção e distribuição das maiores empresas brasileiras. O BNDE era, pois, a passagem de praticamente todos os grandes programas públicos e privados, os compatibilizando, priorizando e manipulando de modo “*não declarado*” os diferentes projetos industriais em valorização decidida (Lessa, 1963, pp. 104-105).

⁵⁰ Por um lado, o câmbio de moedas, manejado a nível presidencial, passava a ser direcionado para a “infra-estrutura” da indústria decidida; por outro lado, o juro bancário informalmente coordenava a política industrial na atividade automobilística e ramos correlatos (Serra, 1982, p. 17; Lessa, 1963, p. 106). Em conjunto, portanto, o câmbio passava a ser manipulado pela Sumoc, com o juro pelo BB, BNDE e Caixa, junto aos empresários do ramo nos Grupos Executivos presidenciais. A partir do tributo vinculado para as empresas públicas como CSN, Vale, Petrobrás etc., era tornada altamente vantajosa a indústria produtora de máquinas produtoras de máquinas e equipamentos industriais em torno do emblema automobilístico (Serra, 1982, p. 23).

Executivos e propaganda nos jornais, rádios e televisores possibilitava a presidência da República se fazer o porta-voz da população contemplada na legislação trabalhista, bem como, no sufrágio, e principalmente daquela à sua margem com legitimidade meritória, interiorizando a indústria automobilística até Brasília.

De acordo com Lessa (1963, pp. 109-110), os Grupos Executivos, forjado em 1954 como o Conselho Nacional de Abastecimento e Preços (Conep), com o Plano de JK, passavam a ser normais. No tocante ao “*mais conhecido e atuante*” Grupo Executivo, o da indústria automobilística, o instrumento forjado era um colegiado com representantes do Ministério de Viação e Obras Públicas, BB, BNDE e Sumoc. O Grupo Executivo, avalizando projetos dos variados ramos da indústria automobilística, acompanhava a empresa contemplada que ganhava regalias tributárias, prioridade na importação de máquinas “sem cobertura cambial” etc. Sobretudo, o GEIA ia diferir de outros Grupos Executivos, não só pelo seu arbítrio fiscal amplo, como por sua duração: enquanto alguns poucos duraram e o da indústria naval atravessaria décadas, o automobilístico ia terminar confundido com a própria presidência Juscelino.

Ainda segundo Lessa (1963, p. 110-111), os múltiplos Grupos Executivos forjados ao longo do próprio Plano de Metas, coordenando o instrumental de política industrial à disposição da política de JK mediante caminho pragmático, uniam os diferentes ramos de atividades setoriais atuando como um aparelho de planejamento central informal, uma vez que, caso atuassem de modo descentralizado, a intervenção sobreporia diferentes programas. Sem centralização prévia, foram sendo forjadas ferramentas de interferência geral na vida nacional: primeiro via BNDE, segundo via prioridades de importação “sem cobertura cambial” da Sumoc, o manejo do câmbio de moedas, passando a ditar as operações do Banco do Brasil, a respeito do juro da moeda nacional, era, finalmente, levado à exaustão pelo Programa de JK.⁵¹

No prolongar da própria política industrial do Plano de Metas de JK, a prioridade de importação, centralizada na Sumoc, disciplinando no BNDE o aumento da

⁵¹ Em 1955, não era, portanto, necessário um planejamento central oficial para a transformação industrial, a partir do qual o Plano de 1956 forjava políticas condizentes com tal “margem de manobra”. Oficialmente, em 1956, era possível a presidência coordenar o planejamento central por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento, instrumento forjado diretamente subordinado ao executivo federal, composto por Ministérios e diretores das empresas federais; embora o legislador federal houvesse forjado o Conselho como aparelho de planejamento central, o mesmo não o podia ser, por não contar com a coordenação com outros instrumentos, que apenas informalmente foram unificados em torno dos múltiplos Grupos Executivos. Sem contar com instrumental amplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento teria atuação restrita no planejamento setorial, subdividido em subgrupos que acompanhavam o Programa de Metas (Lessa, 1963, pp. 112 e 165-166).

produção dos Grupos Executivos pelo caminho que oferecesse o menor ruído entre as diferentes classes brasileiras, a cada novo atrito identificado, se forjavam novas ferramentas na margem da democracia liberal, relativamente produtivas para cada caso específico; em conjunto, não tanto (Lessa, 1963, pp. 112 e 166).

O caso extremo de uma intervenção contraditória era o manejo cambial, mediante o qual a presidência priorizava a importação para a produção industrial, ao mesmo tempo em que “reservava” o consumo para a mesma. O atrito de tal política estrangeira junto à representação nacionalista era suportado temporariamente pelo apoio liberal que a forjara, possibilitando a presidência só começar a alterar a política de comércio internacional em 1957-1958, a partir da Reforma Aduaneira.⁵²

Seguindo Lessa (1963, p. 108), além do manejo aduaneiro valorizar a indústria metal-mecânica produtora de tratores, a Reforma aprovada pelo legislador em 1957 possibilitava ampla manipulação no subsídio da importação de máquinas produtoras de fertilizantes, até a produção nacional não atender o consumo brasileiro, segundo safras específicas. A Reforma Aduaneira, em suma, ia ser a “*mais importante reforma instrumental*” forjada pelo legislador brasileiro durante a presidência JK.

Contudo, a reforma na política aduaneira, alterando a intervenção federal no comércio internacional, não tinha significado uma mudança no aparelho de câmbio, dos juros e dos preços, que foram agregados na margem do painel instrumental liberal.⁵³

⁵² A Reforma Aduaneira, forjada pelo legislador, ia induzir ao abandono da política cambial desgastada, em razão da manipulação da aduana possibilitar manter, de modo mais simples, tanto a prioridade de importação para a produção industrial quanto a “reserva” de seu consumo. Somente na Reforma Aduaneira em 1957, pois, “*parece ter o legislador superado o empirismo*” liberal, abandonando o tabu de que a competência tributária era apenas legislativa, cultura que induzira a presidência a interferir na produção por meio cambial. Por meio da Reforma Aduaneira, era forjado um instrumento que passava a conferir maior presteza na manipulação do comércio internacional. Ainda mais importante, a partir da Reforma Aduaneira, o legislador federal decidia proteger a produção industrial nacional, possibilitando que um plenário de representantes públicos, empresariais e trabalhistas manipulasse tanto a tarifação parcial – para valorizar uma nova atividade – quanto a total – para valorizar uma cultura já estabelecida (Lessa, 1963, pp. 106-107). Combinando as duas modalidades aduaneiras aprovados pelo legislador federal em 1957 para começar a vigorar no ano seguinte, a prioridade automobilística, em torno da produção metal-mecânica, elétrica, petroquímica etc., igualmente possibilitava a consolidação da indústria cinematográfica brasileira. Especificamente por meio do manejo aduaneiro, pela tarifação parcial, o plenário setorial valorizava a importação de películas, ao mesmo tempo em que, pela tarifação total, protegia a indústria eletro-mecânica paulista de equipamentos cinematográficos. O efeito da modificação aduaneira produzida pela política industrial juscelinista, assim, ia resultar rapidamente no êxtase experimentalista, sobretudo carioca, ao começar os anos 60, difundido nos aparelhos televisivos familiares (Galvão & Souza, 1986). O entretenimento televisivo “substituiu” a atividade cinematográfica que por seu turno vinha “substituindo” a festividade religiosa. Esta, até então comunicada sobretudo por rádio e meio impresso, apenas após a retomada conservadora, na década de 70, passaria a se utilizar da difusão da imagem à longa distância.

⁵³ As emendas na margem da Constituição de 1946 aumentavam tanto a base de arrecadação tributária, quanto o gênero dos tributos, possibilitando ampliar a participação nacional na vida brasileira. Com a Sumoc controlando o câmbio da moeda, o Banco do Brasil a quantidade de moeda nacional e o BNDE o

Dentre os múltiplos aparelhos de intervenção forjados a partir da transformação industrial Programada nas Metas da presidência Juscelino, as empresas públicas passavam a assumir uma colaboração estreita com a indústria produtora de máquinas prioritárias, relação difícil de ser rompida; junto da relação direta das empresas com o público brasileiro, estava sendo induzida, por conseguinte, uma redefinição fundamental sobre a vida nacional ao começo dos anos 60. Em suma, até em virtude da mudança na atribuição pública durante a própria política implementada, no momento imediatamente posterior ao Plano de Metas ia se produzir um novo debate nacional, na qual a consecução de reformas amplas ficava praticamente unânime. Imediatamente após a intervenção juscelinista, se generalizava, enfim, a proposta de implementar outras reformas globais (Lessa, 1963, pp. 108, 116, 114 e 109).

A prioridade cambial é considerada em Lessa (1963, pp. 112-114) como uma manipulação “*tosca*”, que permitia dirigir a política industrial relegando as demais; face o incremento monumental da produção brasileira durante a presidência JK, o manejo cambial diminuía a resistência entre as diferentes classes, ao mesmo tempo em que distanciava ainda mais as variadas ferramentas de intervenção que vinham sendo forjadas, induzindo ao desperdício de umas e o desgaste de outras. Ao mesmo tempo em que tais novos instrumentos eram forjados, a representação pública não era reordenada, pelo contrário, a transformação vinha agravando o desequilíbrio prévio.

Segundo Lessa (1963, p. 117), o Programa de Metas forjava uma intervenção pragmática, mas que não só conservava a marginalidade conjunta como, principalmente, fazia a mesma assumir conotação grave. Mesmo que parte da vida nacional estivesse

juro de longo prazo, em conjunto, possibilitava ao planejamento público disciplinar todo comércio com a moeda brasileira. Ademais, após o Plano iam ser forjadas novas empresas federais de transporte hidroviário e ferroviário, petróleo e minerais, bem como, eletricidade. A atividade pública brasileiro passava a planejar todo o comércio agro-exportador da lavoura de café, cana, cacau, borracha mate etc.; monopolizava subsolo; ia ser a maior programadora de radiodifusão; arbitrar o valor do trabalho industrial e comercial, da moeda e do pão. Ia começar, finalmente, a atuar na própria produção agropecuária brasileira e já “*produz álcalis e caminhões*”. Além de forjar o Banco da Amazônia, a antiga Dnocs era “substituída” pela Sudene, produzindo, em suma, uma coletivização da produção, da distribuição e do consumo da vida nacional, que passava a desequilibrar a relação entre público e particular constituída em 1946. Ao longo do Plano de JK, os Institutos de proteção da lavoura exportadora disciplinavam tanto a produção, quanto a comercialização, os estoques e os embarques; além da intervenção da Superintendência amazônica e nordestina, assim como, dos diversos bancos estaduais, o BNDE, valorizava a “infra-estrutura” de transporte, armazenagem e comercialização da produção agropecuária, enquanto o BB, por sua vez, atuando sob a rubrica de “alimentação”, ao mesmo tempo que aumentava o crédito à lavoura passava a poder garantir o preço do cultivo brasileiro de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca. Finalmente, a intensificação das competências públicas na rubrica de “alimentação” motivaria que o Conselho Federal de Abastecimento e Preços (Cofap) fosse, a seguir, transferido para a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), aparelho forjado especificamente para valorizar a o cultivo do trigo, bem como, a expansão dos armazéns estaduais (Lessa, 1963, pp. 108-109, 115 e 167-168).

contando com um planejamento global, esta parcela era insuficiente, face à grande transformação promovida a partir da intervenção juscelinista. Posteriormente ao Plano de Metas, as ferramentas disponíveis à intervenção eram mais amplas, mas, face a grande transformação produzida, persistia o desequilíbrio. Nesse sentido, o Plano de Juscelino se mostrava insensível às reformas, razão do agravamento do desequilíbrio distributivo nacional especialmente na própria produção industrial, cuja transformação era praticamente limitada à produção paulista, atingindo o resto da população sobremaneira na distribuição e no consumo.

Conforme apontado em Camargo (1986, p. 155), quando, ao longo da Revolução Industrial programada, o apoio contraditório à política industrialista pelo PTB e PSD entrava em desequilíbrio quanto à política agrária e cambial, que passavam a assumir proporções calamitosas, a presidência JK canalizava a reanimação generalizada a um específico ponto, forjando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.⁵⁴ De acordo com Lessa (1963, p. 117), a política industrial juscelinista, conduzindo diferentes classes brasileiras “à dianteira” de qualquer colisão, como na fundação da Sudene, não se defrontava com desequilíbrio incontornável, *“foi fácil e permitiu desperdício crescente, só sentido após.”*

Segundo Lessa (1963, p. 167-168), o legislador federal – majoritariamente pessedista e udenista – conservando o bloqueio às distintas vertentes de reforma na vida agrária nacional, seja a trabalhista quanto a imobiliária dos empreendimentos agropecuários, passava a aceitar parte da intervenção na comercialização agrícola, mas, sobretudo, com respeito à política industrial agrícola. Kageyama et ali. (1990, pp. 177) indicam que na vertente comercial, em razão da linha de menor atrito, a presidência da República conservava a política de garantia de preços direcionada para o comerciante, e

⁵⁴ Enquanto o projeto de reformar a vida agrária nacional unia diferentes classes brasileiras que vivia nos diferentes municípios rurais da República, a presidência Juscelino intervinha no atrito explosivo sem conteúdo de classe, universal e geral, mas em torno de uma região específica, tornando o ruído um problema pontual, localizado e particular. Quando a colisão entre as classes brasileiras ameaçar explodir, a presidência JK, respondendo com a Sudene, tornava a reforma na vida agrária nacional uma questão de reformar a região nordestina, saciando tanto o PTB, quanto o PSD e até a UDN (Medeiros, 1982, pp. 109-110). Mesmo que em discordância entre si com Julião, Arraes, Furtado, Padre Melo et ali., a Sudene atraía o apoio nacionalista e reformista, empresarial e rural, levando a “Revolução de 30” até a população nordestina, aumentando o trabalho, a produção e o consumo industrial da região (Ianni, 1967, pp. 86-87). Igualmente, tanto a Juventude Universitária Católica quanto a União Nacional dos Estudantes, concorrentes entre si, se uniam em torno da Sudene; na cerimônia de fundação da Superintendência nordestina, a presidência Juscelino, inclusive, proferia que sua aprovação pelo legislador federal dava graças à providência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Perocci et ali., 1986, pp. 366 e 368-369). A Sudene, forjada “de fora”, quebrava a inércia da população da região, aumentando a produção industrial, mesmo sem mudar seu valor (Cardoso, 1963, pp. 141 e 107). No momento de glória da política do pessedista, quando a produção industrial paulista era consolidada, o trabalhismo finalmente chegava à população nordestina com a Sudene a seu “reboque” (Ianni, 1967, p. 89).

não ao produtor. Segundo Camargo (1986, pp. 155 e 153), limitada pela ordem democrática liberal, a presidência Juscelino até projetava uma reforma na vida agrária, em vertente imobiliária que valorizasse a produção brasileira contra a “subversão” distributiva, acalmando, assim, os antigos “coronéis” do seu PSD, enfatizando que a reforma seria restrita ao ITR, e a mudança, à “agroindústria”.⁵⁵ De acordo com Carvalho (1978 p. 169), Juscelino Kubitschek nunca mudou de partido sobre o tema delicado, aceitando reformar a vida agrária de acordo com a Constituição de 1946, redistribuindo a produção agropecuária nacional para que o lavrador possuísse “terra” própria, valorizando sua produção, bem como, equilibrando a exploração entre as diferentes classes da população brasileira e, sobretudo, minimizando a “subversão” à ordem distributiva liberal.

Discursando no Primeiro de Maio de 1956, a presidência JK proclamava ser contra a exploração feudal e pela transformação industrial, propondo reforma no ITR. Todavia, 1956/1957 era o biênio mais desequilibrado quando, pragmaticamente, a intervenção juscelinista precisava impulsionar a mudança industrial atraindo o apoio da classe agrária (em Camargo, 1986, p. 155). Segundo Medeiros (1982, p. 107), acomodado na linha de menor resistência, o Programa da presidência não reformava a vida agrária nacional, mas unicamente consolidava a produção industrial, para posterior conclusão de sua transformação até a “agroindústria” reformada em JK 65.

Em conjunto, a presidência ajustava o instrumental disponível à política industrial contraditoriamente, forjando novas ferramentas que permaneciam marginais entre si, ou até em choque. Peculiar na ordem democrática liberal brasileira, na presidência JK eram forjados – e/ou usados até as últimas conseqüências – o orçamento cambial, estrangeiro, aduaneiro e tributário, em razão da prioridade de importações e, em especial, postergando o desequilíbrio na política de preços (Limoeiro, 1972, pp. 172-173). A política de preços, refletindo a política de distribuição do aumento da produção, do comércio e do consumo, sintetizava o industrialismo de JK, passando a ser

⁵⁵ Conforme lembra Camargo (1986, pp. 153-154), caminhando uma política industrial pragmática, a campanha juscelinista tinha sido condicionada, pelo PTB, ao apoio presidencial à reforma na vida agrária nacional por meio da vertente trabalhista, imobiliária e comercial, bem como, do ex-ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, na vice-presidência. Na campanha presidencial de 1955, por um lado, o representante socialista preconizara a necessidade de medidas imediatas, como o confisco de imóveis valorizados por obras públicas de construção, pavimentação e especulação de rodovias. Por outro lado, o representante udenista designava seu projeto de reforma vida agrária como uma “Revolução Branca”. Ambos candidatos presidenciais, junto ao apoio trabalhista, obrigavam JK não apenas a se pronunciar sobre o tema conflitante, como sobretudo a precisar seu limite: a Constituição de 1946.

analisada a seguir como a própria conclusão do programa apresentado pela presidência eleita democraticamente.

2.3.4.5 - a política de preços da presidência JK

De acordo com Limoeiro (1972, pp. 173-174), na representação juscelinista, a variação nos preços, reflexo do desequilíbrio na distribuição da produção e do consumo, animando propostas de agro-reformar a ordem democrática liberal ruralista, induzia à sua “subversão”. Para combater a variação dos preços, equilibrando a distribuição da produção e do consumo, o Plano de 1956 adotava o caminho que conservasse a ordem democrática liberal constituída em 1946 oferecendo, a cada passo forjado, o mínimo ruído entre as classes brasileiras, em torno daquilo que apresentasse consenso relativo. Com esse diagnóstico e tal objetivo, a presidência intervinha com uma política industrial que agisse como um desidrato: aumentar a produção para distribuir seu consumo normal e meritocraticamente para, por esse caminho “liberal” heterodoxo, equilibrar a variação nos preços.

Conforme é possível narrar a partir de Limoeiro (1972, p. 173-174), embora a prudência liberal prescrevesse que a contenção do consumo distribuía meritocraticamente a produção em virtude das atividades comparativamente mais vantajosas e assim equilibravam a variação nos preços, a presidência Juscelino Kubitschek considerava que, por esse caminho ortodoxo, não se combatia a razão do desequilíbrio que induzia à “subversão” reformista. Na presidência Juscelino, a razão da variação nos preços não era a participação pública na vida nacional, que era apenas outro reflexo do desequilíbrio principal: a produção que não “acompanhava” o crescimento do consumo. O desequilíbrio entre a produção e o consumo, que se refletia a variação nos preços, sendo a razão profunda da “subversão” reformista, fazia com que esta sim, que ia ser objeto de intervenção da política industrial. A intervenção de JK, ao invés de conter o consumo – retração que podia induzir à “subversão” – aumentava a produção, para atingir um novo equilíbrio.

Segundo Serra (1982, p. 16), a recusa na contenção do consumo era virtude de, sendo o aumento na variação dos preços reflexo da transformação industrial, que aumentava a produção, o desequilíbrio de sua distribuição até o consumo ia ser temporário. A razão da variação nos preços não estava, pois, na política pública que participava da produção industrial brasileira, que aumentava a produção, o comércio e o

consumo nacional, mas que o então aumento da produção por meio liberal não estava equilibrando-se com o crescimento normal do consumo.

De acordo com Lessa (1963, pp. 72-73), na política industrial consubstanciada no Plano de JK, o tratamento da política de preços, com respeito ao juro e ao câmbio da moeda nacional, ao tributo e ao orçamento público, e, finalmente, ao valor dos produtos e do trabalho, todos, estavam subordinados à prioridade de aumentar a produção industrial brasileira. Em sentido semelhante, Malan (1986, pp. 78-79) reclama que a política industrial da presidência JK detalhava unicamente as metas de aumento da produção física, jamais mencionando sobre seu planejamento orçamentário, nem sobre a política de moeda e preços, tampouco sobre a política tributária, quanto mais sobre a destinação orçamentária e muito menos sobre o comércio internacional.

Segundo Lessa (1963, p. 73), no biênio 1956/1957, a diminuição no valor do café, agravava o desequilíbrio cambial; a cultura liberal ruralista, a presidência ianque e o FMI prescreviam ter parcimônia, contendo o consumo para equilibrar os preços. A intervenção juscelinista contrariava o liberalismo ortodoxo frontalmente, priorizando revolucionar a produção, explicitamente continuando a “substituição” de importações de máquinas e equipamentos industriais para conservar o crescimento normal do consumo.

Limoeiro (1972, p. 174-175) observa que a presidência Juscelino prosseguia aumentando a produção aparentemente alheio à alta nos preços, inclusive quando sua aceleração agravava o desequilíbrio de sua distribuição ao consumidor. Adotando medidas imediatas que contradiziam medidas futuras, a presidência Kubitschek continha o consumo de artigos antigos para, no futuro, equilibrar a produção e o consumo dos produtos novos; desde que a retração no consumo de gêneros “antigos” não afetasse o aumento da produção da futura indústria automobilística, mediante a ação coordenada, a participação pública na produção, mesmo que acentuasse o desequilíbrio, era acomodada temporariamente manejando o câmbio, o juro e o tributo, ainda que agravasse ainda mais o desequilíbrio futuro, sob o propósito de continuar aumentando a produção industrial. O agravamento do desequilíbrio, refletido na aceleração da alta dos preços, só deixava de ficar aparentemente alheio à presidência JK quando o mesmo retraísse o orçamento público que, incapacitado de acomodar o atrito entre as classes, provocasse ruídos.

Em poucas palavras, na representação juscelinista, a política de conter a alta nos preços era, assim, subordinada à transformação da produção industrial. A presidência JK intervinha explicitamente contra o desequilíbrio distributivo, que acelerava a alta nos

preços e induzia à “subversão” que propunha reformar a ordem democrática liberal. Contra o desequilíbrio que variava os preços, mesmo em aceleração inflacionária, a presidência JK não continha o consumo, mas aumentava ainda mais a produção.

Segundo Malan (1986, p. 79), em 1958, no início da aceleração inflacionária, a prescrição liberal de conter consumo, retraindo a participação pública e o orçamento federal, para restabelecer o equilíbrio, era recusada rapidamente na presidência JK. Conforme enfatiza Limoeiro (1972, p. 175), uma vez que a contenção da participação pública, do orçamento federal e do consumo particular ia comprometer a política industrial, a presidência Juscelino expressava que, contra a alta nos preços, apenas aumentando a produção.

Segundo Limoeiro (1972, p. 176), em 1959, face a aceleração na alta dos preços, a presidência Kubitschek discursava que a política de aumento da produção industrial estava saciando o crescimento do consumo e, em breve, alcançaria o equilíbrio. Diante da espiral inflacionária, a presidência JK retraía o consumo do que não sacrificasse o aumento da produção industrial em curso – evidenciando, pois, que a aceleração na alta dos preços era política referente mais ao atrito entre às diferentes classes brasileiras, do que, propriamente, de contrair o consumo. No limite, a política industrial juscelinista ia inclusive conter o crédito ao consumidor por meio da manipulação do juro da moeda, e do aumento dos depósitos compulsórios dos bancos junto ao BB, mas sempre para priorizar o aumento da produção.

Ainda segundo Limoeiro (1972, pp. 176-177), a política juscelinista de aumentar a produção industrial, em ramos de atividade prioritários, minimizando o desequilíbrio entre a produção agropecuária e o consumo industrial, intervinha, fundamentalmente, na atividade de “infra-estrutura básica” de energia, transporte e comunicação, no qual tudo o mais era sua razão. A prioridade na ampliação da participação pública em tal atividade tornava vantajoso o aumento da produção prioritária mediante mecanismos múltiplos, programando, sobretudo, o incremento do valor, pela produtividade e não pela quantidade, por meio da importação de máquinas produtoras de artigos industriais graças à Instrução 113 do ministério Gudin, avalizada pelo BNDE de Roberto Campos e coordenada nos Grupos Executivos presidenciais.

Segundo discursado na presidência JK para todas as classes brasileiras, mas sobretudo os agricultores, “*afirmava há um ano o professor Eugênio Gudin*” que

não basta, pois, produzir mais, é preciso melhorar a produtividade, aumentando o rendimento dos fatores de produção, o que será conseguido se empregarmos na indústria, nas culturas, na pecuária, em todas as atividades, em suma, a

racionalização do trabalho e os processos técnicos que a ciência e a experiência modernas puseram à disposição do mundo para que houvesse mais pão, mais conforto, mais amparo à criatura humana (citada em Limoeiro, 1972, p. 177).

Conforme destaca Limoeiro (1972, p. 177), a política industrial juscelinista não expressava, pois, apenas o aumento da produção, mas, sobretudo, a mudança no seu valor, por meio de nova indústria praticamente completa em seus principais ramos, unindo todas as atividades em torno de tal nova cultura automobilística, que ia incrementar o consumo brasileiro em vida nova. O principal da política caminhada pragmaticamente por Juscelino era, assim, direcionar o trabalho nacional para passar a aumentar o valor da produção industrial. A representação juscelinista, programando consolidar a indústria automobilística sem questionar o meio com que o fazia – já eleito democraticamente em atrito mínimo entre as classes brasileiras – não problematizava que tal cultura expressava tanto um mecanismo de mudar, quanto de conservar.

De acordo com Lessa (1963, pp. 74-76), na presidência Kubitschek, a política de preços não era alheia ao aumento da produção industrial automobilística para consolidar a nacionalidade brasileira construindo Brasília, plano monumental que implicitava alguma política de preços. Na política juscelinista, a mudança industrial ia produzir desequilíbrio, que o mais rigoroso plano orçamentário dificilmente poderia prever – quanto mais um programa pragmaticamente empírico.

Segundo Lessa (1963, p. 75), seguindo pelo caminho que oferecesse menor resistência entre as diferentes classes, forjando novidades agregadas à margem da vida nacional, em geral, a aceleração do desequilíbrio distributivo, expresso na alta dos preços, era canalizada para o câmbio, consagrando a política de preços como “*secundária e coadjuvante*” à prioritária política industrial. A presidência JK raramente continha a alta de preços: normalmente, corroborava-a, aumentando a produção industrial brasileira até o fim da construção de Brasília.

Em síntese, Lessa (1963, p. 76) indica que a política de preços do Plano de JK era acelerar a alta dos preços, expelindo-a para o câmbio. A política industrial juscelinista implicitava a alta dos preços, mas a assumia como temporária, uma vez que o aumento da produção ia equilibrar o consumo.

Segundo Lessa (1963, p. 76), subordinando todas as políticas ao aumento da produção automobilística por caminho que incrementava o orçamento público destinado à continuidade do aumento de tal produção em processo circular, a presidência apaziguava o atrito – temporariamente. Ao final da década de 50, a medida contraditória

de conter o consumo antigo, aumentando a produção prioritária, atraía apoio imediato em coerência temporária. Toda a transformação feita pela política industrial juscelinista era contraditória, mas encontrava sua razão no caminho que oferecesse menor resistência, contemporizando os contrários em virtude do aumento da produção prioritária ser consensual entre as diversas classes em harmonia passageira.

Retornando às considerações de Lessa (1963, pp. 76-77), a política juscelinista, transformando a produção industrial ao mesmo tempo em que conservava a cultura ruralista, mudava apenas a relação entre as diferentes classes, mas, em si, nenhuma era desvalorizada. A presidência Juscelino, forjando uma política de transformação industrial pela margem, fazia que o aumento da produção compatibilizasse a mudança da vida rural para a industrial, ao mesmo tempo em que continha a valorização do trabalho por meio aparentemente incoerente, de vez que postergava o desequilíbrio imediato aprofundando o futuro.

Apenas após a Revolução Industrial Brasileira, observando posteriormente o caminho percorrido *“às palpeladas da maneira a mais empírica”* pela presidência Kubitschek, é possível interpretar que a política industrial não havia tido um planejamento central oficial em razão de *“tudo se passou como se tivesse a evolução anterior obrigado a continuidade de transformação estrutural e disposto as condições para a execução da política, na aparência, paradoxal.”* (Lessa, 1963, pp. 76-77) O paradoxo aparente da produção industrial consolidada na presidência Kubitschek era razão de que todos os possíveis atritos entre as classes dirigentes eram canalizados para a política de preços que, quando não eram expelidos sobre toda a população brasileira pelo câmbio, passavam a ser objeto de intervenção específica; este era o caso da política de preços de alimentos consumidos pela população brasileira.

Segundo Lessa (1963, pp. 77-78), o valor dos alimentos era alvo da política industrial juscelinista por meio do tabelamento do preço máximo junto ao consumidor, continuando a política de preços agrícolas praticada anteriormente sem sucesso. Todavia, mesmo que o tabelamento em preço máximo desvalorizasse o cultivo consumido pela população brasileira, onerando o produtor em benefício do comerciante, fazia o consumidor industrial se sentir representado ao menos na aparência, do modo do mais inócuo, portanto, minimizando o atrito entre as classes. O tabelamento em preço máximo surtia algum efeito apenas em outros itens presentes no orçamento familiar como o aluguel nas maiores aglomerações, bem como, da tarifa de transporte de passageiros dentre as mesmas. A continuidade da política de preços, que tabelava em

preço máximo produtos normalmente apreciados, mas ora em escassez, era, assim, um caminho exemplar encontrado de baixa resistência imediata, que aprofundava o desequilíbrio.⁵⁶

Ainda seguindo Lessa (1963, p. 127), aumentando a produção em geral, a política de transformação industrial valorizava o crescimento da comercialização agropecuária na ordem de 7% ao ano, em simultâneo declínio expressivo da lavoura exportadora em conjunto. Com respeito a esta, a política de preços juscelinista valorizava incrementar a produtividade nas novas fronteiras rasgadas pela indústria automobilística.

Expandindo a fronteira produtiva nacional monumentalmente, a alta nos preços era contida – temporariamente – pelo aumento da produção, sem diminuir o consumo. A extensa participação pública na vida nacional refletia a meta da presidência de JK, que era preservada sem vacilação, mantendo interferências, forjando novas e pacificando setores em atrito (Lessa, 1963, pp. 78 e 80).

Embora o desequilíbrio entre a população brasileira fosse muito mais grave que dos demais latino-americanos, a peculiaridade nacional de seguir mais tempo distante da náusea liberal, ianque e do FMI era que o crescimento da produção industrial nacional anterior a 1955 vinha valorizando as novas fronteiras produtivas à margem do desequilíbrio geral, coexistindo com o desequilíbrio particular, que aumentava os preços menos que a expansão da produção (Lessa, 1963, pp. 29-30).

Conforme registra Lessa (1963, pp. 33-34), o alargamento da fronteira produtiva nacional, desbravada pela comunicação dos variados municípios da República com o modo automobilístico, com caminhões, autos de passeio, caminhonetes etc., aumentava o valor do produto como era cultivado entre o trabalhador agropecuário, industrial e comercial. Durante o processar da política presidencial, o desequilíbrio inicial ia ser agravado, mas dissolvido pelo aumento da produção; ao menos por um tempo, o aumento da produção podia ter sua distribuição até o consumo sem reflexo nos preços em razão da própria intervenção pública, consubstanciando a fortuna do Plano de JK. Enfim – ao menos temporariamente – era possível equilibrar o aumento da produção,

⁵⁶ Semelhante era o caso de outros produtos consumidos pela população brasileira, como o papel (para jornais e revistas) e da celulose (para embalagens e transportadoras). Finalmente, por meio da CSN, Vale, Petrobrás, empresas federais de produção e distribuição de eletricidade etc., a política industrial juscelinista diminuía o preço do aço, da eletricidade, do combustível etc., aumentando o consumo de novos produtos industriais da indústria eletro-mecânica em programação (Lessa, 1963, p. 78).

expandindo o consumo por meio da alta nos preços, atraindo apoio tanto da nova produção industrial, quanto do antigo trabalho agropecuário.

Após a política de JK, quando era consolidado tal novo caminho de aumento no valor da produção brasileira, a mesma política passava a se ver obrigada a conter o orçamento público, o consumo familiar e a reanimação nacional. Ao mesmo tempo, porém, a política pública continuava obrigada a manter a produção programada na indústria de energia e transporte – mesmo após a intervenção juscelinista, o aumento da produção precisava ser completada, “*sem surpresa*”, em virtude de que a atividade de “infra-estrutura básica” era programada em horizonte amplo (Lessa, 1963, pp. 135 e 171).

De acordo com Lessa (1963, p. 80), de ainda mais peso para a vida nacional posterior à segunda metade da década de 50, a partir desse momento, o aumento da produção industrial atingia não apenas o “ponto de arranque”, como possuía ciência de sua classe de valor. Conforme lembra Martins (1978, p. 114), a política pública participando na produção industrial não era só crescente, como, principalmente, se retroalimentava em “ganhos múltiplos”: desde o início da República, o tributo sobre industrializados já era maior fonte orçamentária pública, mostrando a vitalidade da indústria para a própria vida nacional. Segundo Lessa (1963, p. 136), as inovações tributárias, forjadas vinculando seu orçamento para a expansão da produção industrial, assim ampliavam a arrecadação em círculo virtuoso, para a indústria em geral, e ainda mais para o emblema automobilístico. Apenas a partir da política pioneira de JK, todavia, a classe industrial passava a ficar ciente de seu valor, passando a cultivar o apoio público para aumentar sua produção.⁵⁷

Para Lessa (1963, pp. 141-142), a partir da consolidação industrial brasileira, a comercialização da produção de máquinas produtoras de artigos industriais como automóveis, tratores etc. induzia a reformar o câmbio, a moeda e os preços, as finanças, os bancos e o cruzeiro. A partir da intervenção de JK, o aumento da produção nacional, deixava de ser razão do estrangeiro, para passar a ser da própria participação pública brasileira. Passando do estrangeiro para o brasileiro, a participação pública deixava de ser por meio do câmbio de moedas, para passar a ser no juro da moeda nacional e sua

⁵⁷ Afinal, a atividade pública era a única consumidora da produção industrial brasileira destinada a movimentar as máquinas da CSN, Vale, Petrobras, da NovaCap, da construção e pavimentação de vias, da Eletrobrás etc. Em grave desequilíbrio com o estrangeiro, a atividade substantiva da CSN e da Petrobras, por exemplo, comprometia a nova classe industrial brasileira a apreciar o apoio público, destinando na multiplicação de vinculações tributárias para a “infra-estrutura básica”.

relação com os produtos comercializados entre a população brasileira. Como resultado, a Instrução 113 da Sumoc, que patrocinara toda a transformação industrial, importando toda cópia de máquinas para a indústria automobilística “sem licença cambial”, tinha sua obsolência decretada rapidamente. Não obstante, embora a principal razão do aumento do comércio entre a população brasileira deixasse de ser o manejo do câmbio, para a manipulação dos juros e dos preços, o legislador não forjava uma política nova, que conservava sendo agregada na margem do conjunto liberal.

Ainda segundo Lessa (1963, p. 142), até 1955, a participação pública na produção, no comércio e no consumo havia acontecido por meio do comércio internacional. Com respeito à intervenção pública nos demais ramos de atividade, estes contavam praticamente apenas com um planejamento específico, e não global, agregado na margem da cultura liberal. Estes aparelhos, levados à exaustão no Programa de Juscelino, imediatamente após o mesmo, passavam a tornar sua reordenação vital. A simples presença de velhos aparelhos, desgastados pelo uso contínuo, exigia que os outros, no mínimo, fossem modificados e forjados. Ainda mais visível, o desgaste do instrumental forjado empiricamente desde 1946, passava a destacar os ramos de atividades que, de modo incoerente, desconexo e descontínuo haviam ficado à margem do Plano.

De acordo com Lessa (1963, p. 141), ao começarem os anos 60, no período imediatamente posterior ao Plano de Juscelino, a população nacional entrava em vida nova, defrontada com o modo como seria possível equilibrar a distribuição de tal nova produção até o consumidor brasileiro. A procura por novo modo de distribuir a nova produção ao novo consumo passava a colocar, na ordem do dia, a política específica para o setor agropecuário e, em conjunto, de reformar a exploração agrária brasileira. Em torno dessa procura, passariam a ser forjados novos instrumentos de intervenção, especificamente para a política de garantia de preços da comercialização agropecuária consumida entre a população brasileira, para a política regional, populacional, estrangeira, cultural etc.

Segundo Serra (1982, p. 25), o Plano de 1956, consolidando, mas não completando, o “Departamento I” produtor de máquinas produtoras de máquinas e equipamentos industriais, conservava a atividade industrial brasileira desequilibrada, concentrada em produtos de alta rotatividade segundo o preço do frete da carga

específica, importando equipamentos fixos.⁵⁸ De acordo com Lessa (1963, p. 137), em resposta ao agravamento do desequilíbrio brasileiro, acentuado pela intervenção juscelinista, o ensaio democrático de 1959/1962, consubstanciado na valorização espacial com Sudene e na nova política de preços para a produção agropecuária brasileira ia conhecer, assim, seu prolongamento no Plano Trienal para 1963/1965.⁵⁹

Conforme notado em Lessa (1963, p. 137), até pelo visível contraste com a Revolução Industrial paulista, era descortinado o desequilíbrio da distribuição entre a produção e o consumo que motivara ser forjada a Sudene, em 1959. Expressando a mudança da atenção federal à região da Dnocs para a Sudene, o combate à “seca” diferia claramente da promoção do “desenvolvimento”.

Segundo Lessa (1963, pp. 137-138), a partir dessa mudança no objeto de intervenção, a valorização regional priorizava dois objetivos: primeiro de tudo, aumentar a produção industrial nordestina “à imagem e semelhança” da política federal juscelinista, por meio da participação pública na “infra-estrutura básica” de energia elétrica e transporte rodoviário. Como segundo e último objetivo, era aspirado distribuir a produção regional, valorizando a cultura da população contemplada, por meio da irrigação, da democratização da fronteira, da mudança de cultivos e de métodos. “À imagem e semelhança” da política federal juscelinista, a primeira missão da Sudene ia alcançar a fortuna; a segunda, nem um pouco.

A partir da recensão anterior, é possível pensar acerca da consideração de Lessa (1963, p. 142) sobre o caminho industrialista de menor resistência trilhado na política de JK que, continuamente agregando novos meios na margem da cultura liberal ruralista, desgastava a própria representatividade da política pública que, ou entraria em colapso, ou em mudança. A partir da consolidação da política industrial de JK, o próprio

⁵⁸ A indústria automobilística havia consolidado apenas a parte “principal” da atividade, o que induzia que, por exemplo, se produzindo autopeças, também se fizesse necessário forjar nova intervenção pública para valorizar cada vez mais outros ramos da indústria para “completá-la” (como lembra Hayeck – em Helibroner, 1974 – a intervenção pública uma vez iniciada, não tende a voltar atrás mas estender seu escopo de atuação cada vez mais). No caso da ainda mais emblemática indústria brasileira de construção, pavimentação e especulação de rodovias que havia sido consolidada, a política de construção de transposição de acidentes geográficos com pontes, túneis e elevados, conservada sob a “política dos governadores” ligados aos antigos coronéis municipais e seus compadres, passaria a ser alvo de intervenção pública nos anos 60 em diante.

⁵⁹ O Plano de JK, originalmente programado para o triênio de 1956/1958, tinha produzido uma vida nacional nova cuja expressão, no triênio seguinte, de 1959/1962, ia ser publicada em parte no Plano Trienal, projetado para 1963/1965. O Plano Trienal, como prolongamento da “substituição” de importações projetada em agravamento do desequilíbrio da distribuição da produção e do consumo, da agricultura e da indústria, da população e do espaço, procurava completar, em parte, o Programa de Juscelino (Lessa, 1963, pp. 172 e 136).

desgaste do uso dos mesmos instrumentos aumentava o atrito entre as diferentes classes, animando um novo debate reformista.

Segundo Ianni (1967, p. 222), igualmente, a transformação industrial aumentava o desgaste que a tinha feito por meio da aliança PSD com PTB constituída em 1946. Nos mais variados setores da vida nacional, assim, a política industrial juscelinista terminava acirrando atrito explosivo entre as classes brasileiras. Ademais, não só o desgaste da aliança do PTB com o PSD atraía esta agremiação para o Golpe udenista, como o trabalhismo começava a se estender para o trabalhador rural com apoio comunista e até eclesiástico, em horizonte em que a simples fala em “reforma agrária” passava a unificar classes das mais distintas.

Segundo Lessa (1963, pp. 142-144), a transformação na vida nacional, com desgaste do manejo cambial, mas também sem instrumento próprio para manipular a política de moeda e preços, continuava expelindo o desequilíbrio para o câmbio. De acordo com Lessa (1963, p. 172) e Kageyama et ali. (1990, p. 159), imediatamente após a presidência JK, a partir da reforma cambial em 1961, o “confisco” cambial que possibilitara a passagem da produção agropecuária para a Revolução Industrial, era eliminado (passando a valorizar a exportação e tarifar a importação). Forjando uma nova política estrangeira, sem elaborar uma nova política interna, sem nova política de juros quanto mais de preços, a circulação da produção agropecuária nacional, sem crédito para a lavoura, ia entrar em colapso até 1965.

Conforme apresentado em Lessa (1963, pp. 146-148), a partir da reforma cambial imediatamente posterior à política industrial de JK, haveria uma gradual liberalização do comércio de moedas mas que, sem ser forjada qualquer outra política definida, a ânsia em completar transformação industrial até a “agroindústria” tornava ainda mais premente a reforma na moeda, na banca e na competência tributária: a partir da consolidação da transformação industrial com a política juscelinista, o consumo que expandia a produção passava a ser indiferente ao câmbio do cruzeiro com outras moedas, para ser comparado entre o valor do trabalho brasileiro expresso no juro da moeda e no preço dos produtos comercializados. A produção industrial “substituidora” de importações não era linear, mas programada em atrito exponencial; a reforma cambial, ao valorizar a exportação, e a Reforma Aduaneira, ao diminuir a importação,

atraíam o apoio, tanto da indústria consolidada na política de JK, quanto da classe rural, conservando a política industrial umbilicalmente estrangeira.⁶⁰

De acordo com Lessa (1963, pp. 14 e 173), após a política de Juscelino consolidar a passagem da cultura liberal ruralista para o trabalho industrial brasileiro, a participação pública na vida nacional estava passando por uma redefinição nítida. Em conjunto, as inovações tributárias forjadas ao longo da política industrial da presidência Kubitschek colocavam na ordem do dia que, durante todo o processo de “substituição” de importações industriais, o público brasileiro estivera desaparelhado de um Banco Central. A ausência oficial de um BC, que não vinha produzindo desequilíbrio desde o início do século, entrava em evidência ao começo dos anos 60: sem Banco Central, o manejo da conversão do câmbio, do juro do cruzeiro e do preço dos produtos, permanecia competência descentralizada no Ministério da Fazenda, por meio da execução orçamentária, na Sumoc, por meio do câmbio, e no Banco do Brasil, por meio da circulação de cruzeiros entre a população brasileira; os três aparelhos, quando atuavam juntos, operavam como um Banco Central, minimizando a necessidade de forjar um aparelho especializado no manejo do câmbio de moedas, no juro do cruzeiro e no preço dos produtos, como um BC. Outrossim, ao menos até seu completo desgaste após a política industrial de JK, a alta dos preços tinha sido menor, que o crescimento da produção, do comércio e do consumo, não sendo, portanto, tão preocupante.

Segundo Lessa (1963, pp. 155-156), por seu turno, a ampliação da participação pública na vida nacional não era a razão do desequilíbrio financeiro, bancário e monetário do começo dos anos 60, uma vez que somente com a consolidação da produção automobilística, passava a ser premente manipular o juro bancário para sua produção, distribuição e consumo. A partir da consolidação da transformação industrial com o Plano de JK, ia se proliferar agências financeiras, fundos de investimentos e novas operações bancárias, divisão de atividades que impunham uma nova ordem de valores ao aparelho público.

Ainda segundo Lessa (1963, p. 156), mudando a vida nacional, também a participação pública – e não mais a antiga exploração agrária brasileira – passava a precisar de reformas. Em especial, a competência de BC do BB na manipulação dos

⁶⁰ Revolucionando a vida nacional conservando-a estrangeira à própria população nacional, a remessa indiscriminada de rendimento da indústria assim consolidada, minava a própria atração nacionalista para a política juscelinista. A proposta de forjar instrumentos que disciplinassem o desequilíbrio entre o valor exportado de café e a remessa de dólares da indústria internacional brasileira, no entanto, explodia a agitação entre as diversas classes (Lessa, 1963, p. 148).

juros tanto para a produção quanto para o consumo automobilístico tendia a alimentar a alta do crédito em explosão inflacionária (a alternativa seria o Ministério da Fazenda contingenciar o orçamento público, contendo o consumo, mas que, todavia, não ia alcançar a correspondente contenção nos preços, pois o consumo era “reservado”). Precisando conter os preços reordenando o aparelho de interferência pública na vida nacional para completar a transformação industrial consolidada na política juscelinista, a urgência em incrementar o orçamento público sem recolher novos tributos passava a renovar o debate sobre distintas vertentes de reforma sobre a política de moeda e preços, trabalho e produtos. Para a conclusão da transformação industrial, após a política de JK consolidar a indústria produtora de máquinas produtora de artigos industriais de toda sorte de mecânica, passava a precisar agora de uma nova ordem de distribuição da moeda e dos preços, do trabalho e dos produtos como um todo (e não mais os, antes, predominantemente agrários), enquanto se havia forjado apenas uma reforma na política de câmbio, de aduana e de produtos estrangeiros.

De acordo com Lessa (1963, p. 157), imediatamente após a intervenção juscelinista, eram forjadas reformas na participação pública, todavia, o conjunto político permanecia mais ou menos o mesmo que vinha sendo constituído desde o pós 1945. Enfim, imediatamente após a transformação industrial feita no Programa de Kubitschek, uma reforma urgente era forjar o Banco Central do Brasil, para centralizar a política de câmbio, moeda e preços. Contudo, a proposta de forjar o BC era não só uma reforma – não propriamente agrária – delicada, como, principalmente, eram outras as prioridades propriamente agrárias que passavam a explodir.

Segundo Lessa (1963, p. 117), a ambigüidade na política industrial da presidência JK, de aumentar a produção por meio da alta dos preços, deslocando a aceleração inflacionária para frente, tinha sido possível em razão do desequilíbrio específico entre a Carta de 1946, liberal, e a mudança operada no decênio seguinte, que houvera fomentado a indústria “de base” nacional. De um lado, a Constituição liberal, combinada com uma legislação trabalhista restritiva, havia possibilitado aumentar a indústria, acomodando potenciais atritos imediatos, ainda que acirrando o desequilíbrio futuro; de outro, a transformação industrial, antes e depois da política juscelinista, não colidia nem com os antigos “coronéis” tampouco com os novos empresários, pelo contrário, era condizente com tal aliança. O aumento da produção industrial, expandindo o consumo nacional, mesmo valorizando o trabalho brasileiro de maneira

ínfima, produzia uma harmonia tranqüila entre empresários e trabalhadores, ainda que restrita pelo domínio liberal ruralista.

A transformação industrial, por um lado, em razão de não ter sido conduzida pela classe industrial, ia fertilizar ainda mais o novo debate reformista que se reanimava entre as diversas classes brasileiras. A transformação industrial, por outro lado, consolidando a direção de mudança da vida rural brasileira, deslocava o atrito reformista entre as diferentes parcelas da população para a própria atribuição pública nos “*bastidores do processo político, ajustando na margem dos textos legais os dispositivos de seu interesse*” (Lessa, 1963, p. 117).

Ainda segundo Lessa (1963, p. 118), posteriormente ao Programa de Juscelino, o desequilíbrio na distribuição entre a vida presente produzida e a classe de representação consumida era constatado em razão de, até então, a política se postara “à frente” da economia, sempre forjando novas transformações antes que os próprios fatos surgissem. Essa circunstância específica mostrava uma diferença violenta com o horizonte posterior ao Plano de Metas, quando a política pública passava a não apresentar mais qualquer diretriz de longo prazo, criando e destruindo inovações sem forjar qualquer personalidade própria.

De acordo com Lessa (1963, p. 119), a partir da intervenção juscelinista, a transformação industrial em caminho consolidado, mas incompleto, apresentava-se exausta, sem perspectivas de continuar a produção industrial ao mesmo modo de antes. A partir de então, a política passava “à retaguarda” dos acontecimentos, sempre com representação precária, forjando novos instrumentos em atrito entre si e sem conseguir montar qualquer composição duradoura. Em que pese as aparências, ao começo dos anos 60, o desequilíbrio não era entre as distintas representações em debate reanimado, mas sim, com relação à transformação profunda feita na presidência Juscelino.

A literatura consultada leva a pensar que anteriormente ao Programa de Kubitschek, a política pública manipulava o valor nacional “*na dianteira*” dos próprios fatos, a eles se antecipando sobre o projeto reformista. Posteriormente à política de JK, a representação nacional passava a estar “*à reboque*” das transformações, carregando junto a proposta reformista (cf. Lessa, 1963, pp. 118-119). Este deslocamento sísmico será o assunto tratado no terceiro capítulo da corrente descrição da “modernização agrícola” sem “reforma agrária” feita pelo emblema da intervenção de JK.

É necessário que se saiba o que me entregam e as reais condições em que me entregam o Brasil. Urge que o povo os conheça, fixe e decore: sacrifícios são inevitáveis. Sacamos contra o futuro muito mais do que a imaginação ousa arriscar. O que logrou retumbantes repercussões publicitárias cumpre agora saldar amargamente, dólar a dólar, cruzeiro a cruzeiro
(Discurso de posse da presidência Jânio Quadros, citado em Malan, 1986, p. 99)

Capítulo III. A Morte da Proposta Reformista: Efeito do “Fato Novo” e as Críticas Posteriores

Conforme criticado por seu sucessor, a presidência JK ousava mais que a imaginação: o que fora atração publicitária, agora passava a ser amargo. Impondo sacrifício, a política da presidência Juscelino Kubitschek entregava a República revolucionando o modo como a população brasileira praticava atividades por meio da prioridade na política industrial que, por seu turno, valorizaria a transformação nos modos pelos quais era realizada a produção agropecuária. Ou seja, o Plano de Metas produzia uma alteração na atividade industrial brasileira que, indiretamente, terminaria por possibilitar a mudança na produção agropecuária.

Dito de outro modo, consolidando a indústria automobilística nacional, a presidência Kubitschek possibilitava, igualmente, a expansão da indústria especializada na atividade agropecuária, como de tratores, fertilizantes etc. Isso significa dizer, como já sugerido, que a consolidação da indústria nacional feita na presidência Juscelino era a responsável, em grande medida, por definir a direção que teria a “modernização agrícola” que, todavia, apenas se deslancharia no “milagre”, ao fim dos anos 60 (cf. Kageyama et ali., 1990, p. 115). A relativa baixa resistência impressa nesse caminho de renovação acelerada da vida nacional, emblematizado nos cinco anos da presidência JK, possui, contudo, outra face traduzida no elevadíssimo preço que, cinco décadas mais tarde, a população brasileira ainda está em moratória. A presente dissertação trabalha com a hipótese de que, em grande medida, o preço insuportável a ser pago pela implementação do Plano de Metas ocorre em razão da presidência Kubitschek, ao mesmo tempo em que vitoriosa em sua decidida política industrial que terminaria por

impulsionar nossa “modernização agrícola”, ao também ter sido caracterizada pelo bloqueio nítido a qualquer vertente que tentasse implementar uma política de “reforma agrária” democrática, dessa maneira, ia ser o “divisor de águas” entre a possibilidade de tentativa reformista antes e depois do Plano.

Atuando de modo politicamente mais kautskysta (focado na mudança do meio produtivo) do que leninista (centrado na mudança da ordem distributiva), a política industrialista do Plano de Metas da presidência Juscelino, incisivamente, colocava em segundo plano a democratização da política agrária – inclusive, ao chegar até a população eminentemente agrária nordestina, mediante Superintendência regional específica. O Plano de Juscelino, ao fazer o caminho industrial brasileiro pela trilha de menor atrito – ou seja, sem mudar o modo de exploração agrário nacional, em suas vertentes própria e impropriamente agrárias – consolidava o caminho de mudança agropecuária produzida com a mudança industrial, e não o inverso. De acordo ao argumentando em Lessa (1963, p. 27), a prioridade em torno da indústria automobilística, comunicando por novos veículos automotores os variados municípios da República, possibilitava consolidar o aumento da produção agropecuária expandindo a fronteira, de modo até então não atingido – proporcionalmente maior que o incremento demográfico. Além desse impacto brutal na vida agrária nacional, o Plano de JK mencionava apenas a Meta de armazéns, de trigo e de “mecanização agrícola”, todas com participação considerada “*simbólica*” pelo autor.

A partir do Plano de Metas da presidência JK, em vista da prioridade da valorização do comércio com a Argentina pela Operação Pan-Americana, a população brasileira desistira de apreciar a produção nacional de trigo. No dizer de um autor, a partir da presidência Juscelino Kubitschek, a época “*que vai de 1958 a 1966 é marcada por sucessivos insucessos da safra do trigo*”, desvalorizando os preços de garantia do produto em comparação aos demais, depreciando ainda mais seu cultivo. Ao mesmo tempo em que a triticultura entrara em retração profunda, todavia, estaria começando a se difundir entre a família brasileira as primeiras indústrias de óleo de soja (Maluf, 1992, p. 71).

A política industrialista agrícola de JK, sem reformar a vida agrária nacional, não ia reformar a armazenagem, o transporte e a comunicação da lavoura. A partir da Revolução Industrial promovida com o Plano de Metas, a reforma na distribuição da produção nacional, em especial, da lavoura, seria solidamente postergada – mesmo que generalizando a agitação entre as diversas classes brasileiras (Medeiros, 1982, pp. 106-

107). Se o nacionalismo democrático da presidência Juscelino era duvidoso, seu tratamento do problema agrário nacional, não ia além do senso-comum apoiado de modo unânime: mudar o meio de transporte para equilibrar a circulação da produção agropecuária e assim possibilitar maior comercialização, especialização e, finalmente, “industrializar” a lavoura. O Programa de JK jamais mencionava acerca da participação pública na valorização da cultura do trabalhador brasileiro, mas sim, da indústria específica priorizada (cf. Prado Jr., 1956a, p. 185).

O gênero da transformação industrial brasileira não tinha sido exclusivo da presidência Kubitschek: evidentemente, já vinha de antes. Mas não só fora em 1956/1957 que ele triunfava como, mesmo após 1958, seria a JK que se referia e, finalmente, “completava” seu próprio Plano de Metas. A política industrial sem reformar a política agrária, em termos claros, significava transformar a produção industrial brasileira, conservando, como anota Limoeiro (1972, p. 311), à margem da mudança o trabalhador rural, representante da generalidade da população brasileira. Lessa (1963, p. 9) chama atenção para que o Plano de JK, produzindo uma vida nacional “*descontínua*”, consolidava o gênero de produção industrial que já vinha sendo propagada com as restrições orçamentárias do livre-comércio do declínio oscilante da exportação da lavoura de café, cana, cacau borracha, mate etc..

O Plano de Metas, consolidando uma indústria desconexa com os demais setores da vida nacional, exploradora brutal e em curtíssimo espaço de tempo como qualifica Prado Jr. (1960b), acentuava a migração para o trabalho na construção, pavimentação e especulação de vias de rodagem, sem reordenar a produção e o consumo brasileiro em fundamento cuja reprodução fosse propriamente brasileiro: a generalidade da população (citado em Santos, 2001, p. 120).

Conservando inicialmente o valor comum em ordem reprodutiva liberal, a produção industrial nacional identificada com a Revolução Brasileira consolidava a cultura eletro-mecânica na vida nacional. O paradoxo entre mudar (para a produção industrial) para conservar (a ordem liberal), pode ser equacionado interpretando que a manutenção do consumo não ia além daquele que conservasse a ordem distributiva – a qualquer meio, inclusive, da produção industrial. Uma vez que o desequilíbrio induzia a “subverter” a ordem liberal, o Plano de Metas de JK era mudar a produção para conservar a distribuição do consumo, sem reformar a ordem democrática segundo as vertentes trabalhista, comercial e imobiliária, analisadas anteriormente. Acerca do equacionamento juscelinista entre mudar e conservar, é importante resenhar várias

passagens bastante interessantes de Limoeiro (1972), na qual a autora destaca que, defronte da mudança vital na segunda metade da década de 50, a representação eleita democraticamente no Plano de Metas programava a grande transformação por vir para suceder em ordem: reformando a ordem liberal, não haveria alteração com sucesso; qualquer que seja a mudança, ela seria para conservar a democracia, e não o contrário.

Sendo a conservação da ordem o requisito para toda mudança, na intervenção juscelinista, a própria mudança era para conservar. Na presidência JK, a conservação da ordem era compreendida em toda sua amplitude, expressando a ordem nas ruas, nas fábricas, nos campos e, sobretudo, entre a família brasileira. A reforma na exploração agrária nacional por meio das vertentes de distribuição trabalhista, comercial e imobiliária, ao implicar em reformar a democracia constituída em 1946, “subvertia” a ordem liberal ruralista. Uma vez que a ordem católica já estava constituída em sua plenitude entre a harmônica população brasileira, reformá-la seria “desvirtuá-la” e “corrompê-la”, enfim, “subvertê-la” (Limoeiro, 1972, pp. 210-211).

A política de JK, consolidando a mudança na produção industrial para conservar o valor que vinha sendo consumido pela liberdade de comércio, programava uma transformação não para distribuir a produção, o comércio e o consumo predominantemente rurais, mas sim, minimizar um desequilíbrio particular, focando a intervenção na atividade eletro-mecânica de transporte automobilístico. Nesse sentido, a harmonia entre as classes era indispensável, para suportar sacrificar parte da vida nacional em torno do trabalho industrial em apreciação.

A transformação industrial, que aumentava a produção das diferentes classes, atraía apoio mesmo em sacrifício em razão da consolidação de tal indústria produzir “ganhos múltiplos” às classes particulares, no qual a resistência de cada uma, apenas retardava o caminho que já estava eleito, enquanto o apoio de cada uma, acelerava-o mais ainda.

Atraído para a participação dentro da ordem de distribuição constituída, cada brasileiro ia apoiar a produção industrial com a classe particular de valor que possuía; enquanto que o trabalho, todos possuíam e mesmo o mais insignificante era vital, as classes não concorriam entre si, mas sim, se complementavam, em torno da produção industrial emblemática em JK. A presidência JK, identificando a representação brasileira não com a exploração, mas com a harmonia entre as classes, passava a tratar a própria intervenção pública como uma classe particular, e não sua generalidade (Limoeiro, 1972, pp. 210-212).

Ainda segundo Limoeiro (1972, pp. 212-214), o Programa de Metas apenas coordenava a atividade entre as classes brasileiras em torno da prioridade já eleita, que multiplicava a produção. Na representação juscelinista, as classes eram iguais entre si até este ponto: enquanto o Plano interferia em parte da liberdade de comércio das classes empresariais, urbanas e rurais, para mudar a vida brasileira conservando a ordem democrática liberal, para a classe trabalhadora, o Programa expandia o tempo de trabalho na construção, pavimentação e especulação das vias de rodagem automobilística, também para mudar a população nacional conservando a distribuição desequilibrada.

A classe trabalhadora era vital para a mudança industrial, mas a participação pública a afetava não valorizando-a de imediato – vertente que “subvertia” o mérito próprio – mas somente mediante regalias à classe empresarial, urbana e rural. A ampliação da participação pública na vida nacional, valorizando a produção empresarial em torno de atividades priorizadas por diferentes classes, atraía, por fim, seu próprio apoio para a alteração em curso.

A propósito, Fernandes (1973, p. 259) enfatiza que o desencadeamento da transformação industrial até sua “conclusão” na “agroindústria”, sendo uma decisão nacional sobre sua própria virtude humana, mostra que a mudança brasileira sem reforma agrária pelo caminho pragmático de intervenção juscelinista de menor atrito entre as diversas classes brasileiras ia ser um “*equivoco terrível*”.

Também Limoeiro (1972, pp. 214-216 e 219) insiste em mostrar que na variação temática das comunicações da presidência JK, a mudança industrial conservadora da ordem aparecia como o primeiro assunto prioritário. Por sua vez, a relação da vida nacional com o estrangeiro mostrava uma ordem secundária, de baixo valor. Finalmente, a relação entre o público brasileiro e as classes particulares era de valor “*totalmente irrelevante*” no conjunto das comunicações.

Em geral, a presidência JK apresentava uma postura conservadora, sem debate que explicitasse escolhas opostas de caminhos específicos: na representação juscelinista, o gênero de política industrial identificava a harmonia entre as diferentes classes da população, quanto à meta eleita nacionalmente. A temática constante na presidência JK, a conservação da ordem contra a “subversão” reformista, deste modo, nunca tinha sua razão debatida, cujo mérito era apresentado como inquestionável.

Na presidência JK, o debate entre as diferentes classes apenas fazia barulho, paralisando o trabalho, diminuindo a produção e ameaçando o consumo já eleito em

harmonia. Conservadoramente sem debate, quanto mais amplo era o público, maior ênfase a presidência conferia na ordem, contra sua “subversão” agro-reformista. O humanismo de Juscelino representava a nacionalidade brasileira em comunhão, sem diferença de classe; a representação juscelinista, sempre tratando a comunidade brasileira em harmonia, aceitava as diferenças que correspondessem à meta comum de dedicar mais tempo de trabalho na produção industrial, distribuída segundo o mérito de cada um (Limoeiro, 1972, p. 222).

Sendo o valor do trabalho de cada brasileiro razão do seu mérito próprio, distribuído em harmonia equilibrada, o aumento da produção de um aumentava o consumo de todos. A representação juscelinista ignorava que a produção industrial era universal, mas não a sua distribuição: enquanto a mudança industrial era universal, democraticamente eleita por diferentes classes em identidade de valores, a distribuição era razão do mérito particular, ordenado em desequilíbrio prévio.

Não obstante o tratamento conservador quanto à reforma distributivista, o que especificava a presidência JK em comparação à cultura liberal ruralista do seu PSD, era a relação “*tipicamente democrática*” com as diferentes classes, “*inclusive pela alta estima*” que devotava à ordem e pelos meios, também democráticos, que defendia no debate com a atividade “subversiva”, seja a simples agitação nacionalista, seja a conspiração golpista liberal. Na presidência JK, não era preciso mudar a ordem de distribuição brasileira, que seria perder tempo de trabalho, diminuir a produção e “ameaçar” o consumo: era preciso apenas “abrir” o caminho, já eleito; para impulsioná-lo, faltava somente o como, o meio – no mais, todas as diferenças seriam contornadas (Limoeiro, 1972, pp. 222-224).

Medeiros (1982, p. 93) indica poder ser considerado que na representação juscelinista, para conservar o que vinha sendo consumido, era suficiente impulsionar o aumento da sua produção, sem reformas “subversivas” da ordem de distribuição. No Plano de Metas presidido em JK, a ausência de reforma na ordem distributiva não era apenas o meio de impulsionar a nova produção industrial, mas, sobretudo, o que lhe conferia unidade de ação. Conservar a ordem distributiva era a prioridade da intervenção juscelinista, para a qual o trabalho industrial, a “substituição” de importações por meio da política cambial da Instrução 113 da Sumoc, a mudança tanto da produção quanto da população brasileira da vida agrária para a industrial, eram apenas subsidiários.

Segundo Lopes (1978, pp. 167-168), a própria desvalorização do trabalho brasileiro em geral, estava incluída nesse subsídio, que priorizasse a internacionalização da indústria nacional. Dentro deste esquema estava obviamente o pequeno agricultor familiar em maior desvantagem que o grande comércio da lavoura, mais depreciado pela prioridade cambial da Instrução 113, seja para o comércio internacional ou o interno, agravando o desequilíbrio anterior.

Essas referências bibliográficas permitem pensar que face à ordem de distribuição liberal, o Plano de JK era mudar a relação entre a produção agropecuária e o trabalho industrial – portanto também do comércio interno e internacional – mudando o meio de produzir, para conservar a ordem de distribuição liberal. Ou ainda, que o caminho nacional eleito democraticamente, era apenas representado pela presidência, que o aceitava – e simplesmente o acelerava (Limoeiro, 1972, pp. 101e 112-113).

Resumindo este ponto apresentado em Limoeiro (1972, p. 113), em breve a vida nacional ia mudar, transformação que já estava eleita por diferentes classes, sendo agora suficiente trabalhar mais e, sobretudo, em ordem. A representação juscelinista, após diagnosticar um desequilíbrio na distribuição, prescrevia intervir, aumentando a produção para equilibrá-la ao consumo, para não reformar o próprio desequilíbrio distributivo.

Em outro nível de consideração, Limoeiro (1972, pp. 122-126) registra que, na presidência JK, apenas a mudança industrial podia eliminar o atrito entre as diferentes classes aumentando a produção sem “subverter” a ordem distributiva, ao identificar a mudança industrial “*com a estrada da ordem*”. Como resultado, a representação juscelinista mostrava que não havia como optar entre a produção agropecuária ou o trabalho industrial: o diagnóstico mostrava que a transformação industrial era imprescindível – qualquer que fosse o valor presente – em razão de eliminar a “subversão” à própria ordem.

Na representação juscelinista, em suma, o aumento da produção brasileira, por meio da programação industrial, ia fortalecer a vida nacional. Interpretando que era a cultura liberal estava sendo questionada pela mudança industrial, o Plano de JK intervinha aumentando a produção distribuída pela liberdade de comércio. Mudando a produção para conservar sua distribuição, o aumento do trabalho, da produção e consumo suprimia o argumento reformista.

Enfim, a presidência JK programava conservar o valor liberal eliminando a “subversão” reformista por meio de mais produção industrial. A meta juscelinista de

conservar a ordem exacerbava o requisito da mudança até o trabalho industrial: para a mudança industrial, apenas conservando a ordem; para conservar a ordem, apenas mudando a indústria. A mudança industrial, aumentando a produção consumida segundo o mérito de cada um, suprimia a razão da “subversão” à distribuição liberal, à diferença da medida policial, que continha apenas seu impulso.

A presidência JK, identificando a mudança industrial com a conservação da ordem, representava que a manutenção desta era, pois, mais valorizada que a liberdade de comércio. O Plano de JK priorizava a conservação da ordem aumentando a produção em programa de mudança industrial sem diferença entre as classes, identificando-as em raciocínio circular, uma vez que a mudança conservava a ordem liberal (Limoeiro, 1972, pp. 126-129).

A alteração industrial, em ordem, aumentava a produção; para a mudança industrial, era preciso que a classe empresarial aumentasse a produção, para a qual a conservação da ordem de sua distribuição ia valorizar o aumento da sua produção. Conservando a ordem para a mudança industrial, se o aumento da produção era razão da sua distribuição meritocrática, afirma a autora, *“qualquer tipo de desordem que ultrapasse o nível dos pequenos grupos ou das relações meramente interindividuais é elemento perturbador do desenvolvimento, e como tal merece ação pronta e eficaz que a neutralize.”* (Limoeiro, 1972, p. 130)

Limoeiro (1972, p. 130) se detém nesse tema apontando que, por um lado, ao mesmo tempo que a indústria era a razão da ordem, a “desordem” reformista perturbava o empresariado, diminuindo a produção e “ameaçando” o consumo. Por outro, a autora lembra que toda a presidência Kubitschek era passada em horizonte particularmente tumultuado: seguindo ao suicídio de Getúlio, que sacudira a comunidade brasileira, a nova aliança PSD-PTB novamente abafava o intento golpista da UDN. Vale repetir, com apoio heterogêneo entre as diferentes classes da população brasileira, o JK candidato, o JK eleito, o JK empossado, o JK presidente, sofria resistência constante, só esmorecida pela sua “escola” política: o PSD mineiro.

A representação juscelinista se identificava com o aumento do trabalho, da produção e do comércio industrial, distribuídos segundo a ordem familiar brasileira. A identificação mútua entre a presidência JK, a mudança industrial e a conservação da ordem, era razão do trabalho industrial aumentar a produção e o consumo, conservando o valor comum.

As observações de Limoeiro (1972, pp. 131-132) indicam que, a essa identidade, a presidência JK se distinguia da “desordem” reformista, que paralisava o trabalho, diminuía a produção e “subvertia” o consumo, identificada com uma luta contra a nacionalidade, a produção industrial e o valor brasileiro – de tal modo, tratada como anarquia.⁶¹

Quanto mais ao fim da presidência, mais JK valorizava a exploração do trabalho industrial nacional pelo comércio internacional. Limoeiro (1972, pp. 163-164) insiste nessa exploração destacando que, na representação juscelinista, por mais selvagem que fosse a exploração, a ordem obtida com a multiplicação da produção industrial, ia possibilitar continuamente dividir a “subversão”, que era o objetivo máximo da intervenção pública.

Na presidência JK, o público nacional possuía valor menor que o particular brasileiro que, por seu turno, era depreciado que o estrangeiro, em prioridade dos importados “sem cobertura cambial”.⁶² De acordo com Prado Jr. (1956b, p. 194), o BNDE, que fora forjado para coordenar a execução orçamentária da política industrial brasileira, não subsidiava mais o produtor nacional, mas sim, valorizava ainda mais a Instrução 113 até para empresas cuja família outro dia estava presa por crimes contra a humanidade; a partir do emblema juscelinista, o trabalhador brasileiro, explorado,

⁶¹ Encontrando uma identidade mútua entre ordem distributiva e produção industrial, o raciocínio circular da representação juscelinista é formalizado em Limoeiro (1972, p. 133) apresentando que se, a conservação da ordem distributiva era a razão de aumentar a produção, esta era a razão da mudança industrial, que era a razão da conservação da ordem. No raciocínio circular juscelinista, a conservação da ordem, como princípio e fim, era a razão em si como o valor máximo, dentro do qual se programava uma mudança específica e, sobretudo, contida na democracia liberal. Limoeiro (1972, pp. 135-136) prossegue nesse aspecto apresentando uma identidade circular entre a indústria (ou o rural), a ordem (ou a “subversão”) e o consumo (ou o desequilíbrio), chamando a atenção para que o núcleo do paradigma juscelinista continha dois pares de opostos: a diminuição da produção era a razão da “subversão”, em razão oposta ao seu aumento, que era a razão da ordem; o aumento da produção, por sua vez, era identificado com a mudança industrial, assim como, a “subversão” era identificada com a reforma na distribuição meritocrática. Contra a diminuição da produção que induzia à “subversão” por reformas na ordem democrática liberal, a presidência JK apresentava uma nova totalidade: aumentar a produção industrial ordenando a mudança; prossequindo a lógica juscelinista, assim como a ordem, o aumento da produção dividia a “subversão”. Invertendo os termos, a diminuição da produção multiplicava a “subversão”, assim como, a ordem multiplicava o aumento da produção. Levando o raciocínio presidencial até as últimas conseqüências, era produzido um novo par de opostos: a mudança industrial conservava a ordem, aumentando a produção que consolidava a liberdade de comércio. Logo, a diminuição da produção multiplicava a “subversão”, assim como, a ordem multiplicava o aumento da produção. Invertendo os termos, o aumento da produção industrial dividia “subversão”, assim como, a democracia liberal a dividia.

⁶² A presidência Juscelino sempre tentava se mostrar otimista com respeito ao comércio internacional: em 1957, sua relação “*dispensa comentário*”, programando horizonte ainda mais vantajoso; em 1959, é considerado “*mais modesto*”, apenas apresentando o valor importado via 113. Posteriormente, em *A marcha ao amanhecer*, de 1962, reclamava da baixa participação do comércio internacional na indústria nacional, criticando a indiferença ianque.

subsidiava sua própria exploração, priorizando o manejo da 113 para o monopólio da indústria automobilística alemã.

Na produção automobilística nacional, o Plano de JK produzia imediata desnacionalização da atividade, atraindo, como com a Mercedes-Benz e a Volkswagen, a Scania e a Volvo, “*várias empresas ‘concorrentes’, para um mercado disponível relativamente restrito.*” (Ianni, 1967, p. 170) A Fábrica Nacional de Motores, que para produzir veículos nacionais só faltava fabricar os motores que importava, era simplesmente desprezada na política industrial de JK (Prado Jr., 1956b, p. 195)

Consolidando uma indústria internacional vexamosa, o pragmatismo juscelinista apresentava todos os meios como iguais para a mesma meta, para a qual atrair industrial genocida aumentava a produção brasileira em ramos de atividades com baixa resistência, em torno da “infra-estrutura” de transporte rodoviário que consolidava a renovação na vida nacional em curso desde o começo do século (Limoeiro, 1972, pp. 164-165).

Ainda que em demasiado seguidas,⁶³ passagens do texto de Limoeiro (1972) permitem visualizar a contradição paradoxal presente na presidência Juscelino Kubitschek. Aumentar a produção pela participação pública em ordem comum, priorizando umas atividades, tornando vantajosas outras, atraindo novas e acomodando os atritos produzidos pela desequilibrada liberdade de comércio, era como um laboratório experimentado em conjunto pela população brasileira que a tornava como a própria cobaia do equívoco terrível que cometera. Sem dúvida, a programação da produção entre a população brasileira era anterior ao Plano de JK, preenchendo “*lacunas*” da mudança industrial que vinha acontecendo desde o início da República. Todavia, não era uma programação propriamente nacional, mas sim, liberal, na qual a liberdade de comércio representava tanto a exploração, quanto o próprio sentido da comunidade brasileira. Segundo Kubitschek, o ânimo nacional programava uma colaboração estrangeira maior; sendo baixa tanto a participação pública ianque, quanto a particular estrangeira, ficando ainda mais imprescindível torná-las extraordinariamente vantajosas (Limoeiro, 1972, pp. 145-146 e 154-156).

A mudança no meio de produção industrial, conservando a ordem de distribuição liberal entre as diferentes classes, identificava todas como podendo

⁶³ Igualmente, houve falta de tempo para que a reapresentação (mais sucinta) da bibliografia, no caso da autora acima citada.

aumentar a produção: todas as classes que participassem do aumento da produção iam expandir seu consumo, distribuído pelo mérito próprio.

O suporte do setor público sobre as diferenças entre as classes particulares, as representando como uma unidade, passava, assim, a ser consolidado pelo próprio aumento da produção. Programar o aumento da produção para consolidar a ordem distributiva, multiplicando a produção, significava que o público passava a valorizar o aumento da produção das empresas industriais priorizadas. Nesse raciocínio, o grande produtor empresarial era, a princípio, indiferenciado do pequeno trabalhador familiar, uma vez que ambos aumentavam a produção da atividade prioritária. No entanto, como o aumento da produção era maior com a escala, se passava a valorizar os grandes produtores (Limoeiro, 1972, p. 156, 181 e 146; Kautsky, 1898).

Programando unicamente aumentar a produção da grande indústria eleita democraticamente, comparar meios, classes e nacionalidades, reclamar de exploração, desequilíbrio e desperdício, somente ia retardar o aumento da produção industrial, que ia diminuir o consumo de todos até então em harmonia. A partir da consolidação do industrialismo na presidência JK, o ânimo nacionalista passava, por conseguinte, a ser direcionado para o aumento da produção industrial prioritária (Limoeiro, 1972, p. 159).

Na representação juscelinista, se enfatizava o nacionalismo que complementava trabalhadores e empresários, apresentando uma ciência nítida de se estar entregando a indústria nacional ao comércio internacional. Na presidência JK, o ânimo nacionalista era direcionado para o aumento da produção; consolidando essa direção, a paralisação do trabalho, sua valorização e seu entretenimento, passava a ser identificado como impatriótica, estranha ao valor brasileiro e invejosa. Na presidência JK, a partir da representação de uma nacionalidade sem diferença de classe, se intervinha unicamente trabalhado mais, pelo caminho que consumasse menor resistência. Em poucas palavras, a presidência JK representava um nacionalismo sem classe de exploração, em ordem de distribuição fraterna (Limoeiro, 1972, pp. 159-162).

Mesmo o aumento da participação pública na produção era para conservar o valor do trabalho distribuído segundo o mérito próprio; a compatibilidade entre o explorado e o explorador era que, em ordem de distribuição meritocrática, ambos são chamados a aumentar a produção, dedicando mais tempo de trabalho. A intervenção juscelinista, aumentando a produção de atividades que não eram vantajosas, diminuía o trabalho “velho”, não prioritário, expandindo o novo, prioritário. A conservação da ordem era seu princípio e meta geral; a mudança industrial, o meio particular. Toda a

política juscelinista era definida para “despertar” a urgência da mudança, como combate ao desequilíbrio que induzia à “subversão” reformista. A razão última da mudança era, em suma, de conservar a ordem distributiva, para a qual a mudança se tratava unicamente de um meio particular (Limoeiro, 1972, pp. 146, 153 e 183).

Enfim, na intervenção juscelinista, a mudança industrial era apenas um meio particular, dentro do horizonte da ordem, esta sim, o princípio e a meta geral. A intervenção juscelinista atraía opositos sem hesitar enfrentar polêmicas sobre o Plano de Metas monumental, mas seguia sempre pelo caminho de menor atrito; mudando para conservar, a presidência JK representava uma nova direção nacional, rompendo com a secular contenção da produção.

Sendo industrialista para conservar a reprodução liberal, a presidência Kubitschek antecipava-se, explicitamente, à “desordem” reformista. Em 1956, a presidência Juscelino, enfrentando não só a retração do consumo brasileiro, como a resistência udenista, passava a multiplicar o aumento da produção; em 1958, quando o aumento da produção industrial era consumado, a presidência JK destacava que a mudança tinha sido programada em ordem e que, igualmente, para o continuar, apenas se se mantivesse em ordem (Limoeiro, 1972, pp. 184-185).⁶⁴

Focalizando a mudança em ramo de atividade específica, de transporte, priorizando um modo particular de locomoção, o automobilístico, e conservando a ordem distributiva desequilibrada, a intervenção juscelinista mudava a direção brasileira conservando o sentido nacional. A presidência JK, ampliando projeto antes restrito, generalizava o antes particular, elevando à dimensão universal o que antes era de classe específica. Aumentando a produção industrial, a população brasileira consolidava o horizonte que antes era apenas uma possibilidade: a partir da intervenção juscelinista, a população brasileira passava a aceitar tal mudança como viável – e não um devaneio. Na representação juscelinista, a produção industrial, uma vez que afetava as diferentes classes, exigia que todas participassem, ainda mais que a distribuição de seu resultado, era razão do mérito próprio: quem ficasse ausente do mudança, apenas teria seu próprio mérito depreciado (Limoeiro, 1972, pp. 191-192).

⁶⁴ Nem a tentativa golpista liberal em Aragarças (oeste goiano), única manifestação de classe que na presidência JK iria receber algum debate enquanto tal, era relatada como fato superado, destacando o apoio das diferentes classes pela conservação da ordem constituída. A presidência Kubitschek não debatia o fato, apenas o apresentava, já no pretérito; se havia algum significado, descrevia-o como a consolidação da ordem democrática: comunicando o fato sem debate, o mesmo assim encontrava o seu termo. Em Aragarças, a presidência JK mostrava tolerar a resistência ao seu Plano industrialista, mas não punia a tentativa golpista liberal em termo civil, político, mas militar, profissional: a levava a cabo como quebra de disciplina (Limoeiro, 1972, pp. 186-187).

O Plano de JK programava a mudança industrial como meio para conservar seu princípio e meta: a ordem liberal de distribuição meritocrática. O projeto reformista, por sua vez, tratava a produção industrial como meta, e a reforma na vida agrária nacional, seu meio. Na presidência JK, a indústria não era a meta, mas sim o caminho; a intervenção pública mediante o aumento da produção iria produzir, segundo a distribuição meritocrática, o equilíbrio distributivo. A presidência JK, assim, reconhecia um desequilíbrio na distribuição da produção e do consumo brasileiro, mas nele não se detinha, ponderando que também a distribuição ia ser afetada pela mudança na produção industrial (Limoeiro, 1972, p. 193).

A representação juscelinista, ávida por mudar para conservar, distinguia as diferentes classes da população brasileira, no máximo, em termo partidário. A intervenção juscelinista, assim, tolerando a manifestação dentro da ordem constituída, excluía do debate o PCB, ilegal. Na representação juscelinista, a liberdade de comércio permitia que o atrito fosse representado na ordem democrática, mas este modo de distribuição era inquestionável. A representação juscelinista, como consequência, transformava a diferença de princípio em diversidade de meio; intervindo frontalmente na liberdade contra a sua mera reforma, a presidência deslocava, por fim, a razão do aumento da produção para a representação do seu valor. Com a intervenção juscelinista tratava de apressar o destino, que já vinha sendo sentido, sem jamais debater uma possível diferença na mudança industrial de modo a aumentar a produção, a presidência nunca intervinha na distribuição, feita pela “mão invisível” do mérito pessoal, considera Limoeiro (1972, pp. 200-201 e 204).

Com a última referência a Limoeiro (1972) a propósito da intervenção juscelinista, é possível concluir que, além disto, a presidência considerava representar apenas a decisão nacional, irremediável, inadiável e inelutável. Havendo qualquer ruído entre trabalhadores e empresários, a intervenção juscelinista mediava-o aumentando o trabalho de um e a produção de outro: o princípio e o destino da presidência JK, a conservação da ordem, tolerava o atrito entre as diferentes classes, desde que a produção industrial aumentasse. A presidência JK só não problematizava se o aumento da produção podia estar desequilibrando ainda mais a distribuição prévia (Limoeiro, 1972, pp. 204 e 207).

Ao longo da segunda metade da década de 50, quando a passagem da libra esterlina para o dólar ianque ampliava a margem de manobra da população brasileira, a presidência JK aumentava a produção industrial entregando-a ao estrangeiro (Ianni,

1967, p. 163). Decidindo pela mudança produtiva como meio para atingir a meta de conservar a distributiva, o Plano de JK não apenas generalizava, como principalmente consolidava o industrialismo especificamente brasileiro (Medeiros, 1982, p. 93).

Revolucionando o meio de produção sem reformar a ordem da distribuição até o consumo, a presidência JK priorizava a mudança industrial como meio de transformar a atividade agropecuária. Seu projeto de reformar a exploração agrária não convencia, ficava na generalidade do senso-comum presente já havia muito tempo, mencionando a necessidade de mudá-la em razão de não ser possível ignorá-la, em virtude da visibilidade do trabalhador brasileiro na vida nacional (Prado Jr., 1956a, p. 186)

Enfim, na presidência Kubitschek, a revolução no modo de produzir era a vitória da “contra-revolução”. Até então, as distintas vertentes de reforma democrática nas relações agrárias, “na dianteira” dos fatos, poderiam ser capazes de produzir o processo histórico de mudança, descrito no item 2.2. A partir da “contra-revolução” operada na economia nacional produzida pela política pública designada por Plano de Metas, as distintas vertentes de “reforma agrária” que tentariam ser implementadas após, “à reboque” dos acontecimentos, se caracterizaram no melhor dos casos pela inocuidade, mas, em geral, morreriam diante da pronta reação, tema tratado no corrente capítulo.

3.1 - A consolidação da indústria nacional sem reforma agrária

Decididamente, o Plano de JK consolidava a produção industrial brasileira, destinando mais de 70% do seu orçamento para as atividades de transporte e energia (Malan, 1986, p. 79). Com respeito à “infra-estrutura” na indústria de energia, sua produção tinha sido direcionada, basicamente, para o consumo de alguns aparelhos eletrônicos estrangeiros (como geladeiras, frigoríficos, televisores etc.), além de restrita às “Luzes das Cidades”. No começo dos anos 60, o resultado da indústria elétrica agiria no interior da família brasileira de modo profundamente “contra-revolucionário”: ao consolidar o caminho de mudança generalizando o trabalho feminino, a política permitia aumentar o orçamento familiar mas, em conjunto, – à falta de política específica de gênero – concorria para depreciar o valor do trabalho brasileiro.

Recorrendo ao trabalho de Lessa (1963, p. 38) no tocante à “infra-estrutura” da indústria de transporte produzida pela intervenção juscelinista, se infere que seu efeito era de impactar negativamente todas as vertentes reformistas apresentadas no tópico 2.3.

Em primeiro lugar, em razão da extensão da fronteira produtiva via rodovia – e não mais a ferrovia – permitir continuar o aumento da produção como sempre, com a diferença que, a partir do Plano de Juscelino de política agrícola e não propriamente agrária, esta extensão passava a ser por meio da produção industrial nacional de veículos automotores.

Como resultado, entre os Recenseamentos de 1950 e 1960, registra o autor, a superfície cultivada dobrou, em medida ainda maior que o incremento demográfico. O Plano de Kubistchek consolidava, pois, o aumento da produtividade da lavoura não por meio de novo meio produtivo industrial, mas por meio da extensão de mais tempo de trabalho para mais cultivos (Lessa, 1963, p. 160). Consolidando o aumento da produção agropecuária pela extensão da fronteira, o Plano de Metas da presidência Juscelino intensificava o fomento da expansão brutal da produção extensiva, sem jamais fazer menção sobre reformar sua ordem de distribuição (Medeiros, 1982, p. 107).

Se faz necessário classificar essa questão destacando que o Plano de JK, fomentando uma expansão da fronteira agropecuária monumental, aumentou a pastagem em todos os estados da República, com queda simultânea do número de bovinos por empreendimento. Ou seja, a brutal extensão da atividade pecuária estava “substituindo” lavouras, cultivos e brasileiros, mesmo que retraísse sua produtividade. A vantagem da pastagem, por um lado, era que o preço de seus produtos aumentava mais que os da lavoura e dos preços em geral. Por outro lado, a atividade criatória não só estendia um novo “curral” eleitoral para os antigos “coronéis” e novos empresários rurais, como, principalmente, consolidava sua brutal valorização em razão da pavimentação de rodovias municipais, estaduais e federais. Finalmente, com ônus particular ínfimo e suporte público monumental, a extensão da atividade pecuária agia de modo semelhante ao reflorestamento, estendendo a fronteira amazônica e nordestina, mesmo que com menor produtividade, que era compensada pela maior escala e pela desvalorização do trabalho brasileiro em geral. Como resultado, os pequenos produtores dos demais estados da República ficavam em desvantagem comparativa (Szmrecsányi, 1986, pp. 153-155).

Sobretudo, pois, a intervenção juscelinista consolidava o modo de aumento da produção agropecuária brasileira por meio da contínua extensão da fronteira produtiva, agravando o desequilíbrio populacional entre o trabalho agropecuário e a produção industrial e, finalmente, o regional (Szmrecsányi, 1986, p. 156). Lessa (1963, p. 160) observa outra dimensão produzida pela intervenção juscelinista lembrando que, apenas

ao fim do programa industrialista, a presidência JK apresentava uma política especificamente regional, notadamente, para não comprometer a meta industrial. Sem comprometer a política industrialista, o agravamento do desequilíbrio e da oscilação dos valores passava a adquirir conotação explosiva. Nesse sentido, o Plano de mudança industrial era insensível com respeito à própria transformação que programava: quando esbarrava no caminho, a presidência mudava de curso pragmaticamente, sem observar o horizonte global de transformações.

Em segundo lugar, o efeito da nova “infra-estrutura” da indústria de transporte que impactava negativamente a proposta reformista seria a de suspender a urgência de uma intervenção executiva planejada com o parlamento no tocante às vertentes de democratização das diferentes políticas própria e impropriamente agrárias, direcionando-as para a prioridade em “completar” a política industrial da presidência da República. Por conseguinte, ia residir nestes mesmos efeitos dessa política industrial – focalizada no modo automobilístico – sobre a produção agropecuária brasileira, o motor emblemático da “contra-revolução” executada sobre a ainda majoritária vida agrária nacional. O efeito da conservadora modificação na vida brasileira que consolidava a expansão da fronteira produtiva por meio do binômio pavimentação-caminhão, tornando ainda mais vantajoso reproduzir a produção e até a produtividade do mesmo modo extensivo, resultava na contração drástica do valor do trabalho como um todo e, principalmente, que o trabalho rural continuasse comercializando alimentos a baixo preço para o produtor industrial, via seguida até a falência nacional, na década de 80.

Cabe lembrar que, na pastoral “*extremamente reacionária*” de Dom Frei Inocêncio Engelke (1951), ao caminhão era atribuído poder sobretudo “subversivo”, trazendo “*receptividade para as idéias mais arrojadas e revolucionárias*” (Martins, 1981, p. 88; em Camargo, 1986, pp. 145-146). Priorizando não só a associação da indústria brasileira com o mundo externo, mas sobretudo com a interiorização da fronteira produtiva nacional, com o Plano de Metas, o ex-governador mineiro atendia assim à pregação do Bispo de Campanha, não só “*antecipando-se à revolução*”, mas também mostrando o valor “contra-revolucionário” que a consolidação da indústria automobilística podia assumir.

A construção, pavimentação e especulação das vias de rodagem para os novos veículos automotores, por um lado, atraía mais tempo de trabalho para grandes contingentes da população nacional; por outro, sobretudo, despejava outros tantos trabalhadores agropecuários, que, migrando, passavam a comercializar seu próprio

trabalho, precariamente, nas pouquíssimas aglomerações industriais brasileiras. Por este caminho, a consolidação da atividade industrial agravava a distribuição da produção e do consumo nacionais como um todo, mas estava tornando comparativamente mais vantajoso algum aumento da comercialização tanto da lavoura quanto da pecuária, valorizadas em razão do despejo de vastos contingentes da população brasileira (Guimarães, 1963; Martins, 1980; cf. Marx, 1863, cap. XXIV).

Com base em Lessa (1963, p. 56) é possível afirmar que em razão da grande mobilização orçamentária em prol do binômio pavimentação-caminhão explicitamente contra qualquer vertente de reforma distributivista, o Plano de Metas conduzia “*a uma apropriação anti-social de parte ponderável do excedente formado no período*”. Também Delgado (1985, pp. 51) enfatiza que a conservação da expansão da fronteira nacional desbravava o interior brasileiro, consolidava a atividade industrial brasileira e, por este caminho, finalmente, definia a direção que teria a indústria relacionada com a produção agropecuária. Por essa mesma razão, o Plano juscelinista tornava a chegada da produção industrial ao trabalho agropecuário ainda mais distante: imediatamente após a consolidação da indústria automobilística nacional com o Plano de 1956/1957, passaria a ser registrada oscilação brutal no valor rural que, absolutamente à margem da intervenção juscelinista, havia se conservado entre a maioria da população brasileira.

Até o Programa industrialista, observa o mesmo autor, a produção agropecuária mantinha aumento continuamente superior ao incremento demográfico, que era por ela própria regulado. A partir do Plano produtivista, passava a ser agravado explicitamente o prévio desequilíbrio na distribuição brasileira, cujo reflexo na variação dos preços e, especialmente, na oscilação da produção agropecuária, tornava ainda mais distante a conclusão da produção industrial até a “agroindústria” (Delgado, 1985, pp. 51-52).⁶⁵

Em conseqüência do feito na segunda metade da década de 50, Ianni (1967, p. 221) considera que nos anos 60 a vida nacional ia começar a entrar em “*convulsão*”. Linhares & Teixeira (1978, p. 155) lembram que, durante a primeira metade da década de 50, a “infra-estrutura” de suporte público à vida nacional havia sido ampliada; montadas as bases do industrialismo, no quinquênio seguinte a participação pública fora

⁶⁵ Imediatamente após a intervenção juscelinista, se passava a sentir uma agitada oscilação na vida brasileira, consubstanciada na estagflação sentida até o “milagre” – a única do cruzeiro. Em especial, o agravamento da distribuição do consumo passava a ser particularmente agudo no desequilíbrio nutricional freqüente no período que, reiteradamente obrigando a presidência da República a importar alimentos emergenciais, encarecia a própria vida industrial brasileira recém-consolidada. Com respeito à política de preços à produção agropecuária consumida pela família brasileira, apenas o trigo contava com programa específico, de subsídio de sua importação da República Argentina (Lessa, 1963, p. 28; Delgado, 1985, p. 52)

ampliada especificamente no tocante à consolidação da “infra-estrutura” destinada à “contra-revolução” industrial estrangeira, emblematizada no modo automobilístico. A consolidação da cultura automobilística passava a produzir “efeito multiplicador” brutal sobre todos os setores da vida nacional, retraindo paralelamente a participação da produção, do consumo e da população rural, tendência que seria levada às últimas conseqüências na presidência Emílio Garrastazu Médici, durante o “milagre”.

O Plano de Metas planejava continuar expandindo a produção consumida pela família brasileira por meio da extensão da fronteira nacional, consolidando o gênero de caminho industrial que vinha acontecendo desde o início da República. Por esse caminho, a intervenção juscelinista, por um lado, colocava em evidência que o desequilíbrio na distribuição entre a produção e o consumo nacional, refletido na variação nos preços, não era razão exclusiva do trabalho agropecuário, mas sim, do conjunto industrial e comercial em relação à vida rural brasileira como um todo. Por outro lado, agravava-se não só o desequilíbrio nutricional, agrário e distributivo como um todo, mas inclusive o industrial, cuja produção aumentava não mais em razão da lavoura agro-exportadora, mas sim, do próprio comércio interno. Apenas posteriormente, o crescimento da produção agropecuária passaria a ocorrer em razão do próprio trabalho industrial brasileiro, retraindo não só a participação da lavoura exportadora, mas, principalmente, diminuindo a produção cultivada para o consumo familiar, especializando as culturas e consumindo novos meios de produção, feitos pelo novo trabalho industrial brasileiro, consolidado em torno da indústria metal-mecânica. O pequeno agricultor para o próprio consumo familiar, o último a aumentar sua comercialização, a partir da “contra-revolução” do Plano de Juscelino, não mais comercializava seus alimentos em troca de fertilizantes, por exemplo, mas passaria a comercializar desde sua locomoção até bugigangas. Em síntese, o aumento da comercialização se relacionava com sua especialização e “industrialização” que, embora diminuíssem a produção para o próprio consumo, incrementava a valor do trabalho (cf. Szmrecsányi, 1986, p. 151).⁶⁶

⁶⁶ Por exemplo, comparando as duas visitas feitas aos *Parceiros do Rio Bonito*, é observado em Candido (1954, pp. 141-142) que o meio de produção, de madeira, tração muscular e animal, desaparecera “por completo”. A partir de então, a plantação passava a ser comercializada não apenas em troca de abrigo, nutrição e locomoção, como também os próprios artefatos do lavrador – antes produzidos familiarmente, agora “industrializados”. Inevitavelmente desequilibrada, a mudança de uma para outra unidade setorial, populacional e espacial, resultaria na migração da vida rural brasileira, redistribuída em torno da aglomeração industrial-comercial.

A partir do “divisor de águas” do Plano de JK, refletindo o agravamento do desequilíbrio distributivo, a oscilação no valor dos produtos, produtores e representações ia passar a assumir nova feição. De acordo com a elaboração criativa de Rangel (1962), antes do Plano de Kubitschek, a variação no preço era virtude do aumento do custo, expressando algum aumento relativo no valor do trabalho brasileiro. Após a intervenção de Juscelino, a variação no preço passava a ser razão do aumento do consumo, refletindo o crescimento brutal das necessidades do trabalhador brasileiro. Consolidando a extensão da fronteira produtiva por vias de rodagem despejando lavradores e trabalhadores agropecuários, o aumento das suas necessidades de consumo passava a tornar algumas culturas comparativamente vantajosas para o comércio interno; em outros termos, passava a valorizar-se o aumento da produção para a comercialização entre a população brasileira, por meio do agravamento da distribuição do consumo.

A partir da intervenção juscelinista, o desequilíbrio na distribuição nacional, refletido na variação dos preços, deixava de ser virtude da *produção comercializada* aumentar menos que o crescimento vegetativo do consumo, para passar a ser razão da produção crescer menos que o *consumo comercializável*. Conforme expresso em Rangel (1962), a partir do “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, a nova ordem de distribuição da produção e do consumo entre a população brasileira era de classe, enfaticamente, dual.

A ambigüidade “contra-revolucionária” da política industrialista da presidência JK era razão de sua prioridade automobilística induzir, primeiro, a um equilíbrio distributivo aparente. Este era virtude deque a propagação de novos veículos automotores permitia que a comercialização da produção agropecuária, de grandes “açambarcadores”, atravessadores e intermediários, passasse a ser feita por pequenos comerciantes, caminhoneiros e feirantes. A consolidação da indústria automobilística feita no Plano de Juscelino, somente com o tempo – algo como na década de 70 – centralizaria a comercialização da produção agropecuária em sua relação com o consumidor industrial pelo grande atacadista, com frota própria de centenas de caminhões. Centralizando a mediação entre o produtor e o consumidor brasileiro, a prevalência do supermercado na vida nacional expressava a tendência brutal ao

agravamento do desequilíbrio na distribuição brasileira, refletido na variação violenta dos valores recíprocos à brasilidade.⁶⁷

Analisando a produção agropecuária consumida pela família brasileira que passava a sofrer a “modernização agrícola” sem “reforma agrária” democrática, adquire relevo a dissertação de Maluf (1992) que faz algumas referências ao emblema da década de 50 indicando que, até então, a principal lavradora, distribuidora e consumidora nacional de laranja era a população carioca. A partir desse “divisor de águas”, a lavoura paulista ia passar a ganhar impulso. Após o marco de meados dos anos 60, a plantação paulista de laranja se constituiria em parte exemplar da “agroindústria”, resultando em grande concentração da produção e distribuição da citricultura no estado federado.

A citricultura paulista ia refletir “*mais intensamente*” a “agroindustrialização” tirana nacional, das quais a produção de laranja seria um de seus “*principais componentes*”; o crescimento da lavoura paulista de laranja – atualmente voltada à exportação – como praticamente todos os outros gêneros, também começava a se expandir a partir da comercialização entre a população brasileira. A consolidação da indústria brasileira passava a redirecionar a produção destinada ao consumo interno, “*na medida em que o mercado externo passou a absorver a quase totalidade da produção citrícola paulista*” (Maluf, 1992, pp. 11-13).

O mesmo autor mostra que, inicialmente atuando na indústria de sucos, os empresários paulistas, nos anos 60, estavam se originando do comércio interno da lavoura, “*com destaque às grandes empresas exportadoras de laranja in natura (geralmente multinacionais) com tradicional presença no mercado internacional.*” Passava a haver também indústrias de sucos constituídas por cooperativas de empresários rurais, em razão da vantagem excepcional na mudança da relação do

⁶⁷ Durante a década de 30, geralmente o grande comerciante nacional atuava tanto no atacado quanto no varejo, mantendo, na década de 40, o grande atacadista voltado para muitos pequenos varejistas. Na emblemática década de 50, diminuía expressivamente o número de atacadistas brasileiros, enquanto, nos anos 60, este número passava a aumentar – mas especializado na classificação e corretagem. Por fim, na década de 70, com o “milagroso” incremento da produção e do consumo nacional, seria concluído o reordenamento do setor comercial brasileiro, quando o supermercado se tornaria onipresente na vida nacional. Em outras palavras, enquanto até a década de 40 o varejo aparecia estreitamente ligado ao atacado, o decênio seguinte emblematizava o momento “divisor de águas” na distribuição da produção nacional, a partir de quando, nos anos 60 os supermercados passavam a se propagar pela vida nacional e, por fim, na década de 70, estenderiam escala ainda maior. O supermercado estava reproduzindo a cultura ianque do “sirva-se você mesmo”, contaria com política específica desde o fim dos anos 60, estendendo a escala de atuação para o nível regional e federal. O período de “*implantação e adaptação*” do supermercado sobre a vida nacional coincide, sinteticamente, com o período que é posterior ao Plano de Metas e que antecede ao deslanche do “milagre”, marcadamente entre 1958 e 1966. Além de mudança na ordem tributária, na regulação da atividade e finalmente de política específica patrocinada pela Caixa Econômica Federal, o supermercado se tornaria o meio de distribuição da produção consumida pela família brasileira (Maluf, 1992, pp. 181-183).

cultivo de laranja com a atividade secundária, “*muitos deles também tradicionalmente exportadores do fruto in natura*” (Maluf, 1992, p. 17).

Ainda segundo Maluf (1992, pp. 152-154), O comércio atacadista paulista se tornaria o centro de comercialização de classes especializadas na classificação dos produtos eram distribuídos por comerciantes que, sem bolsas, faziam circular o cultivo de agricultores que viriam do interior da área de influência paulista em caminhões até os empacotadores, supermercados e grandes atacadistas da capital, centralizando a distribuição da produção regional destinada ao consumo interno de arroz, feijão e alguns hortícolas.

A desvalorização do comércio próximo à capital paulista tornava vantajosa a dispersão de atacadistas, aumentando a comercialização regional do feijão; desde os fins dos anos 60, a comercialização nessa maior praça da República estava sendo valorizada, em razão da diferença tributária entre os estados federados que, carregada em caminhões, não estava mais sendo fiscalizada. De regra, a sonegação ia depreciar o pequeno agricultor regional, de vez que passava a valorizar a comercialização do grande produtor junto ao supermercado (em razão de sua maior escala estar sendo facilitada pela falta de fiscalização rodoviária).

Como resultado, o supermercado estenderia sua atividade atuando como atacadista junto ao empacotar que, em razão do direcionamento da política de garantia de preço, exploraria o pequeno agricultor familiar se especializando na classificação do produto. Em contraponto às modificações ocorridas entre a produção e a circulação da lavoura de feijão paulista transportada em caminhões por grandes atacadistas, particularmente os supermercados cariocas, comercializando o cultivo de outros estados da República sem fraude fiscal, eles próprios comercializam o produto, assumindo a própria empresa de empacotamento e chegando a possuir marca própria.

Na vida industrial consolidada a partir do Programa de Kubitschek, a produção agropecuária brasileira passava a ser classificada, armazenada e beneficiada pela própria classe comerciante nacional. Também Linhares & Teixeira (1978, pp. 151-152) sugerem a valorização em se especializar na mediação da exploração enfatizando outro personagem que passava a ser normal na vida brasileira. O “*dono do caminhão*” ia comercializar a produção agropecuária a valor vil, sendo “*eloqüente*” o desequilíbrio em sua distribuição junto ao consumidor brasileiro de mandioca ao fim da década de 50; nessa e em outras culturas, era evidente que mesmo o pequeno agricultor para o próprio consumo familiar também passava a ser explorado pelo “*dono do caminhão*”, que

comercializava seu cultivo em troca de vale, da pendura no barracão, além de comprar remédio, levar ao posto de saúde municipal etc.

O primeiro efeito trágico do Programa industrialista da segunda metade da década de 50, sofrido já no começo dos anos 60, ia ser, assim, a variação brutal nos preços dos produtos agropecuários consumidos pela família brasileira, tendo em vista o oligopólio de sua distribuição pelo “dono do caminhão” se consolidar. Sofrendo oscilação ainda maior no cultivo de artigos de consumo generalizado, passava a debater-se a possível implementação de uma política de preços mínimos garantidos para a comercialização do produtor agropecuário brasileiro (Linhares & Teixeira, 1978, p. 152).

Até o começo dos anos 60, esta política não contava com bancos, tampouco armazéns, em praças próximas ao pequeno agricultor familiar, além de reiteradamente garantir valor menor que o praticado, e ser destinado à classe comerciante nacional (Duran, 1971, p. 156). Ademais, o programa não combinava diferentes culturas, apresentando problemas no transporte, armazenagem e praça de comercialização da produção agropecuária contemplada (Linhares & Teixeira, 1978, p. 152).

A consolidação do novo modo de transporte automobilístico passava a deslocar, por exemplo, a produção rural da população carioca de Irajá, para o Vale do Paraíba e a área de influência paulista. A essa observação os autores mencionados acrescentam que a população rural do bairro carioca de Irajá, que produzia para o consumo familiar e passava a ser explorada comercialmente em escala nacional, afetada pela política pública em geral e pela de transporte em particular, ao mesmo tempo em que reclamava do preço do frete, passava a se ver induzida a priorizar o mesmo transporte rodoviário.

Outrossim, a oligopolização em torno do “dono do caminhão” afetava não apenas o produtor e o consumidor brasileiro, como os próprios distribuidores. Em síntese, em toda a República, a frota de caminhões que passava a transportar a produção agropecuária normalmente consumida pela família brasileira consolidava o modo de exploração com ônus elevado, exploração selvagem e produtividade ínfima (Linhares & Teixeira, 1978, pp. 152-153).

Conforme estudam pesquisadores especializados, enquanto o pequeno agricultor familiar permanecia desunido, o distribuidor, por meio do monopólio, conservava conduzindo a política; a proposta de valorizar cooperativas de produtores tendia a resultar em exploração comercial, sem representar de fato o pequeno agricultor familiar, que era mantido marginalizado (Fox, 1978, p. 181). Enfim, a política preços garantidos

de comercialização não afetava nem a distribuição da produção tampouco do consumo – ou melhor, agravava o desequilíbrio (Fox, 1978, pp. 194-195; Lopes, 1978, pp. 161-163).

Por meio do caminhão pavimentando o interior brasileiro, o despejo de lavradores e trabalhadores agropecuários tornava-se generalizado, explodindo uma redistribuição da população, da produção e dos valores que ia acentuar ainda mais o já visível desequilíbrio entre o velho e o novo, o explorador e o explorado, o bárbaro e o civilizado (Lopes, 1978, pp. 164 e 168). O velho, o explorador e o bárbaro conservados no Plano de JK, não eram, pois, eliminados pela valorização da novidade industrial civilizada (Fox, 1978, p. 195; Lopes, 1978, p. 169; Fernandes, 1973, p. 269).

O Plano, embora produzisse uma ampla transformação na vida nacional, cujo caminho, já consolidado, passava agora a reproduzir o antigo exatamente para continuar a mudança até sua conclusão na “agroindústria” metal-mecânica (Fernandes, 1973, pp. 253-254). Fernandes (1973, pp. 269-270) interpreta que o horizonte “contra-revolucionário” presente no clímax da Revolução Industrial Brasileira, praticamente coincide com a convulsão nacional da passagem da década de 50 para os anos 60.

Consolidando o emblema da cultura automobilística na vida nacional, o retirante que procurava continuar lavrando, conservando seu valor familiar, mesmo aceitando a mudança industrial, trabalhando como parceiro para os antigos coronéis, passava a ser despejado em massa, embora com grande resistência parlamentar contra a polícia estadual e, principalmente, sem contar mais com a benção paroquial. A generalização do despejo de lavradores e trabalhadores agropecuários rapidamente ia produzir as Ligas Camponesas, com apoio do PCB. A agitação da vida nacional, não mais combatida pelo método liberal normal, passava a ser contida aumentando o trabalho, a produção e o comércio da população, acomodação que se mostrara possível quando uma simples Superintendência regional forjara a união do PCB ao PSD, do PTB à UDN (Martins, 1981, pp. 75-77).

Enfim, a partir do Programa de Metas de política industrial da presidência Kubitscheck, o desequilíbrio na distribuição nacional violento, refletido na variação dos valores brasileiros monumental, não apenas agravava-se como, expelido para o comércio internacional, terminava sendo “socializado” por toda população nacional, acentuando-se ainda mais. Como resultado, a convulsão nacional, direcionada, por um lado, pela obsolência do manejo cambial, e, por outro lado, pela agitação em torno da

política setorial, regional e dirigente, “*fissurava*” a direção brasileira constituída desde 1946 (cf. Medeiros, 1982, p. 133).

Ao final da “contra-revolução” industrialista da presidência JK, estava consolidado um horizonte conservador, que possibilitava aumentar o trabalho, a produção e o comércio agropecuário brasileiro por meio da indústria automobilística, que estendia a fronteira despejando lavradores e trabalhadores agropecuários para o comércio nas maiores aglomerações populacionais brasileiras até alcançar a Amazônia em círculo vicioso desativando, portanto, a premência reformista (Medeiros, 1982, p. 110).

A partir dos anos 60, o preço dos gêneros alimentares em geral, e do arroz, feijão e alguns hortícolas, ia começar a aumentar mais que os industrializados, revertendo, portanto, parte da tendência secular de deterioração dos termos de troca entre ambos os setores. O aumento passava a deteriorar ainda mais o valor consumido entre a família brasileira resultando que, no período, ia começar a suceder aumento expressivo do valor consumido pela população nacional da cultura da soja, absolutamente a única exceção em comparação a todos os demais produtos agropecuários (Maluf, 1992, p. 107).

O estudo de Maluf (1992, pp. 112-113) menciona que a partir dos anos 60, no caminho transitado até o sucesso da produção “agroindustrial” brasileira, a produção de arroz passava a crescer menos que seu consumo – enquanto a de feijão estava diminuindo; ao mesmo tempo, todavia, a mudança “agroindustrial”, despejando lavradores e trabalhadores agropecuários nas maiores aglomerações brasileiras, passava a transformar seu consumo, valorizando a comercialização interna.

Valorizando a extensão da fronteira produtiva pelas obras públicas de construção e pavimentação em larga escala das vias de rodagem até Rio Branco e Belém por meio do transporte de carga com o caminhão, é observado em Martins (1981, pp. 96-98) que, embora, por este caminho, os termos do debate democrático houvessem mudado, evidentemente, o problema tinha sido agravado. A “industrialização da agricultura” que começava a ser valorizada por esta via produzia, imediatamente, como efeito reverso, “*a decretação da obsolência da ‘reforma agrária dos anos 50 e 60’*”. (Leite & Palmeira, 1997, p. 103)

De importância central para a corrente dissertação, antes do “divisor de águas” juscelinista, a reforma na exploração agrária nacional era o meio que podia desencadear a passagem do trabalho rural para o industrial, em virtude de equilibrar a distribuição da produção e do consumo nacional. Uma vez consolidada a produção industrial nacional a

partir da intervenção juscelinista, não era mais uma reforma na vida agrária nacional que iria completar o trabalho industrial brasileiro (Leite & Palmeira, 1997, p. 104).

De acordo ao exposto em Leite & Palmeira (1997, p. 104), é Tavares (1972) que indica a “*chave*” para a compreensão do “*mistério*” da conservadora “industrialização da agricultura” brasileira que passaria a ser sofrida no “milagre”. Antes da produção industrial nacional ser consolidada pela intervenção juscelinista, a principal política pública houvera sido o direcionamento do comércio internacional. A partir da consolidação da produção industrial brasileira, a principal política pública passaria a direcionar o próprio comércio interno, manejando o juro da moeda nacional tanto para a produção, quanto para o consumo, no sentido de mudança da atividade agropecuária.

Os mesmos autores observam que, manejando o juro da moeda brasileira, se valorizaria a produção industrial destinada “para frente” e “para trás” do trabalho agropecuário como tratores, fertilizantes, colhedoras etc., bem como, classificadoras, frigoríficos, beneficiadoras etc., que possibilitariam aumentar o consumo mesmo que agravando sua distribuição. Prosseguindo o mesmo sentido do caminho redirecionado pela intervenção juscelinista, portanto, “*desativava-se*” a necessidade de qualquer reforma na vida agrária nacional, ou na distribuição da produção e do consumo brasileiro em geral (Leite & Palmeira, 1997, p. 104).

Após o “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, a proposta de reforma na vida agrária nacional, que se fizera presente na cultura nacional como questão estratégica da Revolução Brasileira, passava a ser uma política distributiva para a própria distribuição, como o princípio, o meio e o seu fim obsoleto em si mesmo (e, não mais, o meio para alcançar a meta industrialista, já alcançada sob o esquema da presidência JK). O “mecanismo” como a “contra-revolução” industrial juscelinista desativou as diferentes vertentes de proposta reformista, possibilitando o manejo do juro da moeda brasileira para a produção e o consumo da indústria metal-mecânica em geral, redistribuindo a atividade nacional no sentido da valorização da “agroindústria”, marcadamente, entre 1958 e 1966, será o próximo assunto da corrente dissertação sobre essa nossa “modernização agrícola” que, a partir do Plano de JK, havia consolidado seu caminho de transformação da vida rural sem “reforma agrária”.

3.1.1 – A tentativa nacionalista posterior ao Programa de JK (1958 - 1964)

Embora a interpretação histórica possa perceber que após os “50 anos em 5” do governo Juscelino Kubitschek as vertentes de reforma democrática na política agrária – sem mais ser o meio nacional pelo qual a meta industrial poderia ter sido impulsionada – teriam o destino inelutável à morte, na “conjuntura” da época, de brutal acirramento do desequilíbrio nacional, esta visão era rara. Muito pelo contrário, para parte da população nacional cada vez mais expressiva, parecia o justo oposto: agora, após consolidada a “infra-estrutura básica” da indústria brasileira, se fazia imprescindível aplicar a política de “reforma agrária” democrática (paradigmaticamente prescrita pelo projeto nacional-industrial), para finalmente concluir-se a ambicionada mudança industrialista agrícola.

Persistir interpretando o mesmo paradigma, caduco a partir do “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, e que agora não passava de uma parábola, conduziria, primeiro, ao Golpe de 64 e, com mais e mais força nos anos seguintes, a milhares de jovens brasileiros, movidos por tal sonho, serem torturados, mortos ou desaparecidos – ato ilustrado, na renovação cultural dos anos seguintes, em pelo menos duas músicas: *Não Chores Mais*, de Gilberto Gil (1977), bem como, *Acorda Amor*, de Julinho de Adelaide (1974).

Consolidando a produção industrial brasileira, o Plano de JK havia sido consumado, sobretudo, no biênio 1956/1957. Frente à recusa pública ianque em apoiar o trabalho industrial americano, sem apoio de aparelhos multilaterais e com a recuperação europeia, a nova queda no valor da exportação da lavoura de café motivara o Ministério Gudin a forjar a Instrução 113 da Sumoc. A partir da Instrução 113, a presidência JK elegia como “carro-chefe” do Plano de Metas a indústria automobilística em torno do nacionalismo representado em Brasília (Malan, 1986, p. 77).

Após os poucos meses de tranqüilidade nacional em parte de 1957, já ao iniciar o terceiro ano de execução do projeto industrial brasileiro, mesmo diante da transformação industrial sofrida pela população sul-americana, ia se registrar mais uma queda exponencial do comércio agro-exportador da lavoura de café, cana, mate etc. – até em razão da recuperação da produção agropecuária europeia que permitira a glória do Plano industrialista da presidência JK. Permanecendo exportando um produto específico com desvalorização acentuada para continuar importando máquinas produtoras de automóveis de passeio, geladeira, televisores etc., a herança de JK para

JQ, em síntese, foi a de agravar o desequilíbrio cambial (Malan, 1986, pp. 85-86; Delfim Netto, 2005, pp. 235-236).

A bibliografia leva a considerar que este agravamento ia definir o novo gênero de nacionalismo brasileiro: industrialista e comprometido com o comércio agro-exportador, distinguindo-se da cultura liberal ruralista, por não ficar mais cativo da lavoura regional de café, cana etc., mas sim, do comércio da primária-exportação como um todo, como fonte orçamentária abstrata de diversos novos frutos primários, como amendoim, sisal, girassol, soja, juta etc. (Malan, 1986, p. 86). Privilegiando a política pública na indústria de “infra-estrutura básica” de transporte, o “descuido” na política cambial era repassado continuamente aos juros da moeda nacional que, por fim, se direcionava, pelo livre-comércio interno, para o preço dos produtos, ao mesmo tempo que o desequilíbrio na distribuição era acentuado, o aumento do trabalho, da produção e do comércio, estendendo a fronteira produtiva brasileira, minimizava o atrito momentâneo. Destruindo a previdência brasileira sem qualquer inovação tributária, a aceleração da alta dos preços já no início da presidência JK passaria a ser “agressiva” a partir de 1958 (Delfim Netto, 2005, pp. 234-235).

Em 1959, assim, a presidência Juscelino já estava mais próxima ao regime militar do que ao governo Vargas, forjando uma nova política comercial externa, de conquista de consumidores – inclusive os soviéticos “subversivos”. Limoeiro (1972, p. 73) e Ianni (1967, p. 129) sugerem que a “contra-revolução” nacional sofrida nos “50 anos em 5” da presidência JK, expelida continuamente para a renovação da política externa, era evidente no começo da convulsão na política interna, quando o desequilíbrio brasileiro que se seguiria até 1966 se tornava um dos mais intensos da vida nacional. Transitando pelo caminho que oferecesse menor atrito entre as diferentes classes da população brasileira, o movimento relativamente fluido sentido momentaneamente resultaria, imediatamente após o Programa de Metas, na reflexão abrupta de todo o esforço até então direcionado para a política industrial no sentido da prontíssima reação a qualquer medida de reforma democrática na política agrária.

Na posse presidencial do ex-governador paulista Jânio Quadros, em 1961, já se havia optado pelo caminho de transformação industrial da população brasileira, ao esgotar o projeto trabalhista nacionalista do PTB-PCB entregando a indústria nacional, decididamente, ao comércio internacional.⁶⁸ O problema passava a dizer respeito ao

⁶⁸ O ex-governador paulista JQ, como candidato “independente” com apoio do governador da Guanabara (Carlos Lacerda, da UDN), reagia fundamentalmente contra a corrupção desgastada de correligionários

rearranjo no interior da classe dirigente brasileira, visto que nem a empresa da UDN, tampouco os antigos “coronéis” do PSD, chegavam em acordo, face a agitação nacional.

Nitidamente, o ano de 1962 encerrava o período de expansão “*fácil*” da produção nacional que vinha acontecendo desde a primeira metade do século quando, durante os quase quinze meses que duraria a experiência parlamentarista brasileira, ocorreu reforma agrária marcante, em sua vertente não propriamente agrária. No gabinete Brochado da Rocha, extinguiu-se a Comissão Nacional de Abastecimento e Preços (Conep) forjando a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab). Forjando em escala federal a política que já vinha sendo proliferada entre os diversos estados da República até o começo dos anos 60, a reforma agrária comercial respondia ao grave desequilíbrio nutricional brasileiro com uma Superintendência – portanto, diretamente subordinada à presidência – que passava a tabelar, estocar e confiscar produtos agropecuários de consumo interno (Linhares & Teixeira, 1978, p. 156).

A leitura de Leite & Palmeira (1995, pp. 116-117) sugere referência crucial acerca do marco estabelecido em 1962 pela política parlamentarista que projetava uma “*sensível*” reforma sobre a vida agrária em vertente não propriamente agrária: a comercial. A reforma, mais que simples marco legal representado na Sunab, forjava em simultâneo as empresas Companhia Brasileira de Armazéns (Cibrazem) e Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) que, subordinadas à primeira, mesmo que em agudo desequilíbrio orçamentário, produziam, em particular, uma “infra-estrutura” operacional (e sobretudo dirigente) específica aparelhando tal intervenção com vistas à futura implementação de tal vertente impropriamente agrária que impactaria – normativamente – a relação agrária nacional de modo que nem o marco do Estatuto do Trabalhador Rural tampouco o da Estatuto da Terra propriamente possuiriam. Tanto na Sunab como em ambos Estatutos, contudo, não se tratava mais de democratizar as relações próprias e impropriamente agrárias para valorizar o trabalho industrial brasileiro e, por fim, a “industrialização da agricultura”; “*à reboque*” dos acontecimentos e assim conjugados a outros “pacotes” de políticas públicas, tais marcos legais agora se tornavam apenas referência para o debate entre as diferentes classes da população brasileira no

pessedistas, trabalhistas et ali. que vinha sustentando a ordem constitucional desde 1946. A “política dos governadores” da presidência Jânio acabava mostrando que a empresa da UDN era golpista até quando vitoriosa nas urnas. Abafado mais um golpe da UDN, desta vez com a eficiente “corrente da legalidade” transmitida pelo rádio pelo governador gaúcho Leonel Brizola (do PTB), o arranjo parlamentar assegurava a posse do vice-presidente Jango sob o regime parlamentarista.

transformado cenário nacional, como novos parâmetros, no mínimo neutros (quando não, negativos) sobre a – e não mais a partir da – distribuição da produção nacional.

Em Smith (1966, p. 77) é considerado que, em 1962, a reforma agrária não propriamente agrária forjada pelo parlamento brasileiro passava a “*melhorar consideravelmente*” a política de preços de comercialização garantidos junto ao produtor agropecuário de produtos consumidos pela população brasileira. Com o gabinete Brochado da Rocha, a presidência JG executava pragmaticamente tal política priorizando produtos como arroz, feijão e milho (para gado) para a safra de 1962/1963 e 1964/1965. A partir da reforma,

pela primeira vez o governo fez um notável esforço para estabelecer uma rede operacional efetiva no interior. Este início deu o tom da operação subsequente do programa.

Mesmo com o risco de uma possível super-simplificação, pode-se dizer que estes princípios parecem ter orientado o programa de 1963 a 1967. Nesta fase os preços mínimos passariam a ser estabelecidos anualmente antes do plantio, a fim de influenciar as decisões de produção. (Smith, 1969, pp. 116-117)

Segundo indicado em Duran (1971, p. 144), somente a partir da reforma agrária de 1962, quando o preço passou a ser divulgado antes do plantio, produzir-se-ia uma mudança definitiva na política de comercialização da produção agropecuária consumida pela família brasileira (política antes restrita para a lavoura agro-exportadora).⁶⁹ A reforma agrária não propriamente agrária planejada pelo parlamento para o plantio das safras de 1962/1963 e 1964/1965 projetava excluir da política os classificadores, estocadores e beneficiadores e incluir os produtores, lavradores e trabalhadores agropecuários, explicitando que a garantia de preços passava a ser destinada não mais para o “intermediário”, mas sim, o agricultor. No entanto, poucos dias antes da mudança, planejada para 31/12/1963, uma portaria ministerial prorrogaria a inclusão dos classificadores, armazenadores e beneficiadores por mais dois anos.

Após a reforma agrária não propriamente agrária aprovada no ano parlamentar de 1962, o Banco do Brasil se tornava “*mais ativo*” e “*mais equipado*” para a comercialização da produção agropecuária visando a manutenção dos estoques equilibradores do preço dos produtos contemplados no programa federal (Duran, 1971, p. 144). Outrossim, no mesmo ano, mesmo com tendência de aceleração inflacionária, o

⁶⁹ O autor também observa que a reforma na política, além de passar a incluir a atividade pecuária e sua enorme cadeia de laticínios e derivados pela indústria de frigoríficos, processamento e embalagem, mudava as normas técnicas do programa, uma vez que o requerimento do produto embalado até então excluía o agricultor.

legislador federal incrementava o orçamento público destinado para a política (Smith, 1966, p. 77).

Não obstante o conjunto de reformas não propriamente agrárias sobre as relações de comercialização agropecuária, o programa federal de garantia de preços permanecia, em primeiro lugar, em grande medida inócuo. Em geral, a CFP não possuía ciência da quantidade estocada junto à Cibrazem, debilitando a operação da Sunab com a Cobal e junto ao produtor agropecuário e o consumidor brasileiro. De acordo à recomendação “liberal” de Smith (1966, p. 77), sem aparelho de planejamento central, sem ciência dos estoques e sem “infra-estrutura” própria de transporte até as praças de comercialização da produção agropecuária junto ao consumidor final, a política não propriamente agrária ainda era monopolizada pelo BB, e não distribuída com a banca particular, assim como, a armazenagem pela Cibrazem.

A rigor, para a consecução da política impropriamente agrária de comercialização agropecuária, apenas as atividades da CFP e da Sunab “precisavam” ser monopólio público; as demais – que ficavam a cargo Cobal, do BB e da Cibrazem – eram razão da interferência parlamentar particular da “política dos governadores” ligados aos antigos “coronéis” municipais. Ademais, mais de 90% dos agricultores não eram contemplados no programa de estocar, transportar e equilibrar o consumo nutricional da família brasileira (Smith, 1966, p. 77).

Para que a reforma agrária não propriamente agrária na comercialização agrícola afetasse o agricultor brasileiro, era preciso não só aumentar o orçamento do programa, como principalmente equilibrar a distribuição dos produtos contemplados pela própria política: a partir da reforma parlamentar em 1962, a política passava a programar o aumento da produção de produto agropecuário específico em escassez, elevando o preço de garantia deste, com compressão comparativa dos demais (Smith, 1966, p. 85). Em conjunto, a política de garantia de preço da produção agropecuária programada para o plantio e a colheita das safras de 1962/1963 e 1964/1965 ainda era classificada pela *“falta de definição, culminando com um esforço ‘ad hoc’ para estimular a produção de alguns produtos agrícolas através de preços mínimos altos.”* (Smith, 1966, p. 76)

Ainda mais, continuando a alterar o valor deliberado a cada safra, o programa persistia sem definir qualquer horizonte amplo. Mesmo que o preço garantido do produto fosse divulgado antes de seu plantio, seu valor podia demorar a chegar até o lavrador brasileiro, especialmente o sertanejo que, como o Fabiano, a Sinhá Vitória e os

meninos aliviados com o reaparecimento da cachorrinha, planejavam o plantio muito antes da coivara (Fox, 1978, p. 184; Ramos, cap. Festa).

Segundo a Equipe Técnica (1965, pp. 238 e 233 e 235), a comercialização do cultivo brasileiro, passando a ser de competência pública, asseguraria todo o orçamento de modo que “*os compromissos assumidos pelo programa devem ser saldados com todo escrúpulo, em caso contrário, o conceito de integridade do governo vê-se prejudicado.*” Forjando mudanças sucessivas entre o plantio, o cultivo e a colheita das safras de 1962/1963, 1964/1965 e 1966/1967, a política não propriamente agrária de equilibrar a comercialização da produção agropecuária brasileira havia produzido algum impacto na lavoura de algodão e amendoim, mas permanecia produzindo efeito “*desprezível*” no cultivo de milho, arroz e feijão. O mesmo Smith (1966, pp. 121, 115 e 82) chama a atenção para que na comparação do preço praticado bienalmente, a política permanecia não afetando o agricultor, principalmente em razão de, para ser efetiva, a mesma precisaria ser orientada em horizonte amplo.

Ou seja, sem escrúpulo, indefinida e, principalmente, sem prioridade, a política não propriamente agrária de comercialização agropecuária permanecia produzindo efeito apenas marginal junto ao lavrador brasileiro (Smith, 1969, p. 117; 1966, pp. 78-79; 1966, p. 83) A principal razão do efeito marginal do programa era que não só a política seria efetiva apenas em horizonte amplo, como no começo dos anos 60 – claramente “arrastada” pelo Plano de JK – faltava uma definição sobre o conjunto global de diretrizes (Smith, 1969, p. 117; 1966, p. 75).⁷⁰

Em resumo, a política não propriamente agrária de garantia de preço mínimo da comercialização agropecuária persistia exemplar sobre o horizonte brasileiro: estreito. Como resenha Lopes (1978, p. 13), a política, “arrastada” em razão do desequilíbrio que estava convulsionando a vida nacional pelo menos até o biênio 1963/1964, persistia atuando com “*receio implícito*” de ter que intervir. Enfim, enquanto a política de preços brasileira persistia sendo razão do horizonte estreitíssimo da “responsabilidade fiscal” liberal, como a mesma apenas alcançaria sucesso em cenário de longo prazo, mesmo o fracasso propriamente agrário da Supra mostrava que, durante os quase quinze meses de regime parlamentarista, o legislador brasileiro até estava tentando promover, contra

⁷⁰ Procurando uma vertente política cujo impacto apenas marginal passasse a afetar a generalidade da prática agropecuária nacional, o parlamento brasileiro partia para forjar novos aparelhos de intervenção. Dentre as que podiam afetar a vida propriamente agrária nacional, o parlamento brasileiro forjava a Superintendência de Política Agrária (Supra) mas que, permanecendo sem composição dirigente por meses, o aparelho terminava sendo outro exemplo sobre a indefinição pública prevalecente no biênio 1962/1963.

grande resistência, algumas vertentes de reforma na vida agrária nacional. Smith (1969, p. 126) acrescenta que, procurando assegurar não a produção do lavrador nacional, mas conservar o valor dos alimentos consumidos nas maiores aglomerações brasileiras, ainda mais com a acelerada elevação dos preços que ocorria, a cultura liberal persistia direcionando o orçamento federal para a política de preços da “responsabilidade fiscal” diminuindo a dívida internacional contraída na presidência Kubitschek pela 113.

Mesmo com estes relativos fracassos na reforma da política própria e não propriamente agrária nacional, os menos de quinze meses de experiência parlamentarista brasileira seriam suficientemente longos para promover novo impulso popular que mostrava unânime a identificação nacional com o presidencialismo. A breve experiência parlamentarista brasileira não apenas tinha sido de duração maior que a presidência Jânio, como também sobreviveria mais do que Jango; no entanto, uma vez que no parlamento a bancada pessedista era majoritária, a possibilidade de possuir a presidência determinava a plebiscitária adesão trabalhista ao presidencialismo, partindo para a malograda *Reforma via Executivo*. Face a prioridade pelo presidencialismo, o rompimento parlamentar atraía o PSD para a UDN e logo o Golpe, assim como, o PTB para o PCB – radicalizando, portanto, ambos os lados em disputa explosiva (Camargo, 1986, p. 127).

Impulsionado pela representação anterior a 1955, em 1963 a presidência JG projetava estender a legislação trabalhista industrial para o meio rural (Ianni, 1967, p. 91). Antes da produção industrial consolidada pelo caminho do Plano de JK, tal reforma no estatuto do trabalhador brasileiro poderia modificar a cultura colaboracionista do trabalhismo, como seria demonstrada com a construção de sindicatos independentes, sobretudo rurais. Desde 1955, as Sociedades de Trabalhadores Agrícolas e principalmente as Ligas Camponesas estavam partindo para a radicalização, inclusive a luta armada – mesmo antes da Revolução Cubana – e tornaram-se apenas peça de história. Por sua vez, a Ultab, que fora dissolvida facilmente, sedimentaria rapidamente a Contag em praticamente todos os municípios da República com delegados que haviam viajado em caminhões por dias para o Encontro de Belo Horizonte. Como resultado, a presença do PCB, a moderação do PTB e a reação da Igreja na organização da Contag terminariam excluindo as Ligas, que foram esvaziadas rapidamente (Martins, 1981, p. 90).

Em razão da consolidação da produção emblemática no transporte automobilístico, a nova definição do estatuto do trabalhador brasileiro rapidamente

transformaria lavradores, retirantes e trabalhadores agropecuários em parceiros à margem da legislação trabalhista. Entrando a convulsão na vida nacional produzido com a consolidação do meio de produção na infra-estrutura de energia, transporte e comunicações do Plano de JK, emblematizado na propagação do caminhão na vida nacional, em estado terminal com o novo Estatuto, por um lado, tinha sido facilitada a organização da Contag em cada município brasileiro (enquanto a Ultab – embora embrião da Contag, era apenas paulista, sem representação efetivamente nacional). Por outro lado, a consolidação do aumento da extensão da fronteira produtiva por modo rodoviário explodia com a brecha no Estatuto que propiciava a reação imediata da classe dirigente em torno dos antigos “coronéis” e novos empresários rurais, generalizando o despejo de retirantes, parceiros, lavradores e pequenos agricultores familiares, em geral, para o trabalho informal, temporário e volante.

Em suma, se até antes da indústria brasileira consolidada no Programa de Metas, houvesse sido prolongada uma vertente de mudança como o Estatuto do Trabalhador Rural, intensas outras reformas poderiam ter sido igualmente desencadeadas sobre o trabalho, a vida e a cultura nacional. Processo que vinha sendo observado desde as primeiras décadas da República e que seria emblematizado no Plano de Metas de JK, o despejo generalizado por meio do binômio pavimentação-caminhão, no decorrer dos anos 60, com o marco do Estatuto do Trabalhador Rural, seria apenas ainda mais acelerado até, por fim, constituir o “verdadeiro proletário agrícola brasileiro” que tantas paixões mobilizaria ao final da década de 70: o trabalhador temporário, volante e “bóia-fria” – que já aparecia entre o caipira paulista investigado em Candido (1954).

Face o percurso narrado até aqui na vertente de reforma agrária comercial com a Sunab e trabalhista com o Estatuto do Trabalhador Rural, para fechar o tópico pode-se citar autores que abordam a “conjuntura” brasileira que teria seu desfecho no Golpe de 1º de abril. A partir da solução apresentada no Comício da Central do Brasil “pelas Reformas de Base e contra o parlamento conservador” na gestão João Goulart, o confisco com indenização em dinheiro as terras públicas que, transferidas para particulares, haviam sido beneficiadas por obras públicas de pavimentação de rodovias durante o Plano de Metas da presidência anterior a JQ, JK. Em palanque na véspera incendiado, na sexta-feira, 13 de março de 1964, o Comício da Central do Brasil “pelas Reformas de Base e contra o parlamento conservador”, no estado terminal de convulsão da vida nacional, ia ser apenas uma amostra que polarizaria ainda mais a reação contra o reformismo democrático (Medeiros, 1982, p. 120). Com a presença da presidência da

República, de ministros, governadores, representantes trabalhistas, comunistas, socialistas et ali., o Comício “pelas Reformas de Base e contra o parlamento conservador” significaria o fim da democracia liberal constituída em 1946 (Ianni, 1967, p. 130).

A representação trabalhista, colocando no debate nacional a reforma na vida agrária brasileira, atraindo apoio cada vez mais agitado, apresentava um projeto “*tímido*” frente às aspirações colossais de então, e sofreria pronta reação (Medeiros, 1982, p. 141-142). O apoio trabalhista era agitado porém superficial: mudando apenas a “conjuntura” da vida nacional, já convulsionada pela contra-revolução em sua “infra-estrutura”, por um lado, os aparelhos televisores, da indústria automobilística e os outros novos itens do consumo familiar, cosmopolita e ostentatório consolidados no Plano de JK, valorizavam não apenas o aumento da rotação, circulação e variação da produção, da população e do trabalho, mas também de suas representações (Ianni, 1967, pp. 139-140). Por outro lado, “o *‘artificialismo’ dos partidos políticos e a fragilidade da consciência democrática*” entre a expressiva parcela da população atraía a classe comercial a se identificar com o pessoal militar em 1964, para o qual a solução arbitrária era apenas um sintoma da falta de representatividade partidária no debate legalmente constituído em 1946 após o Plano de Metas eleito democraticamente em 1955 (Ianni, 1967, pp. 143-144).

Nesse sentido, o Golpe de 1º de abril era apenas um sintoma da debilidade da cultura democrática liberal brasileira, na qual a pronta reação ao Comício “pelas Reformas de Base contra o parlamento conservador”, seria celebrada na Marcha “da Família com Deus e pela Liberdade”, considerada pelo liberal *Estadão* como a “*resposta dos paulistas ao comício realizado seis dias antes na Guanabara*”. Na representação das classes brasileiras em luta aparentemente democrática, enquanto o Comício da sexta-feira 13 de março de 1964 era reformista, trabalhista e democrático, a Marcha seis dias depois era conservadora, empresarial e arbitrária (Ianni, 1967, pp. 138-139).

Atendendo ao clamor da família nacional que em praticamente todas as principais aglomerações brasileiras marchava “com Deus e pela Liberdade”,⁷¹ praticamente quinze dias após a decretação da medida confiscatória da presidência Goulart, sem absolutamente nenhuma resistência partidária, o comandante do Exército

⁷¹ Notando que apenas o bispo carioca ia aderir à Marcha, enquanto o paulista e belorizontino, arquidioceses com Marchas também expressivas, não participariam (Perocci et ali., 1986, p. 372).

de Juiz de Fora (Minas Gerais) precipitava o Golpe “redentor” marchando em direção à Guanabara. A CGT convocava greve geral, Brizola clamava resistência e a presidência da República – representando o sentimento geral a unir a família nacional – fugia. Como em 15 de novembro de 1889, um ano após a redefinição do estatuto do trabalhador brasileiro, a “Revolução” de 1º de abril de 1964 amanhecia como mais um dia normal na vida brasileira.

Com a vacância da presidência, a Junta Militar conclamada pela Marcha forjava o Ato Institucional que mais uma vez afastava o presidente do “parlamento conservador” reclamado pelo Comício, com a diferença de, agora, muitos outros representantes nacionais também seriam cassados, presos e desaparecidos. Segundo sugerido em Benevides (1976), a aliança PSD-PTB, constituída em 1946 como herdeira de Vargas e apoiada em torno da legislação trabalhista comercial-industrial, no começo dos anos 60 estava acomodando JK, JQ e JG, Arraes, Lupion e Brizola, ademaristas, borghistas e lacerdistas, e inúmeros outros representantes nacionais, em uma mesma coleção específica de dirigentes brasileiros, qual seja: todos representavam a “política dos governadores” da República.

A partir do “divisor de águas” da presidência Juscelino Kubitschek, a comunidade brasileira se aprisionara em debate não mais como luta de classe, mas na aliança PSD-PTB; assim, não podia mais colocar a reforma na vida agrária nacional como prioridade, privilegiando a acomodação do trabalhismo com o industrialismo. Em torno do caminho pragmático de menor resistência, baixo atrito e menor ruído entre as classes – o industrialismo – *“sacrificava-se momentaneamente a teoria marxista-leninista da revolução, com o objetivo de ajustar teoria e prática, condições e possibilidades, alvos e táticas. É claro que nesse jogo confundem-se e invertem-se meios e fins.”* (Ianni, 1967, pp. 103 e 113)

Mais importante para o próprio futuro reformista, passando o PCB, o PTB, a UDN, o PSD, as Ligas, a Igreja, a Contag, o PCdoB etc. a lutar entre si e cada vez menos contra os antigos “coronéis” e novos empresários rurais, evidenciava-se que agremiações não eram mais representativas das novas classes presentes entre a comunidade brasileira após a intervenção juscelinista (Ianni, 1967, pp. 120-121). Particularmente ao começarem os anos 60, a “reforma agrária” não mais se situava na distribuição da produção e do consumo brasileiro, mas sim, em alterações na própria representação nacional que impactassem tal mudança. A partir dos *“50 anos em 5”* do Plano de Metas da presidência Juscelino Kubitschek, Prado Jr. (1964, p. 273), no último

número editado na *Revista Brasiliense*, em artigo intitulado *Marcha da Questão Agrária no Brasil* sugeria que essencial mudança democrática – e por conseguinte também agrária – seria a reforma nas competências públicas (federais, estaduais e municipais) entre as próprias representações partidárias, sindicais e associativas nacionais, na própria legislação referente ao servidor público e, finalmente, nas atribuições tributárias (cf. Santos, 2001, p. 170). Além destas transformações que claramente não estavam na pauta de prioridades da agitada vida brasileira posterior ao Plano de Metas, é claro, mudanças nas vertentes agrárias que atingissem indiretamente estas esferas poderiam, igualmente, impactar a vida nacional, como será visto a seguir.

3.1.2 - A normatização do industrialismo nacional (1964-1966/1968)

Segundo já visto na literatura, enquanto as mudanças forjadas após o Programa juscelinista e antes do Golpe de 1964 foram implementadas sob circunstância que “*não definem com precisão quaisquer diretrizes*”, após o marco daquele 1º de abril, a “Revolução Redentora” procuraria executar ampla reforma institucional, para começar a pôr ordem “na casa” transformada sob a direção JK. Ao lado desse sentido reordenador da vida nacional, o Golpe também atraía apoio tanto no udenista governador da Guanabara, Carlos Lacerda, quanto na representação expressa no ex-presidente pessedista, Dutra – imaginando que a Redenção era feita para eles. Passando pela ebulição cultural em 1966/1967 e chegando até 1968, ia se tornando visível que o objetivo do Golpe de 1º de abril não era apenas afastar trabalhistas, sindicalistas e comunistas, mas, sim, de afastar toda a “velha guarda” da “política dos governadores”, igualmente suspeita de conciliação com o peleguismo varguista.

Com o objetivo explícito de reordenar a vida pública brasileira às mudanças sofridas na “infra-estrutura” nacional desde 1946 e, emblematicamente, após o Plano de Metas de 1956/1957, com a Redenção assumia a comando da República a interpretação liberal industrialista, designada como “funcionalista” em Bresser-Pereira (1981 e 1997). Não será detalhada a classe de apoio específica ao Golpe, mas apenas apontar seu declarada atração pela produção industrial internacional, com o ex-dirigente do BNDE, Roberto Campos, o empresário brasileiro, Mário Henrique Simonsen, e o patrono da ESG, Golbery do Couto e Silva (Medeiros, 1982, p. 128).⁷²

⁷² Ilustre representante liberal industrialista brasileiro, Roberto Campos havia sido um dos pouquíssimos que, de imediato, interpretaram a “contra-revolução” feita na presidência Juscelino. Exponente do

Especificamente no nível federal, junto à equipe carioca liberal do BNDE na pasta fazendária, subia ao palco dirigente nacional, por sua vez, parte dos representantes paulistas do governo Carvalho Pinto que, como visto, eram relativamente abertos a vertentes reformistas específicas. A aceitação de algumas vertentes agro-reformistas pelos liberais ocorria mediante a intervenção sobremaneira simples, que a partir de então só seria agravada: conter salários para não alimentar a alta dos preços. A representação liberal industrialista priorizava a produção industrial conciliando-a com a atividade agropecuária, em razão de proclamar não intervir na definição do valor do trabalho brasileiro; o arbítrio ministerial ia forjar uma “fórmula oficial” que “substituí” a paralisação da produção como o meio de definir o valor do trabalho nacional. Como resultado, o salário sofreria uma compressão violenta, de 1965 até o final do “milagre”, em 1974 (cf. Resende, 1990, p. 229).

Entre 1958 e 1966, a política de tabelamento de preços máximos de trigo e petróleo, bem como de arroz, feijão e leite, além da tentativa de valorização de alguns produtos consumidos pela família brasileira, ia ter seu abandono *“sem dúvida facilitado pela política de arrocho salarial adotada pelos governos militares e pela mudança radical no tratamento de toda a problemática social após o golpe de 1964.”* (Maluf, 1992, pp. 173-175). Após 1964, o divórcio entre a representação e a população nacional ia completar a política trabalhista de Juscelino, fazendo desaparecer a vida sindical, partidária e comunitária experimentada por expressivos contingentes da população brasileira por décadas (Ianni, 1967, pp. 224-225).

planejamento público para a livre-empresa antes do Plano de Metas, logo a seguir Roberto Campos se tornava um dos maiores liberais brasileiros desde Eugênio Gudin (sempre repetindo que era a circunstância nacional que havia mudado, e não sua crença). Representando tanto liberais quanto industrialistas, Roberto Campos se designava entusiasticamente por entreguista, feição que lhe renderia a alcunha de Bob Fields. Sujeitando entusiasticamente a indústria nacional ao comércio internacional exatamente tal como o trabalho agropecuário o era, a gestão liberal industrialista que emergia sob o Golpe militar de 1º de abril de 1964 nada mais era que a corrente “progressista” da presidência Juscelino. Campos, inclusive, havia sido diretor do BNDE, grande responsável por orquestrar a execução orçamentária do Programa industrialista nacional projetado pelo presidente JK (Benevides, 1976). Completando a direção que havia sido pavimentada anteriormente no Programa juscelinista, no agitado momento entre 1964 e 1967/1968, em especial, os próprios autores em debate tornavam-se os responsáveis pela atuação pública das classes dirigentes brasileiras, movimento que ia adquirir cada vez mais força. Com a participação pública na vida nacional transformada pelo Programa juscelinista cada vez mais extensa, a intensificação das competências entre diversos aparelhos federais, estaduais, municipais, empresariais, culturais etc. passava a valorizar a composição responsável por presidir, sobretudo ministrar e particularmente executar a política industrialista já definida. O casamento da cultura liberal ruralista com o programador da produção industrialista pode ser ilustrado pelo caso do engenheiro da capital que, durante o Plano de JK, fora dirigir a construção e pavimentação de rodovias pelo interior. Sem abrigo nas casas de alvenaria dos construtores, o engenheiro acabaria conhecendo a filha do antigo “coronel” de Muriaé completando, posteriormente, tal particular aliança ruralista e industrialista com sua candidatura à prefeitura local e outros cargos estaduais.

Sintetizava a prática de liquidação do trabalhismo, a política federal de não mais valorizar o trabalho brasileiro em si, mas de “*facilitar a mobilidade*” da população por meio da normalização do “mercado de trabalho” nacional pavimentado pelo Plano de JK. Com o comando da representação liberal industrialista, o debate na esfera estritamente do aumento da produção, do comércio e do consumo brasileiro a qualquer preço ia ficar tão consensual, voltando todas as atenções para a indústria “nacional” (para só depois alterar sua distribuição), que faria a luta migrar para a própria atribuição pública nesse processo (e não do empresariado, quanto menos da classe trabalhadora), que se responsabilizaria por todas as deliberações. O comando liberal industrialista, ao normalizar o industrialismo nacional com o desprezo pelo trabalho, gradualmente mataria a representação reformista democrática: seus autores progressivamente desapareceriam.

Mesmo entre estes, contudo, o novo debate nacional passava a deslocar o predomínio dos economistas do Rio (com o Iseb, o PCB e a Cepal) para a escola de sociologia da USP, em especial, com Fernandes a partir de 1966 internamente e finalmente em público em 1974. Mesmo entre os economistas, passavam a predominar também os da USP e com ciência política ligada à mesma sociologia paulista, dentre as quais principiava a se destacar a nova equipe ocupante da Secretaria de Agricultura paulista, dirigida por Delfim Netto (cf. Cardim, 1982).⁷³

No novo debate deslocado do Iseb/PCB/Cepal em torno do trabalhismo para a USP, a argumentação de Delgado (1985) apresenta os pontos nucleares da transformação induzida pelo Plano de Metas de Juscelino e “oficializada” após o Golpe de 1964. Tendo desaparecido os expressivos representantes do trabalhismo brasileiro, o novo marco legal industrialista forjado na liberal presidência Castello Branco seria, paradoxalmente, o Estatuto da Terra. Este, como já notado, prevendo regularizar, tributar e, particularmente, desapropriar – em troca de títulos da dívida agrária – a posse imobiliária rural que não respeitasse normas trabalhistas, fundiárias, ecológicas, produtivas, culturais e/ou sanitárias definidas pela perícia, multiplicava, particularizava e pontualizava a intervenção fundiária mediante a “*vaga repetição de fórmulas*

⁷³ Essencialmente na sociologia paulista, a ênfase na democracia como representação não da generalidade brasileira, mas de sua particularidade, passaria a renovar os termos do debate entre o consolidado liberalismo rural e a desaparecida tentativa nacional-industrial. A exposição da “dependência” como crítica ao reformismo que encontraria em Francisco de Oliveira (1972) sua máxima expressão não chegaria a formular teoria própria, ao mesmo tempo que permaneceria assombrada eternamente pelo fantasma da representação reformista já desaparecida; contra a representação liberal industrialista apossada pelo Golpe em 1964 restaria, assim, a crítica pela crítica da “dependência” (cf. Bresser-Pereira, 1982 e 1997).

anteriores” (Martins, 1981, pp. 96, 31 e 101-102). Como uma resposta à mudança brutal no meio de transporte que passava a colocar em contato populações variadas antes assentadas em outros fundamentos (a lembrar, basicamente, o boiadeiro, o tropeiro e o mascate, além da navegação por cabotagem), as políticas públicas forjadas especificamente para o lavrador brasileiro – primeiro com a Sunab, segundo com o Estatuto do Trabalhador Rural e, por fim, com o Estatuto da Terra –, contudo, a mesma mudança democrática apenas teria sentido prático, todavia, com a reforma ampla na vida agrária nacional. Embora improvável, até era possível implementá-la em 1963 se, como visto, as prioridades pudessem ter sido outras; jamais seria possível em 1964 (Delgado, 1985, pp. 43-44).

Face a reordenação conservadora ministrada no imediato pós-1964, a “velha” Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), diretamente subordinada à presidência da República, seria “substituída” forjando-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), subordinado à participação empresarial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em conjunto, reagia-se prontamente à transformação brutal na “infra-estrutura básica” nacional concebida a partir do Programa de Metas, atraindo as classes para mudarem sua relação com a vida rural, por meio de aparelhos especificamente forjados para valorizar esta ampla alteração. A amplitude da participação pública que passava a afetar o trabalhador agropecuário, ia possibilitar que o valor de sua produção deixasse de se refletir nos preços. A exceção encontrava-se nos ramos de atividade cuja produção estivesse à indústria de “infra-estrutura básica” de transporte automobilístico, que valorizava monumentalmente a extensão da fronteira produtiva sem refleti-la nos preços, em razão da amplitude da participação pública (Delgado, 1985, p. 102, 60 e 19).

A comunicação entre as variadas aglomerações populacionais brasileiras por meio da cultura automobilística estabelecia uma nova relação entre os setores primários, secundários e terciários. Mediante o marco do Estatuto da Terra, aquele que pode ser designado como o modelo de intervenção juscelinista, a valorização do ramo de atividade industrial metal-mecânico voltado para o trabalho agropecuário que conservasse a ordem reprodutiva do comércio agro-exportador da lavoura liberal, tornaria-se oficial após 1964, deixando de ser prioritário reformar a distribuição da produção, comercialização e consumo agrário brasileiro, precisamente para atrair apoio à mudança que conservasse tal nova ordem reprodutiva nacional. Em especial, completava-se o Programa de JK por meio da manipulação pública da política tributária,

de juros e de preços, passando a direcionar a produção agropecuária brasileira – e sobretudo nordestina e amazônica – para a comercialização, mesmo que continuando a estender novas fronteiras produtivas, sem mudar a relação com a atividade industrial. Assim, se passava a direcionar uma “generosa” política de “infra-estrutura básica” específica para definidos ramos de atividades – e particularmente para grandes empresas privilegiadas – como nas obras públicas de eletrificação, dragagem e irrigação, bem como, de construção e pavimentação de vias pelos diversos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem (Delgado, 1985, pp. 41-42 e 103-104).

Ainda conforme já visto em Delgado (1985, p. 45), enquanto até a década de 50 a política comercial destinada para a produção primária brasileira era particularizada em produtos de exportação (do café, açúcar etc.), pelo tabelamento (do trigo e do petróleo) e na garantia de preços mínimos inoperante, a partir do emblemático “divisor de águas”, destacar-se-iam as operações do Banco do Brasil, do BNDE e dos diversos bancos estaduais. Particularmente por meio da banca brasileira consolidada em razão do financiamento para a produção, comercialização e consumo da indústria automobilística juscelinista, a participação pública na vida nacional passava a poder manipular não mais somente o câmbio da moeda (que agora era feita pela tarifa aduaneira), mas o juro do cruzeiro e o preço dos produtos (Delgado, 1985, p. 46).

Seguindo o que o autor expõe no tópico *Políticas econômicas gerais e estratégia de crescimento agrícola* da referida obra, a feição da política pública brasileira teria como “divisor de águas” a segunda metade da década de 50 quando, deixando de ser do câmbio da moeda e do comércio agro-exportador para passar para o juro da moeda e o comércio interno, o meio de intervenção não só refletiria a mudança na relação entre a agricultura e a indústria, como expressaria a nova representação sobre o trabalho industrial nacional. Imediatamente após o Golpe de 1964, a participação pública na vida nacional passava a articular as classes agrárias e industriais por meio do comércio nacional e sobretudo pela atividade pública, completando a corrente de política industrial agrícola juscelinista que valorizasse as atividades específicas do “Departamento 1” de produção metal-mecânica, petroquímica etc. de máquinas produtoras de máquinas e equipamentos industriais “para frente” e “para trás” do trabalho agropecuário (como tratores, colhedoras, fertilizantes etc., por um lado, e classificação, beneficiamento, processamento etc., por outro), atraindo forte unidade acima das diferenças entre classes brasileiras (Delgado, 1985, pp. 61-62).

Junto da vertente comercial da Sunab, da trabalhista do Estatuto do Trabalhador Rural e da imobiliária do Estatuto da Terra, por meio do manejo do juro pelo BB e outros bancos públicos, tornava-se possível generalizar a mudança da cultura rural para a produção industrial. Mesmo que as obras públicas de “infra-estrutura básica” de armazenagem, transporte e comunicações conservassem a extensão da fronteira produtiva, tornando-a altamente vantajosa, o reflexo do desequilíbrio distributivo na variação dos preços seria postergado, em razão do suporte público brutal, cujo redirecionamento estava sendo completado (Delgado, 1985, pp. 61-62).

A ampla participação pública, por um lado, passava a valorizar a extensão da fronteira produtiva sem apreciar o trabalho, sobretudo, conservando o desequilíbrio na distribuição da produção até o consumo da família brasileira. Por outro lado, a valorização da extensão da fronteira produtiva até a Amazônia continuaria a aumentar a produção agropecuária como um todo, sustentando a conclusão da migração da cultura rural para o consumo industrial (Delgado, 1985, p. 63).

Enfim, para o autor, a transferência, da população brasileira, da vida rural para o trabalho industrial, seria praticamente contínua por todo o século; entretanto, o Plano de Metas fora um “divisor de águas” em razão, particularmente, de minar a política cambial anterior. Em especial, o Programa juscelinista, sem forjar aparelho específico para a política de juros e preços, imediatamente após o seu término, ia tornar o manejo destes meios de intervenção a prioridade nacional pelo menos até os meados dos anos 60, momento que antecede ao “milagre” de Delfim (Delgado, 1985, p. 63).

Durante a estagnação brasileira sofrida entre o Plano de Juscelino e o “milagre” de Delfim, estava reordenando-se o aparelho público forjado especificamente em torno da valorização da “industrialização da agricultura” nacional (Delgado, 1985, p. 65). Já se observaria também que os anos entre 1962 e 1967 estavam sendo os mais conturbados na ordem liberal constituída em 1946, retraindo fortemente o então acelerado crescimento da produção, do comércio e do consumo da família brasileira. Segundo ressaltado em Serra (1982, p. 33), entretanto, marcadamente desde 1958, passando por 1962 e chegando até 1966, haviam sido reordenadas as políticas estrangeira e de terras; de preços e trabalhista; imobiliária e de juros; e, finalmente, a política industrial, setorial e populacional.

Conforme registra Delfim Netto (2005, pp. 236-237), a reordenação da vida nacional que em breve ia passar a “completar” o caminho de aumento da produção, do comércio e do consumo consolidado no Plano de JK – agravando a ordem distributiva –

resultaria em aumento do trabalho brasileiro “*excepcional*”. Os anos entre 1964 e 1967 haviam sido dedicados especificamente à reordenação da vida nacional, executando uma nova ordem tributária e trabalhista, de juro e de cambio, de aduana e entre os estados da República, redirecionando-as para o aumento da produção pública na indústria de “infra-estrutura básica” de energia e transporte em torno da produção automobilística. Marcadamente, os meados dos anos 60 haviam levado às últimas conseqüências o conflito entre uma meta imediata – conter a variação nos valores – com uma meta mediata: valorizar aquela cultura específica. Durante o período, a participação pública, preocupada mais em reordenar do que transformar, prossegue o autor, comprimia o trabalho brasileiro, aumentando a produção das atividades agropecuárias, industriais e comerciais que – ociosas em razão do consumo “reservado” sob o Plano de JK – não “completavam” a transformação programada.

Voltando à argumentação de Delgado (1985), o autor indica que a reordenação pública, marcadamente a partir de meados dos anos 60, ao mesmo tempo em que acentuava o desequilíbrio na distribuição da produção até o consumo, forjava novos instrumentos que disponibilizavam ao planejador federal a atuar não apenas como regulador e valorizador parcial de alguns específicos produtos, mas, sobretudo, para intervir diretamente na vida nacional. Em especial, o Golpe de 1964, ao mesmo tempo em que consagrava o sindicalismo pelego, o inseria dentro da própria composição do aparelho central de planejamento global. Marcadamente em 1965, o público nacional, forjando o Sistema Nacional de Crédito Rural, decididamente passava a reordenar a população brasileira para a nova vida, “contra-revolucionada” pelo industrialismo juscelinista. Como resultado, neste mesmo momento, na literatura em debate emergiria a representação da empresa “agroindustrial” brasileira, também designada por seu “complexo” CAI (Delgado, 1985, pp. 63-65).

Consolidando publicamente a nova relação entre a agricultura e a indústria, a mudança no meio produtivo agropecuário mediante a pavimentação de nova “infra-estrutura básica” pelas milhões de novas glebas ocupadas na fronteira produtiva nacional até a Amazônia, ia constituir o caminho pelo qual eram redirecionados, tiranicamente, tanto a distribuição da população no território brasileiro, quanto o trabalho agropecuário. Em círculo vicioso que passaria a ganhar especificidade crescente, o aumento drástico das maiores aglomerações populacionais marcava ainda mais o valor da política de juro e preços, moeda e produtos, “*como principal veículo*

articulador” da nova composição, industrialista, que passava a dirigir os diferentes setores da vida nacional (Delgado, 1985, pp. 19-20 e 107).⁷⁴

No mesmo sentido segue Delfim Netto (2005, p. 238), indicando que a partir da reordenação pública executada nos anos imediatamente subsequentes ao Golpe de 1964, ia destacar-se que a extensão da fronteira produtiva passava a ser valorizada mesmo operando uma nova relação da lavoura com a produção industrial. Após 1964, o então Secretário de Agricultura paulista considera que *“procedeu-se a uma redução geral dos juros bancários e se estimulou a agricultura com garantia de preços mínimos, juros adequados e isenção de tributos na compra de insumos”*, procurando aumentar o comércio agro-exportador de novos produtos como sisal, amendoim, soja etc., que seria, afinal, o responsável pelo incremento a importação das novas máquinas e equipamentos industriais que completariam a indústria brasileira Programada em JK.

A nova classe dirigente estava reordenando, enfim, a participação pública na vida nacional, valorizando a produção agropecuária que assumisse uma relação nova

⁷⁴ A partir do Plano de Metas da presidência JK, Delgado (1985, p. 21) aponta que a política pública passara a, explicitamente, decidir unir a população brasileira ao comércio internacional. A agitação nacional entre o Plano de JK e o “milagre” de Delfim ia sendo superada na medida em que a vida pública brasileira passava a ser reordenada em ordem arbitrária, possibilitando dirigir o aparelho tributário, de moeda e de preços em política *“ostensivamente”* industrialista, após 1967. Como resultado, se sofreria aumento exponencial da produção, do comércio e do consumo industrial, bastante superior ao período da interferência juscelinista (Delgado, 1985, pp. 51-52). A diferença entre o Plano de JK e o “milagre” de Delfim seria, evidentemente, que o pioneiro fora virtude da ordem democrática liberal restrita, enquanto a sua “conclusão”, no segundo, era razão de arbitrariedade quase total. Por outro lado, a presidência democraticamente eleita manipulava as atividades em torno da prioridade automobilística em arbítrio praticamente absoluto pelo instrumento ser cambial, enquanto o ministro da ditadura, manejava o preço dos produtos, produtores e valores contemporizando com as demais classes dirigentes em razão de tal instrumento ser interno ao aparelho público. Conforme concluído em Limoeiro (1972), Ianni (1967) e Fernandes (1966), a conservação da ordem reprodutiva brasileira era o princípio e o destino de ambas as intervenções, pelas quais o meio industrial podia ser programado indiferentemente à ordem democrática – tendendo a identificar-se, assim com a arbitrariedade. Segundo Delgado (1985, pp. 52-54), em particular, o *“carro-chefe”* do aumento da produção, do comércio e do consumo nacional emblemático na indústria automobilística, estava definindo a feição não apenas do trabalho secundário brasileiro como de produtos de consumo generalizado entre a população (rural ou urbana), como ônibus rodoviários, autos de passeio, geladeiras etc., mas sobretudo pelas atividades do “Departamento 1” industrial de produção de máquinas e equipamentos industriais destinados ao trabalho agropecuário. Em evidência no fim dos anos 60, o crescimento da produção da indústria produtora de máquinas e equipamentos industriais, tornar-se-ia superior ao aumento “milagroso” da produção nacional como um todo, até exaurir o horizonte consolidado nos “50 anos em 5” do Programa de JK. Enfim, posteriormente ao Golpe de 1º de abril de 1964, a “Reforma Institucional” reordenara a representação pública brasileira em torno do aumento da produção, do comércio e do consumo “agroindustrial”, feito que, no entanto, apenas após 1967 ficaria em evidência “milagrosa”. De acordo ao apresentado em Delgado (1985, p. 54), em Tavares (1972) é destacada a manipulação pesada dos juros bancários para o consumidor brasileiro da produção automobilística, bem como, de outros empreendimentos agropecuários, industriais e, sobretudo, comerciais. Além de ser forjado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH/BNH) com aporte do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), indicado em Tavares (1972), e da reordenação na política monetária forjando o Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apontada em Delfim Netto (2005, p. 238), em especial, foi visto em Delgado (1985, p. 54) o marco forjado, em particular, com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965.

com o trabalho industrial, movimento que, todavia, apenas ganharia evidência “milagrosa” a partir do final de 1967, prosseguido em 1968 e, finalmente, deslançado no decorrer de 1969 (cf. epílogo de 1966 em Guimarães, 1963).

Não obstante o valor conferido aos marcos financeiros enunciados acima em Tavares (1972) e Delgado (1985, p. 54), conforme sugerido anteriormente em Lessa (1963, p. 117) acerca da contínua indefinição das políticas públicas durante quase todos os anos 60 – em seguida à brutal transformação sofrida com o Plano de Metas – era razão, em medida ímpar, da ausência de aparelho especificamente monetário como um Banco Central. A essência do “milagre” brasileiro, pois, seria a prévia reordenação da política financeira, bancária e especificamente monetária providenciada imediatamente após o Golpe (cf. Resende, 1990, pp. 228-229).

Para começar, tal essência estaria associada a se forjar o Banco Central do Brasil, subordinado ao também recém-criado Conselho Monetário Nacional (CMN), ambos diretamente sujeitos ao Ministério da Fazenda. Unicamente com a instituição de autoridade especificamente monetária, no final de 1964, poderia não só a política financeira do SFH e do SNCR, como também a bancária, atuarem em prol da política reacionária de fomento rural perseguida pelo Estatuto da Terra (por meio da marginalização do Estatuto do Trabalhador Rural).

Conforme já observado em autores distintos, o Banco Central, criado junto do Conselho Monetário Nacional, a que era subordinado, era forjado em razão do atrito dos diferentes Ministérios de Estado, da Sumoc e do Banco do Brasil frente à “responsabilidade fiscal” do Ministério da Fazenda. O restante do “parlamento conservador” que não fora cassado pela presidência da República, forjando o BC subordinado ao CMN, passava a impedir que o Banco do Brasil concedesse créditos ao Tesouro – isto é, emitir cruzeiros monumentalmente, como na intervenção juscelinista. “Substituindo” as operações entre Sumoc/BB/Tesouro, o BC e o CMN, inspirados no modelo anglo-saxão de autoridade monetária, foram forjados em circunstância explícita de respeito à ordem constitucional acordada em 1946, para até o término do mandato presidencial do general Castello Branco se encerrasse. Uma vez que Castello Branco esperava a participação dos representantes pessedistas, udenistas e até trabalhistas nas eleições presidenciais seguintes, estavam sendo forjados “*os imperativos de dotar o CMN... de uma certa autonomia face à Administração Federal (que poderia recair em mãos indesejáveis)*”. Ao mesmo tempo, entretanto, era necessário “*o fortalecimento da área governamental responsável por políticas mais generalizantes na economia*”, em

razão de que, “no período anterior à Revolução, o grande problema que tiveram... foram as pressões políticas sobre o Ministro da Fazenda” (Werneck & Guimarães, 1987, p. 22-24).⁷⁵

Ao lado dos novos instrumentos monetários e financeiros forjados à disposição do planejador federal, Delgado (1985, pp. 45-46) sugere que os múltiplos bancos públicos, por meio do manejo dos juros da moeda, bem como, do preço dos produtos, passava a assumir o valor de destaque no redirecionamento entre a produção agropecuária e a atividade industrial. A partir da aplicação compulsória nos bancos comerciais, ia ser forjada a fonte orçamentária que passava a ser redirecionada pelo CMN, BC, BNDE etc. que, por meio da política de preços tornava vantajoso mudar a prática agropecuária. Por meio desta manipulação pública centralizada no Ministério da Fazenda, a massa monumental de depósitos nos bancos brasileiros – fundamentalmente, de parte dos empregados na indústria e no comércio – passava a ser, como um todo, redirecionada para o aumento reacionário da produção agropecuária.

Segundo indica Duran (1971, p. 145), na intersecção da política monetária com a comercial e particularmente na de comercialização agropecuária, a representação liberal industrialista da “nova administração [que] vigorou no período 1964/1967” decretava que “beneficiadores, exportadores e agroindústrias foram incluídos permanentemente como beneficiários do programa.” Mesmo que explicitamente direcionando o orçamento dos beneficiários pelo programa federal de preços, o equilíbrio na distribuição brasileira estava passando a ser identificado publicamente com o aumento da produção, e não mais, com a contenção do consumo. A partir da representação liberal industrialista sugerida no *Relatório* da Equipe Técnica (1965, pp. 234 e 237), a reforma não propriamente agrária de preços de comercialização garantidos ia procurar ser definida próxima ao produtor agropecuário, conforme o valor de armazenagem, transporte e comercialização na praça, valorizando novas culturas por meio dos estoques públicos que equilibrassem o consumo presente. Procurando definir o preço de modo equilibrado segundo o maior número de praças, tornaria-se necessário

⁷⁵ Dutra teve três Ministros da Fazenda, Vargas, dois – Horácio Lafer e Osvaldo Aranha. O gabinete Café Filho contara com Gudin e Whitaker, assim como, Juscelino, teve Alckmin e Lucas Lopes. O exíguo período da presidência Jânio contou apenas com Clemente Mariani Bittencourt; na experiência parlamentarista brasileira houve três ministros da Fazenda, um para cada primeiro-ministro. Com a volta plebiscitária do presidencialismo, em menos tempo que na experiência parlamentarista, Jango precisou de outros três: Dantas, Carvalho Pinto e Ney Galvão. Já o general Castello Branco precisou apenas de Bulhões, enquanto que, a reordenação que providenciou possibilitaria, logo a seguir, a Delfim manter-se quase sete anos na pasta do governo Costa e Silva ao Médici – passando inclusive pela Junta Militar (apenas Malan alcançaria tempo semelhante, na presidência Fernando Henrique).

estender a participação da política a mais bancos e mais cooperativas, bem como, construir mais armazéns e mais praças de comercialização.

Em especial, com a reforma não propriamente agrária tornava-se necessário construir a “infra-estrutura básica” operacional da política de comercialização agropecuária, assistindo com a estocagem e o transporte, sendo até possível “*que o representante local do OPMEP, num ponto do interior, tenha que providenciar caminhões para transportar os produtos de alguns fazendeiros.*” Mesmo que as outras reformas do *Relatório* fossem contempladas, pois, o grave desequilíbrio no transporte da produção agropecuária até o consumidor industrial, permaneceria desvalorizando a política de sua comercialização da (Equipe Técnica, 1965, p. 238 e 233). Em particular, o *Relatório* da Equipe Técnica (1965, p. 233) ianque sugere a presidência Castello Branco forjar um aparelho de planejamento central com “*um sólido órgão central, que não seja subordinado à SUNAB, mas talvez a um Ministério*”, para elaborar e executar a política de garantia de preço mínimo ao produtor agropecuário. Forjado tal aparelho de planejamento central, o *Relatório* programava que, com a reforma na política não propriamente agrária de comercialização agropecuária, cujo orçamento era estimado sem rigor, “*grande parte das verbas despendidas venha a ser posteriormente resgatadas após a liberação dos produtos*” (Equipe Técnica, 1965, p. 239).

Com vistas a operar parte dessas mudanças, na presidência Castello Branco, a equipe de Bob Fields, com a de Carvalho Pinto, forjavam o reaparecimento da Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização dos Preços, a Conep, subordinada à Sunab. Durante sua breve revida, a Comissão sofreria muitas reformulações, em geral, em torno do valor dos produtos consumidos pela família brasileira, requerendo planilha de custo do solicitante de aumento do preço. Todavia, o requerimento não era oficial, o que valorizaria a empresa frente ao depreciado controle público no tabelamento de preços. Nas palavras de Diniz & Boschi (1987, pp. 60-61), a Conep não era “*forte*” face à luta da classe empresarial, unida em associações industriais, comerciais, agrícolas etc.

Segundo enfatiza Smith (1969, p. 77), não só a composição classista da Conep frente à participação pública estava a impedindo de conter a variação do valor consumido pela família brasileira, como a política de preços “*ainda se ressentia da falta de objetivos da política a longo prazo. A orientação geral do programa está a requerer uma reformulação de modo que se possa obter maior nível de produção e estabilidade nos preços.*” Na presidência Castello Branco permanecendo sem horizonte definido,

na verdade, os ajustamentos somente foram feitos na medida em que os preços brasileiros não se afastassem daqueles do mercado mundial no ano da excepcional safra de 1965. Mesmo assim foram necessárias compras maciças de arroz, da ordem de 30% do total da colheita. ...

Após certo entusiasmo no período 1963-1965 o programa... voltou a uma timidez relativa, na medida em que a pressão ascendente dos preços agrícolas foi relaxada. (Smith, 1969, p. 118)

Relaxamento da política não propriamente agrária sem razão *aparente*, pois o estoque da Sunab armazenado na Cibrazem, na super-safra colhida em 1964/1965, seria comercializado pela Cobal na sub-safra de 1966 com marcante *“lucro considerável”*. Não obstante a persistente falta de definição clara sobre a política para 1966/1967, *“o programa de preços estava funcionando da forma devida, sustentando os preços durante safras excepcionais e vendendo os estoques por ocasião de safras reduzidas.”* (Smith, 1969, pp. 118-119)

Em síntese, após o Plano de Metas e prévio ao “milagre” econômico, marcadamente entre os anos de 1958 e 1966, estava sendo registrado conjunto de providências reordenadoras de toda a vida nacional. Responsáveis em reordenar a totalidade nacional à mudança juscelinista, o resultado de todas estas transformações marcantes processadas sobre a vida brasileira, redirecionando-a para a nova produção agropecuária seria que, em 1966 – embora a produção global brasileira pudesse aparentar estar em contínuo movimento de desaceleração cíclica – especificamente o setor primário já começava a evidenciar movimento de promissoras perspectivas para o próximo biênio. Caso observado em conjunto, o princípio de renovação agropecuária brasileira podia estar refletido, em particular, no “considerável” rendimento obtido pela venda de estoques federais no ano, mediante política não propriamente agrária de comercialização agropecuária que já operava com razoável fortuna.

Durante os meados dos anos 60, o modo de intervir na comercialização agropecuária pelo tabelamento de preços máximos – instrumento reativo – estava sendo colocado em plano secundário, em “substituição” de uma política de equilibrar a distribuição da produção específica, apoiando a grande transformação entre a atividade agropecuária e a industrial. Independentemente da efetividade prática das recomendações ianques, a proposta para a reforma na política não propriamente agrária de comercialização agropecuária, junto às demais adotadas na presidência Castello Branco ia ser, pois, a mais classicamente liberal industrial “burguesa” apresentada; assim, a continuidade da implementação de tal conjunto de medidas industrialistas de Carvalho Pinto e Campos pelos anos posteriores era uma utopia sem apoio para ser

efetivada, pois desconsiderava que, entre a população brasileira, o setor mais valorizado do circuito produtivo não era o produtivo mas, precisamente, o da distribuição comercial dos produtos até o consumidor – de preferência, estrangeiro. Outrossim, desaparecendo o valor trabalhista anterior, diante de conjunto de propostas classicamente industrialistas “burguesas”, por um lado, e de agravamento da inquietação agrária nas ruas, praças e sobretudo paróquias, por outro lado, também seria o programa liberal industrialista, o acusado em Martins (1981, p. 92) de se empenhar em “*evitar uma revolução camponesa no Brasil*” e por esta via motivar, paradoxalmente, o Golpe – não de 1964, mas sim, de 1968.

Com uma política trabalhista tirânica, e uma comercial, impraticável por longo tempo, o sucesso imobiliário, bancário e financeiro seria, portanto, concomitantemente travestido em ampla (e reacionária) reformulação monetária, de preços e previdenciária – aspirando, em suma, normalizar a inquietação que chegava a ser definida como a pré-Revolução Brasileira. Ao longo dos os anos 60, na prática o Estatuto da Terra seria capaz de produzir a particularização do desequilíbrio fundiário, neste movimento desaparecendo o respeito trabalhista, ecológico e cultural para a mais predatória viseira produtivista: nunca se confiscaria sequer um alqueire seja cultivado com trabalho escravo, seja por meio do desmatamento e do estupro de indígenas, mas apenas um ou outro que não produzisse uma quantidade definida de produtos (de preferência exportáveis).

Como visto em Singer (1986, p. 219), ao comparar as vantagens do sucesso do transporte rodoviário alemão ocidental em relação ao ferroviário brasileiro na nossa República, a possível razão estaria relacionada ao progressivo aumento na quantidade de veículos automobilísticos circulando na paisagem nacional no decorrer do século passado relaciona os objetos apenas pela competição “natural”. Permanece, contudo, a viseira produtivista brasileira impossibilitada de observar que o modo de transporte não é substituto mas sim complementar: ninguém deixou de andar a pé em razão de andar de avião. Outrossim, o Plano de JK, ao mesmo tempo em que atraía diferentes classes nacionais em torno da construção da Nova Capital, mais uma vez simplesmente abandonava a velha capital (que, por seu mérito próprio, seria a “Bela Cap” eternamente) assim como, valorizava a construção e pavimentação de rodovias – mas jamais se estimaria em conservá-las.

Esse caminho industrial consolidado com o Plano de JK não poupava dólares, que era o objetivo nacionalmente democrático. Ademais, mesmo uma comparação (e

não uma complementação) poderia ser feita não com o modo ferroviário nacional – de sorte ainda mais desastrosa sob a chuva tropical que o rodoviário – mas sim com o modo hidroviário brasileiro estabelecido previamente, este sim de fortuna correspondente à própria cultura brasileira, virtude da junção de populações marítimas.

Enquanto a chuva tropical torna a ferrovia desastrosa e a rodovia, trágica, a hidrovia está presente no próprio gênero brasileiro, constituindo-se, enfim, na possibilidade sobrevivência nacional frente à inevitável reforma ecológica no século XXI. Já presente na pauta do dia durante os efervescentes anos 60, não era este novo gênero de reformas democráticas (focalizada na complexidade dos múltiplos aspectos culturais, ecológicos, humanitários etc.), contudo, as virtudes aspiradas na representação nacional seguinte à presidência Castello Branco. Tempo que presenciaria arbítrio jamais sofrido na vida nacional, no exato momento quando o planejamento central assumia, finalmente, a total direção sobre a fortuna brasileira, passava a ocorrer o simultâneo desaparecimento de qualquer proposta reformista de democratizar a distribuição do “miraculoso” aumento acelerado da produção, do comércio e do consumo, movimento este operado sob a gestão de Delfim Netto no Ministério da Fazenda, estudado agora.

3.1.3 - o desaparecimento da representação reformista democrática (1967/1968-1974)

Respirando o período da derrota governista nas eleições estaduais em 1966 e subsequente imposição da Constituição de 1967 da presidência ao “parlamento conservador”, Ianni (1967, p. 215) indica que já começava a ficar em evidência que o Golpe estava sendo voltado contra os golpistas da “política dos governadores” com a representação liberal industrialista. Com o Ato Institucional n.º 2, já em 1966, toda a vida partidária experimentada desde 1946 era desaparecida contra Lacerda, Jânio e Jango, mas também, e principalmente, contra a volta ameaçadora de Juscelino que – por tudo que fez pela nacionalidade brasileira – em qualquer eleição que participasse seria eleito.⁷⁶ Após o Golpe de 1964, especificamente o “pacote” adotado mediante, por um lado, a supressão do multipartidarismo com o Ato Institucional n.º 2, por outro lado, o

⁷⁶ Destinado ao exílio, o ex-presidente, ao voltar do exílio pretendendo retornar à vida pública, seria acidentado pela sua própria criação: Kubitschek morreria em acidente de carro na via Dutra. Difícil imaginar que tinha sido acidente, mas – consolidando esse gênero de acidente tão incidente sobre a vida brasileira – como provar? De todo modo, mais uma vez era evidenciado que, como todo agente revolucionário, também a presidência JK seria devorado pela própria Revolução que fez.

termo final da normalidade constituída em 1946 impondo a Constituição de 1967, junto ao reordenamento da vida pública brasileira (como na reforma trabalhista, sindical, partidária, estudantil etc.) redirecionada contra a “subversão” reformista – e, portanto, também a população trabalhadora brasileira e parte da classe empresarial.

A resenha do texto de Werneck & Guimarães (1987, pp. 27-30) aponta que a necessidade exemplar de impedimento da possível próxima presidência da República pudesse tentar implementar projetos reformistas, podia estar na alteração da composição do Conselho Monetário Nacional, que deliberaria a política de juros da moeda brasileira do Banco Central que ministraria o “milagre” da “agroindústria”. Com a derrota em 1966, o AI-2 e a Constituição de 1967, as modificações operadas na composição do CMN passavam a centralizar a ação pública, gradualmente outorgando o Conselho enquanto formulador de políticas de projetos, programação e planejamento público, cuja missão seria como a de uma “*câmara corporativa*” de acomodação das múltiplas reivindicações empresariais da classe empresarial rural, industrial e, sobretudo, comercial. Centralizando o planejamento federal no Conselho Monetário Nacional, havia um reordenamento nos demais aparelhos públicos mediante o “*qual se submetia ao Executivo – leia-se, ao Ministro da Fazenda – os desígnios da economia brasileira.*” Por meio do arbítrio direto do Ministério da Fazenda sobre a moeda nacional presidindo o CMN, estava montada uma “*caixa única*” que simplificava os trâmites legais de intervenção pública, integrando os atos sobre assuntos vinculados entre si com vistas a saciar, centralmente, o rápido redirecionamento das atividades empresariais para aquelas privilegiadas monumentalmente.

Segundo Werneck & Guimarães (1987, p. 54), junto ao CMN forjado em 1964, também estava previsto se consultar comissões bancária, financeira, industrial e rural, reunindo diversos dirigentes no aparelho central. No período de descompasso reordenador da vida pública brasileira entre a consolidação da indústria brasileira, emblematicamente em 1958, passando pelo Golpe de 1964 até, por fim, completarmos a “industrialização da agricultura” após o milagre de 1968, todavia, a inquietação nacional acabaria por influir na pronta reação mediante o Golpe dentro do Golpe, fechando o “parlamento conservador” com o Ato Institucional nº 5, que concentraria ainda mais atribuições ao comando militar arbitrário ministrado pela equipe de Delfim como o único meio de imprimir “*mais autonomia*” ao grupo dirigente. Como no Conselho Nacional de Desenvolvimento da presidência JK, as Comissões Consultivas bancária e financeira, industrial e rural jamais seriam consultadas, “substituídas” por

outros mecanismos mais produtivos, como notam os registros na “*agenda do Ministro Delfim Netto, a qual incluiria cerca de seis horas diárias para audiências com empresários.*” Os autores observam que, conjugados às mudanças na composição do Conselho Monetário Nacional, tais audiências com empresários centralizados no Ministério Delfim fariam do aparelho um órgão de planejamento quase total. A especificidade do CMN seria, assim, a de combinar, ao mesmo tempo, formulação, mediação e execução de políticas no mesmo aparelho de planejamento central (Werneck & Guimarães, 1987, pp. 54, 48 e 29-30).

Continuando o estudado em Werneck & Guimarães (1987), o modo pelo qual o planejamento central alcançava uma condução quase completa sobre a vida nacional em ambiente de mais tirânica arbitrariedade ocorreria, sobretudo, mediando os atritos entre as diferentes classes dirigentes brasileiras, meio fundamental para conseguir formular, negociar e efetivar as ações públicas que completassem a passagem da cultura ruralista até a produção “agroindustrial”, desaparecendo com o reformismo distributivista. Procurando exatamente o planejador federal mediar com fortuna parte das representações em luta entre as distintas classes empresariais brasileiras, em 1969, seriam acrescentados à composição do Conselho Monetário Nacional os ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio, relativamente contrabalançados com a adição do Interior e do Planejamento. Após a derrota presidencial na eleição de 1966, a imposição da Constituição de 1967 e, por fim, o fechamento do “parlamento conservador” com o AI-5, assumia o controle dirigente praticamente total sobre a vida brasileira a representação planejadora industrialista, sempre pronta em se acomodar com a classe agro-comercial. Seguindo os autores, então na Secretaria de Agricultura paulista, em 1967, a equipe de Delfim Netto – precisamente como JK, com uma interpretação específica da responsabilidade fiscal – entrava para o Ministério da Fazenda colocando término ao convulsionado período vigente desde 1958 e agravado em 1963. Ainda mais, durante todo o “cessar-fogo” democrático constituído entre 1946 e 1964, nenhum ocupante da pasta nela havia permanecido por três anos completos: Delfim Netto a comandaria por quase sete anos, passando pelo fim do governo Castello Branco, o fechamento com Costa e Silva, o seqüestro do embaixador ianque durante a Junta Militar e, finalmente, o Garrastazu Médici.

De acordo ao exposto em sua autobiografia, o ministro não só seria confundido ao período do “milagre”, como mais tarde o economista da USP voltaria na pasta da Agricultura, essencialmente, sob o mesmo paradigma. Enquanto na vertente trabalhista,

o novo Ministério presidencial apenas aumentava a compressão salarial que vinha sendo operada desde 1964, na vertente imobiliária, a pasta da Fazenda apenas prosseguia ao programa principiado com o Plano do JK e normalizado com o Estatuto da Terra também de 1964: construindo, pavimentando e especulando ainda mais vias de rodagem pela “colonização” oficial, se despejaria ainda mais lavradores e trabalhadores agropecuários, que iam se aglomerar ainda mais junto a maiores parcelas da população brasileira e, “concluindo” este caminho, comercializar entre si e valorizando a “agroindústria” nacional. Não seria, portanto, nestas duas vertentes o diferencial a explicar o “milagre” brasileiro ao final dos anos 60 e não, em sua metade.

Diniz & Boschi (1987, pp. 61-63) observam que dentre a extensa reordenação forjada na vida pública brasileira no período que estava antecedendo o “milagre” da “agroindústria brasileira”, uma que poderia estar relacionada a tal feito seria a extinção da Conep (a Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização dos Preços), forjada em 1965, e presidida pelo Superintendente da Sunab. Em sua substituição, em 1968, seria forjado o Conselho Interministerial de Preços (CIP), quando *“a estabilização de preços passa a ocupar uma posição mais central na política econômica do governo”*. Procurando disciplinar o comportamento dos valores brasileiros durante a programação do “milagre” que “completasse” a “agroindústria”, o reforço do aparelho de definição de preços, da antiga Conep (presidida pelo Superintendente da Sunab e com participação empresarial) para o CIP (presidida pelo Ministério da Indústria e Comércio e com participação ministerial), seria justificado pelo divórcio entre a representação pública e a produção empresarial *“a fim de tornar a política de controle de preços mais eficaz e sistemática.”*

“Concluindo” o sentido que reordenaria a vida nacional, seguem os autores, o disciplinamento dos valores empresariais brasileiros seria parte do divórcio entre a vida pública brasileira e a produção particular como modo de reforçar o controle de preços pelo arbítrio do CIP. Por um lado, o divórcio entre a representação pública e a produção particular brasileira possibilitaria à primeira *“a definição de diretrizes mais claras com relação à política de preços.”* Por outro lado, o reordenamento descontínuo de consecução, operação e missão da política de preços da Sunab, passando pela Conep, e concluindo-se no CIP, seria um redirecionamento que valorizaria círculo vicioso do divórcio entre o público e o particular que, contraditoriamente, como será visto, com o tempo reaproximaria a representação e a produção em torno do método liberal normal

que ainda permanecia à margem de intervenção quase totalitária sobre a vida brasileira (Diniz & Boschi, 1987, p. 64).

Os autores resumem que, em primeiro lugar, em 1969, a composição do CIP seria reordenada, transferindo sua presidência, do Ministério da Indústria e Comércio, para o Ministério da Fazenda. De vez que o MIC normalmente possuiria representação empresarial, assim como na Conep estaria prevista a participação reformista, no CIP tal distanciamento seria levado ainda mais longe. Em segundo lugar, no caminho até o divórcio quase absoluto entre representação e produção brasileira, o CIP, em 1969, passaria a possuir uma competência “*central*” no controle de preços dos principais produtos comercializados entre a família brasileira, estendendo seu arbítrio sobre qualquer deliberação de aparelhos setoriais sobre os valores produzidos. Os ramos de atividade empresarial cujos valores passariam a ser arbitrados pelo Conselho Interministerial de Preços se estendiam para o grande comércio, como supermercados, departamentos e atacadistas, para logo a seguir, também ao transporte de carga e de passageiros (Diniz & Boschi, 1987, pp. 64-65).

Diniz & Boschi (1987, pp. 67-69) destacam que a extensão das solicitações de reajuste de preços para novos ramos de atividades, por sua vez, aumentaria a competência do aparelho frente à variação no preço das grandes empresas produtoras brasileiras. A solicitação para variar o preço dos produtos incluídos nas competências do Conselho Interministerial de Preços, não só conferiria ao aparelho ciência de grande parte dos ramos de atividades nacionais como, principalmente, o possibilitaria neles interferir como um órgão de planejamento central – com prerrogativas inclusive de intervenção total – mediando parte dos grandes atritos empresariais durante a conclusão da passagem até a “agroindústria” brasileira.

Segundo Diniz & Boschi (1987, p. 96), trabalhando com a política de preços mediante, por um lado, a compressão salarial, e, por outro, o direcionamento da produção global brasileira pelo CMN, o movimento conjunto procuraria angariar apoio empresarial ao CIP “*no sentido de compensar o desgaste*” do controle dos preços. E mais: muito valorada pelos programadores de preços, a deliberação sobre os preços só seria recorrível ao próprio CIP, sempre divorciado pelo arbítrio quase absoluto sobre a produção empresarial, que “*não pode ser contestado nem pelo presidente da República, pois seus atos têm a força de lei. Nunca houve uma decisão judicial. O CIP faz o que bem entende*” (entrevistado em Diniz & Boschi, 1987, pp. 69-70).

Por outro lado, Werneck & Guimarães (1987, p. 24) comentam que, entre 1967 e 1973, o Ministério da Fazenda coordenaria a ação federal nacional centralizando, em sua pasta, a mediação de valores empresariais brasileiros que concorreria para patrocinar o “milagre” nacional deslanchando a “agroindústria” nacional que desaparecesse com o reformismo agrário. Privilegiando demandas tópicas, intervindo em horizonte de “ganhos múltiplos” e, finalmente, em ordem arbitrária, a dobradinha CIP/CMN na política de preços e juros, presidida pelo ministro, reforçaria a coesão entre as diferentes classes empresariais nacionais mediando, simultaneamente, resistências específicas, díspares e até contraditórias. E explicam que, independentemente das específicas classes envolvidas, o cenário ótimo para o planejador central é aquele em que, na formulação da intervenção programada, há a participação máxima e a influência mínima por parte da população; mesmo que o planejador central filtre todas as reivindicações em virtude de definidas opções parlamentares, judiciais e presidenciais, inclusive em normalidade arbitrária, acontece estímulo à participação – desde que limitada, precisamente, pela falta de relação entre as demandas (ficando esta operação de competência exclusiva ao planejador central). Absolutamente, do ponto de vista de cada classe brasileira específica, a normalidade arbitrária não seria ótima, podendo haver equilíbrio somente enquanto as ações continuassem a ser executadas em circunstância de “ganhos múltiplos” (e não de “soma zero”), bem como, que as reivindicações de cada classe específica fossem tópicas, e não globais. Nesse ambiente, “*o atendimento a demandas se faz submetido à tematização... que o controle da informação garante ao planejador*” (Werneck & Guimarães, 1987, p. 50).

Por sua vez, Diniz & Boschi (1987, pp. 58 e 71-72) também realçam este ponto acerca de que, diante do arbítrio quase absoluto do planejador central, o empresário brasileiro, todavia, persistia procurando atividades comparativamente mais vantajosas, ganância para a qual seria “*crucial*” forjar influências sobre todas as instâncias deliberativas dos preços das políticas que impactassem seu ramo de produção. O empresário nacional, assim, passaria a colocar no plenário interministerial deliberações de classe “*política*”, ou seja, que poderiam envolver uma “*ampla gama*” de atividades, produzindo um atrito generalizado que interessasse às diferentes classes brasileiras. Os autores detalham que o divórcio entre a representação pública e a produção particular estaria, assim, redirecionando a controvérsia entre as classes, valorizando o requerimento que valorizasse a produção “*no que diz respeito ao*

aumento dos preços dos itens que afetam o poder aquisitivo de setores da classe trabalhadora, como por exemplo os preços das tarifas de transportes e serviços públicos em geral.”

Procurando o planejador central tornar a produção consumida entre a população brasileira comparativamente vantajosa na vertente não propriamente agrária de comercialização agropecuária, é indicado em Duran (1971, p. 145) que a “*principal*” reordenação da política seria a transferência do orçamento do programa “*do Ministério da Fazenda para a do Ministério da Agricultura*”. Mantendo o Banco do Brasil como operador financeiro da política comercial para estocar os produtos agropecuários na Cibrazem, comercializá-los pela Cobal segundo as diretrizes da Sunab, ainda que em atrito de competência com o CIP/CMN, o preço garantido em suas agências estabelecidas na praça de cada município brasileiro passaria a orientar também o crédito à lavoura na banca privada. Sob a maior participação empresarial no Ministério da Agricultura, dentre as reformas operacionais forjadas no período, poderiam ser destacadas, por um lado, a definição de preços por zonas produtivas segundo cada estado federado, e, por outro lado, a divulgação do preço noventa dias antes do plantio. Em conjunto, “*a orientação geral deste período [do “milagre”] foi a de dar à política um papel de longo prazo, em lugar de contentar-se apenas em influenciar a produção a curto prazo, através de um preço mínimo relativamente alto que poderia ser reduzido no ano seguinte se a oferta fosse abundante [como em 1962-1966]*”

A política não propriamente agrária de comercialização agropecuária se conservaria destinada para comerciantes, classificadores e beneficiadores, mas passaria a ser direcionada também para as cooperativas empresariais rurais, exportadores e “agroindústrias”. A propósito, o autor citado observa que, direcionando o preço de comercialização garantido para as cooperativas empresariais rurais, em muitos casos seria possível haver crédito duplicado ou até triplicado: um para os agricultores, outro para o beneficiador, e inclusive mais outro para o exportador – mesmo que todos fossem da mesma cooperativa de empresários rurais (Duran, 1971, pp. 146-148).⁷⁷ A mudança

⁷⁷ Sobre este ponto vale mencionar a passagem de vários autores. Primeiro, Delgado (1985, pp. 75-76) considera que dentre os dois mecanismos de interferência nos valores comercializados pela população nacional (ou pelo método do preço mínimo garantido ao produtor agropecuário por meio dos estoques que equilibrem o preço dos produtos contemplados, ou pelo tabelamento dos preços máximos saciados pelo consumidor nacional), especificamente com respeito à produção agropecuária consumida pela família brasileira, continuaria “*preponderante no item alimentação*” os cultivos de arroz, feijão e alguns hortícolas, produtos que conservariam sofrendo “*o ônus do tabelamento*”. Duran (1971, p. 149) registra que, tratando das culturas consumidas pela população nacional, no caso da produção de arroz, concentrada entre gaúchos, goianos e maranhenses, mais da terça parte do crédito à comercialização da

política ia passar a valorizar o programa de garantia de preços mínimos em torno de grandes empresas oligopolistas em movimento que, durante o “milagre” arbitrado na supremacia do Ministério da Fazenda no CMN/CIP sobre a vida nacional, se esvaziaria os instrumentos de intervenção agropecuária forjados no pré-1964, que a princípio fiscalizariam, disciplinariam e equilibrariam a distribuição da produção consumida pela família brasileira. Tais intervenções, segue o autor, “*não foram totalmente descartadas*”, principalmente em casos de ordem emergencial, porém a “*absoluta ineficácia da Sunab – [que seria] ‘ressuscitada’ [só mais] recentemente*” evidenciaria tanto o esvaziamento do aparelho, como sua impotência frente ao grande comerciante.

lavoura no período do “milagre” seria concentrada nas cooperativas empresariais gaúchas e goianas, conservando o pequeno cultivo maranhense marginalizado da política. Segundo Maluf (1992, pp. 156-158), sendo o preço mínimo garantido sempre inferior ao preço do feijão comercializado na praça, a política “*teve pouca ou nenhuma*” influência na distribuição da produção. Mesmo na cultura paranaense, a mais valorizada da República, e cujo preço garantido estaria maior que o praticado, os produtores de feijão, em regra pequenos agricultores familiares, se manteriam marginalizados do programa federal. Conforme apontado em Delgado (1985, p. 76-77), no tocante à produção pecuária, a Cibrazem estocaria a carne comercializada junta à Cobal pela CFP, procurando equilibrar a oscilação do valor junto ao produtor. O leite, por sua vez, seria tabelado, mas os seus demais derivados ficariam livres, “*compensando*” parte do “*ônus do tabelamento*” do leite. Segundo Duran (1971, p. 149), com relação à lavoura de milho para gado, a política de comercialização haveria “*melhorado*”, pela unificação do preço garantido pelo Banco do Brasil nas variadas praças, mediante política especial. À semelhança do cultivo de arroz, todavia, a política conservaria a distribuição da produção concentrada entre grandes produtores – no caso do milho, entre mineiros, paulistas e paranaenses. Embora a cultura do milho conservasse valorizada entre a população gaúcha, por serem pequenos agricultores familiares (como na rizicultura maranhense), estes produtores praticamente não participavam da política. Por seu turno, os Planos Anuais de Safra permaneceriam planejando toda a comercialização da lavoura de açúcar em programas formulados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool exatamente como vigorava ininterruptamente desde 1930. Igualmente, a cafeicultura manteria contando com um programa parecido ao do açúcar, a saber, tabelando preços ao consumidor ao mesmo tempo em que garantindo preços ao produtor. No tocante aos demais produtos que não contassem com políticas específicas de comercialização, no caso do feijão, milho, girassol, amendoim, soja, algodão, mandioca etc. teriam a vantagem em se incluir no programa imprópriamente agrário em razão do mesmo equilibrar o valor da safra entre a colheita e seu plantio; contudo, para a participação do agricultor na política, se solicitaria sua organização não só em uma cooperativa empresarial rural, como principalmente sua relação com a “agroindústria” brasileira – valorizando novamente sua oligopolização em grandes conglomerados, dos quais o da soja, consorciada com o trigo, seria representativa. Por fim, com respeito às demais culturas produzidas, comercializadas e consumidas entre pela família brasileira, além de algum tabelamento, de regra estes cultivos também contariam com alguma política comercial, embora a atuação do programa não propriamente agrário fosse relativamente pequena, insignificante ou marginal (Duran, 1971, p. 149). Em conjunto, a mudança na distribuição da produção do atacado até o varejo junto ao consumidor hortícola, relacionada ao aparecimento dos supermercados, afetaria a classe comercial brasileira; o pequeno comerciante atacadista seria induzido a se especializar na classificação da produção, como corretor, enquanto o grande comerciante atacadista, por sua vez, com meio de transporte, armazenagem e comunicação próprio, poderia encontrar “*caminhos alternativos*” à “infra-estrutura” pública, comercializando ele mesmo com o horticultor, por um lado, e o varejista, por outro. Sem política de garantia de preço mínimo ao horticultor, por exemplo, mesmo o grande atacadista terminaria se especializando na classificação, embalagem e circulação da hortaliça, classificando o modo de exploração na própria distribuição da produção originária até o consumo final. Evidente exceção à regra, poderia ser considerada especificamente como “*bastante boa*” a performance no período da política de valorização da comercialização da produção nacional de soja, para a qual – em comparação aos cultivos de arroz, feijão e milho para gado – haveria significativa maior possibilidade de pelo menos dupla contagem da lavoura da cooperativa empresarial rural para exportação e para a indústria de óleo (Maluf, 1992, pp. 68 e 171).

Como resultado, a intervenção tópica, reativa e duvidosa – mesmo quando tratava dos “açambarcadores” da produção sob ordem emergencial – seria “*atropelada*” pelo desequilíbrio na distribuição produzido pela grande cooperativa de empresários rurais, com sua “agroindústria” classificadora respectiva, bem como, sua exploração comercial (Maluf, 1992, pp. 174-175).⁷⁸ Segundo Kageyama et ali. (1990, p. 213), durante o “milagre” ministrado pela equipe de Delfim se sucederia, enfim, a mudança na relação entre a produção agropecuária e o trabalho industrial, completando a passagem da cultura liberal ruralista para a industrial planejadora. Nesse movimento, a lavoura nacional estaria deixando de ser praticamente apenas direcionada para o comércio agro-exportador, passando a ser, também, comercializada entre os diferentes estados da República.

No decorrer desse processo de paradoxal mudança conservadora, o conjunto da intervenção pública central haveria se direcionado em torno da programação de um novo modo de produção, distribuição e consumo da família brasileira, tornando a atividade da “agroindústria” nacional excepcionalmente vantajosa. Nesse tempo, a interferência pública haveria passado a adquirir competência cada vez mais ampla sobre a família brasileira, chegando até a arbitrar acerca de valores, atividades e inclusive da própria vida nacional. Conforme apontado em Diniz & Boschi (1987, p. 72), arbitrando sobre os valores recíprocos à população brasileira, o Conselho Interministerial de Preços se tornaria o responsável pelo preço dos transportes coletivos (tratando da mobilidade do trabalhador brasileiro), de produtos farmacêuticos (afeando a saúde do trabalhador brasileiro) e por todos os mais diversos ramos de atividades automobilísticas. Estes ramos, por sua vez, em relação com a produção agropecuária, possuiriam seus preços arbitrados pela indústria metal-mecânica em geral, em particular, na “agroindústria” especializada em máquinas e processamentos agropecuários “para trás” (como tratores, colheitadeiras, fertilizantes etc.) e “para frente” (como a indústria processadora, beneficiadora, classificadora etc.) do setor rural, bem como, de sua respectiva

⁷⁸ Segundo resume Maluf (1992, pp. 171-173), em horizonte em que se especializaria na mudança sobre a circulação, rotação e variação da produção, durante o “milagre” de Delfim, de regra, a oscilação do preço se conservaria alta ao produtor hortícola e ao seu consumidor varejista, permanecendo a política de garantia de preços equilibrando somente o grande comércio atacadista. A exceção à volatilidade seria na horticultura de tomate, em virtude do “contrato de fornecimento exclusivo” ainda permitir ao agricultor alguma margem de comercialização entre a indústria de extrato e o fruto *in natura*. Volatilidade declinante semelhante ao ilustrado por Ramos (1938, caps. Soldado Amarelo e Baleia) quando Fabiano, após titubear em dar cabo ao Soldado Amarelo perdido na caatinga, não hesita em bulir com a cachorrinha para desespero dos meninos, acomodados no colo da Sinhá Vitória.

“indústria” de comercialização em transporte, circulação e armazenagem da lavoura, da população e das representações entre a família nacional.⁷⁹

Segundo sintetizado em Diniz & Boschi (1987, pp. 91 e 85), a intensificação dos procedimentos valorizaria as solicitações a estender um novo ramo de atividade, nas consultorias, que agravaria o desequilíbrio distributivo anterior. Mediando as relações entre conselheiros e empresários, a empresa do consultor possibilitaria não apenas o fluxo de informações como, especificamente, um mecanismo de circulação de dirigentes empresariais, reforçando a extensão da cultura liberal ruralista na vida pública nacional dentro do próprio aparelho de planejamento central industrialista. Talvez ainda mais decisivo, o ordenamento da produção pelo CIP, divorciando a representação pública da produção particular reforçaria o desequilíbrio nos ramos de atividades deixados ao livre-comércio: arbitrando a variação dos preços em razão do valor das grandes empresas produtoras nos principais setores (como na mecânica, petroquímica, supermercados etc.), se agravaria a distribuição da produção de tais atividades, centralizando-as em oligopólios enormes.

A literatura resenhada acima leva a considerar que a chave que “completaria” a transformação industrial na vida brasileira pode está relacionada a que, se no passado a cultura liberal ruralista perpassava a própria vida pública brasileira, agora seria a própria valorização da grande produção empresarial que se mediará no interior do planejamento central. Segundo indicado em Leite & Palmeira (1995), a representação pública deixaria, assim, de ser um ordenador alheio à população brasileira, passando a ser uma parte componente da vida nacional. Esse caminho de mudança fortaleceria a “velha” cultura ruralista, já coesa na vida pública brasileira, no entanto valorizaria uma nova coalizão entre diferentes classes dirigentes. Conservava-se a ordem distributiva liberal, mas o planejamento central valorizaria a variação de seu valor que fosse comparativamente vantajosa; como resultado, passaria a ser comum na vida pública brasileira a presença das consultorias que, representando empresas particulares junto ao aparelho público, se especializariam na circulação de representações específicas e, por efeito de sua própria atuação, acabariam se convertendo em problema de ordem pública.

⁷⁹ Com respeito à corrente de política industrial agrícola, com exceção da lavoura paulista, Delgado (1985, p. 47) nota que apenas em 1973 se forjaria um aparelho federal específico, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa) e se difundiriam as Universidades Federais Rurais, seus Colégios Técnicos e os cursos de extensão nos diferentes estados da República, muitos dos quais de excelência internacional. Somente ao fim do “milagre” da “agroindústria”, estes aparelhos de política industrial agrícola passariam a valorizar “*tudo o esforço de geração, adaptação e difusão*” da indústria “para trás” e para frente” da atividade agropecuária.

Mesmo conservando o valor secular à cultura brasileira, com a nova mediação entre representações dirigentes da vida nacional, *“o que é novo é uma presença que não passa mais, necessariamente, pela mediação dos chefes locais, diminuindo-lhes o poder, através do esvaziamento de suas funções ou pelo reconhecimento ou criação de novos mediadores”* (Leite & Palmeira, 1995, pp. 127-128).

Os grandes empresários, deste modo, transformariam o aparelho central mediante o arbítrio de Delfim Netto ministrando o “milagre” brasileiro da “agroindústria” a seu favor, pois

um equívoco do período foi o controle de preços, que acompanharia a política de rendas (na moda nos anos 70) expressa na lei salarial. No início, a idéia era de um simples acompanhamento dos custos de produção, a fim de antecipar o surgimento de choques de oferta. Com o passar do tempo, tornou-se um mecanismo automático de fixação de preços, desviando-se do objetivo inicial e facilitando a oligopolização na formação de preços da indústria. (Delfim Netto, 2005, p. 239)

O problema crítico do planejamento central seria que, uma vez iniciada a interferência no “autocontrole” do livre-comércio, a tendência seria estendê-la mesmo “desviando-se” do princípio inicial (Heilbroner, 1974, pp. 273-274). A partir da primeira intervenção no livre-cambismo e das demais até o “divisor de águas” da primeira metade do século passado, a participação pública vinha se estendendo lentamente pelos setores mais vinculados ao comércio internacional, bem como, aos valores de alta circulação, rotação e variação. O “divisor de águas” da segunda metade da década de 50 redirecionou a intervenção pública, não só a generalizando entre os valores propriamente brasileiros, como induziria a sua intensificação cada vez mais. Estendendo a participação do CIP para novos produtos, ramos, produções e distribuições, bem como, para produtos definidos tais como pão, sal, fertilizante etc., o completo divórcio ministerial da vida nacional ocorreria simultaneamente ao desaparecimento da representação reformista, cuja participação ainda estivera prevista na Conep. Na política de preços em desgastante atrito empresarial com a dobradinha CIP/CMN, a discórdia entre o Conselho Interministerial de Preços (CIP) e a Sunab seria razão da extensão do escopo do primeiro esvaziara esta, motivando-a a reforçar sua competência fiscal com uma única solicitação: defender o consumidor de alimentos (Diniz & Boschi, 1987, pp. 66-67 e 97).

A luta da Sunab que representaria o consumidor brasileiro contra o arbítrio interministerial de preços colocaria em evidência o atrito com o grande empresário, antes apaziguado com a distorção explícita de controlar os preços assumindo como

parâmetro a atividade das maiores empresas (Diniz & Boschi, 1987, pp. 97-98). Em conjunto, no novo movimento ao longo do período do “milagre” brasileiro ministrado pela equipe de Delfim Netto, se forjaria um programa específico que

elevou o Brasil a exportador de produtos manufaturados de alta tecnologia. O alcance do programa, que objetivava transformar o Brasil numa base exportadora, levou várias empresas a participarem desse esforço. As exportações **do setor de transportes, um dos mais ativos do programa**, evoluíram rapidamente (Delfim Netto, 2005, p. 238).

Finalmente, Delgado (1985, pp. 97, 66, 47 e 32) sintetiza o percurso “milagroso” arbitrado pelo ministro Delfim Netto indicando que, simbolicamente a partir da Organização dos Povos Exportadores de Petróleo (Opep, em 1973), o planejador federal, procurando suprir a forte revalorização dos frutos primários, tornaria ainda mais vantajosa a procura por novo combustível automobilístico, depreciando a produção agropecuária de alimentos. Ligada intimamente ao totalitário intervencionismo industrial de Delfim Netto, mediante uma nova política de comércio de moedas após 1967/1968, o arbítrio do planejador central compatibilizaria o crescimento excepcional da produção industrial com a baixa importação de alimentos, essencialmente, em razão da compressão da vida nacional permitir – ao menos temporariamente – minimizar a necessidade de aumentar o cultivo consumido pela população brasileira.

A propósito, Lago (1990, pp. 237-238) observa que o arbítrio sobre o valor dos produtos, da moeda nacional e do trabalho (respectivamente, por meio do CIP, do CMN e da “fórmula salarial”) permitiria à equipe ministerial de Delfim Netto legitimar tal direção que ia sendo imposta ao compatibilizar – temporariamente – o aumento excepcional da produção nacional com a baixa elevação nos preços. Voltando a Delgado (1985, p. 71), a expansão não-inflacionária do orçamento federal direcionado à transformação no meio produtivo industrial empregado na produção agropecuária nacional para mudança “agroindustrial” seria limitada, todavia, pela disponibilidade de depósitos bancários dos trabalhadores industriais a serem direcionados para a alteração agropecuária a qualquer preço; simbolicamente a partir da Opep, em 1973, *“o que se assiste na segunda metade dos anos 70 é a paulatina reversão das condições econômicas que viabilizaram a política”*. Aumentando a tendência a aceleração da alta dos preços primários, o valor dos depósitos dos trabalhadores industriais passaria a diminuir comparativamente; diminuindo a tendência de crescimento da produção industrial, também a base orçamentária sofreria queda.

O argumento de Delgado (1985, p. 49) realça o interesse particular no debate dissertado indicando que o desequilíbrio principal não estava, contudo, no orçamento brasileiro, mas sim que, “milagrosamente” na década de 70, em paralelo ao inédito declínio absoluto no trabalho agropecuário nacional, o novo horizonte de mobilidade possibilitaria que o número de brasileiros viventes nas maiores aglomerações populacionais aumentaria como nunca. A aguda desvalorização do trabalho brasileiro em simultâneo ao atrito forte entre as diferentes classes dirigentes brasileiras produziram – prossegue o autor – o “lento, gradual e seguro” rompimento da programação industrialista em acomodação com a cultura ruralista “*razoavelmente bem sucedida*” até o final dos anos 70 em torno da “conclusão” da indústria brasileira até a “agroindústria” que conservasse a ordem de distribuição nacional desequilibrada arbitrariamente, para somente depois alterá-la, por meio da distribuição meritocrática (Delgado, 1985).

Dentre “*algumas polêmicas*” que marcariam o período do “milagre” de Delfim Netto, é destacada a “*piora na distribuição da renda pessoal, quando o segmento de rendas relativamente baixas teria se beneficiado menos do que o de rendas mais elevadas, embora todos tenham sido beneficiados com o crescimento*” excepcional da produção “agroindustrial” brasileira. Neste termo excepcional, a política “agroindustrial” ministrada por Delfim Netto entre 1967 e 1974 terminaria “*propiciando [temporariamente] equilíbrio macroeconômico. O governo exerceu uma forte coordenação, convencendo os empresários a tomar riscos investindo no mercado interno e na exportação.*” (Delfim Netto, 2005, pp. 239-240)

No entanto, cabe chamar a atenção para este ponto específico que interessa nesta dissertação no que tange ao arbítrio central ministrado pela equipe de Delfim Netto sobre a política de juros da moeda centralizado no CMN e do preço dos produtos no CIP em torno da “conclusão” da produção “agroindustrial” sem “reforma agrária” distributivista. Nessa direção conservadora, a intervenção pública mediante

a ampliação dos investimentos em infra-estrutura, no ensino e pesquisa, o aperfeiçoamento da estrutura tributária, a maior abertura comercial e financeira para o exterior, a redução das tarifas e dos mecanismos extra-tarifários e o apoio à produção industrial e à agrícola caminharam no sentido... [de] um forte crescimento com equilíbrio externo e inflação decrescente (Delfim Netto, 2005, p. 240)

Segundo o então ministro ressaltaria, apenas “*o controle de preços (CIP) pode ser considerado uma prática... [que] estimulou a oligopolização de fato*” (Delfim

Netto, 2005, p. 240). Sobretudo, o CIP valorizaria a oligopolização da indústria metal-mecânica “para trás” e “para frente” da atividade agropecuária, direcionando soma de depósitos bancários vultuosa no sentido da “conclusão” da “modernização agrícola” arbitrária sem “reforma agrária” democrática (Delgado, 1985). Face tal mudança “milagrosa” na relação entre a produção agropecuária brasileira e a atividade industrial nacional após os anos 60 traduzida na “agroindústria”, cabe agora tecer algumas considerações acerca do impedimento da proposição reformista após a consumação de tal processo desencadeado a partir do “divisor de águas” da intervenção juscelinista.

3.2. O efeito do Plano de Metas sobre a mudança na relação Agricultura-Indústria

No debate entre a proposta reformista e a representação liberal, o “mecanismo de autocontrole da modernização agrícola”, teorizado em Paiva (1953), estava limitando a difusão da “agroindústria” brasileira. Esta restrição ocorria quando o aumento da produção agropecuária incrementasse o valor produzido, sem equilibrar esta variação na distribuição global com um respectivo crescimento do consumo agropecuário, industrial e comercial; deste modo, o “autocontrole” à mudança seria reflexo do desequilíbrio na distribuição entre o incremento do valor produzido e o do valor do trabalho (Baiardi, 1996, p. 51).

De acordo ao sentimento nacional da época em que Paiva (1953) apresentava sua fórmula sobre o “mecanismo de autocontrole da modernização agrícola”, a desarmonia na distribuição da produção do setor agropecuário face a vitalidade industrial era colocado em debate entre diferentes classes brasileiras pelas distintas vertentes reformistas agrárias. Baiardi (1996, p. 53) e Maluf (1992, pp. 190-191) mostram como, no debate entre liberais e reformistas, a mudança na relação agricultura-indústria era positivada em razão do reflexo do “autocontrole” do livre-comércio: a transformação profunda da “infra-estrutura básica” de energia, transporte e comunicação, requerida e valorizada pela mudança industrial, em razão de permanecer oligopolizada, era amortecida ou distorcida pela cultura ruralista liberal.

Na bibliografia consultada é possível inferir que a liberdade de comércio, fundamento do “mecanismo de autocontrole da modernização agrícola”, estava implícita na representação reformista como *“uma simplificação muito em voga nos anos cinquenta e sessenta – encontrada nos textos de economia e/ou desenvolvimento agrícola”*, acerca da distribuição da produção agropecuária estar desequilibrando o

consumo brasileiro de novos produtos industriais. A dedução liberal de Paiva,⁸⁰ ao ser apoiada em evidência empírica, possibilitaria sugerir, igualmente, a explicação para o termo da passagem da vida brasileira até a “agroindústria” sem “reforma agrária” (Baiardi, 1996, p. 57; Leite & Palmeira, 1997, p. 104).

Examinando essa bibliografia é possível pensar que, com a transformação “milagrosa” da produção agropecuária brasileira após os anos 60, se sofreria brutal aumento da produção, do comércio e do consumo agropecuário nacional que, finalmente, pode-se dizer, se “industrializou”. A evidência do “milagre” da “agroindústria” nacional, aparentemente, poderia sugerir a rejeição do instrumental reformista, de vez que tanto o comércio agro-exportador quanto o interno e particularmente o de alimentos mudaram de relação com a atividade industrial brasileira. Entretanto, na representação reformista também havia ressalvas, enfatizando que a restrição à mudança era produzida pela liberdade de comércio sobre a distribuição da produção agropecuária até o consumidor industrial; esta ênfase, contudo – observa Baiardi – não estava mais presente na cultura intervencionista da década de 70 (cf. Gonçalves Neto, 1991).

Em primeiro lugar, a partir da política industrial juscelinista, a própria produção nacional se transformara, segundo resumido em Baiardi (1996), valorizando uma nova cultura urbana que terminou por mudar “*a fisionomia*” da vida rural brasileira; assim, “*conclui-se que as supostas baixas elasticidade-preço e elasticidade-renda da demanda*” – que sob o liberalismo desequilibravam o valor da produção e do trabalho agropecuário brasileiro – já não seriam mais verossímeis para os produtos, produtores e valores primários em geral. Em segundo lugar, mudando a produção nacional em torno da nova “infra-estrutura básica” industrial com um novo modo de energia, transporte e comunicação, também o trabalho agropecuário se transformaria em “parte” do trabalho

⁸⁰ De acordo ao exposto nos capítulos anteriores, Paiva (1953) destacava que a intensificação do valor da produção agropecuária produziria um aumento tal que se desequilibraria com seu próprio consumo; em razão do desequilíbrio na distribuição de valores junto ao produtor e ao consumidor da produção agropecuária comercialmente “industrializada”, Paiva (1953) formula que o único meio de, conservando a liberdade de comércio, equacionar – não temporariamente – objetivos simultaneamente contraditórios entre si seria aumentando o valor produzido pela cultura rural brasileira. A difusão da mudança “agroindustrial” tanto “para frente” quanto “para trás” da atividade rural, produziria um aumento da produção, com subsequente reflexo em queda no preço de tais produtos. Ora, “*ao ocorrer a queda no preço dos produtos*” com a transformação “agroindustrial”, a vantagem na própria mudança seria depreciada: na medida em que a mudança se divulgasse, o novo valor da produção não poderia ser consumido, depreciando-o a ponto de tornar a própria mudança desvantajosa. Assim, este era um meio de “autocontrole” da própria mudança “agroindustrial” por sua desvalorização ser resultado de sua divulgação, virtude do reflexo do desequilíbrio nos preços definidos no livre-comércio (Baiardi, 1996, pp. 54-58).

industrial, processo que chegou a ser designado por “*caifização*” (Baiardi, 1996, pp. 58-60).

Consultando essa literatura, é possível chegar à proposição de que, em relação ao transporte da carga agropecuária “agroindustrializada”, Kageyama et ali. (1990) estimam que, com o “milagre brasileiro”, a circulação da produção, dos produtores e das representações rurais passaria a ser “*o elo de uma cadeia*” industrializada, redirecionando a vida das primeiras décadas da República. Na passagem da cultura liberal ruralista até a produção planejadora industrialista, essa mudança, completada na “agroindústria”, refere-se às atividades industriais “para frente” e “para trás” da produção agropecuária que, por seu turno, estiveram, crescentemente, relacionadas a se forjar múltiplas intervenções públicas que “*soldassem*” a conclusão de tal caminho. Contudo, em grande medida exatamente por ser a “industrialização da agricultura” feita arbitrariamente contra a “reforma agrária” democrática, o resultado de tal movimento – fundado, essencialmente, na “agroindústria” oligopolizada – não seria, evidentemente, os autores apontam, a de diminuir o desequilíbrio entre a distribuição da produção e o consumo, mas sim de agravá-lo como nunca (Kageyama et ali., 1990, pp. 185 e 191).

Também Maluf (1992, pp. 17-18) realça esse ponto destacando que o agravamento do desequilíbrio reproduzido continuamente entre a produção e o consumo da população brasileira, relacionado à explícita política anti-distributivista própria da mudança conservadora, “*não nega, ao contrário reforça*” o estudo da distribuição das classes de atividades especializadas nos diferentes setores da vida nacional. Partindo do apresentado em Kageyama et ali. (1990), Maluf (1992, pp. 2 e 4) sintetiza o resultado dessa mudança tomando como referência a comercialização da produção agrícola que viria a estabelecer relação intensa com a “agroindústria” beneficiadora: suco de laranja, extrato de tomate e o consórcio trigo para pão e de óleo de soja (semelhante ao álcool de cana e ao café), além da indústria têxtil e de cigarro (bem como, os derivados da atividade criatória em geral). O resultado da mudança intensa na produção deste primeiro conjunto de gêneros primários de competência internacional contemplado pela política de preços de comercialização garantidos contrapõe a análise da daqueles que, sofrendo o ônus do tabelamento, apresentam relação extensa com a “agroindústria” de comercialização, mesmo que sempre hajam contado com consumo generalizado entre as diferentes classes brasileiras: arroz, feijão e algumas verduras, legumes e hortaliças.

Considerações Finais

Esse exercício demorado recorreu à literatura apresentada nos capítulos anteriores permite agora tecer algumas considerações gerais sobre o tema da presente dissertação, para o qual esse tópico final traz uma leitura dos autores que problematizaram a relação entre a mudança “modernizante” e reforma da cultura rural brasileira. A expansão da produção comercialização “agroindustrial” já vinha, sem dúvida, de antes da presidência JK, mas sua intervenção que consolidaria, definindo o caminho que foi posteriormente “completado” ao se transformar a atividade agropecuária brasileira, por um lado, na indústria metal-mecânica “para frente e para trás da agricultura”; por outro, na própria “indústria” da comercialização da cultura rural, bem como, pela transformação geral promovida na vida nacional. A indústria automobilística consolidada emblematicamente a partir do Plano de Juscelino unificava a mudança central que permitiu a posterior conclusão da “agroindústria” nacional, a atividade metal-mecânica, relacionada com o trator (“para trás” da lavoura), e a agroindústria de beneficiamento, processamento e classificação de produtos agropecuários (“para frente” do cultivo), além da atividade petroquímica, com o fertilizante (“para trás”) e da atividade elétrica, com a conserva de frigoríficos e a atração das Luzes da Cidade em geral. Fora que as novas atividades em torno da sua comercialização como na indústria de vidro, borracha etc., expandindo o trabalho entre as maiores aglomerações populacionais brasileiras de toda sorte de produtos, valorizaria o consumo de tais produtos “agroindustriais”. Outrossim, a nova embalagem utilizada para o transporte da carga agropecuária, produziria um novo meio de abrigo para crescente população brasileira “de rua” marginalizada da mudança em “conclusão”, conjugando, enfim, as três vertentes reformistas desaparecidas.

A produção industrial consolidada na presidência JK em torno do trabalho industrial descrito acima “para trás” e “para frente” da lavoura, após a reordenação pública dirigida para uma nova relação com a atividade agropecuária, foi “completada” no “milagre” de Delfim resultando no agravamento do desequilíbrio da distribuição da produção e do consumo brasileiro, apoiado na revalorização do comércio primário-exportador. Ao fim da passagem da cultura ruralista até a “industrialização” da lavoura exportadora, se observaria a mudança na relação entre os diferentes setores de produção deste conjunto de produtos primários brasileiros, desencadeados pelo consumo interno, mas sempre direcionados publicamente para o comércio internacional (cf. Maluf, 1992,

p. 98). Estas atividades, possuindo sua comercialização, industrialização e até a própria produção agropecuária dirigidas mediante as cooperativas empresariais internacionalmente “capitalistas”, sequer são compreendidas como pertencentes ao setor primário em Kageyama et ali. (1990, p. 187). Contraposto a este primeiro conjunto de produtos, o setor terciário brasileiro propriamente dito – enquanto classe de atividade especializada predominantemente na comercialização da lavoura, e não em sua “industrialização”, tampouco em seu cultivo – até presente, porém explorado, sujeito e subsidiário a objetivos de predados a ele alheios em tais lavouras de exportação, se evidenciaria a partir do comércio “agroindustrial” do cultivo de arroz, feijão e alguns hortícolas (cf. Maluf, 1992, p. 99).

Na comercialização “agroindustrial” de tais produtos, o reflexo da transformação da produção industrial sobre o trabalho agropecuário se evidenciaria, assim, em uma relação terciária particular, que somente no cultivo de consumo interno se conservaria com reprodução especializada. Esse aspecto é sintetizado em Maluf (1992, pp. 99 e 103) indicando que, como visto, sem baixar os custos de tais cultivos – ao que relativamente contrasta com a lavoura de soja – as mudanças no setor propriamente de elaboração do produto ocorreram pouco, ainda mais em comparação às mudanças significativas operadas em sua circulação. Cabe observar, no entanto, que tais modos não estão relacionados à especificidade dos produtos (mas sim ao desequilíbrio na distribuição de seu consumo, que torna vantajoso se especializar na circulação), uma vez que sua produção poderia mudar de relação industrial: como no caso do mate e do coco que possuem derivados diversos, por exemplo, seria possível valorizar seu beneficiamento explorando culturas regionais como a feijoada, o caldo de feijão etc.

Em outra dimensão também é relevante frisar traço relativamente diverso do processo anteriormente descrito lembrando que, rasgada continuamente pelo modo rodoviário que consolidava a indústria metal-mecânica acima mencionada, a extensão permanente da fronteira até a Amazônia passava a valorizar o transporte comercial da produção agropecuária por pelo menos dois lados. A bibliografia consultada permite reter, por um lado, que o despejo contínuo de lavradores iria tornar excepcionalmente vantajoso mudar a relação entre a produção primária e a secundária, mediada pelo modo industrial emblemático, por sua vez, na cultura automobilística “para frente” e “para trás” da “agroindústria” metal-mecânica, petroquímica, embalagens etc. especializada na atividade agropecuária em geral – como no caso do feijão, estagnado desde o “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, que passaria a se valorizar após

o “milagre” da década de 70. Talvez ainda mais decisivo, com respeito ao transporte dos passageiros rurais, Baiardi (1996, p. 61) cita a obra de Merrick & Graham (1979), que responsabiliza não a transformação industrial em si pelo caminho operado na modificação no estatuto do trabalhador rural, “*mas sim o estilo de vida da sociedade brasileira.*”

Visível na transformação conservadora da vida brasileira “*da senzala ao caminhão*”, relacionada à comercialização do trabalho rural e industrial em escala nacional em exploração absoluta por meio do emblema da indústria automobilística, o desvalorizado trabalhador se ocuparia na lavoura temporariamente, como “bóia-fria” na colheita, variando entre as indústrias metal-mecânica, elétricas, construção civil ou simplesmente domésticas. Não seria raro, por exemplo, o pequeno rizicultor piauiense possuir uma especialização na indústria têxtil, mas procuraria o corte de cana ou a construção civil, em razão da atividade oferecer abrigo e transporte até o trabalho (Wanderley, 1978b, pp. 38-39).⁸¹

Após consultar a bibliografia analisada, a conclusão sobre o tema da presente dissertação pode ser resumida na proposição de que o modo de vida nacional, em relação dialética entre a produção primária e secundária sintetizada no trabalho comercial, seria demarcado na política pública industrial direcionada explicitamente

⁸¹ A perambulação reiterada do volante, procurando trabalho “ao Deus dará” de norte a sul, leste a oeste, é possível ser pensada a partir do caso do pequeno rizicultor maranhense, transportado em “pau-de-arara” da colheita de tomate pernambucano, para a da grande lavoura de laranja paulista, até a da imensa plantação de soja goiana e, finalmente, retornando no caminhão à família nortista, para recomeçar a reprodução circular que o designa por volante (cf. Novaes, 2007). Rasgando a “marcha para o oeste” brasileiro, a comunicação dos variados municípios da República por meio do transporte automobilístico de carga e passageiros, continuaria mostrando como a história do brasileiro o definiria como “*desenraizado*”, “*migrante*” e “*itinerante*”: a vida do retirante permaneceria sendo de “*perambulação*”, assim como, do pequeno agricultor familiar, de “*migrações*.” (Martins, 1981, p. 17) Por um lado, a política de extensão da fronteira concorria para desvalorizar o trabalho brasileiro, valorizando também sua migração (Martins, 1978, p. 112). Por outro lado, por meio da consolidação da emblemática indústria automobilística nacional, o “*nomadismo*” brasileiro se conservaria “*muito característico. Às vezes, nomadismo restrito a uma área de perambulação na realização da agricultura de roça; às vezes, o nomadismo mais extenso*”, procurando um novo trabalho qualquer (Martins, 1981, p. 49). Seja no retiro cíclico do Fabiano com Sinhá Vitória, os meninos e uma nova cachorrinha, ilustrado nas *Vidas Secas*, seja na “*extrema mobilidade*” da população nacional que migrava “*às vezes por nada, e com simples e vagas esperanças de outras perspectivas*”, a qualidade concluída pelo trabalhador brasileiro, nunca encontrando trabalho regular, persistiria sendo de perambulação perpétua (cf. Candido, 1956, *Ficção e Confissão* sobre Graciliano Ramos, prefácio em Ramos, 1934; Saint-Hilaire, citado em Prado Jr., 1942, p. 67). Para o trabalhador volante que tentasse valorizar seu trabalho, sua cultura e seu entretenimento quando um agenciador de mão-de-obra aparecesse num caminhão “pau-de-arara”, rapidamente um monte concorreria com ele, enchendo o caminhão (Sabóia, 1978, pp. 94-96). Semelhante ao trabalhador volante, quando da constituição da cooperativa em *Uma Terra para Rose*, a principal discórdia também seria, precisamente, o fato de um dos gaúchos ser proprietário de um velho caminhão; por esta virtude, por este modo ele reivindicava ou um tratamento privilegiado na associação em formação, ou dela saía levando sua individualidade expressa no caminhão enferrujado – deveras valorizado para a comunidade comercializar seus frutos em melhor apreço.

para a mudança de parte da atividade agropecuária, que suspenderia – temporariamente – o reflexo do desequilíbrio na distribuição da produção nos preços ao consumidor, conforme era feito pelo “mecanismo de autocontrole” liberal de mudança, “substituindo”, portanto, a interferência reformista de combate a tal reflexo.

A partir das vertentes (impropriamente) agrária comercial da Sunab, em 1962, e propriamente agrária trabalhista com o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, a classe dirigente brasileira imediatamente se rearticulava em nova vertente imobiliária, com o Estatuto da Terra, em 1964. Logo a seguir, o reordenamento do BC (sobre a Sumoc), com o CMN comandando a política de transferência de depósitos do trabalho industrial para a mudança conservadora do meio rural, junto da “substituição” da política de preços da Conep para o CIP, poderia dirigir tal transformação “agroindustrial” não só por meio de corrente de política industrial agrícola específica, como também, suspendendo – temporariamente – o desequilíbrio entre a desvalorização do trabalho consumido e a valorização da produção “agroindustrial”, como meio exatamente de “substituição” as demais vertentes reformistas (Baiardi, 1996, pp. 61-62).

Não está demais deter que o “detalhamento” da literatura consultada acerca da Sunab, do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, do direcionamento dos depósitos bancários, da atuação do BC, do Funrural e do SNCR, bem como da Conep até, finalmente, da manipulação direta do juro bancário pelo CMN e do preço dos produtos pelo CIP, ordenariam o meio em que a intervenção pública suportaria – temporariamente – que o agravamento do desequilíbrio na distribuição da produção até o consumo da família brasileira não se refletisse sobremaneira na variação dos preços. A revalorização pública da lavoura de exportação “agroindustrializada” em torno da cooperativa empresarial rural, como um mecanismo com implicação imediata sobre a desequilibrada distribuição da produção e do consumo nacional, se tornaria mais uma representação a agravar a chamada “*problemática agrária brasileira.*” É possível até retomar ao autor que insiste que a comercialização internacional da produção “agroindustrial” exportadora de laranja, tomate, algodão, fumo, cana, café, milho, trigo, soja etc. apenas colocaria em evidência a atuação comercial como classe de exploração própria não a si, mas à “agroindústria”, especializada no beneficiamento do fruto, nos primeiros, ou na plantação do artigo, nas demais. Ou seja, a ausência de classe comercial especializada na distribuição de tais lavouras de exportação seria razão do suporte público para a “infra-estrutura” própria de armazenagem, transporte e

comunicação da monocultura regional, presente na política federal de preços mínimos de comercialização garantida (Maluf, 1992, p. 98).

A leitura da bibliografia leva a comparação de que se vertente imobiliária valorizaria a extensão da fronteira produtiva, aumentando a produção mesmo que improdutivamente, a corrente de política industrial agrícola adotada tornaria a mudança a relação agricultura-indústria excepcionalmente vantajosa para a comercialização e o consumo de fertilizantes, defensivos e máquinas “para frente” e “para trás” da atividade agropecuária, de modo que o valor de tais produtos pelo CIP, produtores sob compressão brutal pela “fórmula oficial” e juros vinculado pelo CMN, mesmo desvalorizando o trabalho brasileiro como um todo, suspendessem – temporariamente – a mudança. Baiardi (1996, p. 62) sugere que o manejo no valor dos produtos, trabalhadores e representações direcionados arbitrariamente para que a mudança da produção agropecuária fosse excepcionalmente vantajosa com Pesquisa & Desenvolvimento, extensão rural, “infra-estrutura básica” de energia, transporte e comunicações, armazenagem, conservação e comercialização, suspenderia – temporariamente – o reflexo do desequilíbrio entre o valor do trabalho e o valor da produção que até então vinha limitando a mudança no meio rural brasileiro.

A partir do “divisor de águas” irrompido democraticamente pela intervenção juscelinista, sua “conclusão” de modo arbitrário passaria a possibilitar que a extensão permanente da fronteira agropecuária, em simultâneo à desvalorização do trabalho brasileiro. Essa dimensão é completada por Baiardi (1996, pp. 62-63) indicando que o valor do trabalho, em compressão arbitrária, seria comparativamente menor, contudo, que a queda do valor da produção industrial na “agroindústria para frente e para trás” da atividade agropecuária (mesmo valorizado crescentemente pelo público nacional). O valor do trabalho brasileiro como um todo, em geral comprimido pelo despejo de lavradores pela construção, pavimentação e especulação de rodovias, ademais, em virtude do Estatuto do Trabalhador Rural, da Contag e da cultura trabalhista presente entre a população nordestina, pressionaria para que a desvalorização do trabalho agropecuário fosse menor que a do industrial (mais sujeito à ordem arbitrária), o que produzia, por mais esta via torta, mais uma vantagem para a mudança “agroindustrial”.

Em suma, observada em conjunto, a mudança na produção agropecuária, passando para a cultura “agroindustrial”, desvalorizar-se-ia a si própria. O despejo, a marginalização e o desequilíbrio generalizariam o trabalho de “bóias-frias”, diaristas e volantes em sindicatos pelegos que, ainda assim, resistiriam à compressão comparativa

do valor do trabalho brasileiro como um todo pelo arbítrio da “fórmula salarial”, em particular ao urbano. A política permitiria, ao fim e ao cabo, a passagem da cultura ruralista para a industrialista arbitrando o valor dos produtos, produtores e representações, suspendendo – temporariamente – o desequilíbrio que está refletido na variação dos preços.

Baiardi (1996, p. 63) indica que a política de preços com a Sunab, o CFP, o BB, a Cibrazem e a Cobal, sob a tutela do tabelamento de preços e juros do CIP e do CMN, era um indicador “*conspícuo*” de uma extensa, intensa e totalitária intervenção pública na comercialização primária, a qual transferiria – temporariamente – o reflexo do desequilíbrio na distribuição entre produtor e consumidor, tanto entendendo a fronteira produtiva até a Amazônia, quanto intensificando o valor da produção (esta, a própria passagem da cultura ruralista para a industrialista), “substituindo”, assim, a proposição reformista que combatia tal desequilíbrio distributivo. A corrente de política industrial agrícola passaria por uma “*índole dirigista*” explícita, na qual a proliferação de diversas interferências públicas sobre a quase totalidade da vida nacional “*continham um conjunto, mais ou menos coerente,*” que intervinham deliberadamente pela mudança da relação da produção agropecuária com a industrial, centralizando diversos aparelhos afins para o redirecionamento da população, da produção e da representação nacional. Para cada intervenção “agroindustrial” seriam forjadas políticas específicas explicitamente contra a “subversão” reformista agrária, centralizadas de modo que, nesse horizonte, “*os pressupostos de verificação do mecanismo de autocontrole de Paiva não puderam se fazer presentes.*” (Baiardi, 1996, p. 63 e 66)

Em conjunto, as intervenções públicas na vida nacional

não fizeram outra coisa que impedir o livre funcionamento dos mercados dos fatores de produção e dos produtos agropecuários, bem como induzir desempenhos dos agentes produtivos que seriam considerados improváveis algum tempo atrás. ...

A natureza e o alcance destas mudanças surpreenderam todos aqueles que, no início dos anos setenta, dedicavam-se a estudar a agricultura brasileira e a anteciper suas tendências. (Baiardi, 1996, pp. 66-67)

Em resumo, destacando o gênero de mudança na “infra-estrutura básica” de comunicações, transporte e armazenagem expressa no sentido da interferência pública no prolongar do mesmo processo, a crescente presença das mais variadas espécies de siglas ordenando a vida nacional possibilita concluir que tal intervenção a título de políticas em torno da “caificação” ia suspender – temporariamente – a possibilidade de reflexo da mudança nos valores, desequilíbrio liberal que apoiara a representação

reformista antes do “divisor de águas” emblemático da segunda metade da década de 50. Refletindo acerca dos meios mediante os quais a produção agropecuária poderia aumentar sua comercialização com a produção industrial, Paiva (1953) insistira que, além da distribuição entre o produtor e o consumidor, o desequilíbrio brasileiro – se não era geral – era “estrutural”, presente na “infra-estrutura básica” de armazenagem, transporte e comunicações, responsáveis em introduzir novos modos de distribuição da lavoura (Baiardi, 1996, pp. 54 e 51). Paiva (1953) conclui que a modificação na comercialização agropecuária requeria simultaneamente a mudança na produção rural, no consumo nacional como um todo e, especificamente, na “infra-estrutura básica” de armazenagem, transporte e comunicações; apenas nesse sentido liberal específico, o autor aceitava, mais ou menos conforme forjado no Plano de Metas da presidência Juscelino Kubitschek, a participação pública na vida nacional, intervindo em tais atividades de modo a aumentar a produção que equilibrasse o consumo (Maluf, 1992, pp. 203-204).

Com relação à ordem de alteração observada na comercialização, distribuição e reprodução da vida rural brasileira, negar essa interpretação “liberal” específica da mudança juscelinista não implica desconhecer que há uma “infra-estrutura básica” de transporte, armazenagem e comunicações para que os produtos, produtores e valores circulem. Se enfatiza é que a variação de tais valores ocorre em razão do trabalho e, portanto, representa o desequilíbrio na distribuição da produção entre as diferentes classes. Mesmo o diagnóstico da produção, distribuição e consumo de Paiva (1953) destaca que a “infra-estrutura” básica de armazenagem, transporte e comunicações para a circulação, rotação e variação dos produtos, produtores e valores explicitava uma ordenação classista sobre a direção de eventuais propostas que haviam discursado contra o reflexo do desequilíbrio distributivo nos preços (cf. Maluf, 1992, pp. 206-207).

Sempre partindo do princípio que a “mão invisível” da liberdade de comércio equilibraria a produção, a distribuição e o consumo em ordem meritocrática, para que “o mecanismo de autocontrole” – que apoiava a representação reformista de vertentes trabalhista, comercial e imobiliária – fosse verossímil durante após os anos 60, seria preciso incluir a problemática da desvalorização secundária sul-asiática e a valorização primária da Opep, questão que *“flexibilizaria demasiadamente a proposta”* (Baiardi, 1996, p. 67).⁸²

⁸² Sem aprofundar no assunto, é interessante lembrar aqui que na época o sentimento *“excluída”* a *“eventualidade”* da revalorização da produção primária, quando o aumento de seu consumo se tornaria

De tudo que a literatura ensinou, é possível concluir que o debate entre a cultura ruralista e a proposta reformista supunha a ordem democrática liberal (cf. Ribeiro, 1975). Uma via de transpor o desequilíbrio propagado pela liberdade de comércio – sem ser temporariamente – seria reformar a ordem liberal de distribuição da produção e do consumo por meio das vertentes trabalhista, comercial e imobiliária de democratização da atividade agropecuária. A consolidação da extensão da fronteira pela indústria automobilística, redirecionando a intervenção pública do comércio internacional para o próprio comércio interno, todavia, ia passar a bloquear estas vertentes reformistas democráticas agrárias ao induzir a se contrair rapidamente a ordem distributiva liberal em “substituição” temporária ao planejamento central explicitamente para o industrialismo agrícola que, com desperdício colossal, resistência aguda e – sobretudo – arbitrariamente, “miraculosamente” concluiria, ao fim e ao cabo, a “modernização agrícola” contra a “reforma agrária”.

mais “elástico”. A evidência empírica – bastante anterior à associação dos exportadores de petróleo – sobre a tendência secular ao declínio do valor produzido pelo trabalho agropecuário induzia a “*não se cogitar*” que uma nova tendência de alta tornasse possível incrementar o valor da produção primária para valorizar o trabalho secundário. Após o pioneirismo emblemático de JK, nos anos 60, a mudança global nas atividades mundiais estaria relacionada a que toda cópia de produtos industrializados começasse a entrar em aguda desvalorização pelo fomento público ianque decidido na valorização do trabalho sul-asiático, também por meio arbitrário contra a “ameaça subversiva”. Enfim, naquele momento, em alguma medida relacionada ao efeito do pioneirismo emblemático da presidência JK, encerrara-se o tempo da secular deterioração nos termos de troca entre agricultura e indústria (Baiardi, 1996, pp. 57 e 53).

ADENDO ANEXADO

Apresentação da dissertação:
Reforma Agrária e Contra-Reforma a partir da intervenção de JK

Mestrando: Pedro Caminha

Orientação: Raimundo Santos

Argüido por Aloísio Teixeira e Georges Flexor

CPDA/UFRRJ: 30 de janeiro de 2009

A questão indagada na dissertação de mestrado que ora se encerra trata de um paradigma inferido há cerca de oito anos sobre o tema da reforma e contra-reforma agrária, qual seja, acerca de que a transformação iniciada na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961) seria radicalizada no ministério de Delfim Netto (1969-1974). Apresentado tal paradigma pessoal para a elaboração da minha monografia de graduação, o prof. Aloísio Teixeira indicou, dentre outras leituras, o livro do prof. Antônio Barros de Castro (1969). Sob essa orientação, comecei tal estudo sobre a mudança na relação entre agricultura e indústria na linha do Desenvolvimento e a Agricultura no Brasil, na disciplina da História do Pensamento ou História das Idéias. A metodologia que guiou a presente pesquisa, desta maneira, foi a investigação do sentimento de época do período em análise, traduzido nas diferentes atividades, representações e políticas em debate, especificamente, na literatura especializada sobre o tema da reforma e contra-reforma agrária.

Destarte, esse estudo foi, basicamente, uma revisão bibliográfica sem maior originalidade do que a já mencionada na literatura, que não a hipótese – também não muito original – de que a presidência JK foi o “divisor de águas” da história do que se conveniu designar por reforma e contra-reforma agrária (ou, da reforma agrária e da modernização agrícola). A presente dissertação trata, portanto, de sistematizar a análise

dessa história do antes e depois do “divisor de águas” da transformação industrialista agrícola ou reformista agrária durante o século XX, mudança emblematizada no modelo, industrialista, de intervenção juscelinista.

Feita esta breve introdução sobre a reforma agrária e a contra-reforma, agrícola, as rápidas pinceladas sobre o contexto do nascimento das propostas reformistas e industrialistas começarão a problematização da hipótese em teste, de que o Plano de Metas ia ser o “divisor de águas” de ambas vias “modernizantes”.

É possível começar o tratamento da reforma agrária antes da presidência JK pelo biênio de 1888/1889, quando a redefinição do estatuto do trabalhador brasileiro, em 13 de maio, esteve associada à rearticulação da classe dirigente, em 15 de novembro. Durante as primeiras décadas da República, quando predominava a exploração agro-exportadora sob o “coronelismo”, se assumia o domínio exclusivo a representação liberal ruralista que, ao longo da primeira metade do século XX, começava aos poucos a perdê-la, superficialmente, para a proposta nacionalista industrial.

Simplificadamente, o fundamento do domínio liberal ruralista profundo encontrava-se na República agro-exportadora federativa, constituída por lavouras regionais de exportação com parca unidade física entre si quando não em concorrência explícita. O transporte que não o complementar ao comércio agro-exportador (feito com a navegação a vapor e o transporte férreo), era feito com a cabotagem e o tropeiro, em unidade “estrutural”, assim, bastante frágil.

Em conjunto que não sofreria alteração profunda até meados do século XX, na República dos “coronéis” a política pública agia reativamente, controlando o comércio internacional, com campanhas sanitárias, a polícia estadual e a benção do padre. Em conjunto, a população nacional possuía horizonte estreito, reagindo ao domínio dos “coronéis” com o messias, o bandido ou a anarquia.

Feita as devidas simplificações, este pode ser um retrato da vida brasileira que, ao longo da primeira metade do século XX, começava a sentir algumas mudanças mais profundas, segundo sugere Singer (1986), especialmente com respeito ao padrão migratório. Segundo sugere o autor, durante a primeira metade do século XX, essa mudança esteve vinculada à crescente importação de equipamentos da indústria automobilística, atividade ligada ao ramo metal-mecânico como produtora de veículos de carga e de passageiros, tratores, ambulâncias e tanques de guerra, além de aparelhos eletro-eletrônicos em geral, motores a propulsão, petroquímica etc.

Ao longo de meados do século XX, com a crescente importação de equipamentos da indústria automobilística transformando a mobilidade, o trabalho e a vida brasileira, uma dessas alterações um pouco mais profundas fora a mudança registrada em 1945, com a nova constituição eleitoral como marco inserido no contexto da restauração da democracia liberal.⁸³ No primeiro quinquênio pós-1945, na presidência Dutra, a tentativa de reedição do método liberal normal de então, no contexto de interrupção do comércio internacional, com a Guerra da Coréia, não obstante, não obteve sucesso.

Como resultado, simplificadamente, em sua sucessão no quinquênio seguinte, na presidência Vargas, diversas intervenções governamentais e não-governamentais passavam a forjar a montagem das bases iniciais do industrialismo agrícola e do reformismo agrário. Destas bases iniciais do industrialismo agrícola destacava-se a Petrobrás como símbolo, além da retomada das atividades da CSN e da Vale, do subsídio às importações prioritárias etc., assim como, do reformismo agrário sobressaía-se a divulgação da Ultab, dentre outras organizações, como a guerrilha de Porecatu, o movimento de Trombas e Formoso e a Liga de Iputinga. Todavia, esta animada montagem inicial do reformismo agrário e do industrialismo agrícola não estava ainda consolidada, tanto que a presidência Vargas foi ao suicídio, e a Ultab abafada rapidamente, embora ambos movimentos industrialistas e reformistas houvessem montado uma base inicial, que ia ser consolidada posteriormente com a Contag e outros aparelhos.

Feita as devidas ressalvas, este animado contexto inicial de nascimento da representação nacionalista brasileira tentará ser teorizado a seguir, estudando o crescimento da proposta reformista.

Nesse contexto ainda anterior à presidência JK, a literatura considera possível diagnosticar que a atividade brasileira, (i) não produzia máquinas que produziam máquinas; (ii) não se reproduzia mediante dinheiro para obter mais dinheiro e (iii) não se representava por partido de classe trabalhadora, mais ou menos como o prof. Aloísio Teixeira ensina nas aulas de Economia Política II e outras disciplinas. Aparecendo

⁸³ O marco da década de 30 possui raiz mais externa que interna (sendo esta, por sua vez, ligada ao próprio triunfo da República), podendo ser tratada como uma floração inicial do movimento que explodiria décadas mais tarde, razão pela qual se privilegiou este momento mais radical que pode ser analisado em separado. Ademais, os aparelhos de intervenção montados a partir da década de 30 foram desmontados na restauração da democracia liberal, em 1945, com a presidência Dutra, à exceção dos reativos mencionados acima, bem como, a legislação sindical-fascista excluindo explicitamente os lavradores e trabalhadores agrícolas.

desde a primeira metade do século, o crescimento da produção de máquinas, da reprodução por dinheiro e da representação trabalhista era uma tendência visível que, não obstante, apenas a partir do “divisor de águas” da segunda metade da década de 50, ia sentir transformação profunda.

Feito esse diagnóstico sobre a vida brasileira anterior a 1955, o debate apresentava basicamente duas vias de transformação “modernizante” (ou uma combinação de ambas). Mais ou menos como o prof. Raimundo Santos ensina nas aulas de Pensamento Social e Agrarismo no Brasil e outras disciplinas, uma via, que pode ser designada por industrialista agrícola, intervinha de $i \Rightarrow ii \Rightarrow iii$, simplificada, representando que a propagação de máquinas produtoras de máquinas induzia a reprodução mediante o dinheiro para obter mais dinheiro e, trabalhando produções abstratas em ciclo virtuoso, finalmente, à classe trabalhadora assumir partido universal; outra, que pode ser designada por reformista agrária, intervinha de $iii \Rightarrow ii \Rightarrow i$, simplificada, que o partido da classe trabalhadora, reformando a distribuição liberal da produção ao consumo, ia reproduzir mais dinheiro para se obter mais dinheiro entre a generalidade da população brasileira e, assim, passar a elaborar máquinas nacionais produtoras de máquinas.

Diferenciando a corrente industrialista da reformista, esta, por um lado, se subdividia em três vertentes de reforma agrária: trabalhista (referente ao aumento do salário, às condições gerais de trabalho etc.), comercial (garantir comercialização, financiar retenção de estoques etc.) e imobiliária (tributar progressivamente, regularizar posse etc.). Como sugeriam os exemplos de Formoso, Iputinga e Porecatu, o sentido da reforma agrária mais atrativa para a mais repulsiva aparecia na ordem da vertente trabalhista, com maior simpatia, para a comercial, relativamente um pouco mais neutra, até a imobiliária, com aversão gigantesca. A corrente industrialista, por fim, seria representada na intervenção da política industrial agrícola implementada na presidência JK, política pública que a dissertação que ora se encerra almeja habilitar a haver produzido o impacto emblemático – como um emblema, pois já era anterior, e seria radicalizado posteriormente, mas como lembra Limoeiro (1972), “*a ele se referiria e se aprofundaria*” – sobre a transformação da vida rural brasileira da época.

A política industrial agrícola implementada na presidência JK é a parte principal da presente dissertação, razão pela qual ela será um pouco mais detalhada aqui, em especial, nas políticas que seriam radicalizadas após 1964.

A presidência JK, eleita democraticamente por diferentes classes brasileiras, divergindo do método liberal ruralista de então, planejava conservar a democracia liberal focando a interferência pública não em múltiplos aspectos da vida brasileira como a presidência Vargas fizera com base do tato, mas unicamente em um ponto definido com precisão e divulgado amplamente no rádio, TVs e jornais como seu modelo de intervenção: consolidar a indústria automobilística para construir Brasília, forjando múltiplos aparelhos de intervenção até o fim de seu longo mandato – como o próprio enfatizava, o único que ia terminar no dia estabelecido na Constituição de 1946.

Os múltiplos aparelhos públicos forjados na presidência JK foram desde um especificamente voltado para a atividade privilegiada com a Geia, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística, que ia programar toda cópia de atividades da indústria automobilística nos ramos da metal-mecânica, petroquímica, borracharia, vidraçaria etc., até outro aparentemente mais distante desse objetivo como a CEF, a Caixa Econômica Federal, que, captando depósitos bancários de trabalhadores urbanos, passava a subsidiar o financiamento da produção, comercialização e consumo de veículos da indústria automobilística.

A meta única nacionalista, planejada por tal meio industrialista, ao aumentar o trabalho, o comércio e o consumo de parcelas extensas da população, passava a suspender, ao menos temporariamente, o ânimo generalizado que se atraía em torno da reforma agrária, que reformasse a Constituição da democracia liberal brasileira em prol da generalidade da população nacional, agrária. Ainda mais, essa suspensão ocorria sobremaneira com o emblema da indústria automobilística não só produzindo múltiplos empregos na pavimentação de vias de rodagem, na indústria metal-mecânica, petroquímica etc., como também, expandindo a fronteira agrícola como nunca, ao comunicar cada município da República até a Amazônia.

De acordo com o concluído pelo prof. Lessa (1963), face à prioridade da presidência JK “à dianteira” dos fatos de 1956 (e ainda apresentando um “elefante branco” altamente industrial-nacionalista – e nada reformista – como a construção de Brasília), as demais políticas ficaram a seu “reboque”. Ou seja, a representação eleita democraticamente por diferentes classes representativas da população brasileira intervinha praticando a política de “fato consumado”.

Por exemplo, a política regional, forjada com a Sudene, inovadora ao ambicionar o “desenvolvimento” e não mais o “combate à seca”, já estava cativa à consumação automobilística, “à reboque” da indústria paulista – como observa o prof. Lessa (1963),

a Sudene só ia ser forjada em 1959, no penúltimo ano de mandato do presidente. Ademais, com a Sudene, a presidência transformava a questão agrária (um problema social) em questão nordestina (um problema regional) com apoio de diferentes classes brasileiras. Finalmente, “à imagem e semelhança” da política federal, a Sudene possuía duas prioridades: a 1ª missão, industrialista agrícola, ia obter êxito relativo; a 2ª missão, reformista agrária, ia fracassar completamente.

Especificamente no que diz respeito à corrente dissertação, simplificadamente, é possível pensar que a presidência JK consolidou a indústria brasileira para construir Brasília sem reforma agrária implementando uma política de preços heterodoxa. Enquanto o método liberal normal, ortodoxo, discursava por conter o consumo (principalmente público) para que a variação nos preços refletisse o incremento da produção comparativamente mais vantajosa, a estratégia liberal heterodoxa, keynesiana, planejava aumentar a produção prioritária (principalmente pública), para conservar o consumo normal, aceitando alguma variação nos preços (esta, tida como reflexo do desequilíbrio liberal anterior, que passava a ser combatido).

O valor desse debate sobre o mesmo paradoxo liberal é expressar que, de um ou outro modo, a variação nos preços pode ser aceita pelo produtor enquanto o aumento do seu consumo for proporcionalmente maior. Uma vez que a tática de consolidar a indústria automobilística para construir Brasília aumentava o trabalho, o comércio e o consumo monumentalmente, sem intervir na distribuição, a política juscelinista significava, enfim, não intervir na questão agrária, até então representativa da carestia crescente sofrida entre a generalidade da população brasileira.

A síntese da presidência JK pode ser expressa em um modelo de intervenção industrialista agrícola sem reforma agrária mas, sim, com a consolidação da cultura automobilística. Por esta via, o modelo juscelinista intervinha, enfim, com uma Revolução Industrial, ou melhor, uma contra-Revolução industrialista, sem tocar no ruralismo, que era possível em razão da intervenção pública ser focalizada em um ponto, relativamente consensual entre diferentes classes brasileiras: consolidar a indústria automobilística para construir Brasília. O paradigma a guiar a presidência JK não hesitava entrar em polêmicas – como a construção monumental de uma nova capital na hinterlândia brasileira, mesmo face a aguda resistência liberal – mas sempre direcionava a intervenção para o valor que encontrasse consenso entre as diferentes classes. O resumo da intervenção juscelinista, a consolidação da indústria automobilística para construir Brasília e chegar até a Amazônia pode ser, em suma,

compreendida como o aumento monumental do trabalho, comércio e consumo, consumado na expansão brutal da fronteira agrícola.

A partir da alta exponencial de máquinas de transporte de carga e passageiros produzidas pela indústria automobilística,⁸⁴ o modelo de intervenção juscelinista consolidou um “corpo orgânico” emblemático sobre a nova “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicações em que passava a se assentar a vida brasileira e que por esta via industrialista agrícola passava igualmente a inviabilizar, desativar ou até desaparecer com o reformismo agrário, como será visto a partir de agora. O problema, porém, como o sentimento pré-JK – eleito democraticamente por diferentes classes brasileiras – era, exatamente, de fazer primeiro a Revolução Industrial, e depois a Reforma Agrária, o resultado ia ser a agitação brasileira nos anos 60, destacada na literatura.

A agitação brasileira nos anos 60 é não só a parte mais interessante na literatura, como também a mais triste, pois é quando a proposta reformista desapareceu. As rápidas pinceladas a seguir resgatarão as vertentes reformistas antes trabalhadas e sua inviabilização pelo efeito do “fato novo” emblematizado na intervenção juscelinista, para apresentar posteriormente uma breve conclusão desta dissertação de mestrado.

Nesse novo período que se abria à vida nacional após a intervenção juscelinista “à dianteira” dos fatos de 1956, a Reforma Aduaneira, em 1958, e a Reforma Cambial, em 1961, já na presidência Jânio Quadros, já estavam “à retaguarda” da política do fato consumado iniciada na presidência JK. Só em 1962, a experiência parlamentarista brasileira – mais longa que a presidência JQ – ia aprovar uma reforma agrária comercial, forjando a Sunab (e outros aparelhos de operação da política, como a Cibrazem, Companhia Brasileira de Armazenagem, e a Cobal, de comercialização). **A partir da reforma agrária comercial aprovada pelo legislador federal, a presidência João Goulart, JG, como uma “rainha da Inglaterra”, executava uma política de preços mínimos para o cultivo de produtos de consumo interno, como arroz, feijão e milho para gado, para o plantio, cultivo e colheita das safras de 1962/1963 e 1964/1965.**

Citando um autor relativamente mais imparcial sobre o agitado começo dos anos 60, a partir da reforma agrária comercial de 1962,

⁸⁴ Como pode ser observado na “substituição” de importações industriais emblemática sobre a fronteira agrícola apresentada no Gráfico “Caminhões no Brasil”.

pela primeira vez o governo fez um notável esforço para estabelecer uma rede operacional efetiva no interior. Este início deu o tom da operação subsequente do programa.

Mesmo com o risco de uma possível super-simplificação, pode-se dizer que estes princípios parecem ter orientado o programa de 1963 a 1967. Nesta fase os preços mínimos passariam a ser estabelecidos anualmente antes do plantio, a fim de influenciar as decisões de produção. (Smith, 1969, pp. 116-117)

Segundo indicado em Duran (1971), a reforma agrária comercial ia implementar uma mudança definitiva sobre a política comercial. O BB, executando tal vertente agrarista “não propriamente agrária” em cada município da República, se tornava mais ativo e mais equipado para manipular estoques, na Cibrazem, e equilibrar a variação dos preços dos produtos de consumo interno contemplados na política, comercializados na Cobal (cf. Rangel, 1962). O problema da reforma agrária comercial, porém, ia ser que a política, segundo o “liberal” Gordon Smith (1969), permanecia sem aparelho de planejamento central, de modo que a política de garantia de comercialização para o plantio, cultivo e colheita das safras de 1962/1963 e 1964/1965, período de agitação nacional colossal em torno de outras prioridades, ainda ia ser classificada pela *“falta de definição, culminando com um esforço ‘ad hoc’ para estimular a produção de alguns produtos agrícolas através de preços mínimos altos.”* (Smith, 1966, p. 76) Em termos claros, a reforma agrária comercial, de 1962, simplificada, ia perder em prioridade para a política de preços liberal, em razão da agitação resultante da interferência juscelinista sobre os valores brasileiros de 1956.

Este primeiro movimento agro-reformista de 1962 ia ganhar nova medida quando, em 1963, de surpresa, foi forjada uma reforma agrária trabalhista, redefinindo o estatuto do trabalhador representativo da maioria da população brasileira, simplificada, com o marco do Estatuto do Trabalhador Rural construído em paralelo à Contag. O problema, porém, ia ser que, nessa reforma agrária trabalhista, de 1963, segundo indica Ianni (1967), os partidos e organizações legalmente constituídos em 1946 (como o PTB, o PSD e a UDN, além do PCB, Ligas, AP, outros grupos que enveredavam para a luta armada etc.) que iam estar representados nos novos sindicatos agrícolas, ligados à Contag, simplificada, não eram mais representativos do novo horizonte nacional consolidado após a intervenção juscelinista sobre a “infra-estrutura” de energia, transporte e comunicações transformando o trabalho, a mobilidade e a vida brasileira.

No primeiro triênio após a presidência JK, em 1963, face a falta de representatividade dos partidos e organizações legalmente constituídos em 1946, a

redefinição do estatuto do trabalhador brasileiro, por conseguinte – como em 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889 – produziria a rápida rearticulação da classe dirigente na qual resultaria, em 1964, no Golpe de 1º de abril, que levaria às últimas conseqüências, radicalizando, o modelo juscelinista.⁸⁵

Com a rearticulação da classe dirigente no Golpe de 1º de abril, ainda em 1964, seria rapidamente forjada uma reforma agrária imobiliária com o Estatuto da Terra. O problema, porém, seria que a reforma agrária imobiliária, simplificada, substituiria a Supra pelo Incra; este novo aparelho, além de deixar de ser subordinado à presidência da República para ser um instituto “técnico”, ao substituir o “p” de política pelo “c” de colonização também denota a mudança de prioridade sofrida no aparelho, em medida monumental direcionado para a construção de “infra-estrutura” de transportes rodoviários, consolidada com a intervenção juscelinista.

Outrossim, simplificada, no imediato pós-1964, a rearticulação da classe dirigente passaria a reordenar o conjunto nacional às transformações produzidas pela intervenção juscelinista, como destaca Delgado (1985), forjando o SNCR, o Sistema Nacional de Crédito Rural, voltado explicitamente para o industrialismo agrícola. Talvez tão importante quanto, de acordo com o prof. Carlos Lessa (1963), Lara Resente (1990) e Werneck & Guimarães (1987), forjando o BC e o CMN, ressuscitando a Conep (a Comissão nacional de Estabilização de Preços) e transformando-a em CIP (Conselho Interministerial de Preços, transferindo a decisão sobre a variação dos preços dos principais produtos comercializados pela família brasileira para âmbito interministerial), bem como, com uma “reforma” salarial que comprimiria o salário urbano até o fim do “milagre”, em 1974 (o que, com a Contag sustentando uma compressão menor do salário rural, estimularia a mudança na relação entre agricultura e indústria para a “modernização” ou o industrialismo agrícola), se tornava possível ao planejador federal arbitrar o valor do trabalho, dos produtos, da moeda e até da vida brasileira, para “completar” a via industrialista consolidada emblematicamente com o modelo de intervenção juscelinista.

Reordenando a vida brasileira explicitamente para o industrialismo agrícola contra o reformismo agrário, se preparava o “milagre” no ministério Delfim, entre 1967 e 1974. Simplificada, o “milagre” no ministério Delfim levaria às últimas

⁸⁵ A Supra, a Superintendência de Política e Reforma Agrária, forjada em 1962, seria acionada como um Baile da Ilha Fiscal no Comício da sexta-feira de 13 de maio de 1964, sofrendo imediata reação “conjuntural” no Golpe de 1º de abril.

consequências a política pública da presidência JK, com a diferença de sua radicalização ser arbitrária, enquanto a pioneira, democrática.

Com extensa e intensa intervenção pública ministrando os múltiplos setores da vida brasileira, a corrente industrialista agrícola desbravada no modelo emblematizado em JK finalmente completaria a modernização agrícola contra a reforma agrária. A transformação que se convencionou designar por “modernização conservadora” conservaria a divisão caiopradiana, como publicado pelo prof. Raimundo Santos (2001) em livro premiado, da atividade primária brasileira entre a destinada ao comércio internacional e a voltada para o consumo interno.

Segundo o prof. Renato Maluf (1995), com relação à transformação na relação entre agricultura e indústria de consumo externo, esta mudança é exemplificada, na lavoura de soja (além de laranja, tabaco, café, cana e atividade criatória em geral), simplifiadamente, por pelo menos três lados. A pavimentação de rodovias automobilísticas expandiria a fronteira para novas lavouras – sem custo para as empresas e com elevada produtividade inicial – até a Amazônia; a indústria de óleo (como a de sucos, cigarro, moagem, processamento etc.) estaria vinculada setorialmente à atividade metal-mecânica “para frente” da lavoura de soja, bem como, com o trator (como colheitadeiras, semeaduras etc.), “para trás”; e a lavoura exportadora seria contemplada por uma política de preços mínimos ao grande produtor, com até tripla contagem sobre uma mesma pessoa física (direcionada para a jurisprudência da cooperativa de produtores, a indústria de óleo e o comércio exportador). Em conjunto, essa transformação na relação entre a lavoura de soja e a indústria de óleo suprimiu a atividade especializada na circulação comercial do produto, classe praticamente inexistente, como enfatizado pelo prof. Maluf (1995), visto a comercialização ser efetuada pela própria cooperativa de produtores rurais junto ao consumidor estrangeiro, em bolsas internacionais.

Esta classificação contrastaria com a alteração na relação entre agricultura e comércio de consumo interno, exemplificada no cultivo de feijão (além do arroz, hortícolas e pescados em geral), simplifiadamente, por pelo menos três lados. Em primeiro lugar, a pavimentação de rodovias automobilísticas, ao despejar lavradores, retirantes e agricultores, obrigava-os a comercializar em escala nacional o que era antes produzido para o próprio consumo familiar, movimento que faria com que a elevação dos preços induziria a que os pequenos produtores rurais restantes se especializassem

em tal cultivo, incrementando a parcela do cultivo de feijão destinada à comercialização. Em segundo lugar, a indústria de embalagens (como a de classificação, corretagem etc.) está vinculada setorialmente com a atividade petroquímica “para frente” do cultivo de feijão, bem como, com o fertilizante, “para trás”. Finalmente, o cultivo de feijão sofreria o ônus da política de preços máximos ao consumidor (tabelamento). Em conjunto, como enfatizado pelo prof. Maluf (1995), a alteração na relação entre o cultivo de feijão e a indústria de embalagens fortaleceu a classe especializada na circulação comercial do produto (como de embalagens e fertilizantes, insumos referentes à circulação do feijão, ao contrário do trator e da colheitadeira, por exemplo), na qual tal classe comerciante é praticamente monopolista no seu ramo de consumo interno, como exemplificado nos supermercados regionais, hortícolas e lojas de departamentos em geral.

Estas referências às intervenções na lavoura de exportação e no cultivo interno procuraram ilustrar as últimas tensões, contradições e desequilíbrios produzidos pela consolidação da indústria automobilística com a “conclusão” do modelo juscelinista sobre as transformações mencionadas. Cabe agora fazer uma referência ao “milagre” da modernização agrícola sem reforma agrária, explicitando a hipótese testada.

Como conclusão, é possível explicitar que aquilo que se convencionou designar por reforma agrária intervinha aumentando o trabalho, o comércio e o consumo agrícola de produtos e equipamentos industriais (que aumentavam a produtividade do trabalhador rural) via intervenção na distribuição liberal pelas vertentes trabalhistas (aumentar o salário do lavrador), comerciais (garantir preços mínimos ao pequeno produtor) e imobiliárias (tributar progressivamente a grande propriedade), agro-reformando o regime político brasileiro: agro-reformando a democracia liberal brasileira. Aquilo que se convencionou designar por modernismo/industrialismo/ecologismo agrícola intervinha aumentando a produção, o comércio e o consumo privilegiados, via multiplicação da política pública industrialista agrícola na vida nacional, desaparecendo com a atração por agro-reformar a democracia liberal. Nessa ampliação da intervenção pública sobre a vida nacional, das políticas que o “divisor de águas” juscelinista inviabilizavam o reformismo agrário, a principal poderia estar que, segundo o prof. Lessa (1963) e destacado na literatura, transferindo a intervenção do comércio externo para o comércio interno, a política industrialista agrícola passaria, nos quinquênios seguintes, a arbitrar o

preço da moeda, dos produtos e do trabalho, explicitamente contra o reformismo agrário.

Em síntese, a presidência JK ia ser a pioneira a romper a barreira liberal, consolidando um modelo de intervenção que seria radicalizado no ministério Delfim: enquanto o primeiro consumava o intervencionismo, o segundo levaria-o às últimas conseqüências. **A conclusão dessa dissertação, portanto, é que o reformismo agrário supunha a democracia liberal.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol.: Sociedade e Política (1930 – 1964), Livro Primeiro: Processo Político, cap. IV. São Paulo: Difusão, 1986
- ARENDT, Hannah (1963). *Da Revolução*. Brasília: Ática; Universidade de Brasília, 1990
- BAIARDI, Amilcar. *Modernização Agrícola e o Mecanismo de Autocontrole em Ruy Miller Paiva*. São Paulo: *Revista Agricultura em São Paulo*, n° 43, v. 3, pp. 51-69, 1996
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Educação e Sociedade no Brasil após 1930*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura (1930 – 1964), Livro Segundo: Igreja, Educação e Cultura, cap. VIII. São Paulo: Difusão, 1986
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- BOMFIM, Manoel (1929). *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1963). *O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira*. *Revista de Administração de Empresas*, 2(8), pp. 11-27, julho de 1963
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1981). *Seis Interpretações sobre o Brasil*. In **Dados: Revista de Ciências Sociais**, n° 5(3), pp. 269-306. Rio de Janeiro, 1982
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Interpretações sobre o Brasil*. In LOUREIRO, Maria Rita (org.). *Cinqüenta Anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997
- BRUNO, Regina Angela Landin & CARVALHO, Abdias Vilar de (1984). *José Gomes da Silva - entrevista*. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6. Rio de Janeiro, EdUFRRJ, 1996
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Abril Cultural, 1975
- CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol.: Sociedade e Política (1930 – 1964), Livro Primeiro: Processo Político, cap. III. São Paulo: Difusão, 1986
- CANDIDO, Antonio (1954). *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Trinta e Quatro, 1997.
- CARDIM, Fernando José. *Agricultura e Questão Agrária no pensamento econômico brasileiro (1950 – 1970)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (orientação: Antonio Barros de Castro). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1978
- CARDOSO, Fernando Henrique (1963). *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972 (Coleção Corpo e Alma do Brasil, 13)
- CARONE, Edgard (1981). *O P.C.B. (1943 – 1963)*. São Paulo: Difusão, 1982 (Coleção Corpo e Alma do Brasil, LXI)
- CARVALHO, Abdias Vilar de (1978). *União e Cisão no Bloco Agrário-Industrial*. In Araújo, Braz José de (coord.). *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, pp. 161-180. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. – (coleção Estudos Brasileiros)
- CASTRO, Ana Célia de. *Transformação estrutural nas relações agricultura-indústria*. Rio de Janeiro: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1990
- CASTRO, Antônio Barros de (1969). *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*. In CASTRO, Antônio Barros de. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, vol. I, pp. 79-146. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977

- COELHO, Carlos Nayro de Azevedo (1971). *A Política de Preços Mínimos*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 129-134. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO: DOCUMENTO INTERNO (1972). *A Política de Preços Mínimos*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 135-140. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- CONTADOR, R. (1968), In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 141-158. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho (1991). *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996
- DELFIN NETTO, Antonio; PASTORE, Affonso & CARVALHO, Eduardo. *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Associação Nacional de Programação Econômica e Social, 1966
- DELFIN NETTO, Antonio. *Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Interna*. In GIAMBIAGI Fabio; CASTRO, Lavinia Barros de; VILLELA Andre; HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea: 1945 - 2000*, pp. 225-257. Rio de Janeiro: Campus, 2005
- DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DELGADO, Guilherme. *Questão Agrária Brasileira no Pós-Guerra e sua Configuração Contemporânea*. (mimeo). s/d
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Burocracia, Clientelismo e Oligopólio: o Conselho Interministerial de Preços*. In Lima Jr., Olavo Brasil & Abranches, Sergio Henrique (coord.). *As Origens da Crise: estado autoritário e planejamento no Brasil*, Capítulo 2. São Paulo: Vértice, 1987
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930 – 1960)*. (tese de doutorado) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 – (coleção Estudos Brasileiros)
- DURAN, Túlio (1977). *A Política de Preços Mínimos no Brasil*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 141-158. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- EARP, Fábio Sá. (org.). *Pão e Circo: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento*. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002
- ESTEVES, Carlos Leandro. *Muito além das carabinas: resistência e luta pela terra nas trincheiras da imprensa - a experiência histórica dos posseiros de Formoso e Trombas-GO (1950-1964)*. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 34, nº 1, pp. 197-216. São Paulo: jan/jun de 2007
- EUGÊNIO, Alisson. *Carestia de alimentos em Minas Gerais no início da segunda metade do século XIX*. *Revista de Economia Política e História Econômica*, nº 9, ano 4, pp. 26-49. São Paulo: dezembro de 2007
- FERNANDES, Florestan (1966). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Zahar, 1974
- FOX, Roger (1978). *Preços Mínimos Garantidos e o Setor Agrícola no Nordeste do Brasil*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 171-201. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)

- OLIVEIRA, Francisco (1972). *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1981
- FURTADO, Celso (1959). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)
- GALILEI, Galileu (1623). *O Ensaaiador*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 – (Coleção Os Pensadores)
- GALVÃO, Maria Rita & ROBERTO DE SOUZA, Carlos. Cinema brasileiro 1930/1960. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo III: O Brasil Republicano, 4º vol.: Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: Difusão, 1986
- GONÇALVES NETO, Wenceslau (1991). *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. (tese de doutorado em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, orientada por José Jobson de Andrade Arruda) São Paulo: Humanidades, Ciência e Tecnologia, 1997
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1987
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1979). *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (O mundo hoje)
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1960). *As Três Frentes da Luta de Classes no Campo Brasileiro*. In SANTOS, Raimundo, pp. 75-93. *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1963). *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Inflação e monopólio no Brasil: por que sobem os preços?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963 – (Retratos do Brasil, 4)
- HEILBRONER, 1974. *Introdução à História das Idéias Econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (Coleção Retratos do Brasil, vol. 70, exemplar nº 1.896)
- KAGEYAMA, Ângela (coord.); BUAINAIN, Antonio Márcio; REYDON, Bastiaan; GRAZIANO DA SILVA, José; SILVEIRA, José Maria; FONSECA, Maria da Graça; BELIK, Walter. *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1990
- KAUTSKY, Karl (1898). *La Cuestión Agraria: análisis de las tendencias de La agricultura moderna y de la política agrária de la socialdemocracia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 1977
- LAGO, Luiz Araha Corrêa do. *A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”:* 1967-1973. In ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889 – 1989)*, pp. 233- 294. Rio de Janeiro: Campus, 1990
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975
- LEITE, Sérgio & PALMEIRA, Moacir. *Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas*. In COSTA, Luís Flávio Carvalho & SANTOS, Raimundo (org.). *Política e Reforma Agrária*, pp. 93 a 165. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LÊNIN, Vladimir (1905). *Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. Rio de Janeiro: Calvino, 1945
- LESSA, Carlos. *Quinze Anos de Política Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983
- LIMOEIRO, Miriam (1972). *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- LINHARES, Maria Yedda Leite & TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Historia Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979. (Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola).
- LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981

- LOPES, Ignez Guatimosim Vidigal. (1977). *Financiamento de pré-comercialização a cooperativas de pequenos produtores rurais*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). **Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos**, pp. 159-170. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- LOPES, Mauro de Rezende (ed.). **Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos**. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- MALAN, Pedro. *Relações Internacionais do Brasil (1945 – 1964)*. In FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol.: Economia e Cultura (1930 – 1964), Livro Primeiro: Economia e Demografia, cap. II. São Paulo: Difusão, 1986
- MALUF, Renato Sergio Jamil. **Um mal necessário? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992 (Cadernos de Economia, 12)
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984
- MARTINS, José de Souza (1978). **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciência Humanas, 1979
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980
- MARTINS, José de Souza (1981). **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. São Paulo: Ciências Humanas, 1984
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1848). **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 (Coleção Leitura)
- MARX, Karl (1852). **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores)
- MARX, Karl (1867). **O Capital: crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civiização Brasileira, 1968
- MARX, Karl (1883). **O Capital: crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civiização Brasileira, 1968
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A Questão da Reforma Agrária no Brasil: 1955 – 1964**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (orientação: professor Braz José de Araújo). São Paulo: novembro de 1982 (mimeo.)
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (orientação: Maria Nazaré Baudel Wanderley). Campinas, 1995
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (2002). **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003 (Coleção Brasil Urgente).
- MERRICK, Thomas & GRAHAM, Douglas. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- MOREIRA, Roberto. **Parceria e a flexibilidade dos negócios do coronel**. Rio de Janeiro: Centro de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1995
- NABUCO, Joaquim (1881). **O Abolicionismo**. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000
- VAZ SAMPAIO, Marcos Guedes. *Navegação a Vapor na Bahia Oitocentista: tentativa de integração territorial e desenvolvimento regional*. **Revista de Economia Política e História Econômica**, n° 14, ano 5, pp. 4-45. São Paulo: agosto de 2008
- NOVAES, José Roberto. **Agricultura Brasileira: dinâmica capitalista e transformações atuais**. Rio de Janeiro: Revista Forma e Conteúdo n.º 3, pp. 3-10, 1º de julho de 1998
- NOVAES, José Roberto (org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: Edufscar, 2007

- PAIVA, Ruy Miller (1949). *Garantia de Preços Mínimos Estáveis e Remuneradores à Agricultura de São Paulo*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 21 a 56. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- PAIVA, Ruy Miller (1953). *Problemas da Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954
- PAIVA, Ruy Miller (1965). *Reflexões sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços do Setor Agrícola do Brasil*. in *Revista Brasileira de Economia*, n.º 20, pp. 111-134, julho-setembro de 1966
- PATARRA, Neide. *População e Urbanização pós-30*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol.: Economia e Cultura (1930 – 1964), Livro Primeiro: Economia e Demografia, cap. V. São Paulo: Difusão, 1986
- PEROCCI, Antônio Flávio de Oliveira; MUNIZ DE SOUZA, Beatriz & CAMARGO, Candido Procópio de. *Igreja Católica: 1945 – 1970*. In FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol.: Economia e Cultura (1930 – 1964), Livro Segundo: Igreja, Educação e Cultura. São Paulo: Difusão, 1986
- PETTY, William (1662). *Tratado dos Impostos e Contribuições*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas)
- POCHMANN, Márcio & CARDOSO JÚNIOR, José Celso. *Raízes da Concentração de Renda no Brasil: 1930 – 2000*. Campinas: mimeo, s/d
- PRADO JÚNIOR, Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000
- PRADO JR., Caio (1956a). *O Sentido da Anistia Ampla*, em SANTOS, Raimundo (org.) *Caio Prado Jr.: Dissertações sobre a Revolução Brasileira*, pp. 183-192. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007
- PRADO JR., Caio (1956b). *A Política Brasileira*. In SANTOS, Raimundo (org.) *Caio Prado Jr.: Dissertações sobre a Revolução Brasileira*, pp. 193-207. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007
- PRADO JR., Caio (1960). *Valorização do Trabalho e Acesso à Terra*. In SANTOS, Raimundo (org.) *Caio Prado Jr.: Dissertações sobre a Revolução Brasileira*,
- PRADO JR., Caio (1963). *O Estatuto do Trabalhador Rural*. In SANTOS, Raimundo (org.) *Caio Prado Jr.: Dissertações sobre a Revolução Brasileira*, pp. 193-207. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007
- PRADO JR., Caio (1964). *Marcha da Questão Agrária no Brasil*. In SANTOS, Raimundo (org.) *Caio Prado Jr.: Dissertações sobre a Revolução Brasileira*, pp. 263-273. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007
- PRADO JR., Caio. (1966). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987
- RAMOS, Graciliano (1934). *São Bernardo*. São Paulo: Martins, 1970
- RAMOS, Graciliano (1938). *Vidas Secas*. São Paulo: Martins, 1970
- RANGEL, Ignácio (1962). *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004 (Coleção Estudos Rurais)
- REGO, José Lins do (1932). *Menino de Engenho*. São Paulo: José Olympio, s/d
- RELATÓRIO DA EQUIPE TÉCNICA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O PROGRAMA DE PREÇOS MÍNIMOS NO BRASIL (1965). *Organização e Responsabilidade Sugeridas para a Execução de um Programa de Preço Mínimo*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 231-248. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- RESENDE, André. *Estabilização e Reforma: 1964-1967*. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889 – 1989)*, pp. 213 a 232. Rio de Janeiro: Campus, 1990

- RIBEIRO, Ivan de Otero (1975). *Agricultura, democracia e socialismo* (organizado por Coutinho, Carlos Nelson & David, Maria Betriz de Albuquerque). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SABÓIA, Lucia Helena (1978). *O Mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos – SP, 1974*. Dissertação de Mestrado defendida no Conjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, agosto de 1978
- SAES, Flávio. *A Controvérsia sobre a Industrialização Brasileira na Primeira República*. In *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7. São Paulo: Universidade de São Paulo, setembro de 1989
- SAES, Flávio; GREMAUD, Amaury & TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Maud, 2001
- SANTOS, Raimundo. *O Agrarismo Inconcluso de Ivan Ribeiro*. *Revista de Estudos em Sociedade e Agricultura*, v. 14, n.º 1, pp. 143-161. Rio de Janeiro: abril de 2006
- SANTOS, Raimundo. *Política e Agrarismo Sindical no PCB*. Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, 2002
- SANTOS, Raimundo. *Agraristas Políticos Brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/NEAD/IICA, 2007
- SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do pós-guerra*. In: BELLUZZI, Luiz Gonzaga & COUTINHO, R. (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982
- SINGER, Paul. *Interpretações do Brasil*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol.: Economia e Cultura (1930 – 1964), Livro Primeiro: Economia e Demografia, cap. IV. São Paulo: Difusão, 1986
- SMITH, Gordon (1966). *A Política de Preços Mínimos*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 67-87. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- SMITH, Gordon (1969). *O Programa de Preços Mínimos para Produtos Agrícolas Básicos*. In LOPES, Mauro de Rezende (ed.). *Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos*, pp. 113-128. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura, Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 – (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)
- SUZIGAN, Wilson (1986). *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Humanidades, Ciência e Tecnologia, 2000
- SZMRECSÁNYI, Tamás & RAMOS, Pedro. *Indicadores e Avaliações do Desenvolvimento Recente da Agricultura Brasileira*. São Paulo: *Revista Agricultura em São Paulo*, n.º 43, v. 3, pp. 97-138, 1996
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *Desenvolvimento da Produção Agropecuária (1930 – 1970)*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 3º vol.: Economia e Cultura (1930 – 1964), Livro Primeiro: Economia e Demografia, cap. III. São Paulo: Difusão, 1986
- TAVARES, Maria da Conceição (1972). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro – ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977
- TAVARES, Maria da Conceição. *Império, Território e Dinheiro*. In Fiori, José Luiz (org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, pp. 449 a 489. Petrópolis: Editora Vozes, 2000
- UGÁ, María Alicia Dominguez (1997). *Ajuste Estrutural, Governabilidade e Democracia*. In GUERSCHMAN, S. & VIANNA, Maria Lúcia Werneck. *A Miragem da pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997

- VIANNA, Sérgio Besserman. *Duas Tentativas de Estabilização*. In ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889 – 1989)*, p. 151 a 170. Rio de Janeiro: Campus, 1990
- VIANNA, Sérgio Besserman. *Política Econômica Externa e Industrialização: 1946 – 1951*. In ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889 – 1989)*, pp. 123-150. Rio de Janeiro: Campus, 1990
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (1978a). *Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira*. In JOSÉ DE ARAÚJO, Braz (coord.). *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 – (Coleção Estudos Brasileiros)
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (1978b). *Transformações das relações de produção: da senzala ao caminhão*. In *Mão de Obra Volante na Agricultura: IV Reunião Nacional*, Botucatu (SP), 7-8 de dez./1978, pp. 33-40. Botucatu: Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, 1979
- WERNECK, Maria Lucia Teixeira & GUIMARÃES, Cesar Vianna. *Planejamento e Centralização Decisória: o Conselho Monetário Nacional e o Conselho de Desenvolvimento Econômico*. In LIMA Jr., Olavo Brasil & ABRANCHES, Sergio Henrique (coord.). *As Origens da Crise: estado autoritário e planejamento no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987